

RELATÓRIO GERAL

DA JUSTIÇA DO TRABALHO



2024

Brasília, DF
2024

Presidência do TST**Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados****Coordenadoria de Estatística**

Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Bloco A, Sala A2.109

CEP 70.070-943

Telefone: 3043-3675

www.tst.jus.br/estatistica

estatistica@tst.jus.br

Elaboração

Coordenadoria de Estatística

Revisão e Supervisão Editorial

Secretaria de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados

Coordenadoria de Estatística

Apoio

Coordenadoria de Informações Funcionais

Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TST

Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT

REALIZAÇÃO

2024 | COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA DO TST

Coordenadora	Taise de Castro Xavier da Silveira Han
Substituto do Coordenador	Diêgo Carneiro Lopes
Chefe do Núcleo de Gestão de Dados	Diêgo Carneiro Lopes
Chefe do Núcleo de Consolidação das Informações e Estudos Estatísticos	André Silva de Queiroz
Chefe do Núcleo de Edição e Publicação de Conteúdos	Giselle Gomes de Oliveira Natividade
Servidores	William Bacelar Rezende Marcos Lima de Oliveira Heraldo Maciel França Madeira Daiane da Costa Sorato Ana Paula Rodrigues Berçot Júlio César Moreira Marino Elmiro Andrei Tarrago Jaques Mateus Gomes de Araujo
Estagiárias	Ana Giullia Brasil Luiza Ishigame Verônica Pereira

2024



RELATÓRIO GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

APRESENTAÇÃO

Este documento constitui a apresentação oficial do **Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2024**, concebido para oferecer uma análise pormenorizada do funcionamento e da atuação da Justiça do Trabalho no Brasil ao longo do ano de 2024. Publicado anualmente pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) desde 1946, este relatório convida à exploração de uma esfera fundamental do Poder Judiciário nacional.

A presente análise é construída com base em um conjunto robusto de dados, criteriosamente compilados de fontes fidedignas, incluindo o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias (e-Gestão) para os dados referentes à Primeira e à Segunda Instância, o Sistema de Apoio à Decisão do TST, além de informações encaminhadas pela Coordenadoria de Informações Funcionais, pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TST e pela Secretaria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Os dados populacionais são fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para permitir uma comparação justa entre os diversos tribunais brasileiros, dada a extensão continental do país e as singularidades regionais, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** criou um **índice de classificação por porte**. Essa metodologia foi utilizada no Relatório Geral da Justiça do Trabalho e busca agrupar tribunais com características semelhantes dentro do mesmo ramo da justiça. O índice é construído a partir de seis atributos principais: despesas totais, casos novos, processos pendentes, número de magistrados(as), número de servidores(as) (efetivos(as), requisitados(as), cedidos(as) e comissionados(as) sem vínculo efetivo), e número de trabalhadores(as) auxiliares (terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as) e conciliadores(as)). Essas informações são consolidadas em um escore único por meio da técnica de Análise de Componentes Principais. Com base nesse escore, os tribunais são então agrupados em três categorias: **grande, médio ou pequeno porte**.

Segundo dados coletados no início do ano de 2024, a Justiça do Trabalho era composta pelo Tribunal Superior do Trabalho, 24 Tribunais Regionais do Trabalho e 1.587 Varas do Trabalho, das quais 1.573 já se encontravam instaladas.

Havia 3.955 cargos de Magistradas e Magistrados do Trabalho (89,5% providos), dos quais 27 correspondiam às Ministras e Ministros desta Corte superior (todos providos), 567 às Desembargadoras e Desembargadores do Trabalho (97,9% providos) e 3.361 às Juízas e Juizes do Trabalho (88% providos). O Quadro Permanente de Servidoras e Servidores, a seu turno, era composto por 43.471 cargos efetivos (93,0% providos), sendo 17.211 Analistas Judiciários (96,5% providos), 26.037 Técnicos Judiciários (91,2% providos) e 223 Auxiliares Judiciários (32,0% providos).

Ademais, verificou-se que a Justiça do Trabalho contava com saldo remanescente de 1.784.650 processos. Ao longo do ano de 2024, foram recebidos 4.090.375 processos, dos quais 3.599.940 consubstanciavam Casos Novos.

Após dois anos consecutivos de redução no quantitativo de recebidos, fato possivelmente explicado pelo período da pandemia de Covid-19, os anos de 2022, 2023 e 2024 mostraram-se de retomada da busca por justiça social por parte dos jurisdicionados. Em 2024, houve um incremento de 19,3% nos processos recebidos em relação ao ano anterior. Nas Varas do Trabalho, esse aumento foi de 29,6%, nos Tribunais Regionais do Trabalho, de 14,5%, e no Tribunal Superior do Trabalho, de 26,2%.

As três principais atividades econômicas que concentraram maiores quantitativos de Casos Novos foram os Serviços Diversos (27,9%), a Indústria (20,6%) e o Comércio (13,1%). Os assuntos mais recorrentes foram adicional de insalubridade, verbas rescisórias, multa de 40% do FGTS, multa do art. 477 da CLT e indenização por dano moral, evidenciando que a maior parte dos casos trazidos à Justiça do Trabalho cuida do inadimplemento de direitos básicos.

O saldo de processos, ao final de 2023, acrescido aos recebidos em 2024, totalizou 5.875.025 processos a solucionar, dos quais 53,7% encontravam-se na Primeira Instância, 29,9%, na Segunda Instância e 16,4%, no Tribunal Superior do Trabalho.

O Relatório Geral da Justiça do Trabalho busca sintetizar as informações sobre a tramitação desses processos a partir de alguns indicadores estatísticos, tais como: "Total a julgar por Magistrado" e "Total a julgar por servidor da Área Judiciária". Por meio desses indicadores, é possível dimensionar a carga de trabalho média na Justiça do Trabalho.

Com efeito, em 2024, verificou-se que para cada Juiz do Trabalho havia 1.129 processos a serem solucionados, para cada Desembargador do Trabalho havia 3.493 e para cada Ministro do TST, 40.131. De outro lado, para cada servidor em atividade na Área Judiciária das Varas do Trabalho, havia 143 processos, 234 por servidor de TRT e 611 por servidor do TST.

No ano de 2024, foram julgados 4.000.793 processos na Justiça do Trabalho, 14,3% a mais que em 2023. Na série histórica, os processos julgados apresentaram aumento nos quatro anos seguintes ao início da pandemia, significando o retorno da tendência de crescimento da produtividade da Justiça do Trabalho. As Varas do Trabalho julgaram 12,6% a mais que em 2023, os Tribunais Regionais do Trabalho, 17,8% a mais e o Tribunal Superior do Trabalho, 3,9% a mais.

Houve conciliação em 44,1% dos processos na Fase de Conhecimento, o terceiro menor percentual nos últimos onze anos. Entre os Tribunais de Grande Porte, apenas a 2ª e a 4ª região alcançaram quantitativos superiores ao da taxa de conciliação no País, com 47,0% e 44,3% respectivamente. As Regiões com maiores percentuais foram a 9ª, com 54,4%, a 24ª, com 52,9% e a 19ª, com 52,8%.

Aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) de 1º Grau foram remetidos 313.647 processos, aproximadamente o mesmo quantitativo de devolvidos (314.120), e verificou-se um saldo de 17.201 processos pendentes de devolução. No que se refere aos CEJUSCs de 2º Grau, foram

recebidos 53.289 processos e devolvidos 53.624, restando pendentes 3.200 processos.

O prazo médio de tramitação dos processos apresentou redução no âmbito da 1ª Instância, quando comparado aos dados obtidos em 2023, de 4 meses e 7 dias para 3 meses e 10 dias, do ajuizamento até a 1ª audiência, e de 7 meses e 25 dias para 6 meses e 17 dias, do ajuizamento até a prolação da sentença.

Na 2ª Instância, o prazo médio entre a distribuição e o julgamento das ações ordinárias foi de 4 meses e 21 dias (4 meses e 22 dias em 2023), e entre a distribuição e o julgamento de recursos, de 4 meses e 7 dias (4 meses e 21 dias em 2023).

No TST, o prazo médio entre a conclusão do processo e o julgamento foi de 1 ano, 6 meses e 6 dias (1 ano e 28 dias em 2023). Para o julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, o prazo médio foi de 11 meses e 13 dias (9 meses e 2 dias em 2023), e para o julgamento do Recurso de Revista, de 2 anos, 1 mês e 17 dias (1 ano, 9 meses e 22 dias em 2023).

A recorribilidade interna foi de 43,2% nas Varas do Trabalho (42,3% em 2023), 32,0% nos Tribunais Regionais do Trabalho (31,3% em 2023), e 32,6% no Tribunal Superior do Trabalho (27,3% em 2023).

No âmbito do TST, houve interposição de Agravo em face de 35,0% das decisões monocráticas (29,6% em 2023), oposição de Embargos de Declaração em face de 5,4% das decisões proferidas (5,1% em 2023) e interposição de Embargos à Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais em face de 2,5% dos acórdãos prolatados (1,6% em 2023).

A recorribilidade externa para os Tribunais Regionais do Trabalho foi de 89,9% (86,8% em 2023); para o Tribunal Superior do Trabalho, de 57,1% (39,1% em 2023); e para o Supremo Tribunal Federal, de 9,3% (11,3% em 2023).

Ao final de 2024, havia 1.779.339 processos pendentes de julgamento, quantitativo 0,3% inferior ao do ano anterior.

No que tange à Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial, foram iniciados 2.009.222 processos, dos quais, ao longo do ano de 2024, 80,1% foram extintos, 45,1% por pagamento, 39,5% por acordo, 9,6% por cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer e 0,7% por prescrição intercorrente.

A Justiça do Trabalho arrecadou para a União o montante de R\$ 6.659.289.401,43 Reais, dos quais 75,1% correspondem à Previdência Social, 15,8% ao Imposto de Renda e 8,9% a custas e emolumentos. Esse valor representou 24,3% da despesa orçamentária desta Justiça Especializada no ano de 2024.

Os valores pagos aos reclamantes totalizaram quase 50 bilhões de reais, dos quais 41,1% decorrentes de acordo, 45,1% de execução e 13,8% de pagamento espontâneo.

MINISTRO ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

COMPOSIÇÃO ATUAL

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

MINISTRO ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

PRESIDENTE

MINISTRO MAURICIO GODINHO DELGADO

VICE-PRESIDENTE

MINISTRO LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO

CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

MINISTRO LELIO BENTES CORRÊA

MINISTRA DORA MARIA DA COSTA

MINISTRO GUILHERME CAPUTO BASTOS

MINISTRA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

MINISTRO AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

MINISTRO JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

MINISTRO HUGO CARLOS SCHEUERMANN

MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

MINISTRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

MINISTRA MARIA HELENA MALLMANN

MINISTRO BRENO MEDEIROS

MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS

MINISTRO LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA

MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

MINISTRO AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR

MINISTRO ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

MINISTRA MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ

MINISTRO SERGIO PINTO MARTINS

MINISTRA LIANA CHAIB

MINISTRO ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SILVANIA PINHEIRO COELHO JOSÉ
SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

GRAZIELA VOLPATO DA CUNHA
SECRETÁRIA-GERAL DE GESTÃO DE PROCESSOS

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL

CLAUDIO LUIDI GAUDENSI COELHO
SECRETÁRIO-GERAL JUDICIÁRIO



SUMÁRIO

1 VARAS DO TRABALHO	17
1.1. ESTRUTURA	17
1.2. FORÇA DE TRABALHO	19
1.2.1. JUÍZES DO TRABALHO	19
1.2.2. SERVIDORES EM ATIVIDADE	20
1.2.3. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMMISSIONADAS	23
1.3. ARRECADAÇÃO	25
1.4. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	26
1.5. LITIGIOSIDADE	28
1.5.1. FASE DE CONHECIMENTO	28
1.5.1.1. PROCESSOS RECEBIDOS	28
1.5.1.2. PROCESSOS SOLUCIONADOS	30
1.5.1.3. CONCILIAÇÕES	31
1.5.1.4. CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – CEJUSCs (fase de conhecimento)	33
1.5.1.5. PROCESSOS PENDENTES DE SOLUÇÃO.	34
1.5.1.6. PROCESSOS BAIXADOS	36
1.5.1.7. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA FASE DE CONHECIMENTO	37
1.5.2. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	38
1.5.2.1. PROCESSOS QUE INICIARAM NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	38
1.5.2.2. PROCESSOS EXTINTOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	39
1.5.2.3. CONCILIAÇÕES NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	40
1.5.2.4. CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - CEJUSCs (FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL)	41
1.5.2.5. PROCESSOS PENDENTES DE EXTINÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	42
1.5.2.6. PROCESSOS BAIXADOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	44
1.5.2.7. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.	45
1.5.3. PROCESSOS FINALIZADOS NA 1ª INSTÂNCIA. 2024.	46
1.6. CASOS NOVOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA	48
1.7. ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	50

1.8. PRAZO MÉDIO	52
1.9. AUDIÊNCIAS	54
1.10. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DOS TRTS	55
1.11. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PROCESSADAS NO 1º GRAU	56
1.12. SÉRIES HISTÓRICAS 2020-2024	58
1.12.1. CASOS NOVOS	58
1.12.2. RECEBIDOS	59
1.12.3. SOLUCIONADOS	60
1.12.4. CONCILIADOS	61
1.12.5. PENDENTES DE JULGAMENTO	62
1.12.6. BAIXADOS NA FASE DE CONHECIMENTO	63
1.12.7. PROCESSOS QUE INICIARAM NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	64
1.12.8. PROCESSOS EXTINTOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	65
1.12.9. PROCESSOS PENDENTES DE EXTINÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	66
1.12.10. ARRECADAÇÃO TOTAL	67
1.12.11. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	68
1.12.12. PRAZO MÉDIO NA FASE DE CONHECIMENTO	69
1.12.13. PRAZO MÉDIO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	70
1.12.14. PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO ATÉ O ARQUIVAMENTO	71
1.12.15. SESSÕES DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	72
1.12.16. SESSÕES DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	73
1.12.17. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PROCESSADAS NO 1º GRAU EXPEDIDAS	74
1.12.18. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PROCESSADAS NO 1º GRAU QUITADAS	75
1.12.19. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PROCESSADAS NO 1º GRAU PENDENTES DE QUITAÇÃO	76
1.13. INDICADORES ESTATÍSTICOS	77
1.13.1. INDICADORES ADMINISTRATIVOS	77
1.13.2. INDICADORES DE LITIGIOSIDADE	79

2 | TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO 87

2.1. ESTRUTURA	87
2.2. FORÇA DE TRABALHO	88
2.2.1. DESEMBARGADORES DO TRABALHO	88
2.2.2. SERVIDORES	89
2.2.3. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS	92
2.3. ARRECADAÇÃO	96
2.4. LITIGIOSIDADE	97

2.4.1. PROCESSOS RECEBIDOS	97
2.4.2. PROCESSOS JULGADOS	98
2.4.3. CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – CEJUSCs	99
2.4.4. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO	100
2.4.5. PROCESSOS BAIXADOS	102
2.4.6. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	103
2.4.7. CASOS NOVOS (DISTRIBUÍDOS) POR ATIVIDADE ECONÔMICA	104
2.4.8. ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	106
2.5. PRAZO MÉDIO	107
2.6. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO TST	108
2.6.1. RECURSO DE REVISTA	108
2.6.2. RECURSO ORDINÁRIO	109
2.6.3. AGRAVO DE INSTRUMENTO	110
2.7. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	111
2.8. PRECATÓRIOS	112
2.9. SÉRIES HISTÓRICAS 2020-2024	114
2.9.1. CASOS NOVOS	114
2.9.2. RECEBIDOS	115
2.9.3. JULGADOS	116
2.9.4. PENDENTES DE JULGAMENTO	117
2.9.5. BAIXADOS	118
2.9.6. ARRECADAÇÃO TOTAL	119
2.9.7. PRAZO MÉDIO DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ O JULGAMENTO	120
2.9.8. PRAZO MÉDIO DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ A BAIXA	121
2.9.9. PRECATÓRIOS RECEBIDOS	122
2.9.10. PRECATÓRIOS QUITADOS	123
2.9.11. PRECATÓRIOS PENDENTES DE QUITAÇÃO NO PRAZO	124
2.9.12. PRECATÓRIOS PENDENTES DE QUITAÇÃO COM O PRAZO VENCIDO	125
2.9.13. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR RECEBIDAS	126
2.9.14. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR QUITADAS	127
2.9.15. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PENDENTES	128
2.10. INDICADORES ESTATÍSTICOS	129
2.10.1. INDICADORES ADMINISTRATIVOS	129
2.10.2. INDICADORES JURÍDICOS	131

3 | TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 139

3.1. ESTRUTURA	139
3.2. FORÇA DE TRABALHO	139
3.2.1. MINISTRO	139
3.2.2. SERVIDORES	140

3.3. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS	141
3.4. ARRECADAÇÃO	142
3.5. LITIGIOSIDADE	143
3.5.1. PROCESSOS RECEBIDOS	143
3.5.2. TOTAL A JULGAR E PROCESSOS JULGADOS	147
3.5.3. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO	150
3.5.4. PROCESSOS BAIXADOS	152
3.5.5. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	153
3.5.6. CASOS NOVOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA	154
3.5.7. ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	155
3.5.8. PRAZO MÉDIO	155
3.5.9. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	156
3.6. INDICADORES ESTATÍSTICOS	157
3.6.1. INDICADORES ADMINISTRATIVOS	157
3.6.2. INDICADORES DE LITIGIOSIDADE	158

4 | JUSTIÇA DO TRABALHO 163

4.1. ESTRUTURA	163
4.2. FORÇA DE TRABALHO	164
4.2.1. MAGISTRADOS	164
4.2.2. SERVIDORES	165
4.2.3. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS	170
4.3. ORÇAMENTO E DESPESAS	174
4.4. ARRECADAÇÃO	175
4.5. LITIGIOSIDADE	176
4.5.1. PROCESSOS RECEBIDOS	176
4.5.2. PROCESSOS JULGADOS	177
4.5.3. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO	178
4.5.4. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	179
4.5.5. CASOS NOVOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA	180
4.5.6. ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	181
4.6. INDICADORES ESTATÍSTICOS	181
4.6.1. INDICADORES ADMINISTRATIVOS	181
4.6.2. INDICADORES DE LITIGIOSIDADE	182

RELATÓRIO
GERAL
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
2024

1 VARAS DO TRABALHO

1 | VARAS DO TRABALHO

1.1. ESTRUTURA

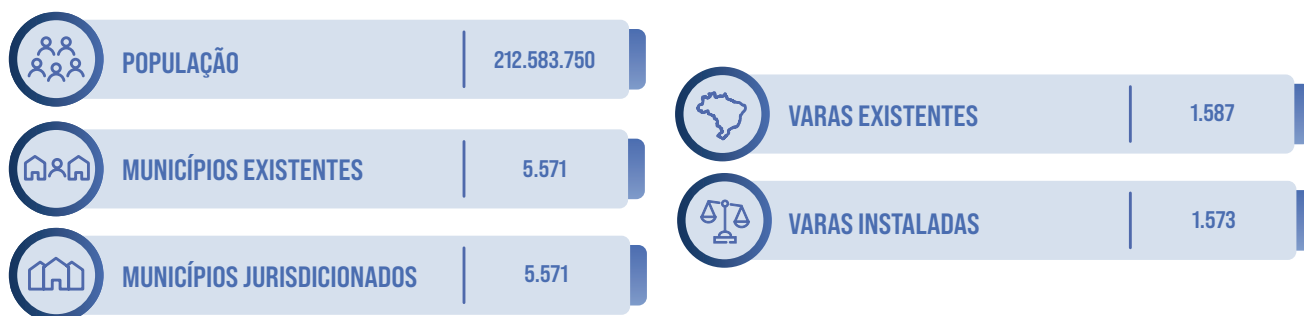
A 1ª Instância da Justiça do Trabalho é composta por 1.587 varas do trabalho, das quais 1.573 encontram-se instaladas. Essas varas do trabalho jurisdicionam 5.571 municípios do País, que totalizava, conforme a estimativa da Projeção da População para o ano 2024 divulgada no site do IBGE, 212.583.750 habitantes.

Todos os estados do País são jurisdicionados por uma Região Judiciária, exceto em São Paulo, onde existem a 2ª e a 15ª Região.

Tabela 1.1.1 População, municípios jurisdicionados e varas do trabalho. 2024.

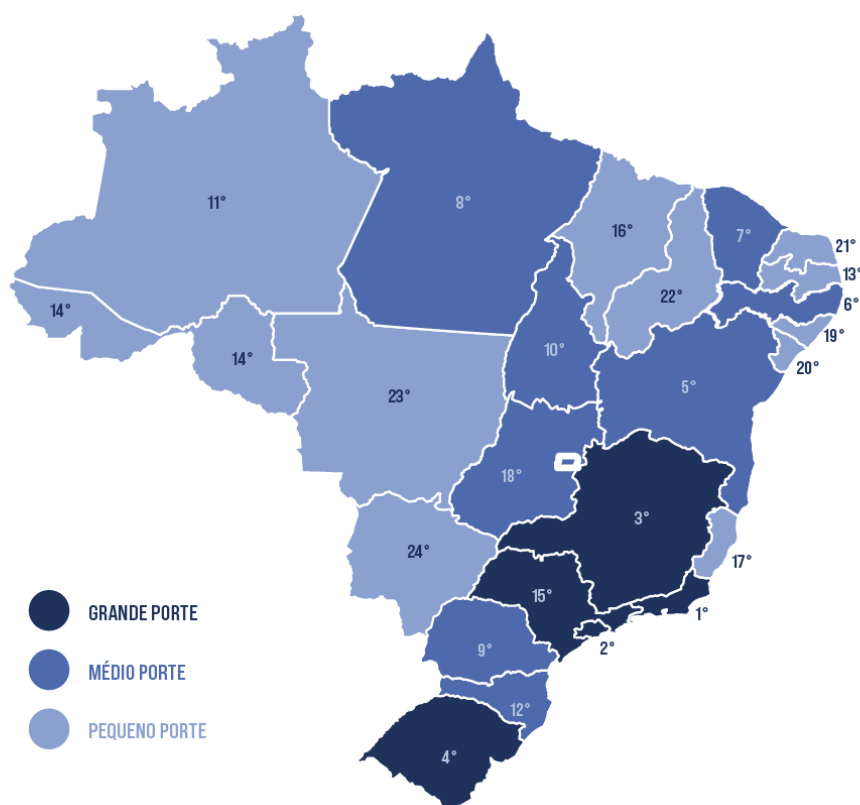
Região Judiciária	População	Municípios Jurisdicionados	Varas do Trabalho	
			Existentes	Instaladas
1ª - RJ	17.219.679	92	146	146
2ª - SP	23.207.085	46	231	217
3ª - MG	21.322.691	853	158	158
4ª - RS	11.229.915	497	132	132
5ª - BA	14.850.513	417	88	88
6ª - PE	9.539.029	185	70	70
7ª - CE	9.233.656	184	37	37
8ª - PA e AP	9.467.143	160	56	56
9ª - PR	11.824.665	399	97	97
10ª - DF e TO	4.560.160	140	35	35
11ª - AM e RR	4.998.002	77	32	32
12ª - SC	8.058.441	295	60	60
13ª - PB	4.145.040	223	27	27
14ª - RO e AC	2.626.858	74	32	32
15ª - Campinas/SP	22.766.109	599	153	153
16ª - MA	7.010.960	217	23	23
17ª - ES	4.102.129	78	24	24
18ª - GO	7.350.483	246	48	48
19ª - AL	3.220.104	102	22	22
20ª - SE	2.291.077	75	15	15
21ª - RN	3.446.071	167	23	23
22ª - PI	3.375.646	224	14	14
23ª - MT	3.836.399	142	38	38
24ª - MS	2.901.895	79	26	26
País	212.583.750	5.571	1.587	1.573

Figura 1.1.1. Estrutura da 1ª Instância da Justiça do Trabalho. 2024.



No mapa a seguir, são apresentadas as Regiões Judiciárias do País; nele, consta também a divisão dessas Regiões, conforme o seu porte. Essa classificação foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça com o intuito de criar grupos com base na similaridade relativa entre as Regiões Judiciárias desses portes. Dessa forma, a comparação de informações e indicadores estatísticos pode ser incrementada com a utilização desses grupos como referência.

Figura 1.1.2. Regiões Judiciárias por porte, varas do trabalho e municípios jurisdicionados. 2024.



1.2. FORÇA DE TRABALHO

1.2.1. JUÍZES DO TRABALHO

Na 1ª Instância da Justiça do Trabalho, existem atualmente 2.913 cargos de juiz do trabalho, dentre os quais 1.588 são titulares (86,9% providos) e 1.325, substitutos (87,9% providos).

A proporção de magistradas é de 51,5%. Na figura 1.2.1, é possível verificar essa proporção em cada uma das Regiões Judiciárias.

Tabela 1.2.1.1 Juízes Titulares e Substitutos. 2024.

Região Judiciária	Juiz Titular			Juiz Substituto			Mulheres Homens
	Existentes	Providos		Existentes	Providos		
		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
1ª - RJ	146	...	...	146	77	45	
2ª - SP	231	123	84	372	194	115	33,0%
3ª - MG	158	66	91	137	59	54	49,1%
4ª - RS	132	64	68	115	62	52	48,6%
5ª - BA	88	55	33	97	54	38	38,4%
6ª - PE	70	43	27	70	31	29	40,0%
7ª - CE	37	17	20	32	16	16	52,1%
8ª - PA e AP	56	30	26	45	16	21	46,5%
9ª - PR	97	47	50	86	35	50	54,6%
10ª - DF e TO	35	18	17	53	27	24	46,6%
11ª - AM e RR	32	11	18	32	14	14	50,0%
12ª - SC	60	25	35	56	24	30	56,0%
13ª - PB	27	11	16	33	13	20	60,0%
14ª - RO e AC	32	12	18	31	15	12	47,6%
15ª - Campinas/SP	153	66	82	218	88	85	45,0%
16ª - MA	23	8	14	27	14	9	46,0%
17ª - ES	24	...	...	32	17	15	
18ª - GO	48	18	29	48	23	18	48,9%
19ª - AL	22	5	17	22	11	11	63,6%
20ª - SE	15	9	6	14	5	9	51,7%
21ª - RN	23	10	13	23	11	12	54,3%
22ª - PI	14	5	9	15	9	5	48,3%
23ª - MT	38	17	21	40	18	16	47,4%
24ª - MS	26	8	18	30	13	13	55,3%
País	1.587	668	712	1.774	846	713	

Notas: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento
(...) Dado numérico não disponível.

Figura 1.2.1.1. Proporção de juízas e juízes. 2024.

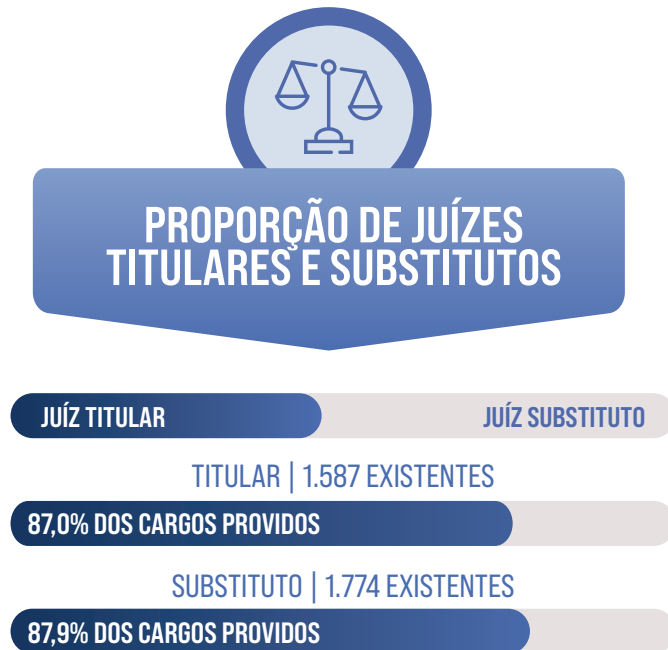


Atualmente há 0,8 juiz substituto para cada juiz titular de vara do trabalho.

As Regiões em que a proporção é de 1 para 1 são: 1ª, 6ª, 11ª, 18ª, 19ª e 21ª.

A 5ª, 10ª, 13ª, 15ª, 16ª, 17ª, 22ª, 23ª e 24ª Regiões possuem maior quantitativo de juízes substitutos, que de juízes titulares.

Figura 1.2.1.2. Proporção de juízes titulares e substitutos. 2024.



1.2.2. SERVIDORES EM ATIVIDADE

Figura 1.2.2.1 Servidores em atividade na 1ª Instância. Varas do trabalho e demais unidades (exceto varas do trabalho). 2024.

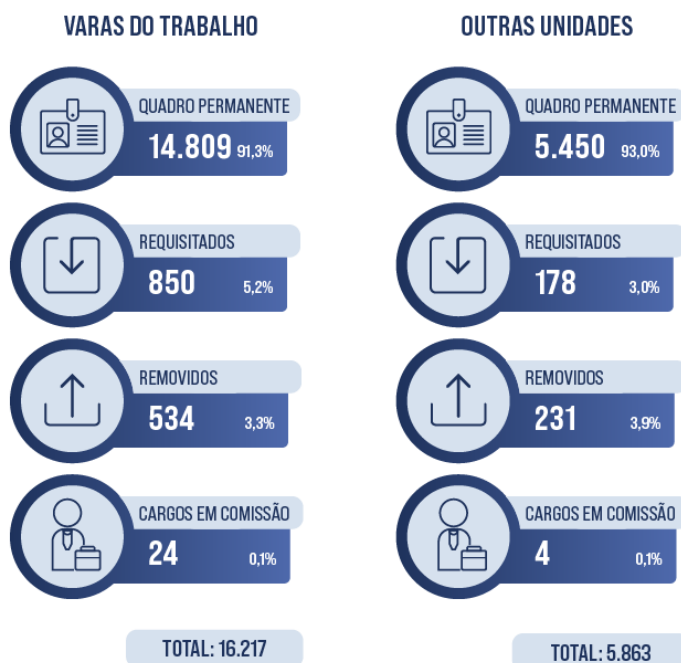


Tabela 1.2.2.1. Servidores em atividade nas varas do trabalho. 2024.

Região Judiciária	Quadro Permanente	Requisitados	Removidos	Cargos em Comissão	Total	%
1ª - RJ	1.436	4	50	-	1.490	9,2
2ª - SP	2.293	-	60	-	2.353	14,5
3ª - MG	1.486	57	50	3	1.596	9,8
4ª - RS	1.524	-	33	-	1.557	9,6
5ª - BA	853	102	34	-	989	6,1
6ª - PE	589	79	34	-	702	4,3
7ª - CE	338	3	27	1	369	2,3
8ª - PA e AP	587	2	1	1	591	3,6
9ª - PR	995	-	35	-	1.030	6,4
10ª - DF e TO	333	63	13	4	413	2,5
11ª - AM e RR	274	30	2	3	309	1,9
12ª - SC	588	-	16	-	604	3,7
13ª - PB	309	10	9	-	328	2,0
14ª - RO e AC	230	12	3	-	245	1,5
15ª - Campinas/SP	1.044	224	48	-	1.316	8,1
16ª - MA	211	17	8	2	238	1,5
17ª - ES	232	28	11	-	271	1,7
18ª - GO	428	74	10	-	512	3,2
19ª - AL	165	38	31	1	235	1,4
20ª - SE	113	3	26	-	142	0,9
21ª - RN	229	13	13	7	262	1,6
22ª - PI	96	31	10	-	137	0,8
23ª - MT	307	19	5	-	331	2,0
24ª - MS	149	41	5	2	197	1,2
País	14.809	850	534	24	16.217	100,0

Notas: (%) em relação ao total de servidores em atividade no País.

(-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela 1.2.2.2. Servidores em atividade nas demais unidades da 1ª Instância (exceto varas do trabalho). 2024.

Região Judiciária	Quadro Permanente	Requisitados	Removidos	Cargos em Comissão	Total	%
1ª - RJ	527	-	21	-	548	9,3
2ª - SP	852	-	12	-	864	14,7
3ª - MG	487	25	19	-	531	9,1
4ª - RS	369	-	7	-	376	6,4
5ª - BA	316	11	19	-	346	5,9
6ª - PE	229	14	10	-	253	4,3
7ª - CE	86	1	6	-	93	1,6
8ª - PA e AP	203	-	2	-	205	3,5
9ª - PR	224	-	12	-	236	4,0
10ª - DF e TO	95	7	6	-	108	1,8
11ª - AM e RR	129	1	2	1	133	2,3
12ª - SC	220	-	10	-	230	3,9
13ª - PB	131	2	6	1	140	2,4
14ª - RO e AC	126	4	1	-	131	2,2
15ª - Campinas/SP	665	53	41	-	759	12,9
16ª - MA	37	2	3	1	43	0,7
17ª - ES	70	7	9	-	86	1,5
18ª - GO	183	14	4	-	201	3,4
19ª - AL	78	6	19	-	103	1,8
20ª - SE	41	-	7	-	48	0,8
21ª - RN	87	7	6	1	101	1,7
22ª - PI	34	8	3	-	45	0,8
23ª - MT	150	11	1	-	162	2,8
24ª - MS	111	5	5	-	121	2,1
País	5.450	178	231	4	5.863	100,0

Notas: (%) em relação ao total de servidores em atividade no País.

(-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Estão em atividade na 1ª Instância 22.080 servidores, 16.217 (73,4%) nas varas do trabalho e 5.863 (26,6%) nas demais unidades. Dentre esses servidores, 1.028 (4,7%) são requisitados, 765 (3,5%) são removidos e 28 (0,1%) são ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

1.2.3. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Tabela 1.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas nas varas do trabalho. 2024.

Região Judiciária	VARAS DO TRABALHO											
	Cargos em Comissão					Funções Comissionadas						
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	Total	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6	Total
1ª - RJ	9	-	146	-	292	-	-	137	435	571	-	1.143
2ª - SP	217	-	217	-	434	-	3	-	647	407	-	1.057
3ª - MG	66	-	158	-	224	43	-	154	41	845	-	1.083
4ª - RS	-	-	141	-	141	-	8	-	499	348	-	855
5ª - BA	-	-	88	-	88	-	172	-	351	221	-	744
6ª - PE	-	-	68	-	68	-	-	-	245	175	66	486
7ª - CE	-	-	37	-	37	1	45	37	153	60	-	296
8ª - PA e AP	-	-	56	-	56	-	1	1	260	58	1	321
9ª - PR	161	-	97	-	258	-	141	12	353	115	-	621
10ª - DF e TO	35	-	35	-	70	-	-	72	37	177	35	321
11ª - AM e RR	-	-	32	-	32	-	47	-	139	78	-	264
12ª - SC	118	-	60	-	178	-	98	-	179	74	-	351
13ª - PB	-	-	27	-	27	-	2	65	97	54	44	262
14ª - RO e AC	-	-	32	-	32	-	15	-	66	96	-	177
15ª - Campinas/SP	-	-	116	-	116	83	286	1	272	289	-	931
16ª - MA	-	-	23	-	23	17	28	14	96	-	-	155
17ª - ES	...	...	...	...	...	...	4	-	151	45	-	200
18ª - GO	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
19ª - AL	-	-	22	-	22	-	46	25	56	54	-	181
20ª - SE	-	-	15	-	15	4	29	1	47	39	-	120
21ª - RN	-	-	23	-	23	-	23	-	64	64	18	169
22ª - PI	-	-	14	-	14	39	-	-	54	-	-	93
23ª - MT	29	-	38	-	67	-	-	57	49	38	-	144
24ª - MS	-	-	26	-	26	-	-	1	106	26	-	133
País	772	-	1.471	-	2.243	187	948	577	4.397	3.834	164	10.107

Notas: (...) Dado numérico indisponível.

(-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

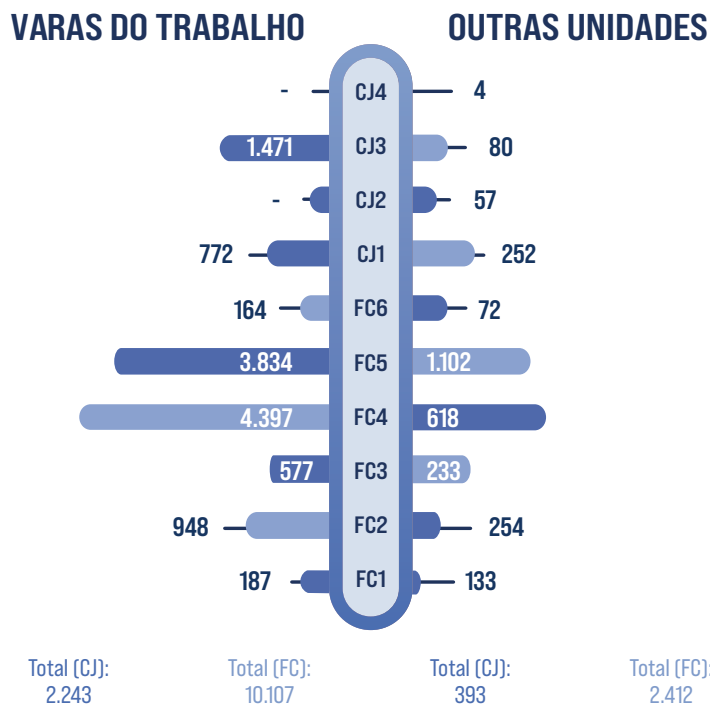
Tabela 1.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas nas demais unidades (exceto varas do trabalho). 2024.

Região Judiciária	Outras Unidades (Exceto Varas do Trabalho)											
	Cargos em Comissão					Funções Comissionadas						
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	Total	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6	Total
1ª - RJ	22	7	3	1	33	-	-	15	41	147	3	206
2ª - SP	8	4	4	-	16	60	22	49	61	136	1	329
3ª - MG	5	-	6	-	11	30	-	59	73	138	29	329
4ª - RS	39	4	2	-	45	3	15	3	10	29	-	60
5ª - BA	3	2	2	-	7	-	28	25	29	67	-	149
6ª - PE	10	1	2	-	13	-	32	1	28	32	1	94
7ª - CE	-	-	3	-	3	1	-	2	8	6	-	17
8ª - PA e AP	7	1	-	-	8	-	10	4	7	61	9	91
9ª - PR	35	4	-	-	39	1	6	11	13	12	2	45
10ª - DF e TO	-	-	3	-	3	-	-	-	36	11	1	48
11ª - AM e RR	11	5	2	-	18	-	4	11	15	26	1	57
12ª - SC	32	5	2	-	39	1	1	3	24	59	-	88
13ª - PB	3	3	2	1	9	-	1	10	22	8	22	63
14ª - RO e AC	6	2	2	1	11	-	-	-	34	46	1	81
15ª - Campinas/SP	58	1	37	-	96	23	113	-	116	220	-	472
16ª - MA	3	1	-	-	4	-	-	3	4	-	-	7
17ª - ES	...	...	...	...	...	-	6	2	8	14	-	30
18ª - GO	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
19ª - AL	-	10	5	-	15	-	11	13	7	11	-	42
20ª - SE	1	1	1	-	3	1	2	5	-	2	-	10
21ª - RN	3	3	1	-	7	-	-	4	12	12	-	28
22ª - PI	-	-	-	-	-	7	1	-	8	-	-	16
23ª - MT	5	3	1	1	10	5	-	4	49	31	-	89
24ª - MS	1	-	2	-	3	1	2	9	13	34	2	61
País	252	57	80	4	393	133	254	233	618	1.102	72	2.412

Notas: (...) Dado numérico indisponível.

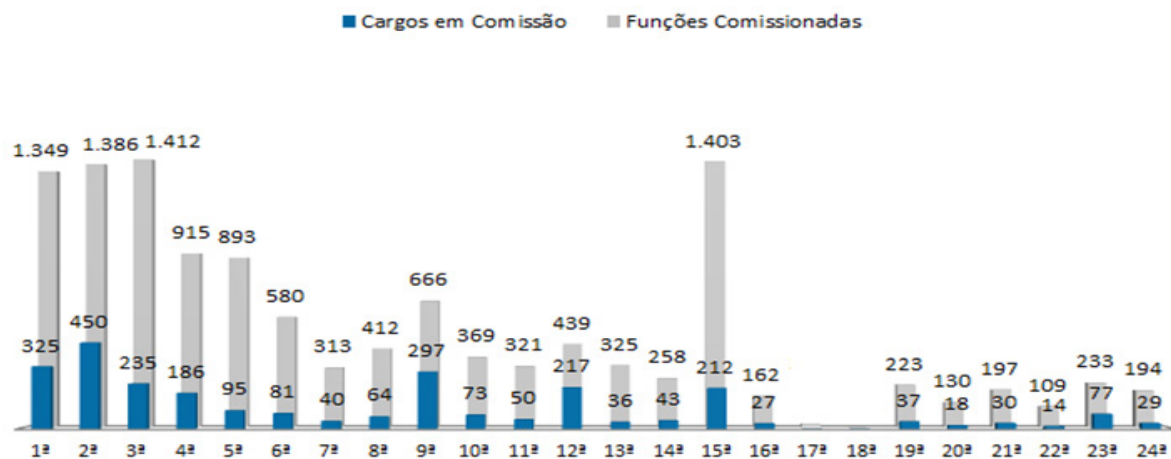
(-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotados na 1ª Instância. Varas do trabalho e demais unidades (exceto varas do trabalho). 2024.



Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na 1ª instância, segundo a Região Judiciária. 2024.

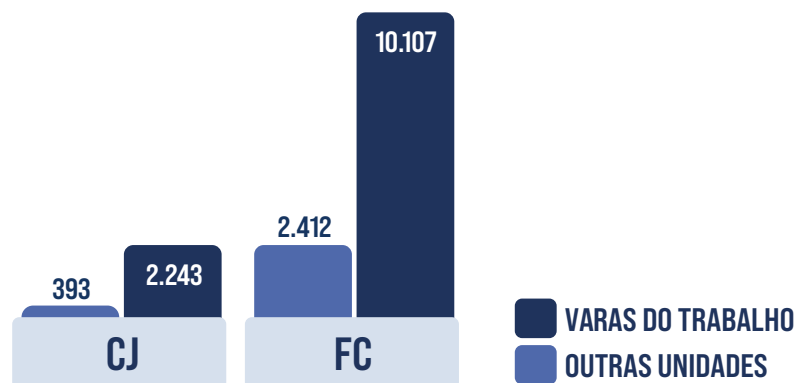


Estão lotadas na 1ª Instância 12.519 Funções Comissionadas e 2.636 Cargos em Comissão. Esse quantitativo resulta em uma proporção de 0,69 FC/CJ a cada servidor em atividade.

Dentre as Funções Comissionadas, 236 (1,9%) são FC-6, 4.936 (39,4%) são FC-5, 5.015 (40,1%) são FC-4, 810 (6,5%) são FC-3, 1.202 (9,6%) são FC-2 e 320 (2,6%) são FC-1.

Dentre os Cargos em Comissão, 4 (0,2%) são CJ-4, 1.551 (58,8%) são CJ-3, 57 (2,2%) são CJ-2 e 1.024 (38,8%) são CJ-1.

Figura 1.2.3.3. Proporção de CJs e FCs nas Varas do Trabalho e demais unidades. 2024.



1.3. ARRECAÇÃO

Tabela 1.3.1 Arrecadação nas Varas do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Arrecadação (em Reais)				Total
	Custas/Emolumentos	Previdência	Imposto de Renda	Multas	
1ª - RJ	39.860.726,54	505.066.983,14	162.164.846,88	3.718.254,87	710.810.811,43
2ª - SP	45.502.850,23	394.282.723,71	91.014.763,24	957.721,55	531.758.058,73
3ª - MG	35.051.780,88	726.424.189,36	155.117.250,13	1.702.719,72	918.295.940,09
4ª - RS	74.108.150,96	555.336.872,76	147.349.751,52	48.662,64	776.843.437,88
5ª - BA	59.532.613,82	349.444.513,13	85.514.761,27	236.766,07	494.728.654,29
6ª - PE	32.459.452,34	173.753.798,89	18.086.558,54	100.733,84	224.400.543,61
7ª - CE	20.090.810,17	86.044.521,79	13.432.561,52	147.237,03	119.715.130,51
8ª - PA e AP	11.720.685,11	84.189.412,81	14.764.582,49	272.827,74	110.947.508,15
9ª - PR	56.697.408,83	502.825.504,96	94.488.315,69	704.879,78	654.716.109,26
10ª - DF e TO	20.768.480,97	162.757.825,35	56.316.363,30	1.163.425,51	241.006.095,13
11ª - AM e RR	3.751.163,44	33.608.055,26	6.749.181,68	57.504,92	44.165.905,30
12ª - SC	23.271.331,41	133.741.465,83	20.529.283,90	628.360,54	178.170.441,68
13ª - PB	9.530.415,08	64.160.227,47	7.715.647,62	232.042,05	81.638.332,22
14ª - RO e AC	5.385.595,76	40.765.579,41	5.549.968,84	127.739,88	51.828.883,89
15ª - Campinas/SP	52.024.314,43	625.502.423,20	85.344.557,49	627.564,87	763.498.859,99
16ª - MA	3.521.777,05	25.611.221,71	2.715.024,60	116.512,15	31.964.535,51
17ª - ES	12.458.124,03	116.799.080,84	22.778.239,53	64.511,38	152.099.955,78
18ª - GO	19.904.343,01	81.136.357,10	12.853.264,21	320.077,50	114.214.041,82
19ª - AL	2.782.020,83	20.877.424,42	2.127.715,14	414.100,78	26.201.261,17
20ª - SE	3.017.953,30	33.431.405,87	6.830.527,52	289,60	43.280.176,29
21ª - RN	5.863.253,71	35.696.345,51	4.200.339,71	1.107.245,15	46.867.184,08
22ª - PI	2.228.755,88	22.956.643,05	4.081.430,51	2.136.576,89	31.403.406,33
23ª - MT	9.145.247,56	68.510.901,26	6.338.071,68	89.500,89	84.083.721,39
24ª - MS	8.439.034,46	59.632.114,69	9.957.840,55	66.149,27	78.095.138,97
País	557.116.289,80	4.902.555.591,52	1.036.020.847,56	15.041.404,62	6.510.734.133,50

A arrecadação nas varas do trabalho totalizou R\$ 6.510.734.133,50 em 2024, um aumento de 6,6% em relação ao valor do ano anterior corrigido pelo IPCA que fechou o ano 2024 acumulado em 4,8313%. Cabe observar que no ano 2023 não houve a disponibilização da parte da arrecadação relativa às Multas, que voltaram a ser informadas no ano 2024. Ainda considerando esse índice, a arrecadação de custas e emolumentos aumentou 11,9%; a da Previdência aumentou 13,4% e a de Imposto de Renda aumentou 3,5%.

Figura 1.3.1 Arrecadação nas Varas do Trabalho. 2024.



1.4. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES

Os valores pagos aos reclamantes totalizaram R\$ 49.227.136.998,52, um aumento de 19,0% em relação ao valor do ano anterior corrigido pelo IPCA. Ainda considerando esse índice, os valores decorrentes de acordos aumentaram 18,0%, os decorrentes de execução aumentaram 21,9% e os de pagamento espontâneo aumentaram 13,3%.

Os acordos representaram 41,1% do total; as execuções, 45,1% e os pagamentos espontâneos, 13,8%.

Figura 1.4.1 Valores pagos aos reclamantes. 2024.



Tabela 1.4.1 Valores pagos aos reclamantes. 2024.

Região Judiciária	Valores pagos aos reclamantes (em Reais)			Total
	Acordos	Execução	Pagamento espontâneo	
1ª – RJ	1.906.606.503,57	2.646.838.610,14	830.095.391,88	5.383.540.505,59
2ª – SP	3.763.044.810,06	1.178.980.941,58	1.023.555.384,18	5.965.581.135,82
3ª – MG	2.335.652.200,23	1.854.627.849,84	980.635.528,09	5.170.915.578,16
4ª – RS	1.531.835.121,03	3.324.994.834,74	613.470.782,60	5.470.300.738,37
5ª – BA	935.209.787,57	2.772.189.163,70	220.190.088,51	3.927.589.039,78
6ª – PE	698.123.983,87	684.161.675,67	56.642.782,78	1.438.928.442,32
7ª – CE	354.637.040,37	396.897.319,02	79.588.102,71	831.122.462,10
8ª – PA e AP	492.012.828,58	389.385.455,66	82.447.334,73	963.845.618,97
9ª – PR	1.329.685.079,12	2.771.762.607,04	86.703.637,35	4.188.151.323,51
10ª – DF e TO	354.784.304,70	859.662.816,78	153.602.286,73	1.368.049.408,21
11ª – AM e RR	153.897.033,18	185.318.506,59	40.114.507,87	379.330.047,64
12ª – SC	797.646.575,86	646.677.521,38	117.252.133,76	1.561.576.231,00
13ª – PB	187.562.468,43	206.108.395,04	56.142.478,49	449.813.341,96
14ª – RO e AC	192.210.670,00	206.942.700,43	17.272.131,31	416.425.501,74
15ª – Campinas/SP	3.058.962.167,66	1.511.084.596,07	1.942.818.240,07	6.512.865.003,80
16ª – MA	151.033.561,88	253.877.489,92	45.844.366,17	450.755.417,97
17ª – ES	265.966.206,76	793.639.730,30	57.486.400,06	1.117.092.337,12
18ª – GO	680.027.059,54	383.504.868,11	120.641.789,09	1.184.173.716,74
19ª – AL	78.277.983,97	129.866.468,49	7.808.392,11	215.952.844,57
20ª – SE	122.631.173,13	218.405.519,56	48.785.658,06	389.822.350,75
21ª – RN	173.760.572,35	222.771.239,54	28.607.459,69	425.139.271,58
22ª – PI	82.981.501,93	128.990.072,87	15.677.442,12	227.649.016,92
23ª – MT	332.099.354,82	204.812.093,46	80.304.020,37	617.215.468,65
24ª – MS	257.052.317,48	226.405.177,84	87.844.699,93	571.302.195,25
País	20.235.700.306,09	22.197.905.653,77	6.793.531.038,66	49.227.136.998,52

1.5. LITIGIOSIDADE

1.5.1. FASE DE CONHECIMENTO

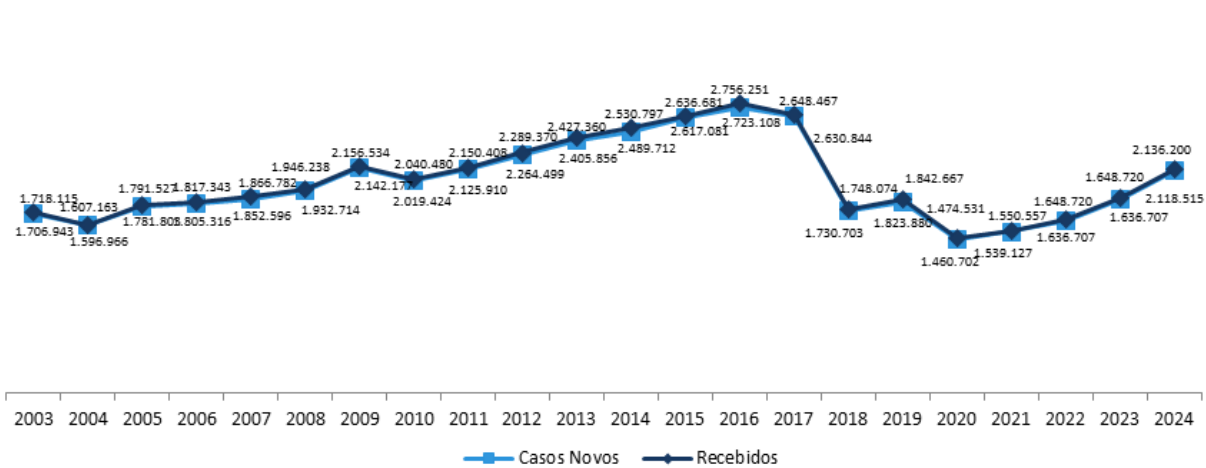
1.5.1.1. PROCESSOS RECEBIDOS

Tabela 1.5.1.1.1. Processos recebidos e Embargos de Declaração interpostos. 2024.

Região Judiciária	Processos Recebidos								Embargos de Declaração interpostos
	Casos Novos	Sentença reformada pela instância superior	Sentença reformada pela própria instância	Sentença anulada pela instância superior	Sentença revogada pela própria instância	RPPs convertidas em HTE	Total	% em relação ao total no País	
1ª - RJ	191.180	170	136	1.120	172	28	192.806	9,0	67.394
2ª - SP	410.120	277	85	2.071	283	62	412.898	19,3	97.647
3ª - MG	202.723	442	88	764	188	19	204.224	9,6	43.144
4ª - RS	133.234	412	2	1.019	9	17	134.693	6,3	27.290
5ª - BA	85.898	267	60	616	40	82	86.963	4,1	36.026
6ª - PE	79.036	81	9	322	15	181	79.644	3,7	18.006
7ª - CE	51.106	45	38	139	98	59	51.485	2,4	9.144
8ª - PA e AP	61.404	168	19	110	60	113	61.874	2,9	7.334
9ª - PR	118.259	514	9	543	53	76	119.454	5,6	25.325
10ª - DF e TO	45.721	86	26	161	102	5	46.101	2,2	14.435
11ª - AM e RR	38.537	-	4	1	4	2	38.548	1,8	5.464
12ª - SC	85.993	72	29	212	71	43	86.420	4,0	12.201
13ª - PB	31.692	21	1	200	4	36	31.954	1,5	7.874
14ª - RO e AC	19.165	24	5	46	9	-	19.249	0,9	2.486
15ª - Campinas/SP	290.763	267	146	1.655	660	40	293.531	13,7	57.014
16ª - MA	28.472	31	3	63	34	-	28.603	1,3	4.799
17ª - ES	30.483	73	3	269	44	59	30.931	1,4	10.560
18ª - GO	78.311	83	20	295	83	3	78.795	3,7	10.646
19ª - AL	18.091	37	2	117	5	170	18.422	0,9	3.398
20ª - SE	16.304	36	51	195	13	46	16.645	0,8	5.526
21ª - RN	22.049	-	1	7	2	4	22.063	1,0	5.194
22ª - PI	16.227	43	1	67	30	-	16.368	0,8	2.688
23ª - MT	35.837	65	3	253	5	193	36.356	1,7	5.917
24ª - MS	27.910	31	3	87	82	60	28.173	1,3	5.761
País	2.118.515	3.245	744	10.332	2.066	1.298	2.136.200	100,0	485.273

Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.5.1.1.1. Série histórica de Recebidos e de Casos Novos. 2003/2024.



Os processos recebidos totalizaram 2.136.200, dentre os quais 2.118.515 (99,2%) foram Casos Novos. Os 0,8% restantes são processos recebidos para novo julgamento em razão de reforma, anulação ou revogação de sentença anterior e Reclamações Pré-processuais convertidas em Homologações de Transações Extrajudiciais.

Os Embargos de Declaração interpostos totalizaram 485.273, um aumento de 12,5% em relação a 2023.

Tabela 1.5.1.1.2. Casos Novos por Rito. 2024.

Região Judiciária	Casos Novos				
	Rito Sumaríssimo	%	Exceto Rito Sumaríssimo	%	Total
1ª – RJ	83.801	43,8	107.379	56,2	191.180
2ª – SP	166.182	40,5	243.938	59,5	410.120
3ª – MG	101.867	50,2	100.856	49,8	202.723
4ª – RS	46.037	34,6	87.197	65,4	133.234
5ª – BA	30.435	35,4	55.463	64,6	85.898
6ª – PE	29.133	36,9	49.903	63,1	79.036
7ª – CE	24.259	47,5	26.847	52,5	51.106
8ª – PA e AP	22.916	37,3	38.488	62,7	61.404
9ª – PR	51.343	43,4	66.916	56,6	118.259
10ª – DF e TO	18.555	40,6	27.166	59,4	45.721
11ª – AM e RR	17.017	44,2	21.520	55,8	38.537
12ª – SC	37.758	43,9	48.235	56,1	85.993
13ª – PB	17.012	53,7	14.680	46,3	31.692
14ª – RO e AC	8.886	46,4	10.279	53,6	19.165
15ª – Campinas/SP	122.302	42,1	168.461	57,9	290.763
16ª – MA	15.000	52,7	13.472	47,3	28.472
17ª – ES	12.202	40,0	18.281	60,0	30.483
18ª – GO	35.197	44,9	43.114	55,1	78.311
19ª – AL	9.990	55,2	8.101	44,8	18.091
20ª – SE	8.091	49,6	8.213	50,4	16.304
21ª – RN	11.502	52,2	10.547	47,8	22.049
22ª – PI	7.508	46,3	8.719	53,7	16.227
23ª – MT	13.297	37,1	22.540	62,9	35.837
24ª – MS	12.393	44,4	15.517	55,6	27.910
País	902.683	42,6	1.215.832	57,4	2.118.515

Figura 1.5.1.1.2. Casos Novos por Rito. 2024.



Enquanto os Casos Novos do rito sumaríssimo representaram 42,6% do total os das demais classes da fase de conhecimento (vide lista das classes no glossário anexo), 57,4%. Apenas a 3ª, a 13ª, a 16ª, a 19ª e a 21ª Regiões tiveram maior percentual no rito sumaríssimo.

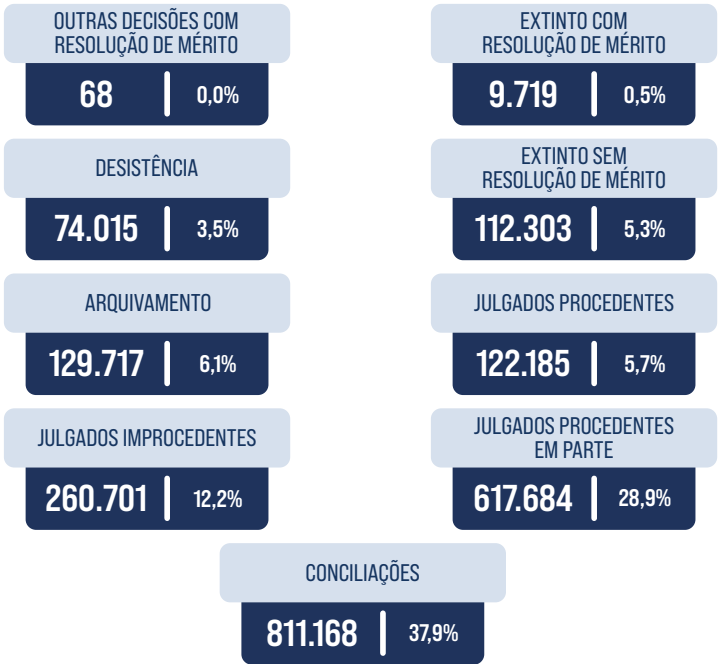
1.5.1.2. PROCESSOS SOLUCIONADOS

Tabela 1.5.1.2.1. Processos solucionados. 2024.

Região Judiciária	Processos Solucionados									
	Conciliações	Julgados procedente	Julgados Procedente em parte	Julgados Improcedente	Extintos com resolução de mérito	Outras decisões com resolução de mérito	Extintos sem resolução de mérito	Arquivamentos	Desistências	Total
1ª - RJ	68.332	15.542	66.340	32.939	1.387	14	10.660	10.478	7.362	213.054
2ª - SP	171.819	14.684	116.734	55.724	1.343	12	23.777	29.650	16.094	429.837
3ª - MG	69.414	10.182	56.962	21.923	667	1	14.535	17.647	8.497	199.828
4ª - RS	53.289	6.927	43.188	17.470	650	6	4.495	2.136	2.788	130.949
5ª - BA	25.070	6.437	30.845	13.149	647	-	4.703	5.730	3.713	90.294
6ª - PE	37.887	5.175	21.832	8.567	524	-	4.152	2.713	2.129	82.979
7ª - CE	17.923	3.156	14.188	5.547	264	2	4.259	4.036	1.805	51.180
8ª - PA e AP	19.546	3.332	14.601	5.966	152	2	3.611	5.722	5.861	58.793
9ª - PR	57.361	5.760	30.209	11.538	383	3	4.642	5.004	2.497	117.397
10ª - DF e TO	14.318	2.830	13.744	5.469	373	2	2.563	5.042	1.521	45.862
11ª - AM e RR	13.014	2.236	9.124	3.541	84	1	2.179	4.061	3.033	37.273
12ª - SC	37.349	6.354	19.248	9.945	717	14	2.739	1.899	2.018	80.283
13ª - PB	8.145	2.433	10.327	7.004	164	1	1.184	1.835	880	31.973
14ª - RO e AC	6.343	1.953	4.949	1.879	81	-	2.252	1.341	612	19.410
15ª - Campinas/SP	109.580	17.538	92.563	31.288	1.111	5	10.021	12.250	6.666	281.022
16ª - MA	9.792	2.471	6.497	2.301	90	-	2.162	3.065	975	27.353
17ª - ES	7.556	1.800	11.243	5.279	151	-	1.162	1.657	1.438	30.286
18ª - GO	32.964	3.374	18.902	7.303	247	1	4.217	6.983	2.281	76.272
19ª - AL	8.938	1.102	4.491	2.215	84	-	696	1.205	571	19.302
20ª - SE	3.871	2.110	5.343	2.147	70	1	1.526	932	469	16.469
21ª - RN	6.568	2.180	6.542	2.607	106	-	827	1.838	605	21.273
22ª - PI	4.706	1.752	4.722	1.789	93	3	621	1.285	595	15.566
23ª - MT	15.347	1.790	8.358	2.635	153	-	4.293	2.254	779	35.609
24ª - MS	12.036	1.067	6.732	2.476	178	-	1.027	954	826	25.296
País	811.168	122.185	617.684	260.701	9.719	68	112.303	129.717	74.015	2.137.560

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.5.1.2.1. Processos Solucionados por tipo de decisão. 2024.



Nota: Para detalhamento das variáveis, consultar o Glossário.

Figura 1.5.1.2.2. Série histórica de Solucionados. 2003/2024.

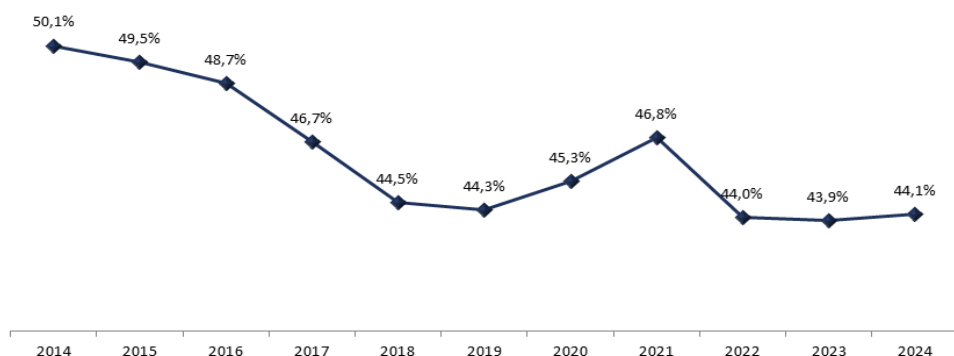


1.5.1.3. CONCILIAÇÕES

Tabela 1.5.1.3.1. Conciliações. 2024.

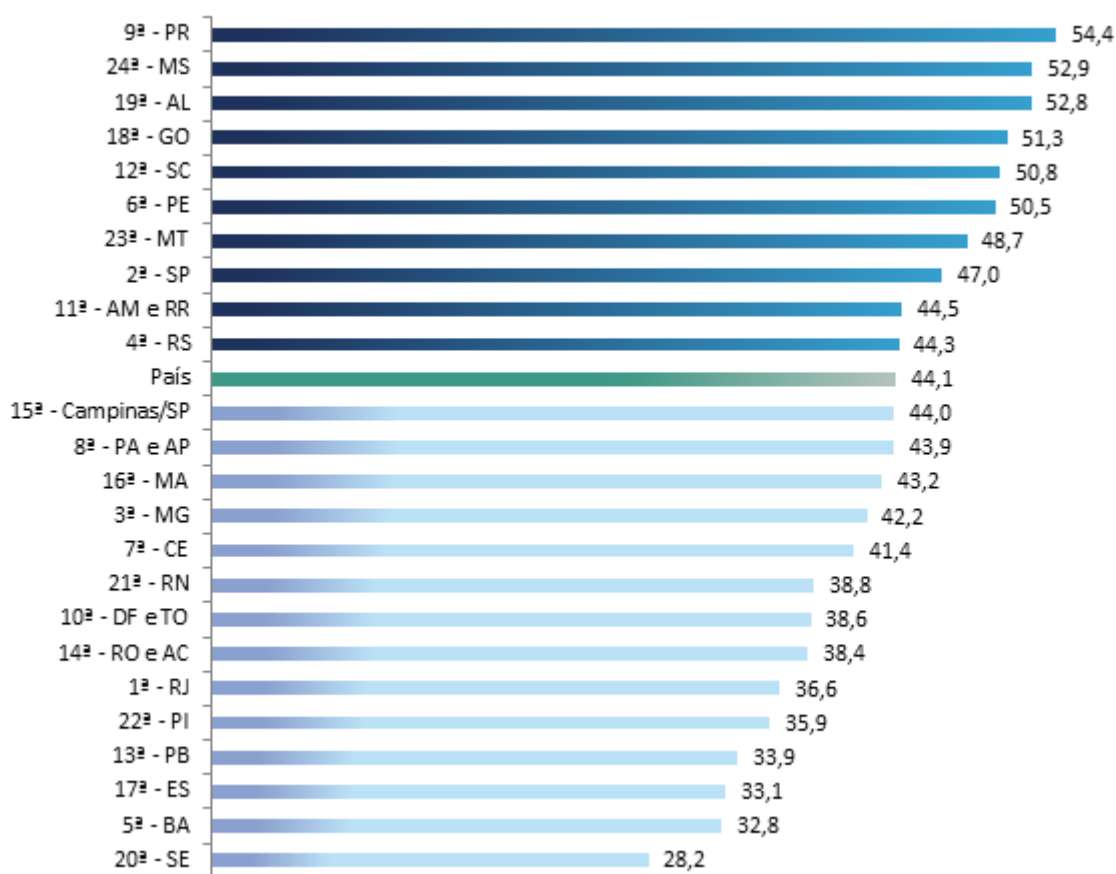
Região Judiciária	Conciliações na Fase de Conhecimento			Solucionados exceto arquivamentos e desistências	% de conciliações
	No momento da Sentença	Após a Sentença	Total		
1ª – RJ	68.332	3.175	71.507	195.214	36,6
2ª – SP	171.819	8.796	180.615	384.093	47,0
3ª – MG	69.414	3.928	73.342	173.684	42,2
4ª – RS	53.289	2.520	55.809	126.025	44,3
5ª – BA	25.070	1.470	26.540	80.851	32,8
6ª – PE	37.887	1.556	39.443	78.137	50,5
7ª – CE	17.923	839	18.762	45.339	41,4
8ª – PA e AP	19.546	1.191	20.737	47.210	43,9
9ª – PR	57.361	2.462	59.823	109.896	54,4
10ª – DF e TO	14.318	856	15.174	39.299	38,6
11ª – AM e RR	13.014	417	13.431	30.179	44,5
12ª – SC	37.349	1.449	38.798	76.366	50,8
13ª – PB	8.145	1.761	9.906	29.258	33,9
14ª – RO e AC	6.343	358	6.701	17.457	38,4
15ª – Campinas/SP	109.580	5.639	115.219	262.106	44,0
16ª – MA	9.792	285	10.077	23.313	43,2
17ª – ES	7.556	1.447	9.003	27.191	33,1
18ª – GO	32.964	1.378	34.342	67.008	51,3
19ª – AL	8.938	314	9.252	17.526	52,8
20ª – SE	3.871	371	4.242	15.068	28,2
21ª – RN	6.568	730	7.298	18.830	38,8
22ª – PI	4.706	213	4.919	13.686	35,9
23ª – MT	15.347	505	15.852	32.576	48,7
24ª – MS	12.036	406	12.442	23.516	52,9
País	811.168	42.066	853.234	1.933.828	44,1

Figura 1.5.1.3.1. Série histórica de Conciliações. 2014/2024.



No ano 2024, foram conciliados 853.234 processos, 44,1% do total solucionado, excluídos os solucionados por arquivamentos e desistências. Esse valor representa o terceiro menor percentual dos últimos dez anos, próximo ao obtido em 2022 (44,0%) e em 2023 (43,9%).

Figura 1.5.1.3.2. Percentuais de Conciliação nas Regiões Judiciárias. 2024.



1.5.1.4. CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – CEJUSCs (fase de conhecimento)

Figura 1.5.1.4.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024.



Nota: Pendentes de devolução corresponde ao saldo no final de 2024.

Tabela 1.5.1.4.1. Movimentação processual nos CEJUSCs .2024.

Região Judiciária	Processos Remetidos aos CEJUSCs de 1º Grau na Fase de Conhecimento	Processos na Fase de Conhecimento Devolvidos para a Vara pelos CEJUSCs de 1º Grau	Processos nos CEJUSCs de 1º Grau na Fase de Conhecimento Pendentes de Devolução para a Vara
1ª - RJ	11.541	11.355	1.518
2ª - SP	21.586	21.766	1.305
3ª - MG	1.996	1.943	144
4ª - RS	6.461	6.380	437
5ª - BA	6.198	6.035	916
6ª - PE	32.361	32.658	1.227
7ª - CE	790	909	54
8ª - PA e AP	9.267	9.331	955
9ª - PR	37.976	38.227	546
10ª - DF e TO	20.159	19.439	2.659
11ª - AM e RR	5.091	5.141	339
12ª - SC	36.673	37.148	4.188
13ª - PB	401	394	9
14ª - RO e AC	14.242	14.212	35
15ª - Campinas/SP	16.303	16.219	1.240
16ª - MA	1.830	1.940	187
17ª - ES	2.153	2.169	94
18ª - GO	72.614	72.600	57
19ª - AL	1.089	1.372	66
20ª - SE	3.006	2.878	261
21ª - RN	3.541	3.646	373
22ª - PI	342	345	4
23ª - MT	5.642	5.520	444
24ª - MS	2.385	2.493	143
País	313.647	314.120	17.201

1.5.1.5. PROCESSOS PENDENTES DE SOLUÇÃO

Tabela 1.5.1.5.1. Processos pendentes de solução. 2024.

Região Judiciária	Processos pendentes de solução				
	Aguardando a 1ª sessão de audiência procedimento diverso	Aguardando o encerramento da instrução	Aguardando a prolação da sentença	Total	% aguardando a prolação da sentença com prazo vencido
1ª - RJ	61.670	62.447	10.679	134.796	0,9
2ª - SP	80.841	47.730	15.277	143.848	0,8
3ª - MG	20.534	44.171	6.776	71.481	0,5
4ª - RS	68.111	28.396	15.167	111.674	5,1
5ª - BA	16.004	24.132	6.106	46.242	2,5
6ª - PE	10.722	14.903	3.446	29.071	1,0
7ª - CE	7.906	6.085	1.950	15.941	1,6
8ª - PA e AP	10.340	4.196	1.609	16.145	0,2
9ª - PR	19.572	28.675	2.954	51.201	0,2
10ª - DF e TO	9.160	9.497	1.305	19.962	0,9
11ª - AM e RR	5.458	4.680	551	10.689	0,0
12ª - SC	22.945	17.558	2.965	43.468	0,6
13ª - PB	2.446	2.546	933	5.925	0,1
14ª - RO e AC	1.027	1.499	262	2.788	0,6
15ª - Campinas/SP	100.137	90.453	15.750	206.340	0,9
16ª - MA	5.479	3.777	1.104	10.360	2,5
17ª - ES	4.944	7.305	1.647	13.896	2,1
18ª - GO	8.251	12.746	2.534	23.531	0,4
19ª - AL	2.261	2.911	515	5.687	0,7
20ª - SE	2.495	3.183	629	6.307	0,3
21ª - RN	2.960	1.871	569	5.400	0,1
22ª - PI	2.784	2.268	881	5.933	3,1
23ª - MT	4.634	4.821	1.685	11.140	-
24ª - MS	5.467	5.222	740	11.429	-
País	476.148	431.072	96.034	1.003.254	1,3

Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
(0,0) Dado numérico não nulo com arredondamento igual a zero.

Figura 1.5.1.5.1. Série histórica de pendentes de solução. 2003/2024.

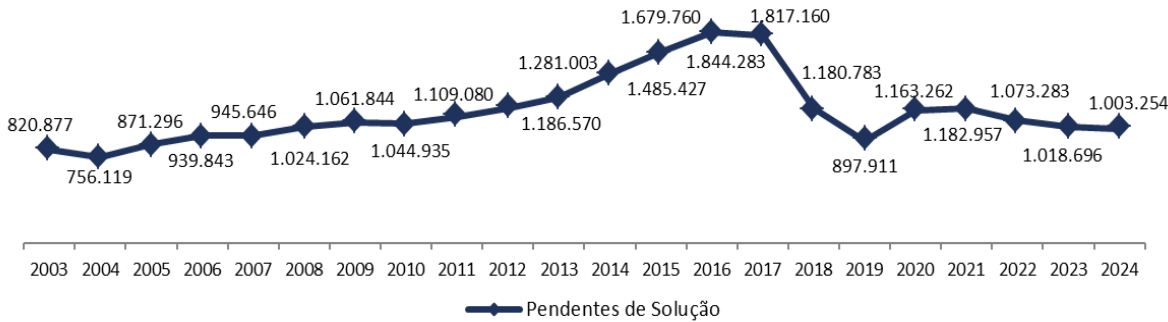
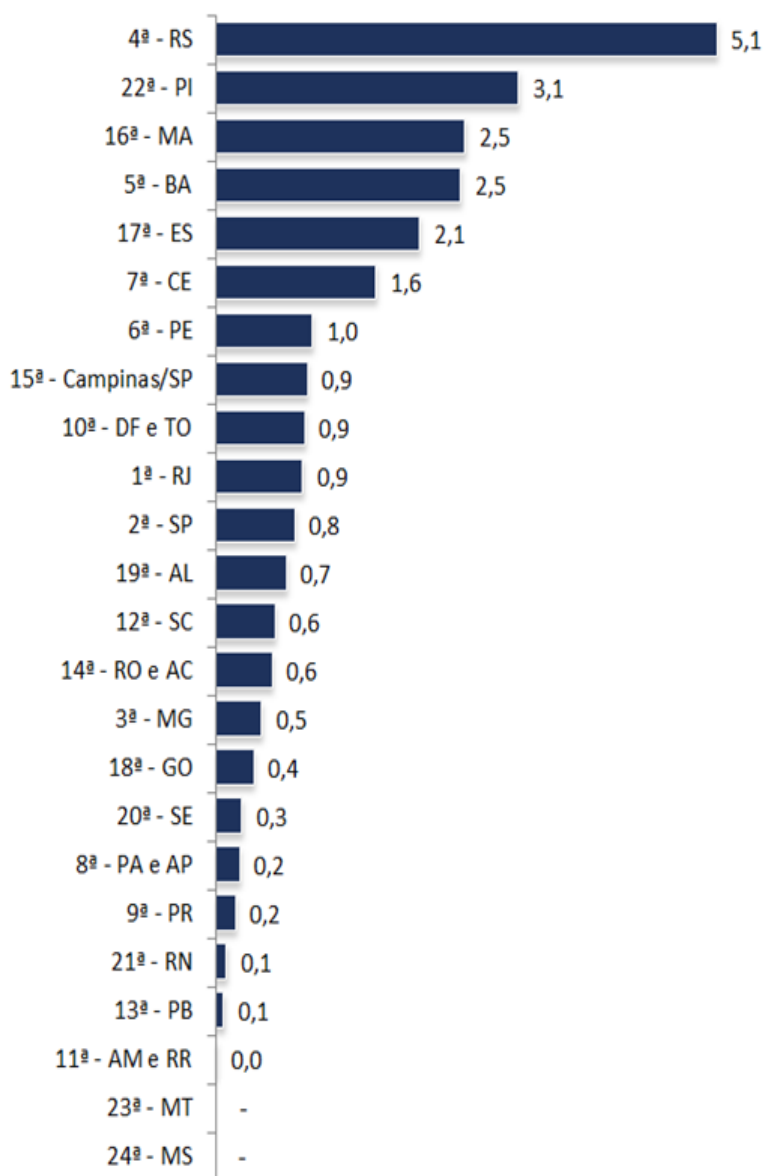


Figura 1.5.1.5.2. Percentual de processos aguardando a prolação da sentença com o prazo vencido. 2024.



Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(0,0) Dado numérico não nulo com arredondamento igual a zero.

Ao final de 2024, ficaram pendentes na 1ª Instância da Justiça do Trabalho 1.003.254 processos, quantitativo 1,5% inferior ao do ano anterior. Desse total, 476.148 (47,5%) aguardavam a 1ª sessão de audiência; 431.072 (43,0%) aguardavam o encerramento da Instrução e 96.034 (9,6%) aguardavam a prolação da sentença.

Dentre os processos que aguardavam a prolação da sentença, 1,3% encontravam-se com prazo vencido e 6 Regiões apresentaram percentuais superiores a este: 4ª, 5ª, 7ª, 16ª, 17ª e 22ª.

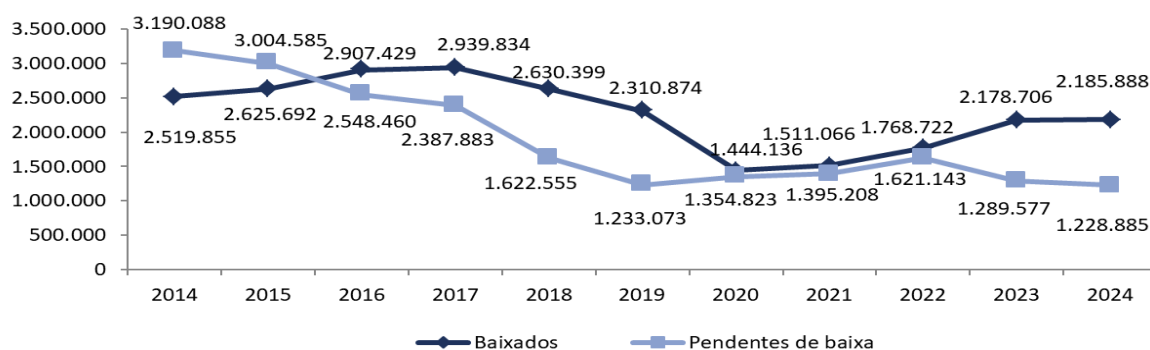
1.5.1.6. PROCESSOS BAIXADOS

Tabela 1.5.1.6.1. Processos baixados e pendentes de baixa. 2024.

Região Judiciária	Processos baixados e pendentes de baixa	
	Processos baixados - fase de conhecimento	Processos pendentes de baixa na fase de conhecimento
1ª - RJ	220.629	168.626
2ª - SP	444.141	178.045
3ª - MG	202.651	86.961
4ª - RS	138.494	132.553
5ª - BA	93.543	60.353
6ª - PE	83.520	35.874
7ª - CE	52.733	21.291
8ª - PA e AP	59.104	19.901
9ª - PR	116.907	59.747
10ª - DF e TO	45.981	24.905
11ª - AM e RR	37.224	13.747
12ª - SC	82.058	50.060
13ª - PB	32.728	8.496
14ª - RO e AC	19.071	4.741
15ª - Campinas/SP	285.486	243.153
16ª - MA	27.309	13.045
17ª - ES	31.658	18.064
18ª - GO	76.497	29.661
19ª - AL	20.796	7.490
20ª - SE	16.634	8.823
21ª - RN	21.776	7.397
22ª - PI	15.891	7.649
23ª - MT	35.904	14.657
24ª - MS	25.153	13.646
País	2.185.888	1.228.885

Nota: A baixa na Fase de Conhecimento ocorre por remessa dos autos à instância superior ou para órgãos judiciais competentes vinculados a Tribunais diferentes, por início da Fase de Cumprimento de sentença e Execução de Título Extrajudicial em decorrência de decisões que transitaram em julgado ou por Arquivamento Definitivo dos autos, a depender do que ocorrer primeiro.

Figura 1.5.1.6.1. Série Histórica de Processos Baixados e Pendentes de Baixa. 2014/2024.

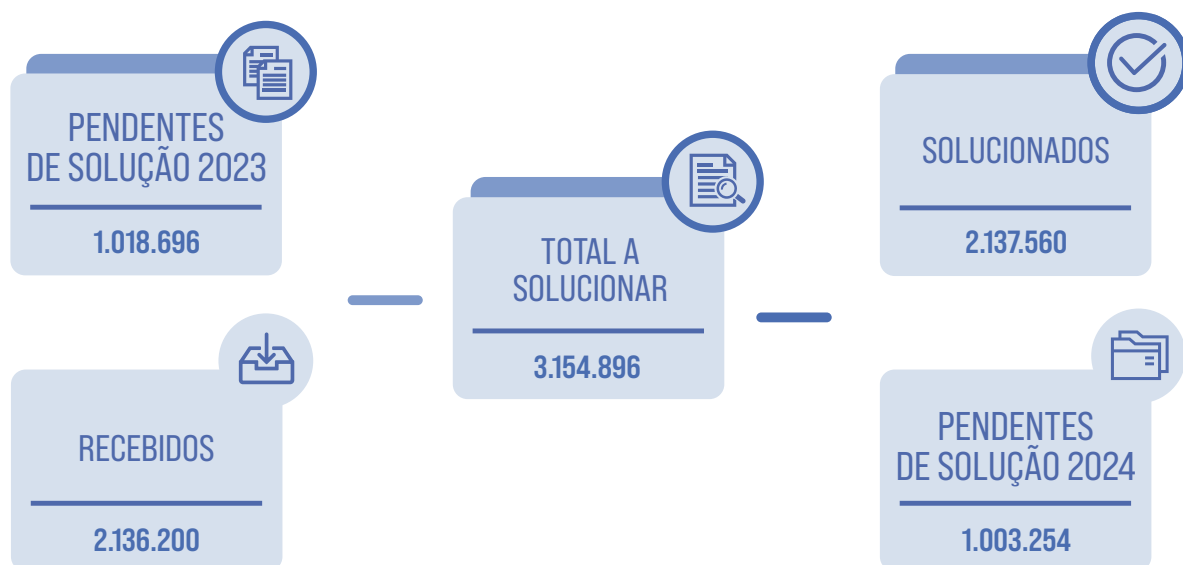


1.5.1.7. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA FASE DE CONHECIMENTO

Tabela 1.5.1.7.1. Quadro resumo da Fase de Conhecimento. 2024.

Região Judiciária	Casos Novos	Recebidos	Solucionados	Pendentes de solução	Processos Suspensos	Processos baixados - fase de conhecimento	Processos pendentes de baixa na fase de conhecimento
1ª - RJ	191.180	192.806	213.054	134.796	3.065	220.629	168.626
2ª - SP	410.120	412.898	429.837	143.848	2.474	444.141	178.045
3ª - MG	202.723	204.224	199.828	71.481	2.941	202.651	86.961
4ª - RS	133.234	134.693	130.949	111.674	5.750	138.494	132.553
5ª - BA	85.898	86.963	90.294	46.242	3.947	93.543	60.353
6ª - PE	79.036	79.644	82.979	29.071	797	83.520	35.874
7ª - CE	51.106	51.485	51.180	15.941	1.680	52.733	21.291
8ª - PA e AP	61.404	61.874	58.793	16.145	1.105	59.104	19.901
9ª - PR	118.259	119.454	117.397	51.201	2.474	116.907	59.747
10ª - DF e TO	45.721	46.101	45.862	19.962	1.151	45.981	24.905
11ª - AM e RR	38.537	38.548	37.273	10.689	879	37.224	13.747
12ª - SC	85.993	86.420	80.283	43.468	992	82.058	50.060
13ª - PB	31.692	31.954	31.973	5.925	237	32.728	8.496
14ª - RO e AC	19.165	19.249	19.410	2.788	144	19.071	4.741
15ª - Campinas/SP	290.763	293.531	281.022	206.340	8.572	285.486	243.153
16ª - MA	28.472	28.603	27.353	10.360	672	27.309	13.045
17ª - ES	30.483	30.931	30.286	13.896	3.248	31.658	18.064
18ª - GO	78.311	78.795	76.272	23.531	708	76.497	29.661
19ª - AL	18.091	18.422	19.302	5.687	484	20.796	7.490
20ª - SE	16.304	16.645	16.469	6.307	411	16.634	8.823
21ª - RN	22.049	22.063	21.273	5.400	263	21.776	7.397
22ª - PI	16.227	16.368	15.566	5.933	563	15.891	7.649
23ª - MT	35.837	36.356	35.609	11.140	426	35.904	14.657
24ª - MS	27.910	28.173	25.296	11.429	2.037	25.153	13.646
País	2.118.515	2.136.200	2.137.560	1.003.254	45.020	2.185.888	1.228.885

Figura 1.5.1.7.1. Movimentação processual na Fase de Conhecimento. 2024.



Nota: Para detalhamento das variáveis, consultar o Glossário.

1.5.2. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

1.5.2.1. PROCESSOS QUE INICIARAM NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Tabela 1.5.2.1.1. Processos que iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.

Região Judiciária	Processos que iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial				% em relação ao Total no País
	Casos Novos	Recebidos de outros órgãos para prosseguimento na Fase	Desarquivados para prosseguimento na Fase	Total	
1ª - RJ	166.104	1.245	28.089	195.438	9,7
2ª - SP	336.068	2.113	28.514	366.695	18,3
3ª - MG	148.659	940	27.937	177.536	8,8
4ª - RS	114.226	1.406	20.479	136.111	6,8
5ª - BA	74.144	4.827	32.811	111.782	5,6
6ª - PE	69.652	419	6.373	76.444	3,8
7ª - CE	40.587	101	12.438	53.126	2,6
8ª - PA e AP	39.063	139	7.859	47.061	2,3
9ª - PR	103.916	3.326	25.727	132.969	6,6
10ª - DF e TO	36.837	300	2.067	39.204	2,0
11ª - AM e RR	25.423	165	5.084	30.672	1,5
12ª - SC	64.547	249	13.456	78.252	3,9
13ª - PB	24.166	139	2.727	27.032	1,3
14ª - RO e AC	15.489	84	1.491	17.064	0,8
15ª - Campinas/SP	230.583	212	16.761	247.556	12,3
16ª - MA	21.290	177	9.072	30.539	1,5
17ª - ES	24.027	1.647	1.120	26.794	1,3
18ª - GO	58.520	817	20.482	79.819	4,0
19ª - AL	17.794	218	7.245	25.257	1,3
20ª - SE	11.800	59	3.061	14.920	0,7
21ª - RN	16.449	197	3.879	20.525	1,0
22ª - PI	11.903	37	1.754	13.694	0,7
23ª - MT	27.452	2.697	4.335	34.484	1,7
24ª - MS	24.050	1.478	720	26.248	1,3
País	1.702.749	22.992	283.481	2.009.222	100,0

1.5.2.2. PROCESSOS EXTINTOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Tabela 1.5.2.2.1. Processos extintos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.

Região Judiciária	Extintos					
	Por acordo	Por pagamento	Por cumprimento de Obrigação de Fazer ou Não Fazer	Por Prescrição Intercorrente	Outros	Total
1ª - RJ	41.136	72.378	14.884	752	8.933	138.083
2ª - SP	151.302	127.689	35.283	1.902	14.289	330.465
3ª - MG	56.258	60.815	11.591	1.019	5.798	135.481
4ª - RS	34.486	50.834	10.410	1.032	2.902	99.664
5ª - BA	20.131	40.084	8.511	555	4.121	73.402
6ª - PE	26.840	29.016	6.782	1.053	4.815	68.506
7ª - CE	12.795	19.832	4.801	188	3.050	40.666
8ª - PA e AP	17.320	15.528	5.833	341	1.524	40.546
9ª - PR	49.922	45.318	9.053	592	4.659	109.544
10ª - DF e TO	11.286	18.858	6.358	222	2.547	39.271
11ª - AM e RR	8.016	12.105	1.225	145	1.197	22.688
12ª - SC	31.033	23.801	6.390	330	1.732	63.286
13ª - PB	8.265	12.571	1.852	417	1.090	24.195
14ª - RO e AC	5.487	7.738	1.307	122	765	15.419
15ª - Campinas/SP	84.786	85.160	8.260	1.272	8.169	187.647
16ª - MA	5.854	18.122	4.930	170	4.505	33.581
17ª - ES	5.623	12.386	1.722	411	2.480	22.622
18ª - GO	26.740	19.358	4.091	203	2.860	53.252
19ª - AL	5.752	10.404	2.938	244	1.204	20.542
20ª - SE	2.756	5.153	796	50	478	9.233
21ª - RN	4.354	9.158	2.091	427	1.127	17.157
22ª - PI	3.537	7.875	572	219	727	12.930
23ª - MT	12.352	11.471	2.314	75	2.414	28.626
24ª - MS	9.038	9.627	1.745	44	1.841	22.295
País	635.069	725.281	153.739	11.785	83.227	1.609.101

Nota: Foram identificados 6.343 processos com mais de 1 motivo de extinção registrado no histórico do processo.

Figura 1.5.2.2.1. Processos Extintos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.



Nota: Foram identificados 6.343 processos com mais de 1 motivo de extinção registrado no histórico do processo.

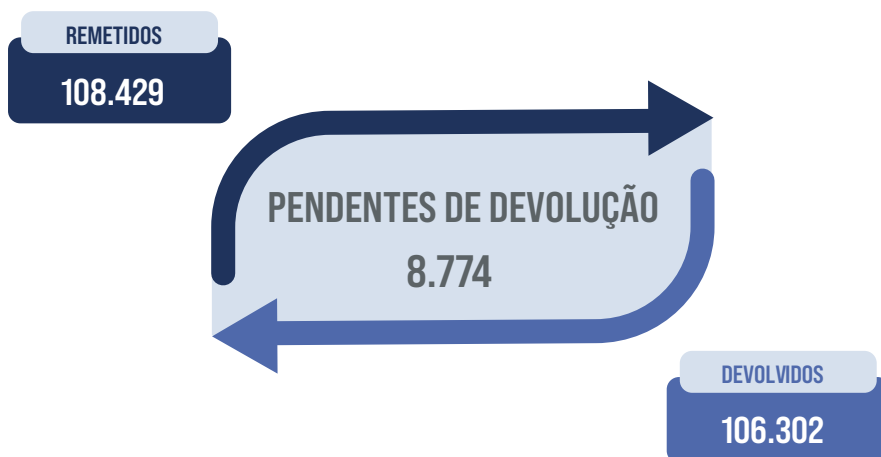
1.5.2.3. CONCILIAÇÕES NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Tabela 1.5.2.3.1. Processos com Acordos Homologados na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.

Região Judiciária	Acordos Homologados na Fase de Conhecimento movimentados para a Fase de Cumprimento de Sentença		Acordos Homologados na Fase de Cumprimento de Sentença
	Suspensos aguardando o cumprimento do acordo em 31/12/2024	Extintos	
1ª - RJ	166.593	31.676	22.002
2ª - SP	367.299	128.923	37.397
3ª - MG	130.436	43.066	20.381
4ª - RS	116.189	29.954	7.635
5ª - BA	82.019	14.460	9.203
6ª - PE	78.775	18.947	5.405
7ª - CE	38.970	10.487	3.821
8ª - PA e AP	53.154	14.101	12.201
9ª - PR	155.220	41.640	12.992
10ª - DF e TO	9.179	8.941	4.211
11ª - AM e RR	5.576	6.629	3.266
12ª - SC	80.639	27.418	5.962
13ª - PB	27.005	4.852	2.943
14ª - RO e AC	15.581	4.110	2.214
15ª - Campinas/SP	178.145	67.855	26.223
16ª - MA	16.352	4.622	2.112
17ª - ES	5.687	3.493	3.565
18ª - GO	44.235	23.426	5.562
19ª - AL	2.278	4.300	3.156
20ª - SE	5.852	1.822	1.785
21ª - RN	2.746	2.998	2.467
22ª - PI	8.937	2.603	1.961
23ª - MT	4.423	10.742	2.933
24ª - MS	1.732	7.511	2.172
País	1.597.022	514.576	201.569

1.5.2.4. CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – CEJUSCs (FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL)

Figura 1.5.2.4.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024.



Nota: Pendentes de devolução corresponde ao saldo no final

Tabela 1.5.2.4.1. Movimentação processual nos CEJUSCs .2024.

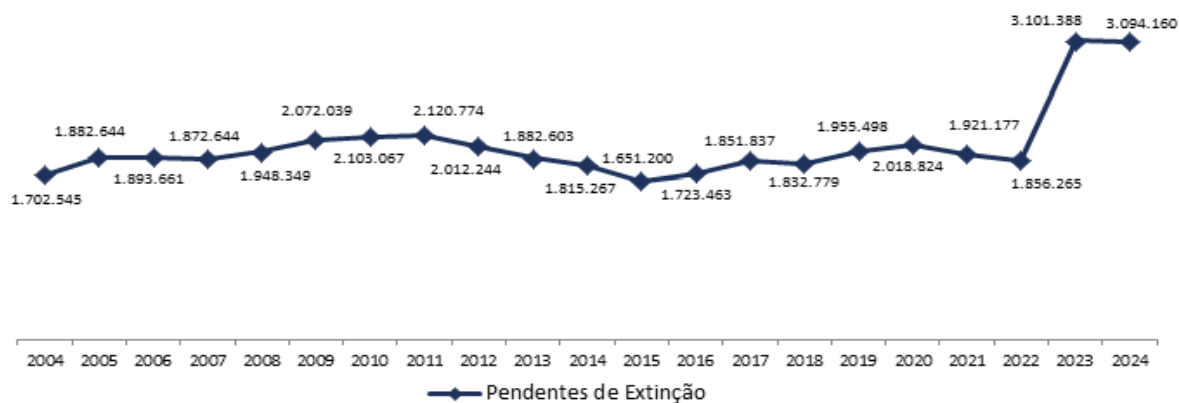
Região Judiciária	Processos Remetidos aos CEJUSCs de 1º Grau na Fase de Cumprimento de Sentença	Processos na Fase de Cumprimento de Sentença Devolvidos para a Vara pelos CEJUSCs de 1º Grau	Processos nos CEJUSCs de 1º Grau na Fase de Cumprimento de Sentença Pendentes de Devolução para a Vara em 31/12/24
1ª - RJ	5.475	5.398	555
2ª - SP	21.277	21.077	1.144
3ª - MG	8.818	8.604	736
4ª - RS	1.928	1.891	155
5ª - BA	5.765	5.106	1.050
6ª - PE	5.689	5.852	178
7ª - CE	1.014	1.099	86
8ª - PA e AP	412	417	10
9ª - PR	10.173	10.025	430
10ª - DF e TO	3.866	2.949	2.545
11ª - AM e RR	722	710	27
12ª - SC	1.974	2.149	76
13ª - PB	1.009	832	163
14ª - RO e AC	2.803	2.802	2
15ª - Campinas/SP	23.209	23.009	933
16ª - MA	314	311	4
17ª - ES	3.961	3.993	279
18ª - GO	3.725	3.755	42
19ª - AL	1.267	1.373	142
20ª - SE	1.005	989	30
21ª - RN	1.435	1.421	85
22ª - PI	533	519	23
23ª - MT	1.195	1.168	44
24ª - MS	860	853	35
País	108.429	106.302	8.774

1.5.2.5. PROCESSOS PENDENTES DE EXTINÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Tabela 1.5.2.5.1. Processos pendentes de extinção. 2024.

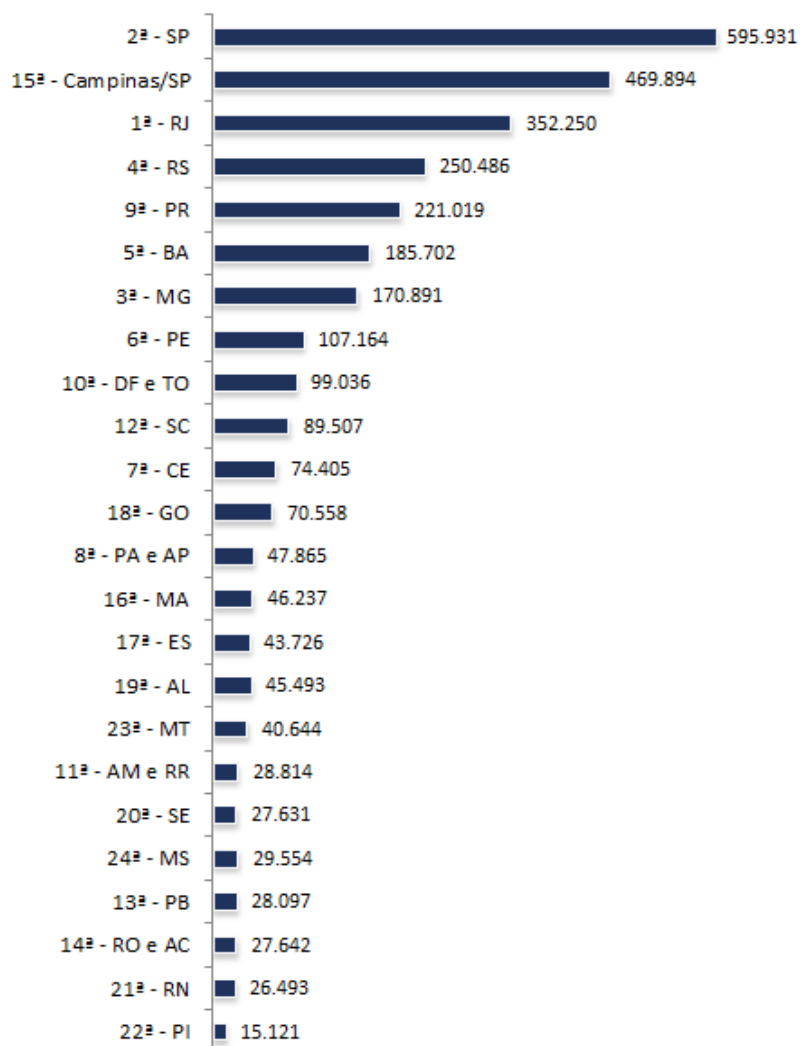
Região Judiciária	Processos Pendentes de Extinção em 31/12/24		
	Em Tramitação na Fase	Saldo em Arquivo Provisório	Total
1ª - RJ	340.679	11.571	352.250
2ª - SP	595.902	29	595.931
3ª - MG	159.994	10.897	170.891
4ª - RS	207.397	43.089	250.486
5ª - BA	156.588	29.114	185.702
6ª - PE	104.176	2.988	107.164
7ª - CE	64.024	10.381	74.405
8ª - PA e AP	41.267	6.598	47.865
9ª - PR	199.734	21.285	221.019
10ª - DF e TO	98.902	134	99.036
11ª - AM e RR	24.520	4.294	28.814
12ª - SC	86.479	3.028	89.507
13ª - PB	27.694	403	28.097
14ª - RO e AC	27.494	148	27.642
15ª - Campinas/SP	466.233	3.661	469.894
16ª - MA	45.076	1.161	46.237
17ª - ES	42.117	1.609	43.726
18ª - GO	57.895	12.663	70.558
19ª - AL	45.467	26	45.493
20ª - SE	23.344	4.287	27.631
21ª - RN	26.378	115	26.493
22ª - PI	13.704	1.417	15.121
23ª - MT	38.680	1.964	40.644
24ª - MS	29.064	490	29.554
País	2.922.808	171.352	3.094.160

Figura 1.5.2.5.1. Série histórica de pendentes de extinção. 2004/2024.



Nota: Os processos da Etapa de Liquidação começaram a ser apurados apenas a partir do ano 2023.

Figura 1.5.2.5.2. Saldo de processos pendentes de extinção. 2024.



Ao final de 2024, 3.094.160 processos ficaram pendentes de extinção na fase de cumprimento e execução de título extrajudicial da 1ª Instância da Justiça do Trabalho. Desse total, 2.922.808 (94,5%) estavam em tramitação na fase e 171.352 (5,5%) estavam arquivados provisoriamente.

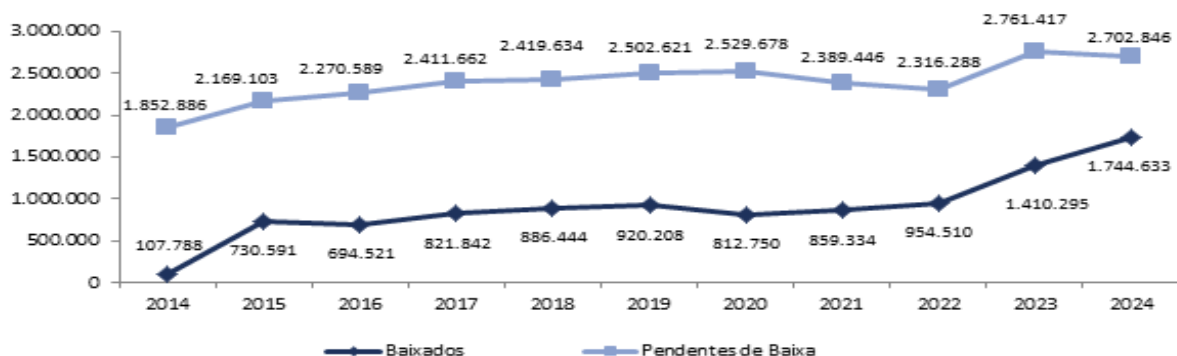
Nenhum Regional tinha mais de 20% dos pendentes de extinção em arquivo provisório.

1.5.2.6. PROCESSOS BAIXADOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Tabela 1.5.2.6.1. Processos baixados e pendentes de baixa. 2024.

Região Judiciária	Processos baixados e pendentes de baixa	
	Processos baixados - fase de cumprimento de sentença	Processos pendentes de baixa na fase de cumprimento de sentença em 31/12/2024
1ª - RJ	156.824	294.027
2ª - SP	370.537	495.161
3ª - MG	147.819	137.660
4ª - RS	106.800	218.236
5ª - BA	79.021	161.977
6ª - PE	73.715	97.155
7ª - CE	44.127	66.390
8ª - PA e AP	40.663	43.827
9ª - PR	112.445	181.050
10ª - DF e TO	42.343	93.714
11ª - AM e RR	24.761	26.897
12ª - SC	66.206	80.031
13ª - PB	25.196	25.138
14ª - RO e AC	16.348	22.174
15ª - Campinas/SP	200.516	446.262
16ª - MA	35.559	41.756
17ª - ES	24.112	36.927
18ª - GO	57.543	63.095
19ª - AL	23.589	44.666
20ª - SE	9.704	24.338
21ª - RN	18.548	24.900
22ª - PI	14.374	14.849
23ª - MT	30.713	36.690
24ª - MS	23.170	25.926
País	1.744.633	2.702.846

Figura 1.5.2.6.1. Série histórica de baixados e pendentes de baixa. 2014/2024.



1.5.2.7. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.

Tabela 1.5.2.7.1. Quadro resumo da Fase de Cumprimento de Sentença. 2024.

Região Judiciária	Processos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial					
	Iniciados	Extintos	Pendentes de Extinção em 31/12/24	Suspensos em 31/12/24	Baixados	Pendentes de Baixa em 31/12/24
1ª - RJ	195.438	138.083	352.250	129.737	156.824	294.027
2ª - SP	366.695	330.465	595.931	308.821	370.537	495.161
3ª - MG	177.536	135.481	170.891	68.418	147.819	137.660
4ª - RS	136.111	99.664	250.486	96.128	106.800	218.236
5ª - BA	111.782	73.402	185.702	60.136	79.021	161.977
6ª - PE	76.444	68.506	107.164	47.884	73.715	97.155
7ª - CE	53.126	40.666	74.405	25.775	44.127	66.390
8ª - PA e AP	47.061	40.546	47.865	26.710	40.663	43.827
9ª - PR	132.969	109.544	221.019	100.887	112.445	181.050
10ª - DF e TO	39.204	39.271	99.036	49.382	42.343	93.714
11ª - AM e RR	30.672	22.688	28.814	12.242	24.761	26.897
12ª - SC	78.252	63.286	89.507	51.579	66.206	80.031
13ª - PB	27.032	24.195	28.097	17.388	25.196	25.138
14ª - RO e AC	17.064	15.419	27.642	17.475	16.348	22.174
15ª - Campinas/SP	247.556	187.647	469.894	230.164	200.516	446.262
16ª - MA	30.539	33.581	46.237	17.775	35.559	41.756
17ª - ES	26.794	22.679	43.726	17.466	24.112	36.927
18ª - GO	79.819	53.252	70.558	26.722	57.543	63.095
19ª - AL	25.257	20.542	45.493	26.876	23.589	44.666
20ª - SE	14.920	9.233	27.631	8.210	9.704	24.338
21ª - RN	20.525	17.157	26.493	11.950	18.548	24.900
22ª - PI	13.694	12.934	15.121	4.794	14.374	14.849
23ª - MT	34.484	28.626	40.644	23.014	30.713	36.690
24ª - MS	26.248	22.295	29.554	14.280	23.170	25.926
País	2.009.222	1.609.162	3.094.160	1.393.813	1.744.633	2.702.846

Figura 1.5.2.7.1. Série histórica de processos iniciados e extintos na Fase de Cumprimento de Sentença. 2003/2024.

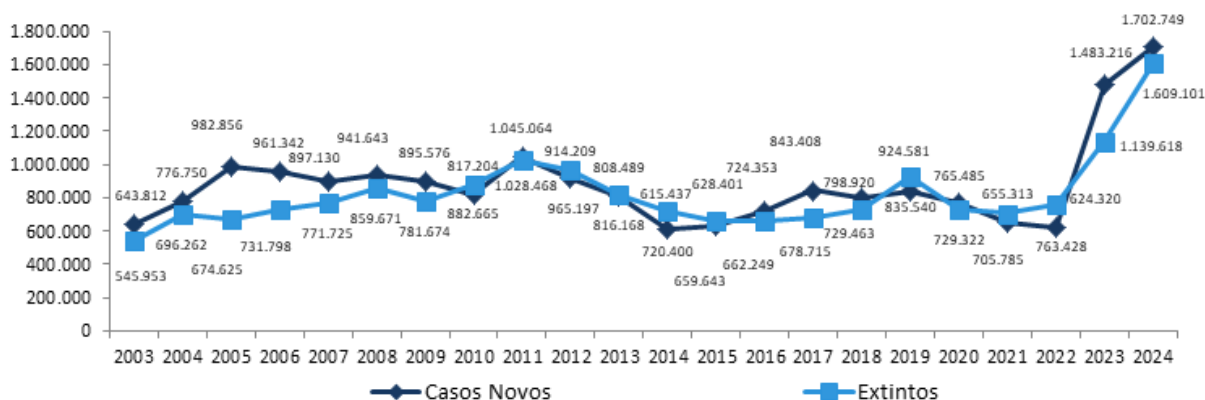
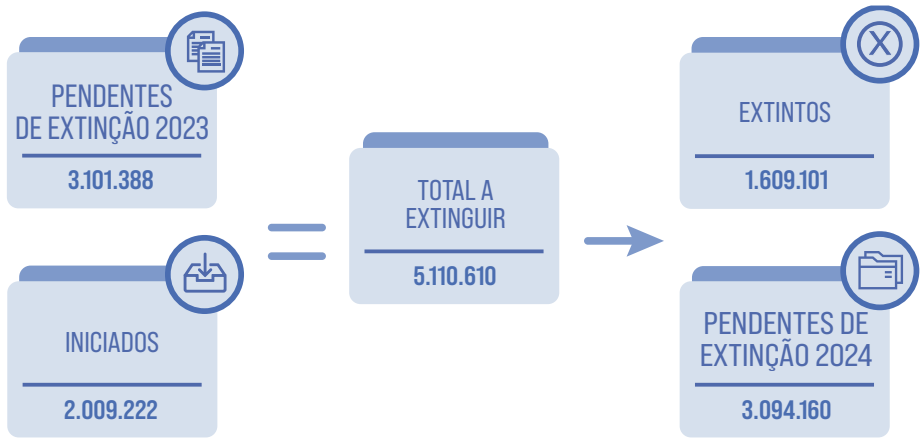


Figura 1.5.2.7.2. Movimentação processual na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.



Nota: Para detalhamento das variáveis, consultar o Glossário.

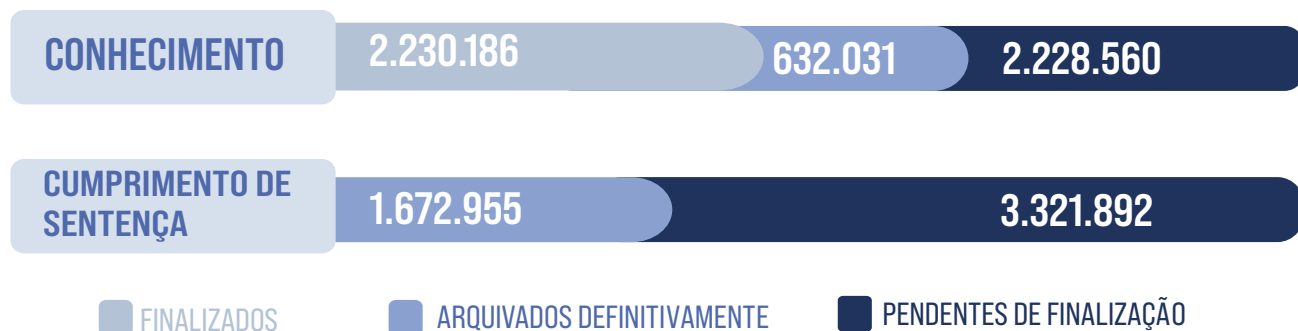
1.5.3. PROCESSOS FINALIZADOS NA 1ª INSTÂNCIA. 2024.

Tabela 1.5.3.1. Processos finalizados na 1ª Instância por Fase. 2024.

Região Judiciária	Fase de Conhecimento			Fase de Cumprimento de Sentença	
	Finalizados	Arquivados definitivamente	Pendentes de Finalização em 31/12/24	Finalizados	Pendentes de Finalização em 31/12/24
1ª - RJ	209.964	62.159	303.342	145.040	380.426
2ª - SP	456.207	133.737	368.247	344.977	644.451
3ª - MG	205.614	68.123	176.283	144.218	187.032
4ª - RS	143.143	34.840	234.289	104.394	267.385
5ª - BA	95.885	27.841	120.471	75.314	202.726
6ª - PE	84.712	17.643	57.081	70.956	114.524
7ª - CE	52.134	16.061	40.532	41.011	81.203
8ª - PA e AP	61.579	20.744	35.239	39.864	50.478
9ª - PR	121.941	25.560	109.837	109.092	231.902
10ª - DF e TO	46.650	13.088	45.738	40.657	106.822
11ª - AM e RR	39.669	14.479	27.709	24.014	30.844
12ª - SC	83.486	20.630	76.650	64.462	95.006
13ª - PB	33.855	10.005	18.179	24.685	30.654
14ª - RO e AC	19.943	6.270	11.966	15.771	28.685
15ª - Campinas/SP	292.627	79.332	391.595	196.176	499.601
16ª - MA	29.283	10.169	21.566	35.093	48.452
17ª - ES	32.337	11.139	39.589	23.086	49.074
18ª - GO	77.969	19.783	48.089	56.898	74.935
19ª - AL	21.544	5.581	12.908	22.870	48.243
20ª - SE	18.618	7.224	16.612	9.038	29.495
21ª - RN	21.985	6.643	14.842	18.123	28.430
22ª - PI	16.093	4.428	13.403	14.823	16.899
23ª - MT	37.236	9.724	23.065	29.661	43.559
24ª - MS	27.712	6.828	21.328	22.732	31.066
País	2.230.186	632.031	2.228.560	1.672.955	3.321.892

Nota: Na fase de Cumprimento de Sentença, o conceito de processo finalizado se igualou ao de arquivados definitivamente.

Figura 1.5.3.1. Processos finalizados da 1ª Instância por Fase. 2024.



Na fase de Cumprimento de Sentença, os finalizados correspondem aos arquivados definitivamente.

Foram finalizados, em 2024, 3.903.141 processos: 2.230.186 (57,1%) na Fase de Conhecimento e 1.672.955 (42,9%) na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial.

Ao final do ano, restaram pendentes de finalização 5.550.452 processos: 2.228.560 (40,2%) na Fase de Conhecimento e 3.321.892 (59,8%) na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial.

1.6. CASOS NOVOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

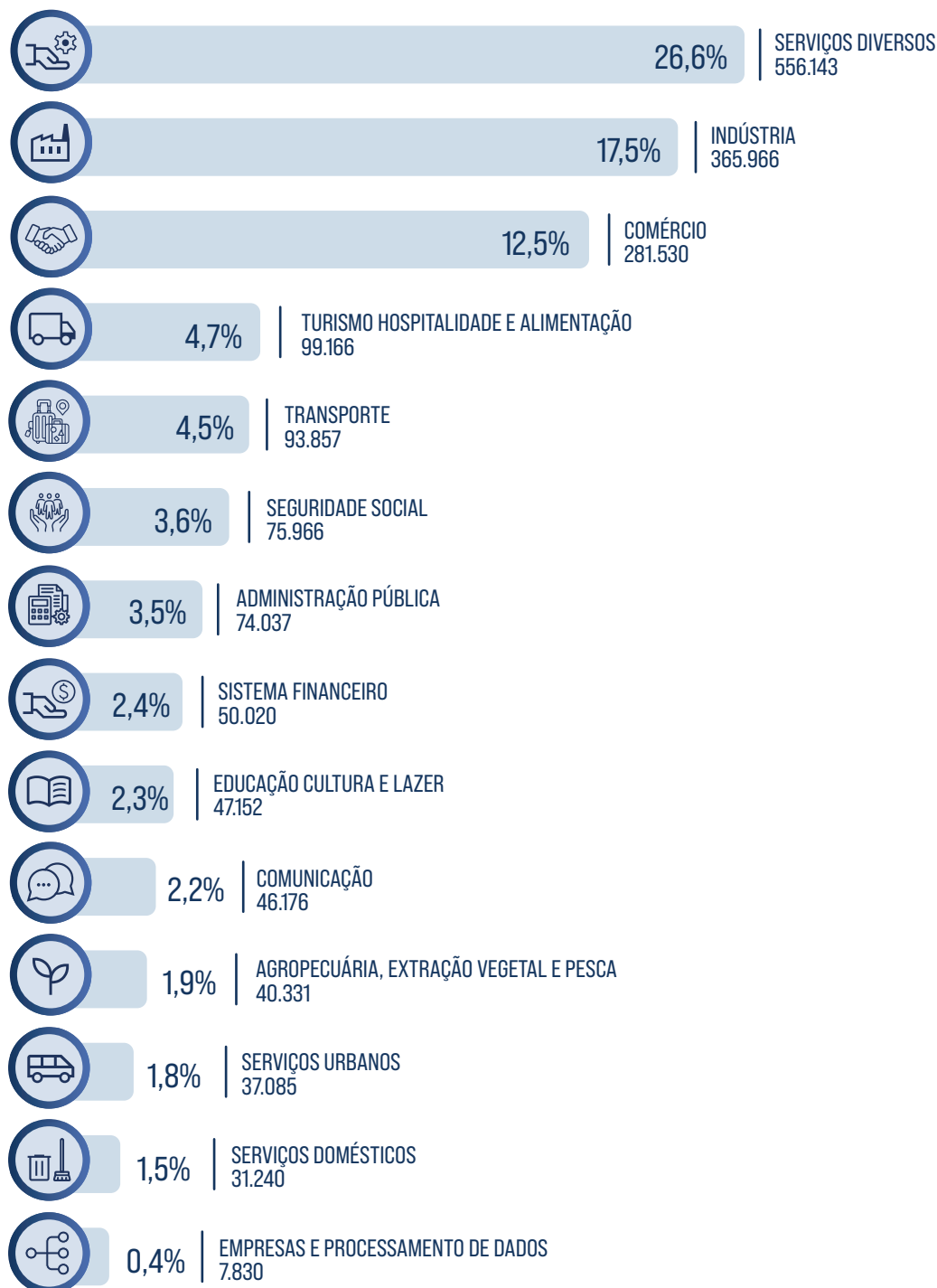
Tabela 1.6.1. Percentual de Casos Novos por atividade econômica. 2024.

Região Judiciária	Percentual de Casos Novos recebidos por atividade econômica													Empresas de Processamento de Dados	Outros
	Serviços Diversos	Indústria	Comércio	Transporte	Administração Pública	Turismo, Hospitalidade e Alimentação	Seguridade Social	Comunicação	Sistema Financeiro	Educação, Cultura e Lazer	Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	Serviços Domésticos	Serviços Urbanos		
1ª - RJ	25,1	8,8	14,9	5,2	3,2	6,1	4,6	2,3	3,2	2,8	0,2	1,9	3,4	0,3	17,9
2ª - SP	33,0	11,8	11,8	4,0	1,9	5,1	3,4	2,9	2,5	1,6	0,1	1,1	0,8	0,5	19,5
3ª - MG	23,0	20,5	13,1	5,4	3,2	4,0	3,3	2,9	2,5	2,2	2,6	1,7	1,1	0,3	14,2
4ª - RS	23,6	24,3	11,6	4,8	3,4	4,0	5,8	1,6	2,2	1,9	1,6	1,4	3,0	0,2	10,6
5ª - BA	23,8	14,6	15,0	4,2	5,2	4,5	6,5	3,1	3,2	2,1	2,0	2,0	3,1	0,2	10,4
6ª - PE	25,4	16,0	15,4	5,9	1,5	4,4	3,1	1,9	2,0	2,4	2,1	1,8	1,8	1,4	15,1
7ª - CE	24,5	17,4	15,3	2,1	5,2	4,8	3,9	2,3	3,2	1,9	0,8	2,0	3,0	0,3	13,2
8ª - PA e AP	24,5	16,3	10,9	4,7	3,3	3,4	3,6	1,0	1,4	9,0	7,3	2,0	2,0	0,2	10,2
9ª - PR	25,8	22,1	11,6	5,1	2,1	5,3	2,8	2,2	2,1	1,7	2,4	1,1	1,3	0,4	13,7
10ª - DF e TO	26,5	10,6	14,0	3,9	2,3	6,2	3,9	3,7	5,0	4,1	1,4	1,8	1,7	0,7	14,1
11ª - AM e RR	36,3	14,4	10,5	3,5	4,6	4,0	4,0	1,1	1,6	2,8	0,6	1,7	1,8	1,0	12,0
12ª - SC	23,6	33,2	11,0	5,2	2,1	5,3	2,1	1,5	1,3	1,7	1,7	0,9	0,9	0,3	9,2
13ª - PB	17,0	24,0	13,3	4,0	2,7	4,2	3,2	2,9	3,2	2,6	0,7	2,1	2,4	0,2	17,5
14ª - RO e AC	21,5	21,7	12,8	4,2	5,3	4,0	2,8	1,5	3,1	2,7	3,4	1,8	3,5	0,1	11,5
15ª - Campinas/SP	28,2	19,4	10,3	3,6	7,2	4,4	2,8	1,4	2,0	1,8	3,0	1,4	1,1	0,2	13,0
16ª - MA	27,6	13,1	11,6	3,6	9,9	2,9	3,5	1,8	1,9	2,8	3,0	1,9	2,7	0,2	13,3
17ª - ES	25,3	21,4	13,0	7,3	1,8	4,3	4,5	2,6	3,0	1,9	1,6	1,4	1,4	0,1	10,4
18ª - GO	23,2	18,9	16,7	3,5	1,2	5,0	3,2	1,2	1,4	1,9	3,4	1,3	3,6	0,3	15,0
19ª - AL	21,9	17,7	15,5	3,5	2,6	5,1	3,8	2,4	2,3	2,8	2,7	2,3	1,9	0,4	15,2
20ª - SE	24,6	15,5	11,6	3,8	10,6	3,9	5,8	2,9	1,9	2,2	1,8	1,6	2,1	0,1	11,6
21ª - RN	27,8	17,5	11,0	3,2	3,9	6,3	4,2	1,9	2,7	3,6	1,2	2,0	1,8	0,2	12,6
22ª - PI	20,4	17,7	12,1	3,8	10,7	5,0	2,4	5,6	1,9	2,7	2,8	2,3	2,5	0,2	9,7
23ª - MT	24,5	25,5	11,2	6,4	1,8	3,7	2,8	0,7	1,5	1,4	6,6	1,1	1,2	0,2	11,4
24ª - MS	20,2	26,9	10,2	7,4	1,1	3,7	3,0	1,3	1,8	1,3	7,6	1,2	1,4	0,1	13,0
País	26,6	17,5	12,5	4,5	3,5	4,7	3,6	2,2	2,4	2,3	1,9	1,5	1,8	0,4	14,5

As atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos foram Serviços Diversos (26,6%), Indústria (17,5%) e Comércio (12,5%).

Os Serviços Diversos foram a principal atividade econômica na 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Regiões e a Indústria foi a principal na 4ª, 12ª, 13ª, 14ª, 23ª e 24ª Regiões.

Figura 1.6. Casos Novos por Atividade Econômica. 2023.



Nota: "Serviços diversos" descreve empresas que oferecem uma ampla gama de serviços, em vez de se especializarem em apenas uma área. Isso significa que elas podem atuar em setores variados, como limpeza, manutenção, consultoria ou tecnologia.

1.7. ASSUNTOS MAIS RECORRENTES

Tabela 1.7.1. Cinco assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Assuntos mais recorrentes				
	1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar	4º Lugar	5º Lugar
1ª - RJ	Verbas Rescisórias	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Multa de 40% do FGTS	Multa Art. 477 CLT	Indenização por Dano Moral
2ª - SP	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Adicional de Insalubridade	Multa de 40% do FGTS	Verbas Rescisórias	Multa Art. 477 CLT
3ª - MG	Verbas Rescisórias	Adicional de Insalubridade	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Indenização por Dano Moral	Rescisão Indireta
4ª - RS	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Adicional de Insalubridade	Indenização por Dano Moral	Verbas Rescisórias	Multa Art. 477 CLT
5ª - BA	Multa de 40% do FGTS	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Multa Art. 477 CLT	Verbas Rescisórias	Indenização por Dano Moral
6ª - PE	Verbas Rescisórias	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Adicional de Insalubridade	Multa de 40% do FGTS	FGTS
7ª - CE	Verbas Rescisórias	Multa de 40% do FGTS	Aviso Prévio	Reconhecimento da Relação de Emprego	Rescisão Indireta
8ª - PA e AP	Verbas Rescisórias	Adicional de Insalubridade	Indenização por Dano Moral	Multa de 40% do FGTS	FGTS
9ª - PR	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Indenização por Dano Moral	Verbas Rescisórias	Adicional de Insalubridade	Assistência Judiciária Gratuita
10ª - DF e TO	Verbas Rescisórias	Rescisão Indireta	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Indenização por Dano Moral	Adicional de Insalubridade
11ª - AM e RR	Verbas Rescisórias	Rescisão Indireta	FGTS	Multa de 40% do FGTS	Reconhecimento da Relação de Emprego
12ª - SC	Adicional de Insalubridade	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Verbas Rescisórias	Indenização por Dano Moral	Multa Art. 477 CLT
13ª - PB	Multa de 40% do FGTS	Reconhecimento da Relação de Emprego	Multa Art. 477 CLT	Férias Proporcionais	Décimo Terceiro Salário Proporcional
14ª - RO e AC	FGTS	Multa de 40% do FGTS	Multa Art. 477 CLT	Décimo Terceiro Salário Proporcional	Férias Proporcionais
15ª - Campinas/SP	Adicional de Insalubridade	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Indenização por Dano Moral	Verbas Rescisórias	Multa Art. 477 CLT
16ª - MA	Verbas Rescisórias	Rescisão Indireta	Indenização por Dano Moral	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Multa de 40% do FGTS
17ª - ES	Constituição de Capital	Adicional de Produtividade	Acordo entre as Partes\Verbas Rescisórias	Imposto de Renda	Culpa Recíproca
18ª - GO	Rescisão Indireta	Verbas Rescisórias	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Adicional de Insalubridade	Multa de 40% do FGTS
19ª - AL	Verbas Rescisórias	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Multa de 40% do FGTS	Rescisão Indireta	FGTS
20ª - SE	Verbas Rescisórias	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Multa de 40% do FGTS	Adicional de Insalubridade	Multa Art. 477 CLT
21ª - RN	Verbas Rescisórias	Multa de 40% do FGTS	Reconhecimento da Relação de Emprego	Rescisão Indireta	Multa Art. 477 CLT
22ª - PI	Verbas Rescisórias	FGTS	Rescisão Indireta	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Multa de 40% do FGTS
23ª - MT	Multa de 40% do FGTS	Décimo Terceiro Salário Proporcional	Férias Proporcionais	FGTS	Multa Art. 477 CLT
24ª - MS	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Adicional de Insalubridade	Verbas Rescisórias	Indenização por Dano Moral	Multa Art. 477 CLT
País	Jornada de Trabalho\ Horas Extras	Verbas Rescisórias	Adicional de Insalubridade	Multa de 40% do FGTS	Indenização por Dano Moral



Na 1ª Instância, os assuntos mais recorrentes foram: Horas Extras, Verbas Rescisórias, Adicional de Insalubridade, Multa de 40% do FGTS e Indenização por Dano Moral.

Chamam atenção também os assuntos: Rescisão Indireta que foi o mais recorrente no TRTs da 18ª Região e também esteve entre os 5 mais recorrentes nos TRTs da 3ª, 7ª, 10ª, 11ª, 16ª, 19ª, 21ª e 22ª Regiões; FGTS que foi o mais recorrente no TRT da 14ª Região e também esteve entre os 5 mais recorrentes nos TRTs da 6ª, 8ª, 11ª, 23ª e 24ª Regiões; e Constituição de Capital que foi o mais recorrente no TRT da 17ª Região.

Figura 1.7.1. Assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho. 2024.



1.8. Prazo Médio

Tabela 1.8.1. Prazo médio em dias nas Fases de Conhecimento e de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.

Região Judiciária	Do ajuizamento até					Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	Do início da Fase de Cumprimento de Sentença até sua extinção	
	1ª audiência na fase de conhecimento	encerramento da instrução na fase de conhecimento	até a prolação da sentença na fase de conhecimento	até a extinção do processo na fase de cumprimento de Sentença	até o arquivamento		ente privado	ente público
1ª - RJ	177,48	320,03	341,45	1.386,40	1.233,93	25,97	905,92	966,40
2ª - SP	84,52	138,30	151,67	1.012,69	904,78	21,96	742,97	610,16
3ª - MG	41,57	139,89	148,03	1.033,41	876,11	14,39	979,77	565,54
4ª - RS	232,26	297,28	325,00	1.515,44	1.358,87	38,65	1.153,68	1.015,41
5ª - BA	93,65	235,14	254,24	1.423,07	1.294,93	26,38	894,72	993,11
6ª - PE	82,47	157,65	170,07	1.107,20	1.082,81	23,14	777,39	1.111,46
7ª - CE	61,95	114,85	126,63	1.344,72	1.131,84	19,75	1.352,13	971,38
8ª - PA e AP	64,87	87,19	94,65	1.162,22	884,28	15,42	1.332,79	556,48
9ª - PR	77,12	156,20	162,43	1.253,91	1.115,80	14,45	1.521,23	1.177,82
10ª - DF e TO	92,99	170,63	180,12	1.398,43	1.154,13	16,08	1.069,13	1.189,48
11ª - AM e RR	60,10	102,21	107,07	1.085,69	891,19	10,46	601,00	624,07
12ª - SC	100,99	175,29	183,35	1.053,95	976,29	16,50	1.184,78	765,26
13ª - PB	34,74	67,75	79,59	834,00	704,20	17,17	707,98	718,33
14ª - RO e AC	26,20	59,76	65,41	903,51	711,34	9,73	749,51	909,87
15ª - Campinas/SP	141,81	263,37	276,67	1.260,87	1.121,04	25,66	986,40	770,68
16ª - MA	81,45	129,91	141,33	1.658,37	1.417,66	20,24	1.144,58	1.049,10
17ª - ES	58,87	176,77	186,90	1.370,82	1.235,40	18,23	922,44	890,78
18ª - GO	40,53	102,14	110,77	818,44	749,01	16,38	857,03	1.020,79
19ª - AL	59,97	130,87	141,92	1.893,17	1.785,74	21,94	1.908,06	1.456,98
20ª - SE	63,86	180,64	179,63	1.365,15	1.312,79	9,55	753,40	976,11
21ª - RN	46,81	76,74	87,90	1.360,60	1.145,30	17,99	1.012,60	1.011,16
22ª - PI	70,35	123,18	141,08	966,24	1.031,28	31,95	576,65	432,55
23ª - MT	64,33	109,68	123,31	983,43	864,17	25,13	944,89	898,24
24ª - MS	68,33	130,92	137,86	911,66	876,20	16,90	748,98	778,22
País	100,3	184,8	197,4	1.193,3	1.058,5	22,0	976,1	876,3

O prazo médio entre o ajuizamento da ação e a 1ª audiência na Fase de Conhecimento foi de 3 meses e 10 dias, 22,7% inferior se comparado ao ano anterior. As Regiões que se destacaram pelos menores prazos foram a 14ª (26 dias), a 13ª (1 mês e 4 dias) e a 18ª (1 mês e 10 dias).

O prazo médio entre o ajuizamento e a prolação da sentença foi de 6 meses e 17 dias, redução de 17,7% em relação ao ano anterior. Destaque para a 14ª Região (2 meses e 5 dias).

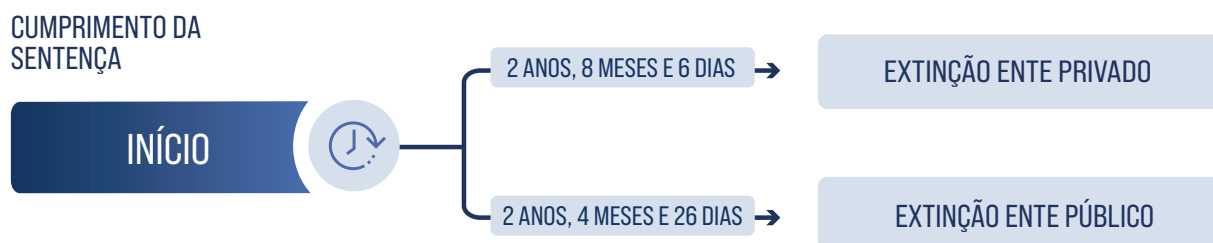
Entre o ajuizamento até o arquivamento, foi de 2 anos, 10 meses e 29 dias, com destaque para a 13ª (1 ano, 11 meses e 4 dias), 14ª (1 anos, 11 meses e 11 dias) e 18ª Região (2 anos e 18 dias).

Figura 1.8.1. Prazos médios a partir do ajuizamento da ação. 2024.



Figura 1.8.2. Prazos médios nas Fases de Liquidação e Execução. 2024.

PRAZOS MÉDIOS DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA



1.9. AUDIÊNCIAS

Tabela 1.9.1. Audiências designadas e realizadas. 2024.

Quantitativo	Designadas		Realizadas	
	Presenciais	Vídeoconferência	Presenciais	Vídeoconferência
1ª - RJ	174.578	283.953	121.414	199.534
2ª - SP	961.407	195.036	428.006	114.021
3ª - MG	141.771	409.582	87.290	257.096
4ª - RS	119.381	110.696	77.312	70.340
5ª - BA	127.725	83.030	87.868	59.385
6ª - PE	114.020	98.184	75.057	69.417
7ª - CE	87.360	10.087	58.370	7.004
8ª - PA e AP	31.648	102.172	16.032	64.828
9ª - PR	156.945	185.061	81.975	129.376
10ª - DF e TO	98.387	16.898	57.458	11.356
11ª - AM e RR	23.719	68.131	13.728	45.047
12ª - SC	2.643	146.683	1.775	110.330
13ª - PB	19.432	52.513	13.718	35.416
14ª - RO e AC	2.910	43.595	1.515	29.575
15ª - Campinas/SP	190.030	464.057	111.378	309.162
16ª - MA	8.012	45.126	5.101	32.210
17ª - ES	59.182	18.970	42.110	12.850
18ª - GO	36.027	188.762	20.229	95.268
19ª - AL	17.198	34.461	11.452	25.951
20ª - SE	18.016	15.802	13.214	11.553
21ª - RN	26.298	24.766	14.758	17.613
22ª - PI	4.613	27.251	3.259	20.915
23ª - MT	19.404	50.679	13.760	37.870
24ª - MS	17.925	43.505	12.577	30.877
País	2.458.631	2.719.000	1.369.356	1.796.994

Em 2024, foram designadas 2.458.631 sessões presenciais (3,6% a mais que em 2023) e 2.719.000, por videoconferência (17,7% a mais).

Dentre as realizadas, 1.369.356 foram presenciais (43,2% do total) e 1.796.994 foram por videoconferência (56,8% do total).

Figura 1.9.1. Audiências designadas e realizadas por tipo. 2024.



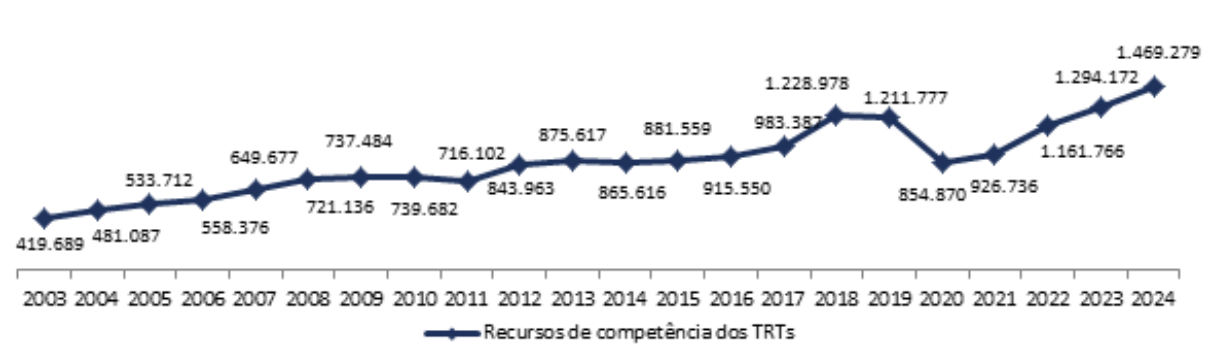
1.10. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DOS TRTs

Tabela 1.10.1. Recursos de competência dos TRTs. 2024.

Região Judiciária	RO	AP	AIRO	AI em Agravos de Petição	Recursos Adesivos	Recursos de Julg. Parcial	AI em Recursos de Julg. Parcial	Total
1ª - RJ	110.168	45.365	4.157	3.282	6.346	24	1	169.343
2ª - SP	199.321	93.215	5.331	6.562	14.388	44	1	318.862
3ª - MG	97.347	34.368	1.331	920	7.323	12	-	141.301
4ª - RS	84.623	24.421	686	573	6.324	87	-	116.714
5ª - BA	50.287	16.766	408	1.312	3.387	7	-	72.167
6ª - PE	31.833	13.840	432	960	1.869	7	-	48.941
7ª - CE	22.163	8.726	310	452	1.378	2	-	33.031
8ª - PA e AP	23.040	5.377	334	358	2.034	3	-	31.146
9ª - PR	45.980	24.060	565	782	3.706	13	2	75.108
10ª - DF e TO	21.086	6.562	510	382	1.560	-	-	30.100
11ª - AM e RR	11.930	3.298	137	140	740	8	-	16.253
12ª - SC	29.530	8.491	342	483	1.963	12	5	40.826
13ª - PB	18.787	4.541	601	404	1.059	16	-	25.408
14ª - RO e AC	7.522	3.856	149	164	482	9	-	12.182
15ª - Campinas/SP	150.942	25.294	1.735	1.793	10.032	13	-	189.809
16ª - MA	7.357	3.822	325	119	387	-	-	12.010
17ª - ES	20.231	6.865	442	541	1.525	-	-	29.604
18ª - GO	25.943	6.727	512	468	1.603	13	-	35.266
19ª - AL	6.383	2.641	74	131	398	-	-	9.627
20ª - SE	8.135	2.480	71	209	497	-	-	11.392
21ª - RN	9.375	2.255	90	166	520	7	-	12.413
22ª - PI	6.594	1.244	248	112	495	1	-	8.694
23ª - MT	11.734	3.526	109	218	1.069	3	-	16.659
24ª - MS	8.977	2.571	69	132	673	1	-	12.423
País	1.009.288	350.311	18.968	20.663	69.758	282	9	1.469.279

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.10.1. Série histórica de recursos de competência dos TRTs. 2003/2024.



1.11. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PROCESSADAS NO 1º GRAU

Foram expedidas 166.263 Requisições de Pequeno Valor das quais 132.616 (79,8%) são da Administração Direta e 33.647 (20,2%) da Administração Indireta. Foram quitadas 172.516, sendo 128.990 (74,8%) da Administração Direta e 43.526 (25,2%) da Administração Indireta. Restaram pendentes de Ciência e quitação 114.750, sendo 3.211 expedidas sem ciência da Entidade/Ente, e 111.539 pendentes de quitação. Do montante pendente de quitação, 83.988 RPs são da Administração Direta (45,8% com prazo vencido) e 27.551 da Administração Indireta (51,6% com prazo vencido).

Figura 1.11.1. Requisições de pequeno valor processadas no 1º Grau. 2024.



Tabela 1.11.1. Requisições de pequeno valor. 2024.

Região Judiciária	Expedidas		Canceladas	Quitadas		Expedidas sem a Ciência da Entidade/ Ente	Pendentes de Quitação - Admin Direta		Pendentes de Quitação - Admin Indireta	
	Admin Direta	Admin Indireta		Admin Direta	Admin Indireta		No prazo	Prazo Vencido	No prazo	Prazo Vencido
1ª - RJ	10.939	694	393	7.763	2.221	404	2.547	2.537	804	1.118
2ª - SP	16.067	9.043	1.210	13.606	9.786	848	4.906	1.489	2.685	1.179
3ª - MG	6.028	356	335	8.715	780	95	3.761	1.030	519	74
4ª - RS	15.575	962	500	14.630	3.261	3	2.557	4.229	34	980
5ª - BA	13.766	4.189	951	16.522	4.058	61	1.594	2.845	905	898
6ª - PE	1.880	698	131	1.967	2.216	73	608	558	151	238
7ª - CE	6.481	181	207	5.420	600	285	4.951	908	514	77
8ª - PA e AP	2.604	957	88	1.949	842	24	710	809	148	202
9ª - PR	6.642	1.747	835	6.894	2.122	64	4.384	1.696	1.958	661
10ª - DF e TO	371	3.002	223	560	3.771	81	105	79	1.293	1.236
11ª - AM e RR	1.622	12	51	1.495	210	17	163	134	1	3
12ª - SC	1.626	1.340	105	1.753	2.093	115	587	247	278	383
13ª - PB	1.288	1.874	50	584	1.420	114	1.364	372	981	389
14ª - RO e AC	3.520	96	163	2.463	828	140	1.478	577	155	280
15ª - Campinas/SP	24.315	5.271	-	24.056	5.350	509	7.625	14.859	1.680	5.002
16ª - MA	5.100	824	185	5.540	625	115	4.697	2.455	437	210
17ª - ES	2.167	323	105	1.746	766	116	650	232	131	94
18ª - GO	193	945	9	205	773	7	-	-	254	-
19ª - AL	1.145	63	107	711	67	5	755	580	28	469
20ª - SE	2.273	165	63	1.562	597	107	717	222	136	310
21ª - RN	4.038	206	88	5.998	362	14	707	1.464	89	75
22ª - PI	4.003	47	125	3.536	163	14	535	520	10	9
23ª - MT	668	135	4	640	150	-	112	427	57	100
24ª - MS	305	517	177	675	465	-	38	168	84	232
País	132.616	33.647	6.105	128.990	43.526	3.211	45.551	38.437	13.332	14.219

Notas: (...) Dado numérico indisponível

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

1.12. SÉRIES HISTÓRICAS 2020-2024

1.12.1. CASOS NOVOS

RANKING VT
CASOS NOVOS 2024



Tabela 1.12.1.1. Série histórica de Casos Novos. 2020-2024.

Região Judiciária	Casos Novos					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	133.807	142.000	143.876	160.332	191.180	▲ 42,9
2ª - SP	273.826	305.728	331.454	366.638	410.120	▲ 49,8
3ª - MG	134.634	147.936	158.168	174.846	202.723	▲ 50,6
4ª - RS	108.565	106.035	112.499	124.141	133.234	▲ 22,7
5ª - BA	56.178	64.713	63.276	69.418	85.898	▲ 52,9
6ª - PE	58.102	58.016	60.373	69.089	79.036	▲ 36,0
7ª - CE	33.571	36.423	40.847	47.617	51.106	▲ 52,2
8ª - PA e AP	32.995	37.790	42.329	47.913	61.404	▲ 86,1
9ª - PR	82.142	82.759	87.564	100.791	118.259	▲ 44,0
10ª - DF e TO	31.944	30.574	33.290	38.543	45.721	▲ 43,1
11ª - AM e RR	21.183	20.618	29.352	31.596	38.537	▲ 81,9
12ª - SC	66.201	59.915	65.869	75.131	85.993	▲ 29,9
13ª - PB	16.241	21.384	22.148	28.142	31.692	▲ 95,1
14ª - RO e AC	18.098	16.245	17.447	18.063	19.165	▲ 5,9
15ª - Campinas/SP	208.040	209.684	227.219	258.004	290.763	▲ 39,8
16ª - MA	17.946	26.470	22.795	23.132	28.472	▲ 58,7
17ª - ES	20.613	20.424	23.330	25.338	30.483	▲ 47,9
18ª - GO	55.907	53.995	52.523	64.476	78.311	▲ 40,1
19ª - AL	13.218	16.388	15.536	18.409	18.091	▲ 36,9
20ª - SE	9.506	11.873	12.505	14.376	16.304	▲ 71,5
21ª - RN	14.421	15.550	16.210	19.421	22.049	▲ 52,9
22ª - PI	12.559	16.282	15.936	15.093	16.227	▲ 29,2
23ª - MT	22.743	21.855	23.433	28.835	35.837	▲ 57,6
24ª - MS	18.262	16.470	18.728	22.291	27.910	▲ 52,8
País	1.460.702	1.539.127	1.636.707	1.841.635	2.118.515	▲ 45,0

1.12.2. RECEBIDOS

RANKING VT RECEBIDOS 2024

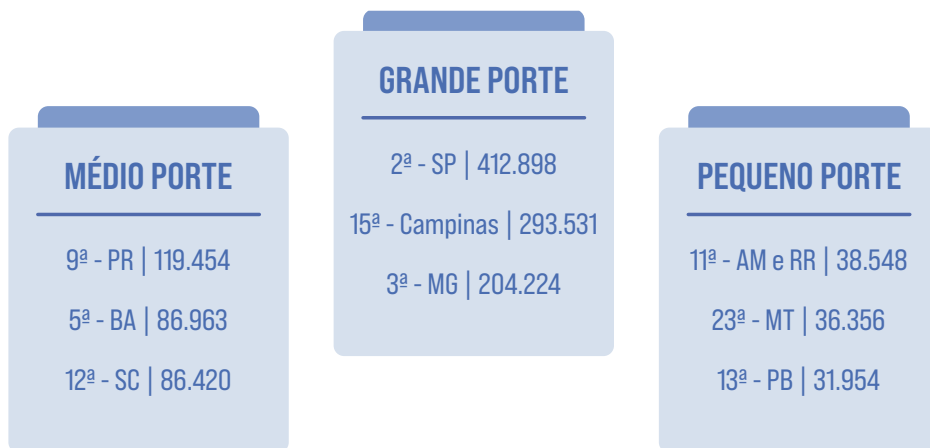


Tabela 1.12.2.1. Série histórica de Recebidos. 2020-2024.

Região Judiciária	Recebidos					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	135.645	142.938	144.823	161.730	192.806	▲ 42,1
2ª - SP	276.701	307.804	333.766	369.087	412.898	▲ 49,2
3ª - MG	135.675	149.026	159.363	176.233	204.224	▲ 50,5
4ª - RS	109.336	106.856	113.327	125.317	134.693	▲ 23,2
5ª - BA	56.935	65.671	64.207	70.271	86.963	▲ 52,7
6ª - PE	58.533	58.379	60.709	69.518	79.644	▲ 36,1
7ª - CE	33.756	36.617	41.083	47.829	51.485	▲ 52,5
8ª - PA e AP	33.219	37.988	42.553	48.151	61.874	▲ 86,3
9ª - PR	83.213	83.323	88.201	101.770	119.454	▲ 43,6
10ª - DF e TO	32.164	30.962	33.709	38.981	46.101	▲ 43,3
11ª - AM e RR	21.194	20.638	29.360	31.621	38.548	▲ 81,9
12ª - SC	66.379	60.214	66.331	75.516	86.420	▲ 30,2
13ª - PB	16.270	21.442	22.273	28.314	31.954	▲ 96,4
14ª - RO e AC	18.305	16.325	17.543	18.147	19.249	▲ 5,2
15ª - Campinas/SP	210.560	211.546	229.167	260.378	293.531	▲ 39,4
16ª - MA	18.115	26.584	22.938	23.226	28.603	▲ 57,9
17ª - ES	20.932	20.723	23.619	25.785	30.931	▲ 47,8
18ª - GO	56.242	54.276	52.838	64.855	78.795	▲ 40,1
19ª - AL	13.300	16.503	15.651	19.060	18.422	▲ 38,5
20ª - SE	9.701	12.038	12.624	14.639	16.645	▲ 71,6
21ª - RN	14.449	15.565	16.222	19.426	22.063	▲ 52,7
22ª - PI	12.582	16.393	15.971	15.163	16.368	▲ 30,1
23ª - MT	22.934	22.068	23.632	29.142	36.356	▲ 58,5
24ª - MS	18.391	16.678	18.895	22.536	28.173	▲ 53,2
País	1.474.531	1.550.557	1.648.805	1.856.695	2.136.200	▲ 44,9

1.12.3. SOLUCIONADOS

RANKING VT SOLUCIONADOS 2024

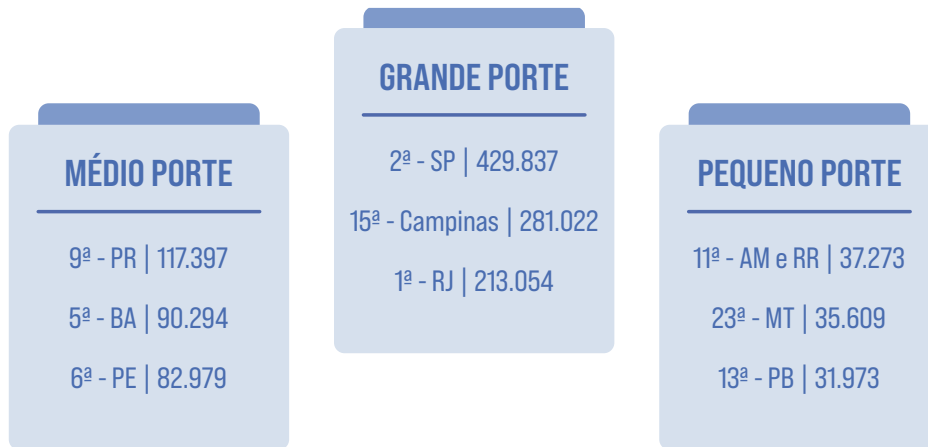


Tabela 1.12.3.1. Série histórica de Solucionados. 2020-2024.

Região Judiciária	Solucionados					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	101.955	121.608	149.595	180.659	213.054	▲ 109,0
2ª - SP	208.464	300.920	354.629	392.579	429.837	▲ 106,2
3ª - MG	126.709	155.598	162.121	171.510	199.828	▲ 57,7
4ª - RS	93.703	96.232	115.448	130.804	130.949	▲ 39,7
5ª - BA	58.104	53.062	69.164	81.177	90.294	▲ 55,4
6ª - PE	50.883	62.154	68.731	75.142	82.979	▲ 63,1
7ª - CE	30.121	37.721	45.183	46.695	51.180	▲ 69,9
8ª - PA e AP	27.866	41.267	45.476	45.783	58.793	▲ 111,0
9ª - PR	73.745	91.527	96.192	98.903	117.397	▲ 59,2
10ª - DF e TO	25.483	29.605	35.952	40.914	45.862	▲ 80,0
11ª - AM e RR	15.897	23.922	31.610	30.975	37.273	▲ 134,5
12ª - SC	65.019	62.297	64.913	71.343	80.283	▲ 23,5
13ª - PB	14.365	22.695	24.005	27.010	31.973	▲ 122,6
14ª - RO e AC	18.649	16.750	18.183	17.752	19.410	▲ 4,1
15ª - Campinas/SP	179.960	217.427	248.616	254.074	281.022	▲ 56,2
16ª - MA	18.241	26.479	25.513	23.161	27.353	▲ 50,0
17ª - ES	17.573	20.535	24.079	28.133	30.286	▲ 72,3
18ª - GO	42.204	59.627	57.892	63.191	76.272	▲ 80,7
19ª - AL	11.858	17.566	16.133	18.767	19.302	▲ 62,8
20ª - SE	11.677	11.702	13.102	14.967	16.469	▲ 41,0
21ª - RN	12.500	16.421	17.319	19.764	21.273	▲ 70,2
22ª - PI	14.687	16.165	16.020	14.616	15.566	▲ 6,0
23ª - MT	19.917	22.528	23.989	28.752	35.609	▲ 78,8
24ª - MS	17.997	20.717	21.390	22.241	25.296	▲ 40,6
País	1.257.577	1.544.525	1.745.255	1.898.912	2.137.560	▲ 70,0

1.12.4. CONCILIADOS

RANKING VT CONCILIADOS 2024

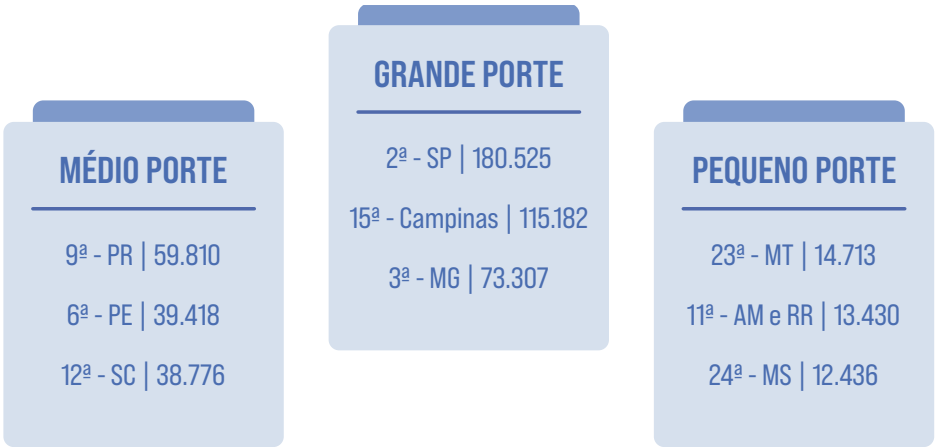


Tabela 1.12.4.1. Série histórica de Conciliados. 2020-2024.

Região Judiciária	Conciliados na Fase de Conhecimento					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	39.259	48.805	51.277	61.993	71.465	▲ 82,0
2ª - SP	106.349	150.455	160.043	167.727	180.525	▲ 69,7
3ª - MG	54.714	65.396	62.745	65.243	73.307	▲ 34,0
4ª - RS	39.152	44.223	48.499	55.030	55.777	▲ 42,5
5ª - BA	16.501	19.419	22.322	22.878	26.517	▲ 60,7
6ª - PE	24.173	30.063	31.987	36.287	39.418	▲ 63,1
7ª - CE	11.115	14.874	16.465	17.057	18.758	▲ 68,8
8ª - PA e AP	9.783	15.662	16.719	16.136	20.734	▲ 111,9
9ª - PR	33.972	45.769	47.238	49.028	59.810	▲ 76,1
10ª - DF e TO	7.044	9.863	11.672	13.765	15.168	▲ 115,3
11ª - AM e RR	5.573	8.922	10.180	10.626	13.430	▲ 141,0
12ª - SC	27.624	29.947	31.752	34.214	38.776	▲ 40,4
13ª - PB	5.470	8.156	7.689	8.616	9.900	▲ 81,0
14ª - RO e AC	5.294	4.890	6.610	7.227	6.699	▲ 26,5
15ª - Campinas/SP	73.725	92.808	100.435	101.794	115.182	▲ 56,2
16ª - MA	5.337	6.682	7.595	7.690	10.076	▲ 88,8
17ª - ES	6.061	6.418	6.615	7.720	9.000	▲ 48,5
18ª - GO	21.022	26.396	26.865	29.602	34.332	▲ 63,3
19ª - AL	5.105	7.311	7.248	9.014	9.249	▲ 81,2
20ª - SE	2.988	3.664	4.038	3.926	4.239	▲ 41,9
21ª - RN	4.669	5.478	6.050	6.960	7.298	▲ 56,3
22ª - PI	4.634	6.208	6.394	4.905	4.917	▲ 6,1
23ª - MT	9.209	10.422	10.788	12.689	14.713	▲ 59,8
24ª - MS	8.065	9.798	9.518	11.118	12.436	▲ 54,2
País	526.838	671.629	710.744	761.245	851.726	▲ 61,7

1.12.5. PENDENTES DE JULGAMENTO

RANKING VT PENDENTES DE JULGAMENTO 2024

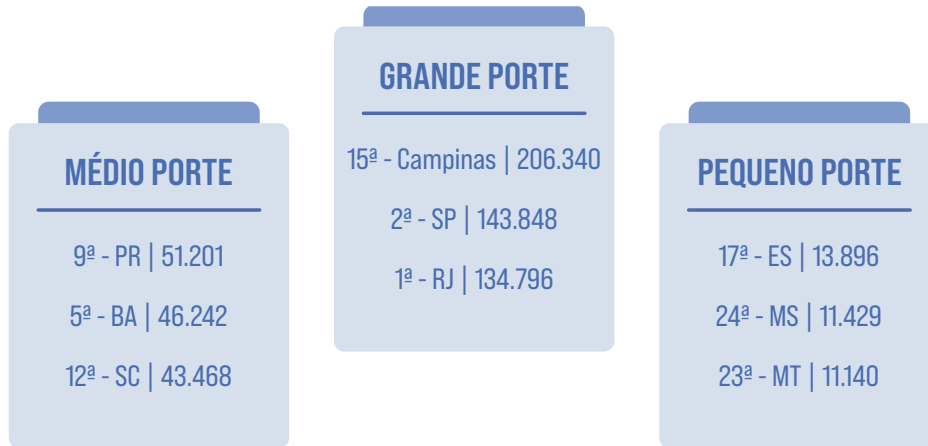


Tabela 1.12.5.1. Série histórica de pendentes de julgamento. 2020-2024.

Região Judiciária	Pendentes de Julgamento					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	155.485	181.564	175.587	155.976	134.796	▼ -13,3
2ª - SP	199.487	211.711	189.083	163.214	143.848	▼ -27,9
3ª - MG	78.017	70.460	65.765	68.833	71.481	▼ -8,4
4ª - RS	111.506	118.068	114.819	108.518	111.674	▲ 0,2
5ª - BA	54.111	67.814	62.260	50.433	46.242	▼ -14,5
6ª - PE	48.283	45.907	37.701	32.766	29.071	▼ -39,8
7ª - CE	20.859	19.482	15.125	15.953	15.941	▼ -23,6
8ª - PA e AP	17.294	14.604	11.419	13.589	16.145	▼ -6,6
9ª - PR	65.195	56.744	47.826	49.928	51.201	▼ -21,5
10ª - DF e TO	25.014	25.173	22.356	20.117	19.962	▼ -20,2
11ª - AM e RR	14.368	10.911	8.592	9.132	10.689	▼ -25,6
12ª - SC	35.054	33.448	34.236	37.965	43.468	▲ 24,0
13ª - PB	7.868	7.121	5.180	6.159	5.925	▼ -24,7
14ª - RO e AC	3.713	3.408	2.715	3.037	2.788	▼ -24,9
15ª - Campinas/SP	215.158	213.344	192.061	196.034	206.340	▼ -4,1
16ª - MA	12.257	12.213	9.426	9.341	10.360	▼ -15,5
17ª - ES	16.153	16.876	16.229	13.682	13.896	▼ -14,0
18ª - GO	30.330	25.711	20.256	21.562	23.531	▼ -22,4
19ª - AL	8.206	7.400	6.769	6.705	5.687	▼ -30,7
20ª - SE	6.661	7.294	6.715	6.269	6.307	▼ -5,3
21ª - RN	6.644	6.448	5.234	4.814	5.400	▼ -18,7
22ª - PI	4.986	5.160	5.054	5.307	5.933	▲ 19,0
23ª - MT	11.561	10.870	10.341	10.610	11.140	▼ -3,6
24ª - MS	15.052	11.226	8.534	8.735	11.429	▼ -24,1
País	1.163.262	1.182.957	1.073.283	1.018.679	1.003.254	▼ -13,8

1.12.6. BAIXADOS NA FASE DE CONHECIMENTO

RANKING VT BAIXADOS 2024

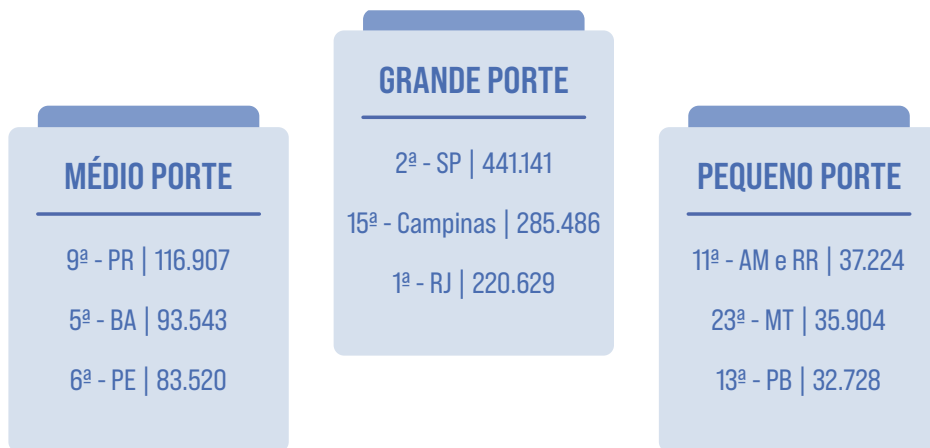


Tabela 1.12.6.1. Série histórica de Baixados na Fase de Conhecimento. 2020-2024.

Região Judiciária	Baixados na Fase de Conhecimento					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	125.546	116.785	147.838	198.672	220.629	▲ 75,7
2ª - SP	270.952	287.646	356.003	458.811	444.141	▲ 63,9
3ª - MG	130.956	159.144	168.470	194.440	202.651	▲ 54,7
4ª - RS	105.075	91.831	110.471	147.689	138.494	▲ 31,8
5ª - BA	69.508	52.373	68.792	91.690	93.543	▲ 34,6
6ª - PE	58.851	60.662	69.173	87.946	83.520	▲ 41,9
7ª - CE	33.053	36.501	47.113	51.856	52.733	▲ 59,5
8ª - PA e AP	28.349	40.453	52.449	45.721	59.104	▲ 108,5
9ª - PR	93.593	90.827	97.262	116.949	116.907	▲ 24,9
10ª - DF e TO	31.757	31.112	36.729	44.808	45.981	▲ 44,8
11ª - AM e RR	17.393	23.117	32.818	35.546	37.224	▲ 114,0
12ª - SC	67.342	64.326	66.911	81.469	82.058	▲ 21,9
13ª - PB	16.109	21.838	25.588	28.687	32.728	▲ 103,2
14ª - RO e AC	18.575	17.088	18.520	19.553	19.071	▲ 2,7
15ª - Campinas/SP	194.361	210.632	244.050	301.998	285.486	▲ 46,9
16ª - MA	19.090	25.754	27.802	27.879	27.309	▲ 43,1
17ª - ES	19.122	19.687	23.912	32.263	31.658	▲ 65,6
18ª - GO	44.674	57.871	60.041	70.832	76.497	▲ 71,2
19ª - AL	13.452	17.011	18.396	28.601	20.796	▲ 54,6
20ª - SE	15.841	11.001	12.696	16.605	16.634	▲ 5,0
21ª - RN	13.460	15.685	18.694	22.402	21.776	▲ 61,8
22ª - PI	15.576	16.066	18.425	17.058	15.891	▲ 2,0
23ª - MT	22.156	22.709	24.024	32.456	35.904	▲ 62,1
24ª - MS	19.345	20.947	22.545	24.775	25.153	▲ 30,0
País	1.444.136	1.511.066	1.768.722	2.178.706	2.185.888	▲ 51,4

1.12.7. PROCESSOS QUE INICIARAM NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

RANKING VT INICIADOS 2024

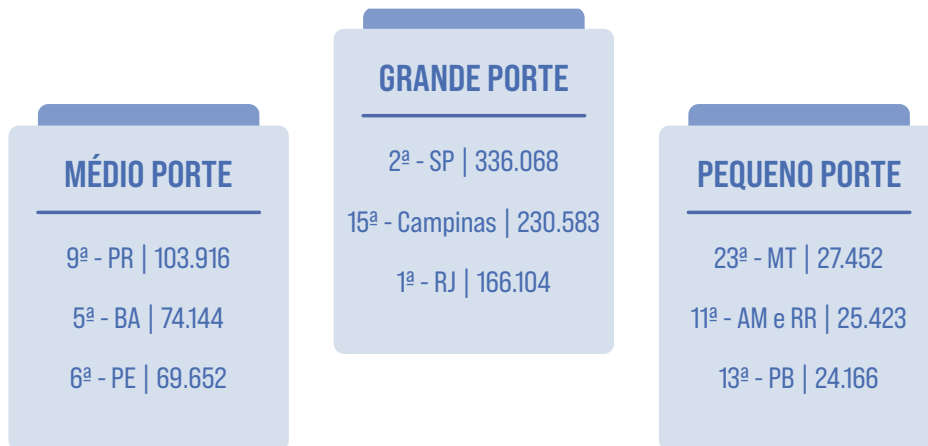


Tabela 1.12.7.1. Série histórica de processos que Iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2020-2024.

Região Judiciária	Processos que iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença						2020/2024 (%)
	2020	2021	2022	2023	2024		
1ª - RJ	75.910	59.748	53.650	124.827	166.104	▲	118,8
2ª - SP	155.172	117.978	103.914	295.409	336.068	▲	116,6
3ª - MG	51.194	48.568	40.276	125.611	148.659	▲	190,4
4ª - RS	52.657	49.565	45.684	98.112	114.226	▲	116,9
5ª - BA	39.364	35.768	33.979	64.883	74.144	▲	88,4
6ª - PE	36.369	32.246	32.819	62.907	69.652	▲	91,5
7ª - CE	17.820	16.860	18.023	38.831	40.587	▲	127,8
8ª - PA e AP	15.187	14.385	23.904	31.902	39.063	▲	157,2
9ª - PR	49.090	40.498	38.754	95.261	103.916	▲	111,7
10ª - DF e TO	20.412	16.373	15.353	37.766	36.837	▲	80,5
11ª - AM e RR	9.299	6.443	9.296	22.598	25.423	▲	173,4
12ª - SC	25.579	21.919	20.371	55.178	64.547	▲	152,3
13ª - PB	8.899	8.266	11.452	20.992	24.166	▲	171,6
14ª - RO e AC	10.842	10.262	8.307	15.369	15.489	▲	42,9
15ª - Campinas/SP	86.655	82.503	80.871	198.569	230.583	▲	166,1
16ª - MA	18.342	18.499	16.851	22.917	21.290	▲	16,1
17ª - ES	12.683	10.738	8.786	21.080	24.027	▲	89,4
18ª - GO	17.731	17.397	16.827	41.027	58.520	▲	230,0
19ª - AL	7.998	6.620	6.045	22.300	17.794	▲	122,5
20ª - SE	9.726	5.206	5.059	9.223	11.800	▲	21,3
21ª - RN	9.994	7.098	9.314	16.851	16.449	▲	64,6
22ª - PI	11.318	8.669	6.779	11.515	11.903	▲	5,2
23ª - MT	13.433	10.634	10.179	29.419	27.452	▲	104,4
24ª - MS	9.811	9.070	7.827	20.669	24.050	▲	145,1
País	765.485	655.313	624.320	1.483.216	1.702.749	▲	122,4

Nota: Os processos da Etapa de Liquidação começaram a ser apurados apenas a partir do ano 2023.

1.12.8. PROCESSOS EXTINTOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

RANKING VT EXTINTOS 2024

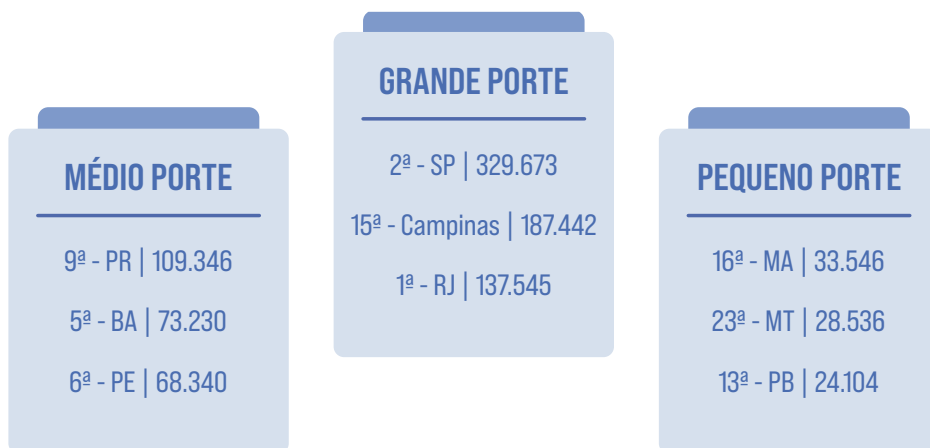


Tabela 1.12.8.1. Série histórica de Processos Extintos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2020-2024.

Região Judiciária	Processos Extintos na Fase de Cumprimento de Sentença						2020/2024 (%)
	2020	2021	2022	2023	2024		
1ª - RJ	49.170	60.001	67.919	89.038	138.083	▲	180,8
2ª - SP	152.083	107.146	144.474	309.260	330.465	▲	117,3
3ª - MG	62.936	69.366	58.446	85.610	135.481	▲	115,3
4ª - RS	40.366	50.425	53.753	77.025	99.664	▲	146,9
5ª - BA	33.275	36.081	40.766	55.149	73.402	▲	120,6
6ª - PE	42.074	38.278	40.355	48.081	68.506	▲	62,8
7ª - CE	16.392	22.096	28.848	31.419	40.666	▲	148,1
8ª - PA e AP	16.038	18.035	20.718	33.501	40.546	▲	152,8
9ª - PR	42.117	47.907	50.119	74.559	109.544	▲	160,1
10ª - DF e TO	15.565	19.423	20.340	25.899	39.271	▲	152,3
11ª - AM e RR	7.899	7.805	9.730	15.489	22.688	▲	187,2
12ª - SC	19.397	23.115	22.339	38.513	63.286	▲	226,3
13ª - PB	11.726	13.567	12.540	16.014	24.195	▲	106,3
14ª - RO e AC	9.529	12.963	9.507	11.417	15.419	▲	61,8
15ª - Campinas/SP	85.285	61.812	65.638	94.819	187.647	▲	120,0
16ª - MA	14.114	18.106	21.244	20.436	33.581	▲	137,9
17ª - ES	17.823	13.891	12.477	15.202	22.622	▲	26,9
18ª - GO	18.732	21.327	21.016	27.691	53.252	▲	184,3
19ª - AL	7.899	7.853	9.230	17.584	20.542	▲	160,1
20ª - SE	13.252	6.620	6.300	9.201	9.233	▼	-30,3
21ª - RN	12.283	9.922	13.385	15.066	17.157	▲	39,7
22ª - PI	18.672	15.958	9.355	14.391	12.930	▼	-30,8
23ª - MT	11.377	12.159	13.294	23.480	28.626	▲	151,6
24ª - MS	11.318	11.929	11.635	15.913	22.295	▲	97,0
País	729.322	705.785	763.428	1.164.757	1.609.101	▲	120,6

Nota: Os processos da Etapa de Liquidação começaram a ser apurados apenas a partir do ano 2023.

1.12.9. PROCESSOS PENDENTES DE EXTINÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

RANKING VT PENDENTES DE EXTINÇÃO 2024

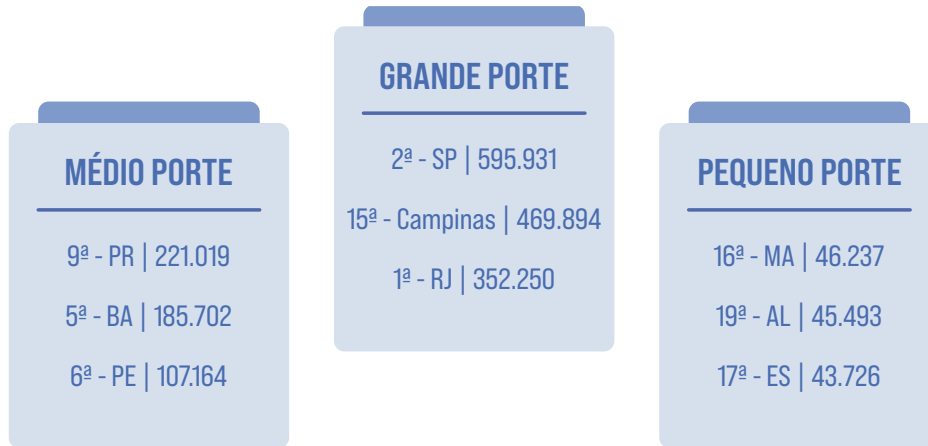


Tabela 1.12.9.1. Série histórica de pendentes de extinção. 2020-2024.

Região Judiciária	Pendentes de Extinção na Fase de Cumprimento de Sentença					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	248.016	241.323	226.201	306.001	352.250	▲ 42,0
2ª - SP	409.971	357.824	347.672	619.557	595.931	▲ 45,4
3ª - MG	118.769	103.392	90.111	144.667	170.891	▲ 43,9
4ª - RS	131.773	133.540	129.931	185.162	250.486	▲ 90,1
5ª - BA	132.633	132.026	122.778	151.205	185.702	▲ 40,0
6ª - PE	75.025	74.395	69.084	100.620	107.164	▲ 42,8
7ª - CE	49.529	46.121	43.447	58.942	74.405	▲ 50,2
8ª - PA e AP	26.770	24.392	30.289	35.408	47.865	▲ 78,8
9ª - PR	150.529	145.075	148.477	189.786	221.019	▲ 46,8
10ª - DF e TO	85.659	83.612	80.329	100.081	99.036	▲ 15,6
11ª - AM e RR	17.848	16.914	16.894	23.085	28.814	▲ 61,4
12ª - SC	51.084	50.236	49.698	74.558	89.507	▲ 75,2
13ª - PB	17.518	16.074	16.302	25.578	28.097	▲ 60,4
14ª - RO e AC	16.664	14.802	14.780	26.971	27.642	▲ 65,9
15ª - Campinas/SP	218.076	230.703	239.772	422.700	469.894	▲ 115,5
16ª - MA	44.681	44.792	39.707	51.991	46.237	▲ 3,5
17ª - ES	31.547	30.397	27.870	40.684	43.726	▲ 38,6
18ª - GO	34.579	30.976	29.402	49.034	70.558	▲ 104,0
19ª - AL	42.676	38.470	35.316	44.762	45.493	▲ 6,6
20ª - SE	18.803	16.496	16.345	20.367	27.631	▲ 46,9
21ª - RN	28.283	25.557	22.178	24.556	26.493	▼ -6,3
22ª - PI	17.686	14.825	12.961	15.136	15.121	▼ -14,5
23ª - MT	27.844	26.668	26.147	38.380	40.644	▲ 46,0
24ª - MS	22.861	22.567	20.574	27.941	29.554	▲ 29,3
País	2.018.824	1.921.177	1.856.265	2.777.172	3.094.160	▲ 53,3

Nota: Os processos da Etapa de Liquidação começaram a ser apurados apenas a partir do ano de 2023.

1.12.10. ARRECADAÇÃO TOTAL

RANKING VT ARRECADAÇÃO TOTAL 2024



Tabela 1.12.10.1. Série histórica da arrecadação total. 2020-2024.

Região Judiciária	Arrecadação total					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	467.085.634,78	577.212.257,99	648.232.894,90	707.717.755,35	710.810.811,43	▲ 52,2
2ª - SP	432.243.105,69	528.012.722,78	450.338.072,39	470.975.242,22	531.758.058,73	▲ 23,0
3ª - MG	724.826.430,36	847.470.808,44	762.068.794,76	904.144.759,36	918.295.940,09	▲ 26,7
4ª - RS	366.397.391,94	581.428.549,31	701.807.419,99	917.621.915,37	776.843.437,88	▲ 112,0
5ª - BA	214.785.944,19	147.595.805,86	217.398.138,48	338.386.795,09	494.728.654,29	▲ 130,3
6ª - PE	168.297.061,18	138.892.215,02	138.922.273,66	189.568.903,13	224.400.543,61	▲ 33,3
7ª - CE	57.267.180,77	60.224.580,74	92.403.566,57	101.272.233,23	119.715.130,51	▲ 109,0
8ª - PA e AP	85.042.162,53	86.040.538,08	94.439.473,49	98.015.735,45	110.947.508,15	▲ 30,5
9ª - PR	386.685.173,75	418.511.341,31	517.269.892,08	641.773.761,90	654.716.109,26	▲ 69,3
10ª - DF e TO	211.792.203,90	194.867.777,80	268.908.004,42	239.220.258,34	241.006.095,13	▲ 13,8
11ª - AM e RR	37.483.258,29	132.546.852,07	46.290.209,68	40.024.085,34	44.165.905,30	▲ 17,8
12ª - SC	172.805.448,35	172.359.412,98	149.466.092,65	161.744.692,52	178.170.441,68	▲ 3,1
13ª - PB	59.779.985,11	59.931.240,93	55.237.069,36	57.759.467,06	81.638.332,22	▲ 36,6
14ª - RO e AC	33.863.606,94	38.270.753,64	27.338.675,28	38.107.899,35	51.828.883,89	▲ 53,1
15ª - Campinas/SP	626.773.712,19	583.928.613,94	683.727.777,77	630.094.384,72	763.498.859,99	▲ 21,8
16ª - MA	15.823.238,79	21.221.213,39	25.401.901,22	26.890.295,11	31.964.535,51	▲ 102,0
17ª - ES	84.634.515,45	101.651.616,53	92.178.155,47	116.717.683,53	152.099.955,78	▲ 79,7
18ª - GO	258.662.507,29	185.390.987,78	110.826.967,48	107.871.545,66	114.214.041,82	▼ -55,8
19ª - AL	17.389.139,52	20.076.716,78	19.573.863,21	26.256.763,25	26.201.261,17	▲ 50,7
20ª - SE	40.230.010,85	37.121.330,94	39.939.978,10	37.188.270,68	43.280.176,29	▲ 7,6
21ª - RN	47.845.732,60	41.439.917,57	42.625.177,39	73.247.366,82	46.867.184,08	▼ -2,0
22ª - PI	27.412.595,87	21.851.073,81	25.714.852,89	36.658.455,54	31.403.406,33	▲ 14,6
23ª - MT	55.033.696,26	59.832.828,94	58.800.194,40	60.675.319,84	84.083.721,39	▲ 52,8
24ª - MS	60.004.971,10	52.794.497,91	73.079.440,15	87.876.823,38	78.095.138,97	▲ 30,1
País	4.652.164.707,70	5.158.673.654,53	5.391.988.885,80	6.109.810.412,21	6.510.734.133,50	▲ 40,0

Nota: Os valores arrecadados de 2020 a 2023 foram corrigidos pelo IPCA.

1.12.11. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES

RANKING VT VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES 2024

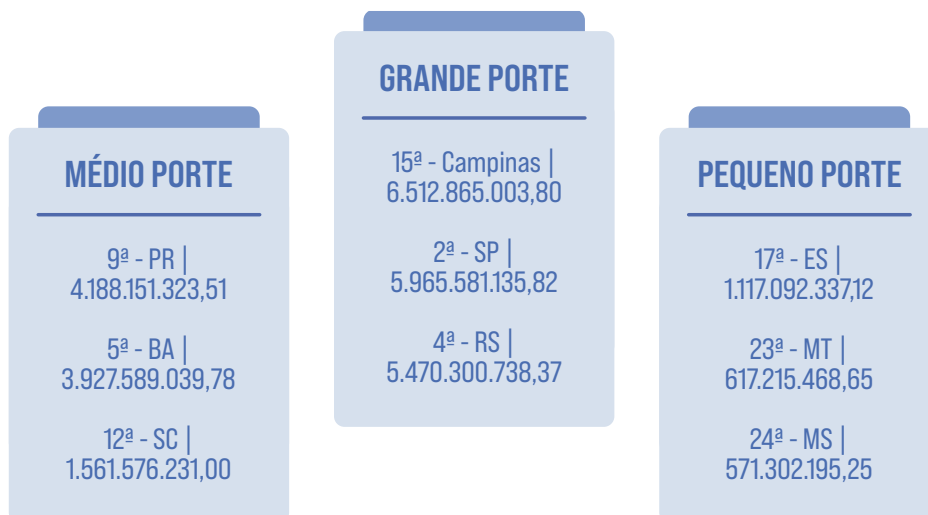


Tabela 1.12.11.1. Série histórica de valores pagos aos reclamantes. 2020-2024.

Região Judiciária	Valores pagos aos reclamantes					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	4.085.420.541,42	4.477.565.484,77	5.296.578.521,70	5.807.239.318,52	5.383.540.505,59	▲ 31,8
2ª - SP	4.799.564.181,59	5.063.052.256,33	5.717.239.598,80	4.683.893.170,45	5.965.581.135,82	▲ 24,3
3ª - MG	4.406.762.524,32	4.284.231.418,84	4.441.335.444,43	4.818.708.771,04	5.170.915.578,16	▲ 17,3
4ª - RS	3.172.284.638,56	3.417.821.005,14	4.665.063.114,64	5.527.422.364,58	5.470.300.738,37	▲ 72,4
5ª - BA	1.602.759.375,37	1.418.555.986,96	1.883.288.392,44	2.441.609.736,63	3.927.589.039,78	▲ 145,1
6ª - PE	914.590.234,05	1.075.480.998,63	1.165.976.103,72	1.108.108.479,54	1.438.928.442,32	▲ 57,3
7ª - CE	465.775.219,94	507.064.772,53	763.618.369,87	591.963.033,39	831.122.462,10	▲ 78,4
8ª - PA e AP	727.270.967,40	734.897.616,22	704.137.509,89	793.992.194,78	963.845.618,97	▲ 32,5
9ª - PR	2.786.906.625,70	2.969.588.947,99	3.644.069.907,85	3.514.492.635,01	4.188.151.323,51	▲ 50,3
10ª - DF e TO	1.058.332.266,91	1.164.502.777,96	1.272.350.917,40	1.318.767.461,79	1.368.049.408,21	▲ 29,3
11ª - AM e RR	457.112.797,34	467.996.607,88	399.182.488,51	371.601.453,41	379.330.047,64	▼ -17,0
12ª - SC	1.339.284.843,99	1.317.012.496,53	1.384.007.284,85	1.273.701.928,12	1.561.576.231,00	▲ 16,6
13ª - PB	375.522.685,91	357.244.210,41	374.291.422,90	363.685.433,40	449.813.341,96	▲ 19,8
14ª - RO e AC	324.443.291,87	351.086.983,47	320.920.643,57	337.125.027,82	416.425.501,74	▲ 28,4
15ª - Campinas/SP	6.179.479.271,35	5.605.593.564,76	5.866.217.407,61	5.643.642.729,73	6.512.865.003,80	▲ 5,4
16ª - MA	270.001.787,22	340.846.739,07	390.936.472,38	372.479.201,88	450.755.417,97	▲ 66,9
17ª - ES	858.216.239,81	656.514.439,87	829.063.778,85	839.615.923,61	1.117.092.337,12	▲ 30,2
18ª - GO	1.071.084.866,10	940.260.388,89	1.112.879.908,89	1.001.445.101,97	1.184.173.716,74	▲ 10,6
19ª - AL	150.787.599,84	154.561.501,94	293.679.467,66	241.265.204,16	215.952.844,57	▲ 43,2
20ª - SE	385.440.193,06	320.492.032,48	332.029.989,17	337.529.510,89	389.822.350,75	▲ 1,1
21ª - RN	347.767.063,93	328.649.378,36	320.950.024,42	463.118.875,99	425.139.271,58	▲ 22,2
22ª - PI	169.340.757,14	192.297.091,91	234.929.603,02	313.516.503,44	227.649.016,92	▲ 34,4
23ª - MT	498.824.312,44	581.183.548,87	550.093.096,04	560.697.188,62	617.215.468,65	▲ 23,7
24ª - MS	586.085.081,16	511.760.988,24	561.009.365,70	623.794.464,86	571.302.195,25	▼ -2,5
País	37.033.057.366,43	37.238.261.238,06	42.523.848.834,32	43.349.415.713,63	49.227.136.998,52	▲ 32,9

Nota: Os valores arrecadados de 2020 a 2023 foram corrigidos pelo IPCA.

1.12.12. PRAZO MÉDIO NA FASE DE CONHECIMENTO

RANKING VT PRAZO MÉDIO NO CONHECIMENTO 2024

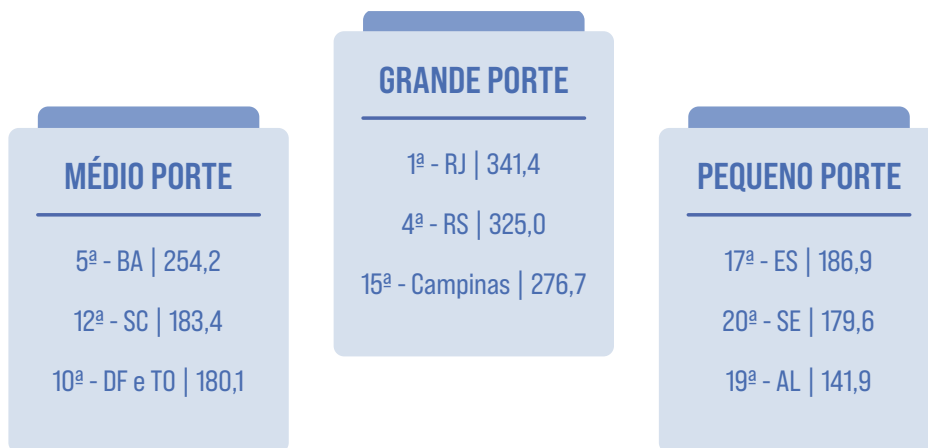


Tabela 1.12.12.1. Série histórica do prazo médio (em dias) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Fase de Conhecimento. 2020-2024.

Região Judiciária	Prazo médio entre ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Fase de Conhecimento					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	268,3	332,4	481,4	464,9	341,4	▲ 27,2
2ª - SP	187,3	225,3	241,8	196,6	151,7	▼ -19,0
3ª - MG	170,8	186,5	183,2	161,5	148,0	▼ -13,3
4ª - RS	261,4	326,1	427,5	357,2	325,0	▲ 24,3
5ª - BA	287,8	304,6	372,9	344,3	254,2	▼ -11,7
6ª - PE	266,0	287,0	288,0	229,8	170,1	▼ -36,1
7ª - CE	164,0	196,8	167,4	135,0	126,6	▼ -22,8
8ª - PA e AP	111,5	153,8	125,5	104,2	94,7	▼ -15,1
9ª - PR	246,4	279,8	242,5	189,8	162,4	▼ -34,1
10ª - DF e TO	202,3	240,4	285,1	231,9	180,1	▼ -11,0
11ª - AM e RR	145,1	229,1	152,1	107,2	107,1	▼ -26,2
12ª - SC	174,7	200,6	200,0	193,3	183,4	▲ 4,9
13ª - PB	131,0	131,9	116,0	87,1	79,6	▼ -39,3
14ª - RO e AC	70,4	80,2	76,6	67,1	65,4	▼ -7,1
15ª - Campinas/SP	291,6	360,3	366,4	308,8	276,7	▼ -5,1
16ª - MA	234,4	218,0	192,0	150,2	141,3	▼ -39,7
17ª - ES	207,2	274,7	286,9	244,9	186,9	▼ -9,8
18ª - GO	108,7	164,3	174,7	132,3	110,8	▲ 1,9
19ª - AL	144,3	170,8	182,6	156,1	141,9	▼ -1,7
20ª - SE	283,2	209,0	214,0	175,8	179,6	▼ -36,6
21ª - RN	139,0	176,0	141,1	106,8	87,9	▼ -36,7
22ª - PI	153,4	133,6	130,7	145,1	141,1	▼ -8,0
23ª - MT	133,4	188,5	181,8	145,9	123,3	▼ -7,6
24ª - MS	275,9	287,5	240,8	155,3	137,9	▼ -50,0
País	215,6	252,1	276,9	239,8	197,4	▼ -8,4

1.12.13. PRAZO MÉDIO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

RANKING VT PRAZO MÉDIO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 2024

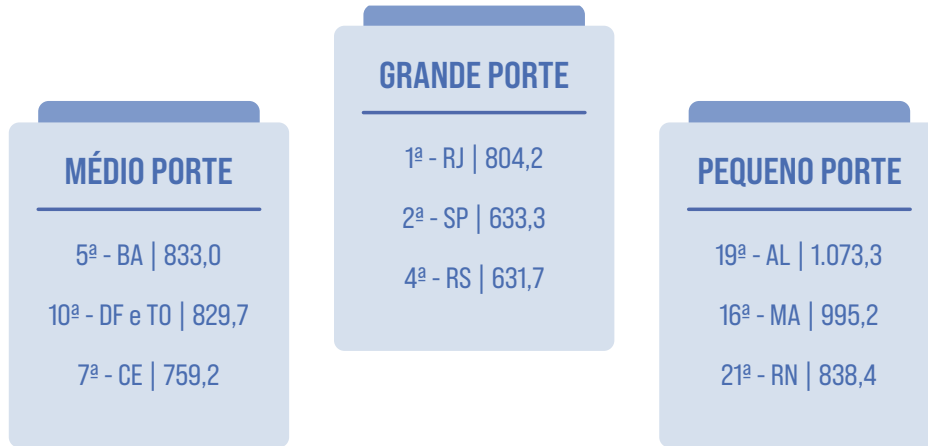


Tabela 1.12.13.1. Série histórica do prazo médio entre o início e a extinção do processo na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2020-2024.

Região Judiciária	Prazo médio entre o início e a extinção do processo na Fase cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	721,5	893,6	1.162,6	1.118,7	804,2	▲ 11,5
2ª - SP	1.033,4	647,0	2.162,6	1.047,0	633,3	▼ -38,7
3ª - MG	1.384,1	1.039,9	1.065,2	724,0	558,4	▼ -59,7
4ª - RS	795,5	877,9	1.178,6	810,9	631,7	▼ -20,6
5ª - BA	889,3	703,3	859,9	971,1	833,0	▼ -6,3
6ª - PE	767,3	802,1	899,0	726,2	610,9	▼ -20,4
7ª - CE	1.030,5	1.403,8	1.913,9	1.022,8	759,2	▼ -26,3
8ª - PA e AP	875,1	1.288,3	1.378,2	479,7	541,1	▼ -38,2
9ª - PR	1.234,1	1.364,2	1.743,0	708,9	582,6	▼ -52,8
10ª - DF e TO	714,3	953,4	1.022,8	782,5	829,7	▲ 16,2
11ª - AM e RR	594,5	667,9	739,7	700,7	566,9	▼ -4,6
12ª - SC	674,5	882,6	1.137,0	524,7	487,7	▼ -27,7
13ª - PB	919,0	1.238,1	1.109,4	571,8	429,9	▼ -53,2
14ª - RO e AC	793,8	552,5	905,1	601,7	560,2	▼ -29,4
15ª - Campinas/SP	629,9	730,7	846,3	774,1	613,6	▼ -2,6
16ª - MA	1.419,1	1.232,9	1.168,9	1.048,5	995,2	▼ -29,9
17ª - ES	955,3	964,2	1.119,7	862,5	694,2	▼ -27,3
18ª - GO	920,5	875,6	1.035,6	811,1	470,5	▼ -48,9
19ª - AL	1.273,5	1.483,7	1.847,0	1.271,3	1.073,3	▼ -15,7
20ª - SE	1.197,5	929,4	1.203,9	1.114,2	705,5	▼ -41,1
21ª - RN	975,0	1.071,7	1.342,2	940,7	838,4	▼ -14,0
22ª - PI	698,8	566,7	715,8	346,6	567,6	▼ -18,8
23ª - MT	1.142,7	1.107,7	1.304,4	614,5	537,1	▼ -53,0
24ª - MS	947,2	1.242,1	1.307,8	587,7	455,4	▼ -51,9
País	949,7	918,3	1.353,0	871,4	645,9	▼ -32,0

1.12.14. PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO ATÉ O ARQUIVAMENTO

RANKING VT PRAZO MÉDIO DE AJUIZAMENTO ATÉ O ARQUIVAMENTO 2024

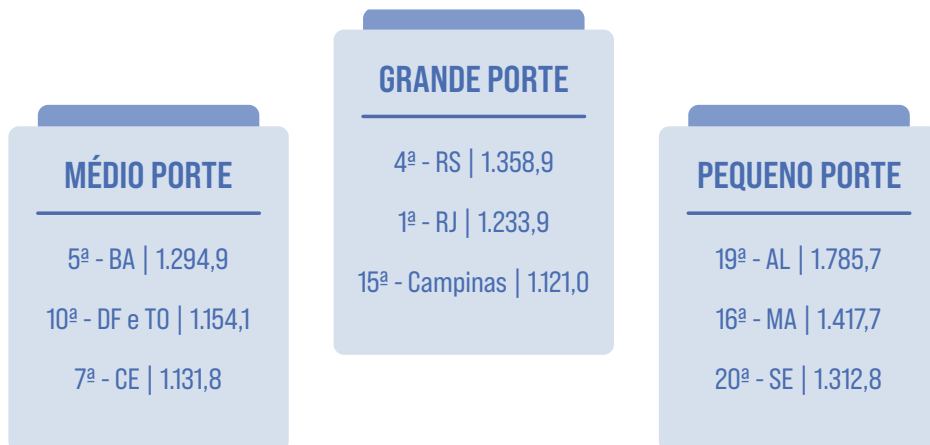


Tabela 1.12.14.1. Série histórica do prazo médio (em dias) do ajuizamento até o arquivamento. 2020-2024.

Região Judiciária	Prazo médio do ajuizamento até o arquivamento definitivo					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	879,1	1.179,4	1.227,9	1.261,3	1.233,9	▲ 40,4
2ª - SP	1.095,3	1.190,3	1.369,7	918,1	904,8	▼ -17,4
3ª - MG	895,3	837,4	808,4	798,0	876,1	▼ -2,1
4ª - RS	922,1	1.067,1	1.273,3	1.360,2	1.358,9	▲ 47,4
5ª - BA	1.014,0	1.013,1	1.071,2	1.149,6	1.294,9	▲ 27,7
6ª - PE	890,9	980,1	1.075,8	998,3	1.082,8	▲ 21,5
7ª - CE	839,9	1.080,6	1.346,8	1.186,9	1.131,8	▲ 34,8
8ª - PA e AP	691,1	870,8	863,9	870,3	884,3	▲ 28,0
9ª - PR	959,4	1.057,5	1.144,4	1.183,4	1.115,8	▲ 16,3
10ª - DF e TO	892,8	1.044,4	1.046,9	1.019,2	1.154,1	▲ 29,3
11ª - AM e RR	674,4	732,2	657,0	638,8	891,2	▲ 32,1
12ª - SC	590,2	707,1	776,7	777,0	976,3	▲ 65,4
13ª - PB	912,2	1.040,5	869,2	784,4	704,2	▼ -22,8
14ª - RO e AC	671,6	597,7	694,6	699,8	711,3	▲ 5,9
15ª - Campinas/SP	860,7	964,1	993,0	971,0	1.121,0	▲ 30,2
16ª - MA	1.303,2	1.342,3	1.368,3	1.237,8	1.417,7	▲ 8,8
17ª - ES	1.273,6	1.074,9	1.153,0	1.227,0	1.235,4	▼ -3,0
18ª - GO	699,2	697,9	772,7	743,6	749,0	▲ 7,1
19ª - AL	1.195,7	1.207,0	1.281,5	2.065,4	1.785,7	▲ 49,3
20ª - SE	1.255,6	1.155,0	1.185,9	1.369,9	1.312,8	▲ 4,6
21ª - RN	1.103,4	1.032,3	1.243,8	1.037,4	1.145,3	▲ 3,8
22ª - PI	1.069,4	1.140,3	864,5	1.220,6	1.031,3	▼ -3,6
23ª - MT	860,6	881,7	959,6	970,0	864,2	▲ 0,4
24ª - MS	1.050,8	1.207,5	1.151,1	947,4	876,2	▼ -16,6
País	935,4	1.019,9	1.102,4	1.024,7	1.058,5	▲ 13,2

1.12.15. SESSÕES DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS

RANKING VT SESSÕES DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS 2024

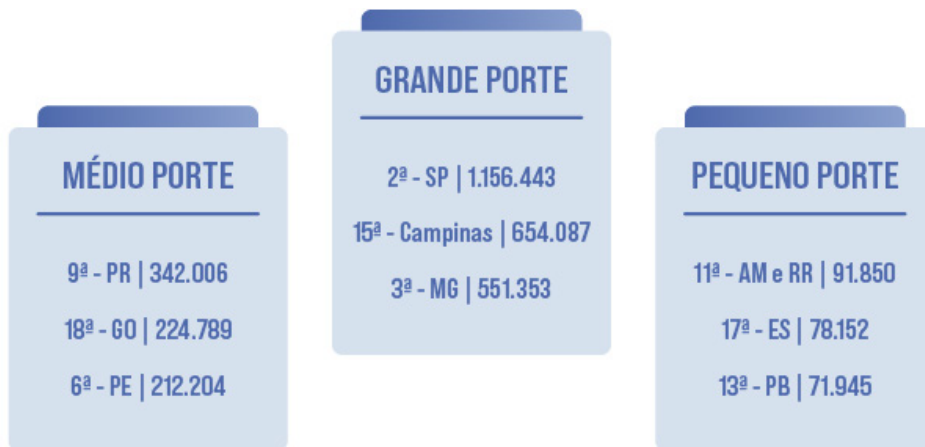


Tabela 1.12.15.1. Série histórica das sessões de audiências designadas. 2020-2024.

Região Judiciária	Audiências Designadas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	219.943,0	267.275,0	319.196,0	453.883,0	458.531,0	▲ 108,5
2ª - SP	1.122.566,0	1.209.951,0	76.736,0	1.130.391,0	1.156.443,0	▲ 3,0
3ª - MG	403.929,0	443.917,0	467.829,0	464.976,0	551.353,0	▲ 36,5
4ª - RS	118.132,0	156.227,0	185.895,0	218.912,0	230.077,0	▲ 94,8
5ª - BA	82.279,0	90.921,0	186.888,0	182.165,0	210.755,0	▲ 156,1
6ª - PE	91.804,0	111.393,0	135.557,0	170.373,0	212.204,0	▲ 131,1
7ª - CE	61.429,0	68.937,0	84.281,0	87.072,0	97.447,0	▲ 58,6
8ª - PA e AP	83.573,0	100.142,0	103.020,0	107.688,0	133.820,0	▲ 60,1
9ª - PR	219.416,0	249.354,0	267.095,0	281.785,0	342.006,0	▲ 55,9
10ª - DF e TO	54.597,0	61.737,0	78.511,0	100.210,0	115.285,0	▲ 111,2
11ª - AM e RR	54.917,0	68.921,0	87.241,0	77.804,0	91.850,0	▲ 67,3
12ª - SC	93.705,0	103.469,0	123.240,0	129.490,0	149.326,0	▲ 59,4
13ª - PB	27.997,0	46.265,0	46,0	64.504,0	71.945,0	▲ 157,0
14ª - RO e AC	42.800,0	43.651,0	48.166,0	46.024,0	46.505,0	▲ 8,7
15ª - Campinas/SP	505.995,0	622.040,0	631.716,0	600.984,0	654.087,0	▲ 29,3
16ª - MA	37.777,0	61.409,0	53.578,0	46.682,0	53.138,0	▲ 40,7
17ª - ES	45.567,0	60.892,0	64.197,0	69.421,0	78.152,0	▲ 71,5
18ª - GO	82.422,0	127.849,0	162.510,0	187.567,0	224.789,0	▲ 172,7
19ª - AL	35.744,0	45.130,0	45.195,0	45.754,0	51.659,0	▲ 44,5
20ª - SE	22.239,0	24.224,0	30.754,0	29.745,0	33.818,0	▲ 52,1
21ª - RN	32.482,0	36.780,0	40.741,0	47.251,0	51.064,0	▲ 57,2
22ª - PI	27.053,0	31.149,0	32.603,0	28.906,0	31.864,0	▲ 17,8
23ª - MT	42.851,0	44.635,0	47.539,0	56.717,0	70.083,0	▲ 63,6
24ª - MS	38.776,0	47.200,0	48.557,0	55.198,0	61.430,0	▲ 58,4
País	3.547.993,0	4.123.468,0	3.321.091,0	4.683.502,0	5.177.631,0	▲ 45,9

1.12.16. SESSÕES DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS

RANKING VT SESSÕES DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS 2024



Tabela 1.12.16.1. Série histórica das sessões de audiências realizadas. 2020-2024.

Região Judiciária	Audiências Realizadas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	94.438	147.455	179.848	272.925	320.948	▲ 239,9
2ª - SP	270.730	440.096	492.343	514.872	542.027	▲ 100,2
3ª - MG	193.977	279.258	279.029	288.118	344.386	▲ 77,5
4ª - RS	60.270	87.766	111.556	140.048	147.652	▲ 145,0
5ª - BA	38.289	51.191	96.709	128.398	147.253	▲ 284,6
6ª - PE	37.738	60.196	76.176	105.832	144.474	▲ 282,8
7ª - CE	27.872	46.335	56.893	56.831	65.374	▲ 134,6
8ª - PA e AP	27.613	60.089	63.538	64.378	80.860	▲ 192,8
9ª - PR	73.820	115.924	138.771	159.714	211.351	▲ 186,3
10ª - DF e TO	20.105	28.133	39.713	56.242	68.814	▲ 242,3
11ª - AM e RR	17.768	39.084	49.837	47.520	58.775	▲ 230,8
12ª - SC	61.026	75.376	85.698	96.021	112.105	▲ 83,7
13ª - PB	16.619	32.117	39.111	38.867	49.134	▲ 195,6
14ª - RO e AC	26.874	28.412	29.639	29.151	31.090	▲ 15,7
15ª - Campinas/SP	214.478	318.075	340.516	360.131	420.540	▲ 96,1
16ª - MA	19.247	36.425	33.986	31.302	37.311	▲ 93,9
17ª - ES	21.846	36.009	43.573	49.505	54.960	▲ 151,6
18ª - GO	47.382	76.782	82.673	95.204	115.497	▲ 143,8
19ª - AL	18.741	31.668	30.511	32.515	37.403	▲ 99,6
20ª - SE	14.054	17.622	19.980	20.942	24.767	▲ 76,2
21ª - RN	14.303	20.285	24.130	30.202	32.371	▲ 126,3
22ª - PI	15.333	22.880	22.037	20.451	24.174	▲ 57,7
23ª - MT	23.151	31.497	31.937	38.123	51.630	▲ 123,0
24ª - MS	20.087	29.020	32.132	36.567	43.454	▲ 116,3
País	1.375.761	2.111.695	2.400.336	2.713.859	3.166.350	▲ 130,2

1.12.17. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PROCESSADAS NO 1º GRAU EXPEDIDAS

RANKING VT
RPVs EXPEDIDAS 2024

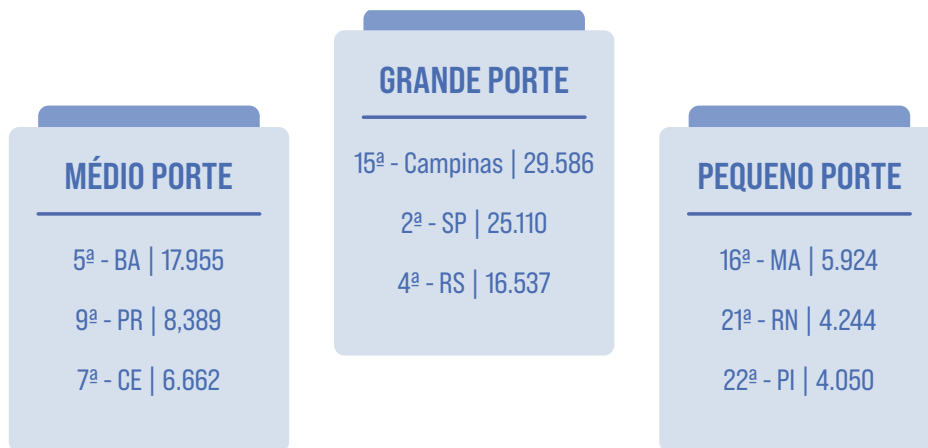


Tabela 1.12.17.1. Série histórica das Requisições de Pequeno Valor processadas no 1º Grau expedidas. 2020-2024.

Região Judiciária	RPVs expedidas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	56	-	-	6.348	11.633	▲ 20.673,2
2ª - SP	3	-	-	19.063	25.110	▲ 8.369,0
3ª - MG	135	2.760	4.409	4.446	6.384	▲ 46,3
4ª - RS	-	1.531	1.988	2.834	16.537	..
5ª - BA	4	-	12.899	16.379	17.955	▲ 4.487,8
6ª - PE	49	392	434	1.742	2.578	▲ 51,6
7ª - CE	1.531	1.897	3.647	5.670	6.662	▲ 3,4
8ª - PA e AP	390	821	1.333	1.855	3.561	▲ 8,1
9ª - PR	-	-	4.261	8.141	8.389	..
10ª - DF e TO	-	-	520	-	3.373	..
11ª - AM e RR	51	646	715	2.420	1.634	▲ 31,0
12ª - SC	-	99	1.620	3.139	2.966	..
13ª - PB	-	293	877	1.914	3.162	..
14ª - RO e AC	554	2.421	1.912	2.087	3.616	▲ 5,5
15ª - Campinas/SP	-	-	22.340	29.501	29.586	..
16ª - MA	-	-	1.858	8.255	5.924	..
17ª - ES	3	-	-	790	2.490	▲ 829,0
18ª - GO	195	-	19	699	1.138	▲ 4,8
19ª - AL	-	-	1.046	1.165	1.208	..
20ª - SE	-	671	400	1.424	2.438	..
21ª - RN	1	723	1.323	1.521	4.244	▲ 4.243,0
22ª - PI	3.033	2.326	2.585	3.047	4.050	▲ 0,3
23ª - MT	-	444	550	735	803	..
24ª - MS	-	330	-	1.032	822	..
País	6.005	15.354	64.736	124.207	166.263	▲ 26,7

(-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(..) Não se aplica dado numérico.

1.12.18. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PROCESSADAS NO 1º GRAU QUITADAS

RANKING VT RPVs QUITADAS 2024

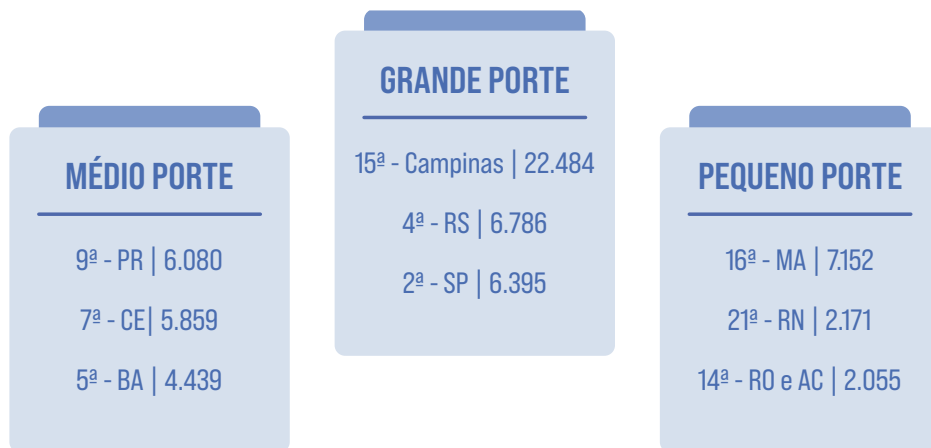


Tabela 1.12.18.1. Série histórica das Requisições de Pequeno Valor processadas no 1º Grau quitadas. 2020-2024.

Região Judiciária	RPVs quitadas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	60	14	-	5.884	5.084	▲ 8.373,3
2ª - SP	-	-	-	19.964	6.395	..
3ª - MG	121	343	1.091	1.489	4.791	▲ 3.859,5
4ª - RS	-	989	1.463	2.585	6.786	..
5ª - BA	641	96	4.600	17.718	4.439	▲ 592,5
6ª - PE	10	85	245	460	1.166	▲ 11.560,0
7ª - CE	1.977	2.751	1.715	2.738	5.859	▲ 196,4
8ª - PA e AP	171	658	1.118	1.379	1.519	▲ 788,3
9ª - PR	-	-	2.753	3.494	6.080	..
10ª - DF e TO	-	-	726	-	184	..
11ª - AM e RR	127	362	1.204	2.907	297	▲ 133,9
12ª - SC	-	4	356	2.962	834	..
13ª - PB	-	85	620	1.184	1.736	..
14ª - RO e AC	147	1.627	1.770	2.057	2.055	▲ 1.298,0
15ª - Campinas/SP	-	-	13.614	19.522	22.484	..
16ª - MA	1	-	443	6.094	7.152	▲ 715.100,0
17ª - ES	-	-	-	1.000	882	..
18ª - GO	467	25	100	1.128	0	▼ -100,0
19ª - AL	-	-	266	1.799	1.335	..
20ª - SE	-	126	821	1.169	939	..
21ª - RN	22	115	1.328	1.487	2.171	▲ 9.768,2
22ª - PI	2.778	1.704	1.733	4.493	1.055	▼ -62,0
23ª - MT	-	217	581	505	539	..
24ª - MS	-	43	-	1.144	206	..
País	6.522	9.244	36.547	103.162	83.988	▲ 1.187,8

(-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(.) Não se aplica dado numérico.

1.12.19. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PROCESSADAS NO 1º GRAU PENDENTES DE CIÊNCIA E QUITAÇÃO

RANKING VT RPVs PENDENTES 2024



Tabela 1.12.19.1. Série histórica das Requisições de Pequeno Valor pendentes. 2020-2024.

Região Judiciária	RPVs pendentes de ciência e quitação					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	326	99	-	6.233	7.410	▲ 21,7
2ª - SP	-	-	-	9.938	11.107	..
3ª - MG	873	2.776	5.976	8.958	5.479	▲ 5,3
4ª - RS	6	720	1.282	1.618	7.803	▲ 1.299,5
5ª - BA	1.323	675	11.712	9.981	6.303	▲ 3,8
6ª - PE	86	1.019	2.017	3.420	1.628	▲ 17,9
7ª - CE	2.059	-	3.330	6.303	6.735	▲ 2,3
8ª - PA e AP	427	621	903	1.202	1.893	▲ 3,4
9ª - PR	-	-	5.859	10.484	8.763	..
10ª - DF e TO	1	-	3.078	187	2.794	▲ 2.793,0
11ª - AM e RR	77	505	1.120	443	318	▲ 3,1
12ª - SC	-	392	1.714	2.591	1.610	..
13ª - PB	-	478	1.446	2.095	3.220	..
14ª - RO e AC	468	1.442	2.211	2.353	2.630	▲ 4,6
15ª - Campinas/SP	-	-	20.644	30.620	29.675	..
16ª - MA	-	-	7.845	8.613	7.914	..
17ª - ES	38	-	-	711	1.223	▲ 31,2
18ª - GO	1.480	-	6	94	261	▼ -0,8
19ª - AL	2	2	2.208	1.511	1.837	▲ 917,5
20ª - SE	-	512	990	1.186	1.492	..
21ª - RN	23	959	1.485	4.538	2.349	▲ 101,1
22ª - PI	1.346	1.272	2.652	867	1.088	▼ -0,2
23ª - MT	-	516	532	724	696	..
24ª - MS	3	275	-	1.060	522	▲ 173,0
País	8.538	12.263	77.010	115.730	114.750	▲ 12,4

Nota: As RPs expedidas e não recebidas pela Entidade/Ente começaram a ser apuradas apenas a partir do ano 2023.
 (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 (..) Não se aplica dado numérico.

1.13. INDICADORES ESTATÍSTICOS

1.13.1. INDICADORES ADMINISTRATIVOS

Tabela 1.13.1.1 Indicadores estatísticos administrativos. 2024.

Porte	Região Judiciária	Habitantes por Vara do Trabalho	Magistrados a cada 100.000 habitantes	Servidores a cada 100.000 habitantes	Cargos de Juiz Substituto por vara	Servidores nas Varas por magistrado	CJs e FCs por servidor em atividade
Grande Porte	1ª - RJ	117.943	0,7	11,8	1,0	12,2	0,8
	2ª - SP	100.464	2,2	13,9	1,6	4,6	0,6
	3ª - MG	134.954	1,3	10,0	0,9	5,9	0,8
	4ª - RS	85.075	2,2	17,2	0,9	6,3	0,6
	15ª - Campinas/SP	148.798	1,4	9,1	1,4	4,1	0,8
	Média	117.447	1,6	12,4	1,2	6,6	0,7
Médio Porte	5ª - BA	168.756	1,2	9,0	1,1	5,5	0,7
	6ª - PE	136.272	1,4	10,0	1,0	5,4	0,7
	7ª - CE	249.558	0,7	5,0	0,9	5,3	0,8
	8ª - PA e AP	169.056	1,0	8,4	0,8	6,4	0,6
	9ª - PR	121.904	1,5	10,7	0,9	5,7	0,8
	10ª - DF e TO	130.290	1,9	11,4	1,5	4,8	...
	12ª - SC	134.307	1,4	10,3	0,9	5,3	0,8
	18ª - GO	153.135	1,2	9,7	1,0	5,8	0,0
	Média	157.910	1,3	9,3	1,0	5,5	0,6
Pequeno Porte	11ª - AM e RR	156.188	1,1	8,8	1,0	5,4	0,8
	13ª - PB	153.520	1,4	11,3	1,2	5,5	0,8
	14ª - RO e AC	82.089	2,2	14,3	1,0	4,3	0,8
	16ª - MA	304.824	0,6	4,0	1,2	5,3	0,7
	17ª - ES	170.922	0,8	8,7	1,3	8,5	0,6
	19ª - AL	146.368	1,4	10,5	1,0	5,3	0,8
	20ª - SE	152.738	1,3	8,3	0,9	4,9	0,8
	21ª - RN	149.829	1,3	10,5	1,0	5,7	0,6
	22ª - PI	241.118	0,8	5,4	1,1	4,9	0,7
	23ª - MT	100.958	1,9	12,9	1,1	4,6	0,6
	24ª - MS	111.611	1,8	11,0	1,2	3,8	0,7
	Média	160.924	1,3	9,6	1,1	5,3	0,7
País		133.953	1,4	10,4	1,1	5,5	0,7

Os indicadores estatísticos administrativos de 2024 foram:

- Habitantes por VT existente no País: 133.953. Regiões acima da média do País por porte: grande – Não há; médio – 5ª, 7ª, 8ª e 18ª; pequeno – 11ª, 12ª, 16ª, 17ª, 20ª e 22ª.
- Magistrados a cada 100.000 habitantes no País: 1,4. Regiões acima da média do País por porte: grande – 2ª, 4ª e 15ª; médio – 9ª, 10ª e 12ª; pequeno – 13ª, 14ª, 19ª, 23ª e 24ª.
- Servidores a cada 100.000 habitantes no País: 10,4. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 2ª e 4ª; médio – 9ª, 10ª e 12ª; pequeno – 13ª, 14ª, 19ª, 21ª, 23ª e 24ª.
- Cargos de Juiz Substituto por VT no País: 0,8. Regiões com quantitativos abaixo de 1 por porte: grande – 2ª, 3ª e 4ª; médio – 7ª, 8ª, 9ª e 12ª; pequeno – 14ª e 20ª.
- Servidores nas VTs por magistrado: 5,5. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 3ª e 4ª; médio – 8ª, 9ª e 18ª; pequeno – 17ª e 21ª.
- CJs e FCs por servidor em atividade: 0,7. Regiões abaixo da média do País por porte: grande – 2ª e 4ª; médio – 8ª e 18ª; pequeno – 16ª, 17ª, 21ª, 22ª e 23ª.

Figura 1.13.1.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos administrativos. 2024.

INDICADORES ADMINISTRATIVOS



1.13.2. INDICADORES DE LITIGIOSIDADE

Tabela 1.13.2.1. Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024

Porte	Região Judiciária	Casos Novos por 100.000 habitantes	Julgados em relação aos recebidos	Julgados em relação ao total a Julgar	% de conciliações no rito sumaríssimo	% de conciliações (exceto processos no rito sumaríssimo)	Extintos em relação ao total a extinguir na Fase de Cumprimento de Sentença	Extintos em relação aos iniciados na Fase de Cumprimento de Sentença	Recorribilidade interna	Recorribilidade externa no Conhecimento
Grande Porte	1ª - RJ	1.110,2	110,5%	42,9%	43,1%	32,4%	29,2%	83,1%	53,1%	86,8%
	2ª - SP	1.767,2	104,1%	61,6%	55,8%	41,8%	34,6%	98,3%	46,0%	93,9%
	3ª - MG	950,7	97,8%	59,4%	47,6%	37,5%	46,2%	91,1%	41,4%	93,4%
	4ª - RS	1.186,4	97,2%	47,5%	56,0%	38,5%	33,3%	87,3%	37,5%	116,3%
	15ª - Campinas/SP	1.277,2	95,7%	50,8%	53,4%	38,5%	28,7%	81,4%	37,4%	99,0%
Médio Porte	Média	1.258,4	101,1%	52,4%	51,2%	37,7%	34,4%	88,2%	43,1%	97,9%
	5ª - BA	578,4	103,8%	50,3%	40,3%	29,3%	32,6%	99,0%	64,6%	90,2%
	6ª - PE	828,6	104,2%	61,1%	51,5%	49,9%	40,2%	98,4%	44,7%	79,1%
	7ª - CE	553,5	99,4%	67,0%	49,8%	35,0%	40,9%	100,2%	33,4%	80,8%
	8ª - PA e AP	648,6	95,0%	60,3%	54,5%	38,2%	54,4%	103,8%	26,5%	83,3%
	9ª - PR	1.000,1	98,3%	56,8%	61,8%	49,3%	37,3%	105,4%	48,2%	87,5%
	10ª - DF e TO	1.002,6	99,5%	54,3%	47,0%	34,0%	28,7%	106,6%	57,8%	84,4%
	12ª - SC	1.067,1	92,9%	52,2%	55,0%	47,6%	45,5%	98,0%	31,3%	75,7%
	18ª - GO	1.065,4	96,8%	57,7%	61,7%	43,9%	49,5%	91,0%	31,3%	76,2%
Pequeno Porte	Média	843,0	98,7%	57,5%	52,7%	40,9%	41,1%	100,3%	42,2%	82,1%
	11ª - AM e RR	771,0	96,7%	66,3%	55,0%	37,0%	46,8%	89,2%	31,8%	69,5%
	13ª - PB	764,6	100,1%	63,0%	38,0%	29,5%	48,6%	100,1%	37,3%	89,0%
	14ª - RO e AC	729,6	100,8%	81,6%	45,5%	32,9%	36,3%	99,5%	22,4%	67,7%
	16ª - MA	406,1	95,6%	67,2%	49,2%	38,0%	45,8%	157,7%	35,5%	54,4%
	17ª - ES	743,1	97,9%	54,0%	36,9%	30,8%	35,0%	94,2%	53,8%	103,0%
	19ª - AL	561,8	104,8%	64,2%	58,5%	46,7%	32,8%	115,4%	39,6%	74,3%
	20ª - SE	711,6	98,9%	57,2%	36,4%	20,6%	28,7%	78,2%	49,4%	72,7%
	21ª - RN	639,8	96,4%	64,4%	44,2%	33,3%	41,8%	104,3%	42,4%	76,5%
	22ª - PI	480,7	95,1%	73,9%	43,0%	31,2%	47,8%	108,6%	29,9%	73,4%
	23ª - MT	934,1	97,9%	51,1%	48,9%	48,3%	56,9%	104,3%	34,3%	68,1%
	24ª - MS	961,8	89,8%	58,0%	60,0%	47,6%	40,2%	92,7%	50,2%	78,2%
Média		700,4	97,6%	63,7%	46,9%	36,0%	41,9%	104,0%	38,8%	75,2%
País		996,6	100,1%	55,3%	51,6%	39,3%	35,9%	94,5%	43,2%	89,9%

Os indicadores estatísticos de litigiosidade de 2024 foram:

- Casos novos por 100.000 habitantes no País: 996,6. Regiões acima da média por porte: grande – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 15ª; médio – 9ª, 10ª, 12ª e 18ª; pequeno – 23ª e 24ª.
- Solucionados em relação aos Recebidos no País: 100,1%. Regiões acima de 100% por porte: grande – 1ª e 2ª; médio – 5ª e 6ª; pequeno – 13ª, 14ª e 19ª.
- Solucionados em relação ao Total a Solucionar no País: 55,3%. Regiões acima da média por porte: grande – 2ª e 4ª; médio – 6ª, 7ª e 8ª; pequeno – 11ª, 13ª, 14ª, 16ª, 19ª, 21ª e 22ª.
- % de Conciliações no Rito Sumaríssimo no País: 51,6%. Regiões acima da média por porte: grande – 2ª, 4ª e 15ª; médio – 6ª, 8ª, 9ª, 12ª e 18ª; pequeno – 11ª, 19ª e 24ª.
- % de Conciliações (exceto processos no Rito Sumaríssimo) no País: 39,3%. Regiões acima da média por porte: grande – 2ª e 4ª; médio – 6ª, 9ª, 12ª e 18ª; pequeno – 16ª, 19ª, 23ª e 24ª.
- Extintos em relação ao Total a Extinguir na Fase de Cumprimento de Sentença no País: 35,8%. Regiões abaixo da média por porte: grande – 1ª, 2ª, 4ª e 15ª; médio – 5ª, 9ª e 10ª; pequeno – 14ª, 17ª, 19ª e 20ª.
- Extintos em relação aos iniciados na Fase de Cumprimento de Sentença no País: 94,3%. Regiões acima de 100% por porte: grande – Não há; médio – 7ª, 8ª, 9ª e 10ª; pequeno – 16ª, 19ª, 21ª, 22ª e 23ª.
- Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento no País: 43,2%. Regiões acima da média por porte: grande – 1ª, 2ª e 3ª; médio – 5ª, 6ª, 9ª e 10ª; pequeno – 17ª, 20ª, 21ª e 24ª.
- Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no País: 89,9%. Regiões acima da média por porte: grande – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 15ª; médio – 5ª, 8ª, 9ª e 10ª; pequeno – 13ª e 17ª.

Figura 1.13.2.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024.

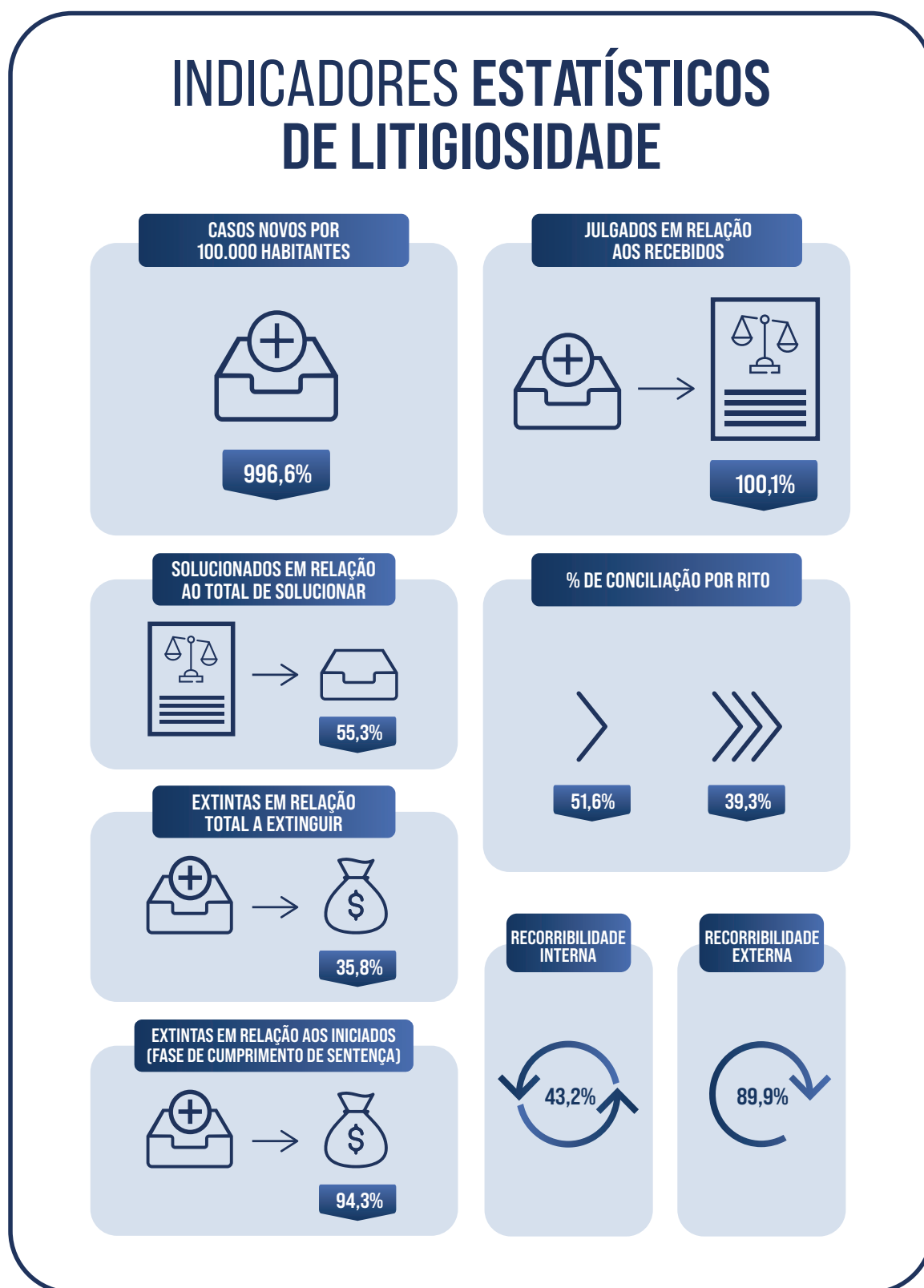


Tabela 1.13.2.2. Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024.

Porte	Região Judiciária	Casos Novos por Magistrado	Total a Jugar por magistrado	Total a Extinguir na Fase de Cumprimento de Sentença por magistrado	Resíduo por Magistrado
Grande Porte	1ª - RJ	654,7	2.858,9	3.910,5	1.104,9
	2ª - SP	680,1	1.116,5	1.727,4	278,8
	3ª - MG	687,2	1.011,3	1.098,2	264,7
	4ª - RS	539,4	988,7	1.417,1	454,0
	15ª - Campinas/SP	783,7	1.525,1	2.082,4	642,8
	Média	669,0	1.500,1	2.047,1	549,0
Médio Porte	5ª - BA	464,3	763,3	1.392,1	256,9
	6ª - PE	564,5	864,7	1.308,2	223,6
	7ª - CE	740,7	977,4	1.641,1	231,0
	8ª - PA e AP	608,0	811,4	857,7	173,6
	9ª - PR	646,2	930,7	1.737,8	281,3
	10ª - DF e TO	519,6	770,0	1.590,7	232,1
	12ª - SC	741,3	1.091,1	1.269,2	381,3
	18ª - GO	815,7	1.140,4	1.268,0	267,4
	Média	637,5	918,6	1.383,1	255,9
Pequeno Porte	11ª - AM e RR	602,1	836,5	902,0	187,5
	13ª - PB	528,2	635,2	818,2	98,8
	14ª - RO e AC	304,2	391,0	754,6	48,9
	16ª - MA	569,4	843,2	1.536,8	230,2
	17ª - ES	544,3	1.394,2	2.025,2	434,3
	19ª - AL	411,2	571,1	1.540,8	129,3
	20ª - SE	562,2	790,1	1.270,8	217,5
	21ª - RN	479,3	584,3	942,3	117,4
	22ª - PI	559,6	774,1	951,3	211,9
	23ª - MT	459,4	652,3	973,1	154,7
	24ª - MS	498,4	709,8	965,8	219,8
	Média	501,7	743,8	1.152,8	186,4
País		630,3	1.129,3	1.557,5	341,4

Os indicadores estatísticos de litigiosidade por magistrado em 2024 foram:

- Casos Novos por Magistrado no País: 727,3. Regiões acima da média do País por porte: grande – 2ª, 3ª e 15ª; médio – 7ª, 8ª, 12ª e 18ª; pequeno – Não há.
- Total a solucionar por Magistrado no País: 1.129,3. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 15ª; médio – 7ª, 12ª e 18ª; pequeno – 17ª.
- Total a extinguir na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial por Magistrado no País: 1.557,5. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 2ª, 4ª e 15ª; médio – 7ª, 9ª e 10ª; pequeno – 16ª, 17ª e 19ª.
- Resíduo por Magistrado no País: 341,4. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 4ª e 15ª; médio – 12ª; pequeno – 17ª.

Figura 1.13.2.2. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024.

INDICADORES DE LITIGIOSIDADE MAGISTRADOS 2024



Tabela 1.13.2.3. Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024.

Porte	Região Judiciária	Casos Novos por servidor	Total a Julgar por servidor	Total a Extinguir na Fase de Cumprimento de Sentença por servidor	Resíduo por servidor
Grande Porte	1ª - RJ	93,8	171,1	234,1	66,1
	2ª - SP	127,5	179,1	277,1	44,7
	3ª - MG	95,3	128,4	139,4	33,6
	4ª - RS	68,9	125,8	180,3	57,8
	15ª - Campinas/SP	140,1	235,9	322,2	99,4
	Média	105,1	168,1	230,6	60,3
Médio Porte	5ª - BA	64,3	102,9	187,7	34,6
	6ª - PE	82,8	117,7	178,1	30,4
	7ª - CE	110,6	146,0	245,1	34,5
	8ª - PA e AP	77,1	94,8	100,2	20,3
	9ª - PR	93,4	133,8	249,8	40,4
	10ª - DF e TO	87,8	127,1	262,6	38,3
	12ª - SC	103,1	149,1	173,5	52,1
	18ª - GO	109,8	140,8	156,5	33,0
	Média	91,1	126,5	194,2	35,5
Pequeno Porte	11ª - AM e RR	87,2	107,9	116,3	24,2
	13ª - PB	67,7	81,4	104,9	12,7
	14ª - RO e AC	51,0	59,3	114,4	7,4
	16ª - MA	101,3	135,0	246,1	36,9
	17ª - ES	85,4	125,0	181,5	38,9
	19ª - AL	53,5	74,3	200,6	16,8
	20ª - SE	85,8	120,6	194,0	33,2
	21ª - RN	60,7	74,0	119,4	14,9
	22ª - PI	89,2	119,1	146,4	32,6
	23ª - MT	72,7	95,3	142,1	22,6
	24ª - MS	87,8	116,1	157,9	35,9
	Média	76,6	100,7	156,7	25,1
País		95,9	142,9	207,3	45,4

Os indicadores estatísticos de litigiosidade por servidor em 2024 foram:

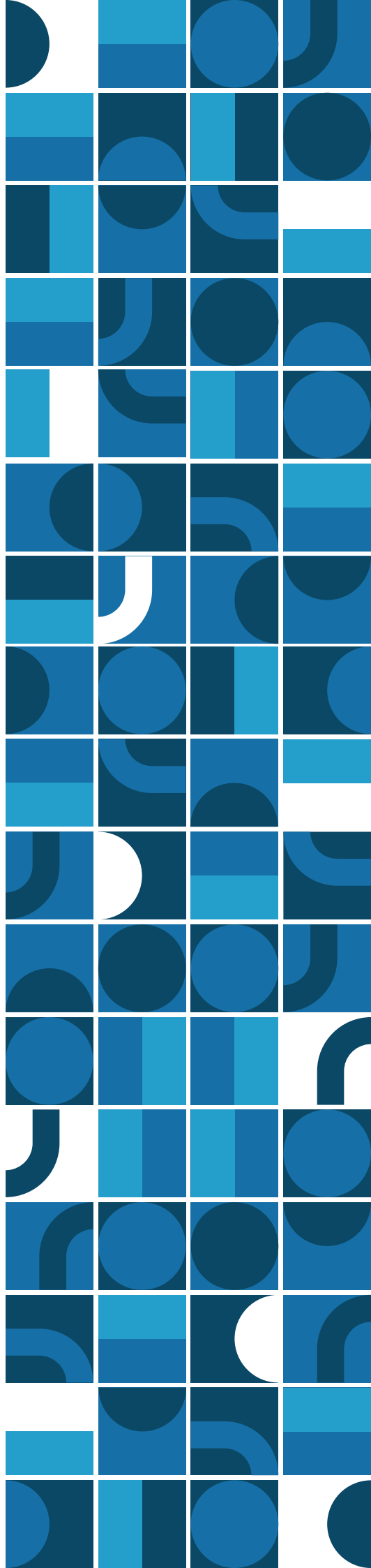
- Casos Novos por servidor no País: 95,9. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 2ª, 3ª e 15ª; médio – 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 18ª; pequeno – 16ª, 22ª e 24ª.
- Total a solucionar por servidor no País: 142,9. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 15ª; médio – 7ª, 9ª, 10ª, 12ª e 18ª; pequeno – 16ª e 17ª.
- Total a extinguir na fase de cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial por servidor no País: 207,3. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 2ª e 15ª; médio – 5ª, 7ª, 9ª e 10ª; pequeno – 16ª, 19ª e 20ª.
- Resíduo por servidor no País: 45,4. Regiões acima da média do País por porte: grande – 1ª, 2ª, 4ª e 15ª; médio – 9ª, 10ª e 12ª; pequeno – 16ª, 17ª e 24ª.

Figura 1.13.2.3. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2023.

INDICADORES DE LITIGIOSIDADE SERVIDORES 2024



Varas do Trabalho



RELATÓRIO
GERAL
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
2024

2 TRIBUNAIS
REGIONAIS
DO TRABALHO

2 | TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

2.1. ESTRUTURA

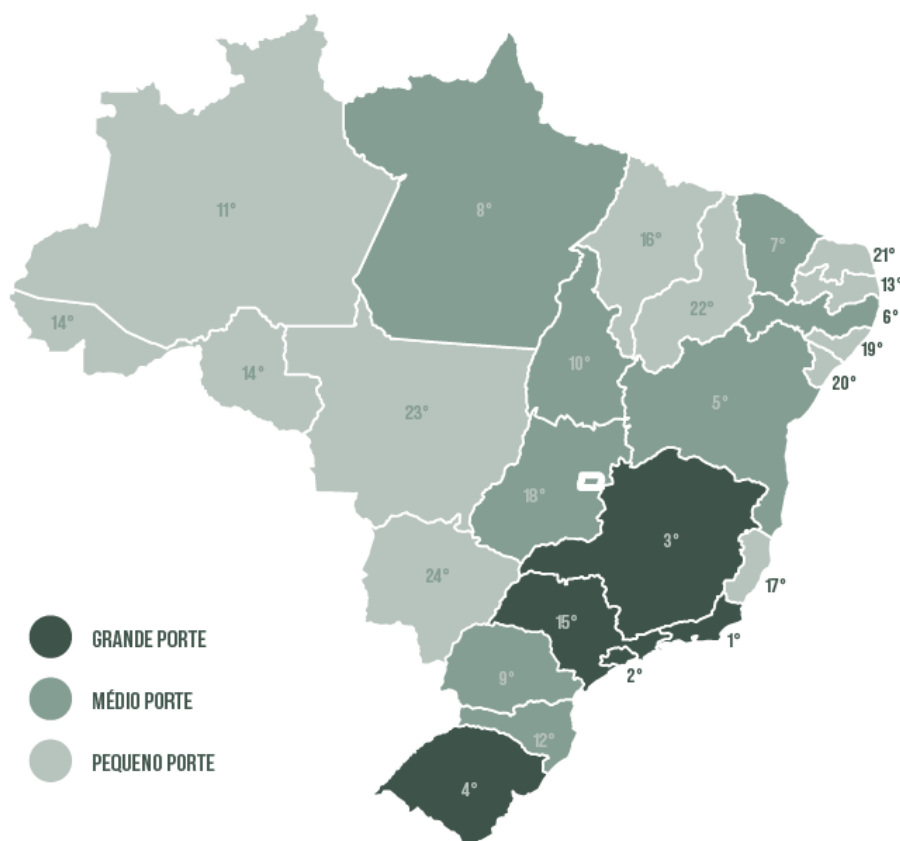
Na 2ª Instância da Justiça do Trabalho, há um Tribunal em cada estado do País, à exceção dos estados do Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, que são jurisdicionados pelos TRTs com sede em Rondônia, Amazonas, Pará e Distrito Federal, respectivamente. No estado de São Paulo, existem dois Tribunais: um com sede na cidade de São Paulo e outro em Campinas.

Figura 2.1.1. Estrutura dos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024



Figura 2.1.2. Tribunais Regionais do Trabalho por porte. 2024.

MAPA DO BRASIL - TRT's POR PORTE



2.2. FORÇA DE TRABALHO

2.2.1. DESEMBARGADORES DO TRABALHO

Na 2ª Instância da Justiça do Trabalho, existem atualmente 567 cargos de Desembargador do Trabalho, dentre os quais 555 (97,9%) estão providos.

Tabela 2.2.1.1. Desembargadores do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Desembargadores			
	Existentes	Providos		
		Mulheres	Homens	
1ª - RJ	54	22	32	59,2%
2ª - SP	94	56	37	39,3%
3ª - MG	49	16	33	67,3%
4ª - RS	48	19	29	60,4%
5ª - BA	29	15	11	37,9%
6ª - PE	19	6	7	36,8%
7ª - CE	14	3	11	78,5%
8ª - PA e AP	23	12	10	43,5%
9ª - PR	31	10	21	67,7%
10ª - DF e TO	17	5	12	70,6%
11ª - AM e RR	14	8	6	42,8%
12ª - SC	18	5	13	72,2%
13ª - PB	10	2	7	70,0%
14ª - RO e AC	8	3	5	62,5%
15ª - Campinas/SP	55	21	34	61,8%
16ª - MA	8	3	5	62,5%
17ª - ES	12	7	5	41,6%
18ª - GO	14	4	10	71,4%
19ª - AL	8	3	5	62,5%
20ª - SE	8	3	5	62,5%
21ª - RN	10	3	7	70,0%
22ª - PI	8	2	6	75,0%
23ª - MT	8	4	4	50,0%
24ª - MS	8	-	8	100%
País	567	232	323	

DESEMBARGADORES

DESEMBARGADORAS

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A proporção de magistradas é de 41,8%. Na figura 2.2.1.1, é possível verificar.

Figura 2.2.1.1. Total de cargos e proporção entre Desembargadoras e Desembargadores. 2024.



Figura 2.2.1.2. Proporção de Desembargadoras e Desembargadores. 2024.



2.2.2. SERVIDORES

O Quadro Permanente de cargos existentes nos Tribunais Regionais do Trabalho totaliza 41.124 cargos, sendo 16.183 (39,3%) de Analista Judiciário, 24.718 (60,1%) de Técnico Judiciário e 223 (0,5%) de Auxiliar Judiciário. Esses cargos são lotados na 1ª e na 2ª Instância das Regiões Judiciárias.

Tabela 2.2.2.1. Quadro Permanente. Cargos Existentes. 2024.

Região Judiciária	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Auxiliar Judiciário	Total	% em relação ao total
1ª - RJ	1.436	2.659	-	4.095	10,0
2ª - SP	2.697	3.169	40	5.906	14,4
3ª - MG	1.609	2.130	-	3.739	9,1
4ª - RS	1.382	2.115	41	3.538	8,6
5ª - BA	930	1.381	9	2.320	5,6
6ª - PE	578	1.169	5	1.752	4,3
7ª - CE	354	561	2	917	2,2
8ª - PA e AP	500	844	10	1.354	3,3
9ª - PR	980	1.472	26	2.478	6,0
10ª - DF e TO	471	630	5	1.106	2,7
11ª - AM e RR	327	708	10	1.045	2,5
12ª - SC	608	1.014	6	1.628	4,0
13ª - PB	271	799	35	1.105	2,7
14ª - RO e AC	219	538	2	759	1,8
15ª - Campinas/SP	1.212	2.136	6	3.354	8,2
16ª - MA	226	329	-	555	1,3
17ª - ES	314	400	4	718	1,7
18ª - GO	712	625	5	1.342	3,3
19ª - AL	207	331	3	541	1,3
20ª - SE	142	274	-	416	1,0
21ª - RN	282	386	1	669	1,6
22ª - PI	143	250	1	394	1,0
23ª - MT	380	445	10	835	2,0
24ª - MS	203	353	2	558	1,4
País	16.183	24.718	223	41.124	100,0

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela 2.2.2.2. Servidores em atividade na Área Judiciária. 2024

Região Judiciária	Quadro Permanente	Requisitados	Removidos	Cargos em Comissão	Total	% em relação ao TRT
1ª - RJ	660	-	19	23	702	41,1
2ª - SP	1.142	1	20	6	1.169	53,9
3ª - MG	591	4	24	31	650	46,3
4ª - RS	606	1	10	9	626	48,9
5ª - BA	401	4	25	4	434	46,1
6ª - PE	236	9	13	1	259	30,0
7ª - CE	155	10	14	4	183	35,7
8ª - PA e AP	132	1	2	19	154	31,1
9ª - PR	516	-	15	6	537	51,4
10ª - DF e TO	165	14	2	2	183	31,4
11ª - AM e RR	145	-	1	2	148	30,7
12ª - SC	282	-	5	-	287	42,2
13ª - PB	135	1	4	3	143	29,2
14ª - RO e AC	94	-	2	3	99	27,3
15ª - Campinas/SP	736	6	24	7	773	56,3
16ª - MA	91	6	3	5	105	35,8
17ª - ES	153	-	14	1	168	43,1
18ª - GO	205	7	9	-	221	36,2
19ª - AL	64	-	5	1	70	24,1
20ª - SE	61	2	9	1	73	35,1
21ª - RN	100	9	7	3	119	34,8
22ª - PI	107	12	7	2	128	48,1
23ª - MT	113	1	1	-	115	33,8
24ª - MS	93	2	2	1	98	35,5
País	6.983	90	237	134	7.444	42,8

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Estão em atividade na Área Judiciária dos Tribunais Regionais do Trabalho, 7.444 servidores, sendo 6.983 (93,8%) do Quadro Permanente, 90 (1,2%) requisitados, 237 (3,2%) removidos e 134 (1,8%) ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

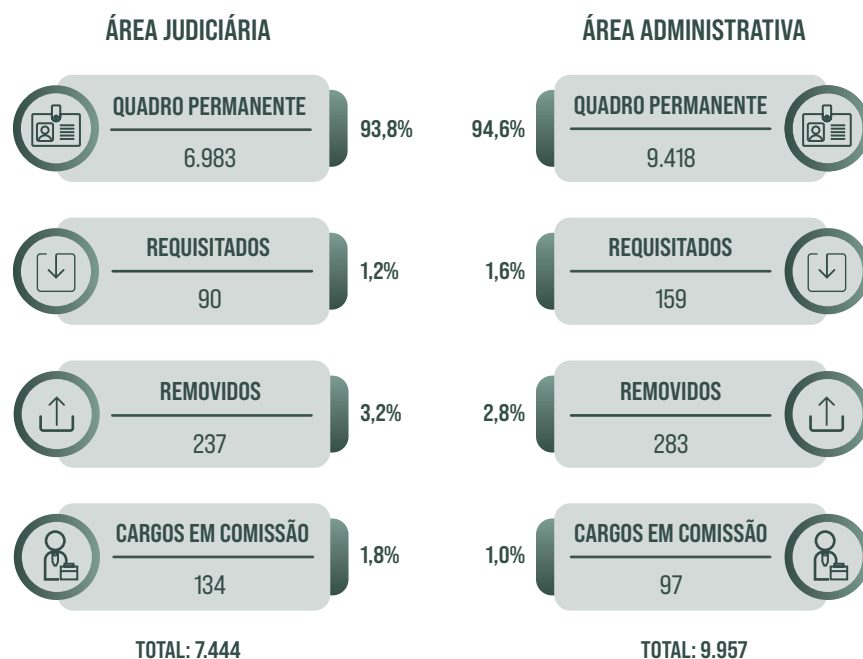
Em média, a cada 10 servidores lotados nos TRTs, 4 encontram-se na Área Judiciária. Os TRTs com maiores percentuais de servidores nessa Área são: 15ª (56,3%), 2ª (53,9%), 9ª (51,4%), 4ª (48,9%) e 22ª (48,1%).

Tabela 2.2.2.3. Servidores em atividade na Área Administrativa. 2024.

Região Judiciária	Quadro Permanente	Requisitados	Removidos	Cargos em Comissão	Total	% em relação ao TRT
1ª - RJ	973	-	20	15	1.008	58,9
2ª - SP	979	-	21	1	1.001	46,1
3ª - MG	716	7	18	12	753	53,7
4ª - RS	641	1	11	2	655	51,1
5ª - BA	477	11	19	-	507	53,9
6ª - PE	540	35	25	3	603	70,0
7ª - CE	295	10	16	8	329	64,3
8ª - PA e AP	326	2	4	9	341	68,9
9ª - PR	477	-	20	10	507	48,6
10ª - DF e TO	378	15	5	1	399	68,6
11ª - AM e RR	319	10	2	3	334	69,3
12ª - SC	381	-	11	1	393	57,8
13ª - PB	316	14	10	6	346	70,8
14ª - RO e AC	254	3	1	5	263	72,7
15ª - Campinas/SP	578	3	16	2	599	43,7
16ª - MA	176	3	3	6	188	64,2
17ª - ES	204	5	12	1	222	56,9
18ª - GO	367	-	20	2	389	63,8
19ª - AL	190	13	16	2	221	75,9
20ª - SE	125	1	9	-	135	64,9
21ª - RN	194	9	13	7	223	65,2
22ª - PI	129	2	6	1	138	51,9
23ª - MT	215	7	3	-	225	66,2
24ª - MS	168	8	2	-	178	64,5
Pais	9.418	159	283	97	9.957	57,2

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.2.2.1. Servidores em atividade na 2ª Instância. Áreas Judiciária e Administrativa



Estão em atividade na Área Administrativa dos Tribunais Regionais do Trabalho, 9.957 servidores, sendo 9.418 (94,6%) do Quadro Permanente, 159 (1,6%) requisitados, 283 (2,8%) removidos e 97 (1,0%) ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

Em média, a cada 10 servidores lotados nos TRTs, 6 encontram-se na Área Administrativa. Os TRTs com maiores percentuais de servidores nessa Área são: 19ª (75,9%), 14ª (72,7%), 13ª, (70,6%) e 6ª (70,0%).

2.2.3. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Tabela 2.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes. 2024.

Região Judiciária	Quadro Existente											
	Cargos Comissionados					Funções Comissionadas						
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	Total	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6	Total
1ª - RJ	403	52	290	3	748	-	-	252	580	1.415	5	2.252
2ª - SP	454	140	557	3	1.154	399	274	230	744	853	8	2.508
3ª - MG	166	5	320	3	494	135	-	503	122	1.298	430	2.488
4ª - RS	185	41	278	3	507	32	112	9	566	799	-	1.518
5ª - BA	59	56	142	4	261	-	280	175	532	541	-	1.528
6ª - PE	76	79	108	4	267	2	64	96	325	440	84	1.011
7ª - CE	13	33	70	1	117	12	50	67	226	167	2	524
8ª - PA e AP	67	29	90	3	189	1	15	42	305	276	26	665
9ª - PR	228	82	191	5	506	12	153	110	409	289	322	1.295
10ª - DF e TO	52	29	64	3	148	-	32	78	112	256	36	524
11ª - AM e RR	33	22	57	3	115	-	66	95	203	247	19	630
12ª - SC	201	80	98	3	382	9	114	66	294	337	10	830
13ª - PB	17	16	74	3	110	5	13	120	178	137	155	608
14ª - RO e AC	33	17	55	3	108	-	18	10	161	299	12	500
15ª - Campinas/SP	202	43	293	3	541	142	545	55	547	998	-	2.287
16ª - MA	22	12	39	2	75	39	39	61	190	-	-	329
17ª - ES	12	29	49	3	93	-	12	39	172	234	3	460
18ª - GO	61	18	98	4	181	-	119	74	235	217	52	697
19ª - AL	19	18	50	2	89	-	101	55	108	110	-	374
20ª - SE	17	15	33	3	68	10	35	61	52	94	-	252
21ª - RN	15	24	40	2	81	-	27	8	109	138	18	300
22ª - PI	22	8	28	2	60	68	13	-	155	-	-	236
23ª - MT	56	22	59	3	140	21	5	74	128	162	21	411
24ª - MS	12	14	46	3	75	1	10	48	132	138	11	340
País	2.425	884	3.129	71	6.509	888	2.097	2.328	6.585	9.445	1.214	22.567

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela 2.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na Área Judiciária. 2024.

Região Judiciária	Lotação na Área Judiciária											
	Cargos em Comissão					Funções Comissionadas						
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	Total	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6	Total
1ª - RJ	74	2	122	-	198	...	...	...	...	...	...	...
2ª - SP	191	98	309	1	599	89	118	98	16	132	-	453
3ª - MG	46	5	106	-	157	1	-	45	3	90	345	484
4ª - RS	61	7	113	1	182	6	8	-	18	359	-	391
5ª - BA	31	32	40	1	104	-	27	50	57	194	-	328
6ª - PE	29	59	21	3	112	2	14	7	14	91	1	129
7ª - CE	7	16	16	1	40	3	2	12	8	86	-	111
8ª - PA e AP	22	7	21	1	51	-	-	5	-	91	1	97
9ª - PR	15	41	73	2	131	-	1	8	26	55	304	394
10ª - DF e TO	-	18	21	-	39	-	5	-	-	106	-	111
11ª - AM e RR	-	3	15	1	19	-	2	24	8	74	2	110
12ª - SC	21	45	22	1	89	-	5	18	21	137	1	182
13ª - PB	-	-	30	-	30	-	-	8	12	21	69	110
14ª - RO e AC	10	8	10	-	28	-	-	3	5	61	2	71
15ª - Campinas/SP	113	5	124	1	243	-	30	17	40	365	-	452
16ª - MA	6	8	9	-	23	2	1	5	63	-	-	71
17ª - ES	...	...	...	...	...	...	...	6	3	123	-	132
18ª - GO	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
19ª - AL	-	2	11	-	13	-	10	3	4	40	-	57
20ª - SE	2	8	11	-	21	1	1	17	-	37	-	56
21ª - RN	3	10	11	-	24	-	1	1	1	52	-	55
22ª - PI	10	2	10	-	22	15	7	-	59	-	-	81
23ª - MT	3	8	9	-	20	-	-	-	8	54	21	83
24ª - MS	3	10	8	1	22	-	3	10	3	52	-	68
País	647	394	1.112	14	2.167	119	235	337	369	2.220	746	4.026

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(...) Dado numérico indisponível, não informado no Sistema e-Gestão.

Estão lotados na Área Judiciária, 2.167 Cargos em Comissão: 647 (29,9%) CJ-1, 394 (18,2%) CJ-2, 1.112 (51,3%) CJ-3 e 14 (0,6%) CJ-4, e 4.026 Funções Comissionadas: 119 (3,0%) FC-1, 235 (5,8%) FC-2, 337 (8,4%) FC-3, 369 (9,2%) FC-4, 2.220 (55,1%) FC-5 e 746 (18,5%) FC-6.

Com essa lotação de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, verifica-se que a cada 10 servidores da Área Judiciária, 9 possuem algum CJ ou FC. Ressalta-se que, para este cálculo, não foram considerados a 1ª e a 18ª Região por possuírem dados indisponíveis.

Tabela 2.2.3.3. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na Área Administrativa. 2024.

Região Judiciária	Lotação na Área Administrativa											
	Cargos em Comissão					Funções Comissionadas						
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	Total	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6	Total
1ª - RJ	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
2ª - SP	38	38	27	2	105	238	121	70	15	159	7	610
3ª - MG	49	-	50	3	102	33	-	220	-	204	49	506
4ª - RS	85	30	21	2	138	22	77	6	30	42	-	177
5ª - BA	25	22	12	3	62	-	38	99	97	60	-	294
6ª - PE	36	19	16	1	72	-	12	83	26	121	14	256
7ª - CE	6	17	14	2	39	7	2	16	58	13	2	98
8ª - PA e AP	36	21	13	2	72	1	4	31	34	63	16	149
9ª - PR	15	37	21	3	76	11	3	78	17	107	14	230
10ª - DF e TO	23	16	11	4	54	-	39	29	62	41	2	173
11ª - AM e RR	21	13	8	2	44	-	5	54	31	63	15	168
12ª - SC	30	30	14	2	76	8	10	45	71	68	9	211
13ª - PB	14	13	15	2	44	5	9	32	46	54	19	165
14ª - RO e AC	17	7	11	2	37	-	2	5	45	86	9	147
15ª - Campinas/SP	29	37	16	2	84	-	62	34	111	102	-	309
16ª - MA	13	3	7	2	25	18	8	38	21	-	-	85
17ª - ES	...	...	...	...	...	-	2	31	10	49	3	95
18ª - GO	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
19ª - AL	19	6	12	2	39	-	29	14	41	4	-	88
20ª - SE	12	5	7	2	26	4	3	36	1	11	-	55
21ª - RN	9	11	5	2	27	-	3	3	32	9	-	47
22ª - PI	12	6	4	2	24	6	5	-	33	-	-	44
23ª - MT	19	11	11	2	43	16	5	12	20	37	-	90
24ª - MS	8	4	8	1	21	-	4	27	5	27	9	72
País	516	346	303	45	1.210	369	443	963	806	1.320	168	4.069

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
(...) Dado numérico indisponível, não informado no Sistema e-Gestão.

Figura 2.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotados na 2ª Instância. Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.

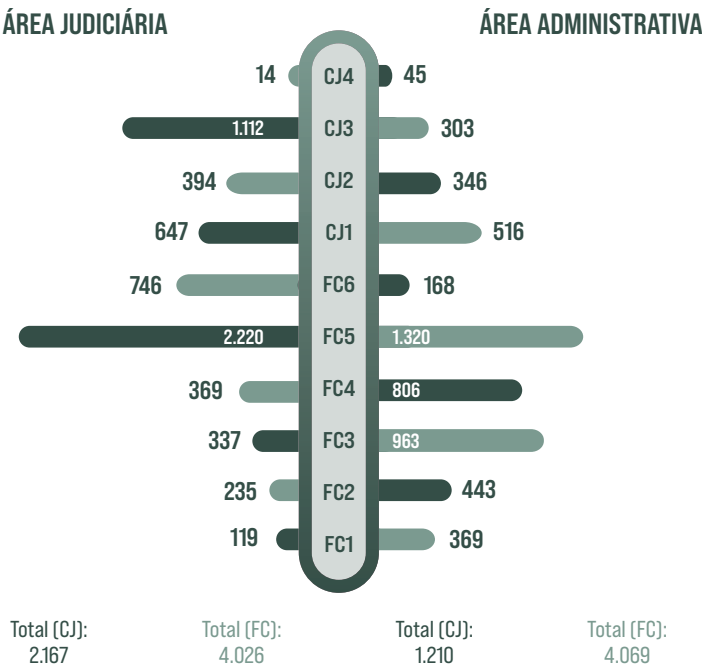
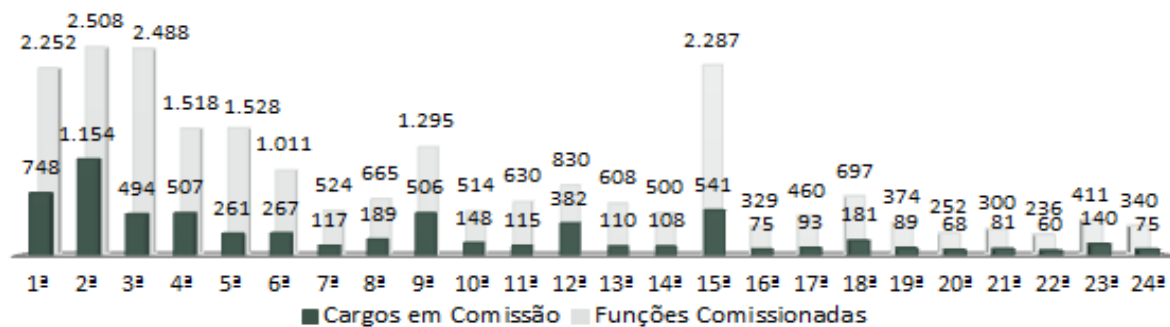


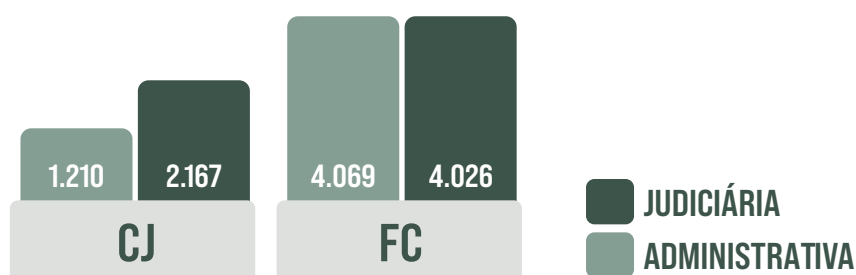
Figura 2.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas existentes. 2024.



Estão lotados na Área Administrativa, 1.210 Cargos em Comissão: 516 (42,6%) CJ-1, 346 (28,6%) CJ-2, 303 (25,0%) CJ-3 e 45 (3,7%) CJ-4, e 4.069 Funções Comissionadas: 369 (9,1%) FC-1, 443 (10,9%) FC-2, 963 (23,7%) FC-3, 806 (19,8%) FC-4, 1.320 (32,4%) FC-5 e 168 (4,1%) FC-6.

Com essa lotação de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, verifica-se que a cada 10 servidores da Área Administrativa, 6 possuem algum CJ ou FC. Ressalta-se que, para este cálculo, não foram consideradas a 1ª e 18ª Região por possuírem dados indisponíveis.

Figura 2.2.3.3. Proporção de CJs e FCs nas Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.



2.3. ARRECADAÇÃO

Tabela 2.3.1. Arrecadação nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Arrecadação			Total
	Custas/Emolumentos	Previdência	Imposto de Renda	
1ª - RJ	R\$223.642,10	...	...	R\$223.642,10
2ª - SP	R\$8.743,52	R\$439.193,20	R\$84.875,45	R\$532.812,17
3ª - MG	R\$16.526.810,00	R\$9.005.625,00	R\$1.669.331,00	R\$27.201.766,00
4ª - RS	R\$6.259.825,00	R\$32.785.885,00	R\$8.076.138,00	R\$47.121.848,00
5ª - BA	R\$132.636,40	R\$4.644.893,00	R\$419.678,70	R\$5.197.208,10
6ª - PE	R\$389.919,10	R\$86.462,48	...	R\$476.381,58
7ª - CE	R\$2.283,77	R\$30.455,70	...	R\$32.739,47
8ª - PA e AP	R\$50.050,78	...	...	R\$50.050,78
9ª - PR	R\$69.675,50	R\$6.766.113,00	R\$1.494.730,00	R\$8.330.518,50
10ª - DF e TO	R\$20.279,37	...	...	R\$20.279,37
11ª - AM e RR	R\$497.776,90	R\$1.492.999,00	R\$295.187,20	R\$2.285.963,10
12ª - SC	R\$176.906,60	R\$287.284,70	R\$111,20	R\$464.302,50
13ª - PB	R\$27.271,44	...	...	R\$27.271,44
14ª - RO e AC	R\$42.684,17	R\$791.950,90	R\$24.191,97	R\$858.827,04
15ª - Campinas/SP	R\$3.546.916,00	R\$38.318.573,00	R\$1.123.548,00	R\$42.989.037,00
16ª - MA	...	...	...	...
17ª - ES	R\$1.728.335,00	R\$4.295.269,00	R\$413.534,50	R\$6.437.138,50
18ª - GO	...	R\$821.348,20	R\$262.680,50	R\$1.084.028,70
19ª - AL	R\$308.891,10	R\$423.346,90	R\$131,82	R\$732.369,82
20ª - SE	R\$1.621,40	...	...	R\$1.621,40
21ª - RN	R\$21.466,50	...	R\$2.315,30	R\$23.781,80
22ª - PI	R\$2.265,53	...	R\$51,21	R\$2.316,74
23ª - MT	R\$589.492,30	...	...	R\$589.492,30
24ª - MS	R\$144.301,90	R\$486.913,80	R\$47.783,33	R\$678.999,03
País	R\$30.771.794,00	R\$100.676.312,38	R\$13.914.288,00	R\$145.362.394,38

Nota: (...) Dado numérico não disponível.

A arrecadação nos Tribunais Regionais do Trabalho totalizou R\$ 145.362.394,38 em 2024, um aumento de 77,1% em relação ao ano anterior.

A arrecadação de Imposto de Renda aumentou 415,8%, a da Previdência, 96,9%; e a de custas e emolumentos, 8,8% em relação ao ano anterior.

Figura 2.3.1. Arrecadação nos TRTs. 2024.



2.4. LITIGIOSIDADE

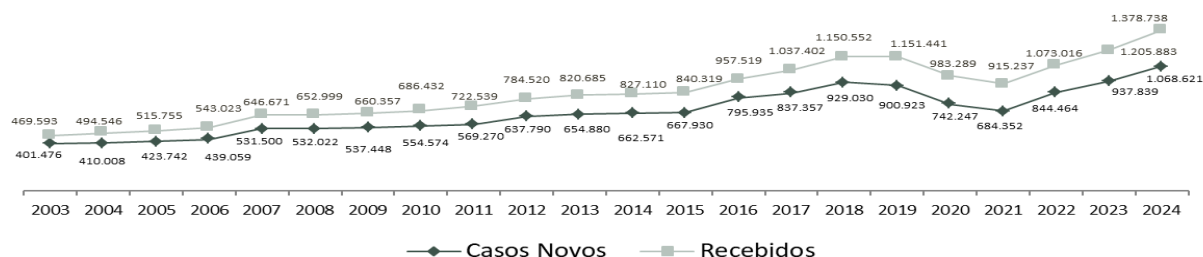
2.4.1. PROCESSOS RECEBIDOS

Tabela 2.4.1.1. Processos recebidos e recursos internos interpostos. 2024.

Região Judiciária	Processos Recebidos						% em relação ao total no País
	Casos Novos eletrônicos	Recebidos para novo julgamento	Sentença reformada pela própria instância	Sentença anulada pela instância superior	Recursos internos	Total	
1ª – RJ	124.156	161	8	130	36.547	161.002	11,7
2ª – SP	234.029	305	-	218	64.859	299.411	21,7
3ª – MG	99.173	339	24	175	29.889	129.600	9,4
4ª – RS	81.649	230	56	113	22.105	104.153	7,5
5ª – BA	53.762	311	35	186	22.438	76.732	5,6
6ª – PE	35.445	48	-	34	7.955	43.482	3,2
7ª – CE	25.604	18	-	12	6.366	32.000	2,3
8ª – PA e AP	22.422	57	6	27	5.269	27.781	2
9ª – PR	53.805	324	-	81	16.935	71.145	5,2
10ª – DF e TO	21.462	40	-	34	6.987	28.523	2,1
11ª – AM e RR	12.186	23	-	13	3.049	15.271	1,1
12ª – SC	30.685	160	-	65	6.905	37.815	2,7
13ª – PB	19.994	19	-	10	5.203	25.226	1,8
14ª – RO e AC	9.418	14	-	10	2.199	11.641	0,8
15ª – Campinas/SP	133.807	215	27	112	39.537	173.698	12,6
16ª – MA	9.546	41	-	35	3.060	12.682	0,9
17ª – ES	21.417	97	-	47	8.207	29.768	2,2
18ª – GO	25.431	43	-	31	5.572	31.077	2,3
19ª – AL	7.512	46	-	10	1.801	9.369	0,7
20ª – SE	8.825	36	-	35	3.180	12.076	0,9
21ª – RN	9.592	14	-	11	2.213	11.830	0,9
22ª – PI	6.679	23	-	16	1.819	8.537	0,6
23ª – MT	12.709	13	-	9	2.650	15.381	1,1
24ª – MS	9.313	20	-	14	2.775	12.122	0,9
País	1.068.621	2.597	156	1.428	307.520	1.380.322	100

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.4.1.1. Série histórica de Recebidos e de Casos Novos. 2003/2024.



Os processos recebidos totalizaram 1.380.322, dos quais 1.068.621 (77,4%) eram Casos Novos; 2.597 (0,2%), recebidos para novo julgamento e 307.520 (22,3%), recursos internos.

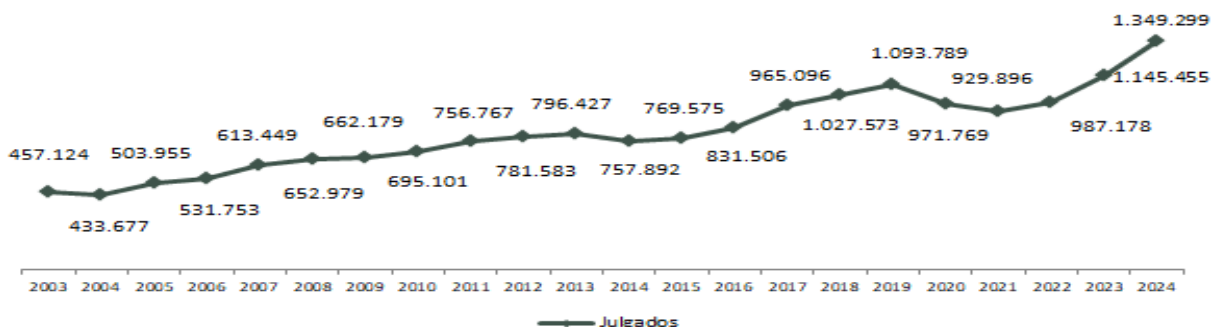
Os processos recebidos aumentaram 14,5% em relação ao ano anterior.

2.4.2. PROCESSOS JULGADOS

Tabela 2.4.2.1. Processos julgados. 2024.

Região Judiciária	Processos julgados					
	Em sessão	% no TRT	Por decisão monocrática	% no TRT	Total	% no País
1ª - RJ	138.120	94,7	7.718	5,3	145.838	10,8
2ª - SP	296.879	95,8	13.080	4,2	309.959	23,0
3ª - MG	120.438	96,7	4.165	3,3	124.603	9,2
4ª - RS	92.918	93,1	6.848	6,9	99.766	7,4
5ª - BA	68.941	95,4	3.302	4,6	72.243	5,4
6ª - PE	39.994	96,9	1.280	3,1	41.274	3,1
7ª - CE	28.765	96,7	974	3,3	29.739	2,2
8ª - PA e AP	23.092	88,9	2.888	11,1	25.980	1,9
9ª - PR	65.922	96,4	2.445	3,6	68.367	5,1
10ª - DF e TO	23.825	93,9	1.542	6,1	25.367	1,9
11ª - AM e RR	13.300	95,5	630	4,5	13.930	1,0
12ª - SC	35.331	94,8	1.940	5,2	37.271	2,8
13ª - PB	22.730	93,2	1.669	6,8	24.399	1,8
14ª - RO e AC	10.098	88,8	1.268	11,2	11.366	0,8
15ª - Campinas/SP	173.428	96,1	6.988	3,9	180.416	13,4
16ª - MA	13.326	94,8	729	5,2	14.055	1,0
17ª - ES	25.174	94,7	1.405	5,3	26.579	2,0
18ª - GO	30.294	95,7	1.353	4,3	31.647	2,3
19ª - AL	8.382	95,8	370	4,2	8.752	0,6
20ª - SE	11.201	96,8	375	3,2	11.576	0,9
21ª - RN	10.662	93,5	742	6,5	11.404	0,8
22ª - PI	8.176	96,4	308	3,6	8.484	0,6
23ª - MT	14.025	95,8	621	4,2	14.646	1,1
24ª - MS	11.056	95,0	582	5,0	11.638	0,9
País	1.286.077	95,3	63.222	4,7	1.349.299	100,0

Figura 2.4.2.1. Série histórica de Julgados. 2003/2024.



2.4.3. CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – CEJUSCs

Figura 2.4.3.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024.



Nota: Pendentes de devolução corresponde ao saldo no final de 2024.

Tabela 2.4.3.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024.

Região Judiciária	Processos Remetidos aos CEJUSCs de 2º Grau	Processos na Fase de Conhecimento Devolvidos pelos CEJUSCs de 2º Grau	Processos pendentes de devolução nos CEJUSCs de 2º Grau
1ª - RJ	5.991	5.890	520
2ª - SP	4.683	4.759	200
3ª - MG	7.095	7.025	437
4ª - RS	5.162	4.878	520
5ª - BA	1.691	2.153	136
6ª - PE	1.486	1.460	43
7ª - CE	1.220	1.274	17
8ª - PA e AP	1.304	1.292	29
9ª - PR	3.626	3.587	277
10ª - DF e TO	368	392	22
11ª - AM e RR	1.138	1.123	48
12ª - SC	2.450	2.382	152
13ª - PB	3.387	3.329	110
14ª - RO e AC	840	860	-
15ª - Campinas/SP	3.741	3.790	163
16ª - MA	212	210	4
17ª - ES	1.174	1.253	108
18ª - GO	2.499	2.426	108
19ª - AL	463	494	31
20ª - SE	431	412	25
21ª - RN	574	589	12
22ª - PI	288	301	5
23ª - MT	1.086	1.042	79
24ª - MS	2.380	2.343	154
País	53.289	53.264	3.200

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2.4.4. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO

Tabela 2.4.4.1. Processos pendentes de julgamento. 2024.

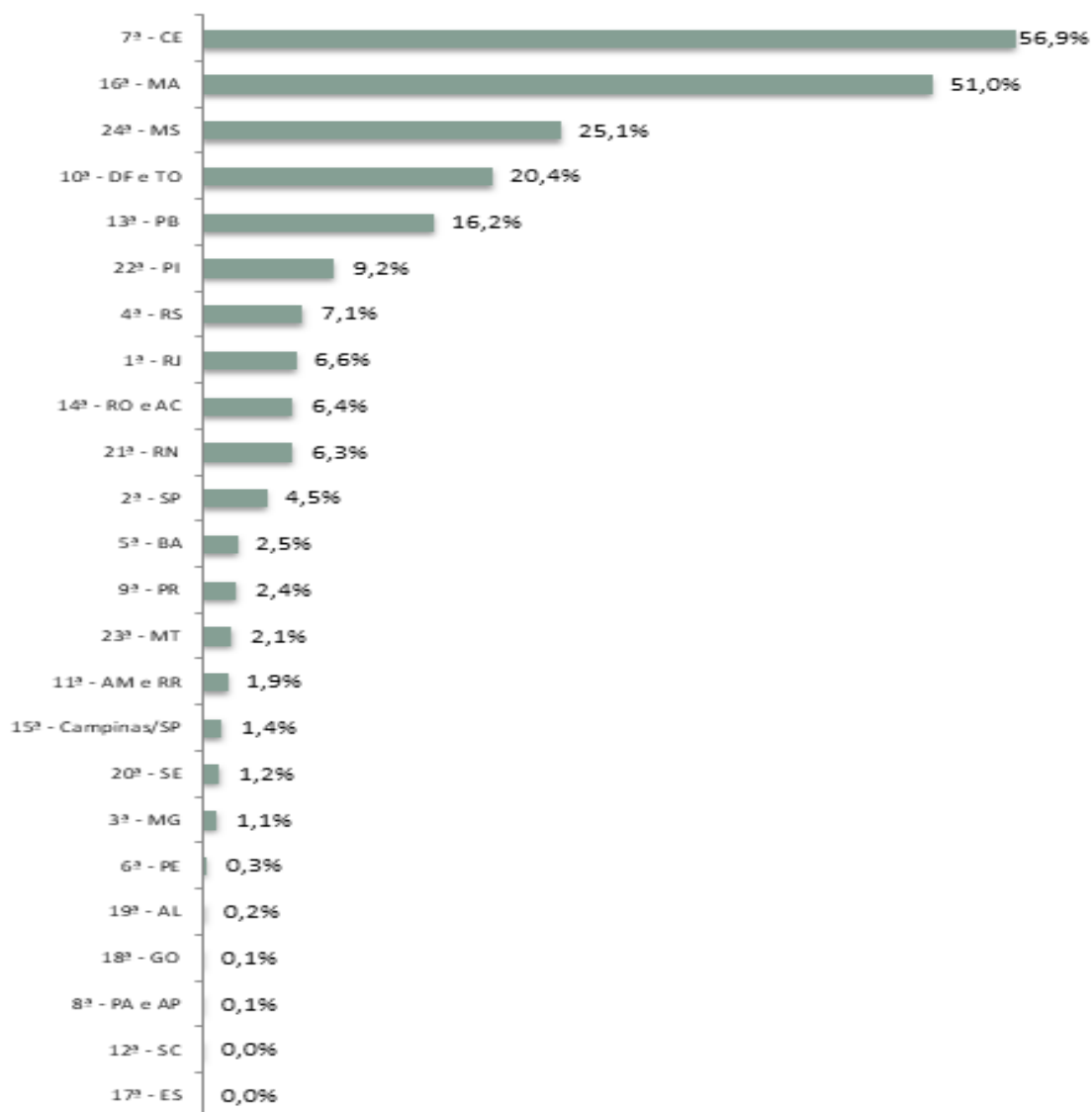
Região Judiciária	Processos pendentes de julgamento			
	Total	Com Relator	Suspensos ou sobrestados	Outros
1ª - RJ	69.814	27.891	3.181	38.742
2ª - SP	87.849	36.581	9.429	41.839
3ª - MG	15.399	6.639	572	8.188
4ª - RS	29.567	12.268	1.729	15.570
5ª - BA	23.986	11.307	367	12.312
6ª - PE	6.712	3.294	536	2.882
7ª - CE	10.935	7.103	166	3.666
8ª - PA e AP	3.608	1.148	132	2.328
9ª - PR	15.599	5.712	493	9.394
10ª - DF e TO	9.521	4.966	575	3.980
11ª - AM e RR	4.641	1.891	575	2.175
12ª - SC	6.902	3.019	358	3.525
13ª - PB	1.971	591	65	1.315
14ª - RO e AC	1.263	423	69	771
15ª - Campinas/SP	41.323	12.069	1.286	27.968
16ª - MA	4.686	2.663	111	1.912
17ª - ES	5.714	2.476	239	2.999
18ª - GO	4.222	2.279	113	1.830
19ª - AL	1.712	841	29	842
20ª - SE	1.956	401	37	1.518
21ª - RN	1.616	710	23	883
22ª - PI	1.225	531	98	596
23ª - MT	2.616	1.654	110	852
24ª - MS	3.219	2.122	134	963
País	356.056	148.579	20.427	187.050

Nota: Em outros estão incluídos os pendentes de remessa ao MPT, no MPT, conclusão com o relator, em diligência, com o revisor, de devolução nos CEJUSCs, aguardando pauta, incluídos em pauta e vista regimental.

Figura 2.4.4.1. Série histórica de pendentes de julgamento. 2003/2024.



Figura 2.4.4.2. Percentual de processos pendentes com o relator com o prazo vencido. 2024.



Ao final de 2024, ficaram pendentes de julgamento 356.056 processos, dentre os quais 148.579 estavam com o relator (8,3% com prazo vencido) e 20.427 estavam suspensos ou sobrestados.

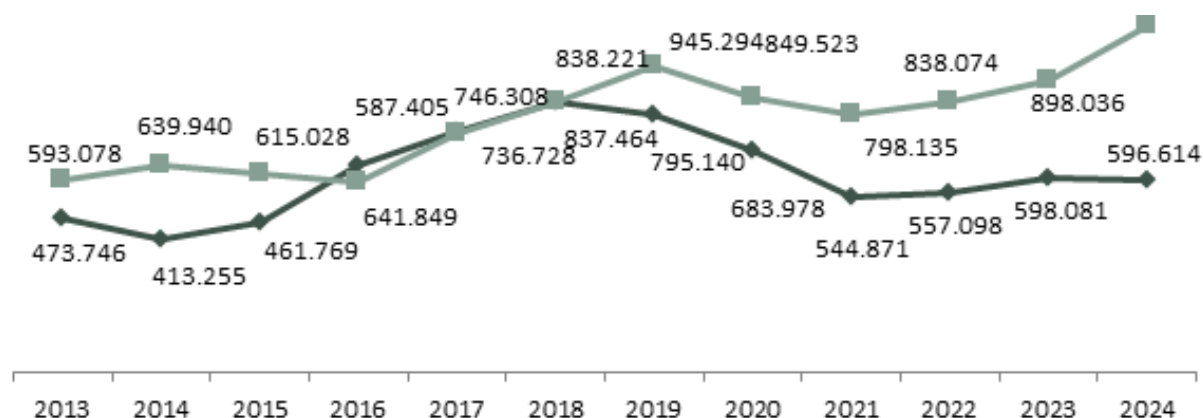
Dentre os processos com o relator, 12.290 estavam com prazo vencido. Os TRTs com maiores percentuais de processos com prazo vencido são: 7ª, com 56,9%; 16ª, com 51%; 24ª, com 25,1% e 10ª, com 20,4%.

2.4.5. PROCESSOS BAIXADOS

Tabela 2.4.5.1. Processos baixados. 2024.

Região Judiciária	Processos baixados			Pendentes de baixa
	Baixados – exceto arquivo definitivo	Remetidos para o arquivo definitivo	Total	
1ª - RJ	100.471	3.836	104.307	108.000
2ª - SP	239.542	5.369	244.911	136.295
3ª - MG	102.040	1.937	103.977	37.777
4ª - RS	74.996	2.698	77.694	54.517
5ª - BA	56.651	2.583	59.234	32.603
6ª - PE	32.337	1.322	33.659	11.841
7ª - CE	24.773	587	25.360	14.103
8ª - PA e AP	20.582	822	21.404	6.991
9ª - PR	53.426	1.404	54.830	25.359
10ª - DF e TO	17.885	1.042	18.927	12.906
11ª - AM e RR	12.079	453	12.532	6.278
12ª - SC	29.417	949	30.366	13.355
13ª - PB	18.936	563	19.499	4.682
14ª - RO e AC	9.974	292	10.266	2.638
15ª - Campinas/SP	138.988	3.653	142.641	81.936
16ª - MA	11.650	658	12.308	7.142
17ª - ES	19.086	731	19.817	10.033
18ª - GO	25.374	882	26.256	9.035
19ª - AL	6.753	391	7.144	2.649
20ª - SE	8.590	345	8.935	2.797
21ª - RN	8.792	502	9.294	3.111
22ª - PI	6.416	454	6.870	3.028
23ª - MT	11.469	414	11.883	5.263
24ª - MS	8.925	448	9.373	4.275
País	1.039.152	32.335	1.071.487	596.614

Figura 2.4.5.1. Série histórica de baixados e de pendentes de baixa. 2013/2024.

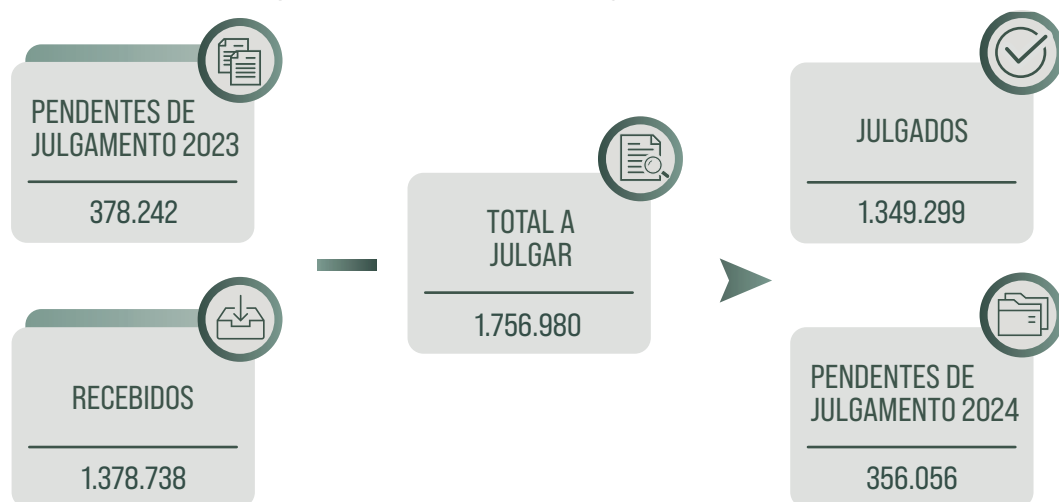


2.4.6. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Tabela 2.4.6.1. Quadro resumo da Movimentação Processual. 2024.

Região Judiciária	Casos Novos	Recebidos	Julgados	Pendentes de Julgamento	Processos baixados	Processos pendentes de baixa
1ª - RJ	124.156	160.864	145.838	69.814	104.307	108.000
2ª - SP	234.029	299.193	309.959	87.849	244.911	136.295
3ª - MG	99.173	129.401	124.603	15.399	103.977	37.777
4ª - RS	81.649	103.984	99.766	29.567	77.694	54.517
5ª - BA	53.762	76.511	72.243	23.986	59.234	32.603
6ª - PE	35.445	43.448	41.274	6.712	33.659	11.841
7ª - CE	25.604	31.988	29.739	10.935	25.360	14.103
8ª - PA e AP	22.422	27.748	25.980	3.608	21.404	6.991
9ª - PR	53.805	71.064	68.367	15.599	54.830	25.359
10ª - DF e TO	21.462	28.489	25.367	9.521	18.927	12.906
11ª - AM e RR	12.186	15.258	13.930	4.641	12.532	6.278
12ª - SC	30.685	37.750	37.271	6.902	30.366	13.355
13ª - PB	19.994	25.216	24.399	1.971	19.499	4.682
14ª - RO e AC	9.418	11.631	11.366	1.263	10.266	2.638
15ª - Campinas/SP	133.807	173.559	180.416	41.323	142.641	81.936
16ª - MA	9.546	12.647	14.055	4.686	12.308	7.142
17ª - ES	21.417	29.721	26.579	5.714	19.817	10.033
18ª - GO	25.431	31.046	31.647	4.222	26.256	9.035
19ª - AL	7.512	9.359	8.752	1.712	7.144	2.649
20ª - SE	8.825	12.041	11.576	1.956	8.935	2.797
21ª - RN	9.592	11.819	11.404	1.616	9.294	3.111
22ª - PI	6.679	8.521	8.484	1.225	6.870	3.028
23ª - MT	12.709	15.372	14.646	2.616	11.883	5.263
24ª - MS	9.313	12.108	11.638	3.219	9.373	4.275
País	1.068.621	1.378.738	1.349.299	356.056	1.071.487	596.614

Figura 2.4.6. Resumo da movimentação processual. 2024.



2.4.7. CASOS NOVOS (DISTRIBUÍDOS) POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Tabela 2.4.7.1. Percentual de Casos Novos (Distribuídos) por atividade econômica. 2024.

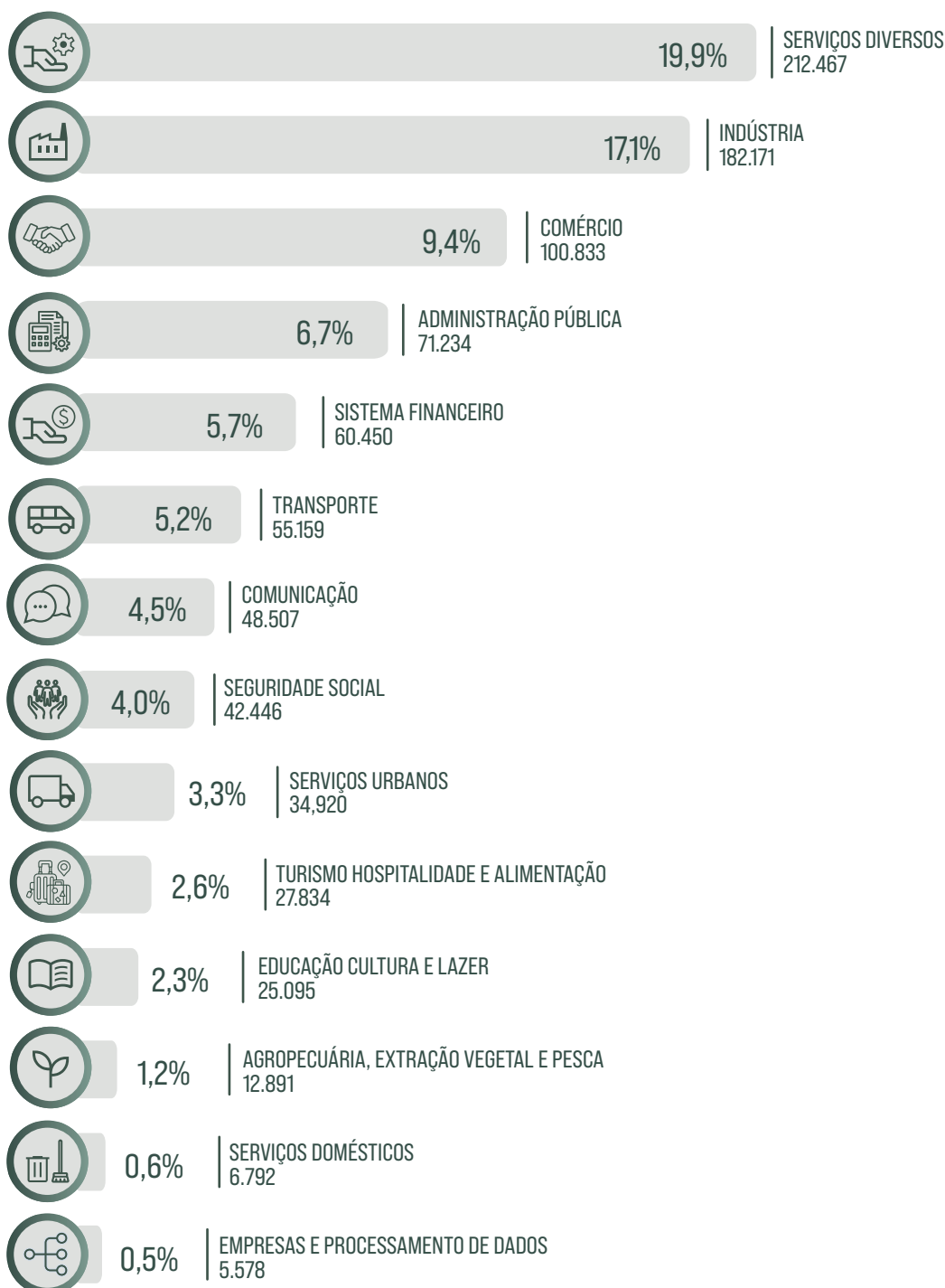
Região Judiciária	Indústria	Serviços Diversos	Comércio	Transporte	Administração Pública	Turismo, Hospitalidade e Alimentação	Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	Sistema Financeiro	Comunicação	Educação, Cultura e Lazer	Serviços Urbanos de Social	Segurança	Serviços Domésticos	Empresas de Processamento de Dados	Outros
1ª - RJ	11,5	16,8	10,8	5,1	5,0	2,7	0,2	6,8	5,4	3,2	8,1	4,2	0,8	0,7	18,7
2ª - SP	12,1	23,2	8,8	4,5	3,1	3,1	0,1	4,2	5,3	1,7	1,1	3,7	0,5	0,7	28,0
3ª - MG	20,1	18,1	10,2	7,8	5,8	2,1	1,5	7,0	4,5	2,4	1,5	3,2	0,7	0,6	14,7
4ª - RS	21,1	19,3	8,4	4,4	6,4	1,8	0,9	5,8	3,3	2,1	5,9	6,8	0,5	0,5	12,8
5ª - BA	17,0	16,7	10,1	5,2	10,4	2,5	1,3	6,9	6,1	2,0	4,5	5,1	0,7	0,3	11,3
6ª - PE	16,4	19,4	10,3	5,8	3,1	2,1	1,3	5,5	5,0	2,6	4,1	4,5	0,8	0,8	18,2
7ª - CE	13,6	17,0	7,6	2,4	20,5	2,4	0,6	7,3	3,6	1,9	3,4	6,8	0,5	0,4	12,1
8ª - PA e AP	14,6	19,8	8,4	6,2	5,2	1,4	7,2	4,7	1,6	12,2	3,2	4,4	0,8	0,2	10,1
9ª - PR	21,0	19,1	9,4	5,5	3,2	2,6	1,6	7,3	5,4	2,1	2,9	3,1	0,4	0,4	16,4
10ª - DF e TO	7,0	18,2	12,1	5,9	5,9	4,1	0,7	12,8	6,2	3,7	2,3	4,0	0,8	1,5	15,0
11ª - AM e RR	17,1	28,7	7,6	3,9	4,9	1,4	0,5	10,6	2,0	2,0	3,8	3,5	0,6	1,0	12,5
12ª - SC	29,2	20,1	11,1	5,1	3,3	4,3	0,9	3,5	4,0	2,5	2,3	3,0	0,6	0,5	9,6
13ª - PB	24,2	11,7	9,9	3,6	4,2	2,3	0,5	6,9	7,6	2,0	3,8	3,9	1,0	0,5	18,0
14ª - RO e AC	19,1	14,7	6,5	4,3	23,7	1,5	1,9	6,8	5,0	1,7	4,7	1,3	0,4	0,2	8,2
15ª - Campinas/SP	19,8	23,2	8,2	4,4	13,5	2,3	2,4	3,6	2,9	1,6	1,6	2,9	0,7	0,3	12,6
16ª - MA	10,4	19,1	7,2	4,7	27,8	1,1	1,6	5,8	3,0	2,0	2,3	4,5	0,9	0,2	9,6
17ª - ES	25,7	19,8	9,9	7,6	3,5	2,8	0,9	6,5	3,7	2,0	1,6	4,7	0,8	0,2	10,4
18ª - GO	20,2	18,0	15,0	4,1	2,1	3,7	2,8	3,7	3,4	2,3	7,3	2,9	0,6	0,5	13,6
19ª - AL	13,8	20,2	11,7	5,3	5,8	2,3	1,6	6,9	5,0	1,9	3,0	4,4	0,8	0,8	16,6
20ª - SE	19,7	17,5	7,9	6,6	11,0	2,1	1,8	5,5	4,5	2,0	2,4	6,7	0,7	0,2	11,5
21ª - RN	15,9	23,5	9,2	4,7	6,2	5,6	0,8	7,3	6,4	2,1	2,8	3,2	0,8	0,4	11,1
22ª - PI	13,2	17,5	5,6	3,6	21,1	2,0	2,5	6,2	7,9	3,9	4,6	3,2	0,8	0,2	7,5
23ª - MT	36,0	15,4	8,1	8,4	3,3	1,6	4,1	4,5	1,8	0,9	2,7	3,0	0,3	0,3	9,8
24ª - MS	25,9	15,9	10,6	10,1	2,3	1,8	4,9	5,8	3,6	1,1	2,3	3,7	0,5	0,3	11,3
País	17,1	19,9	9,4	5,2	6,7	2,6	1,2	5,7	4,5	2,3	3,3	4,0	0,6	0,5	17,0

As atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos foram Serviços Diversos (19,9%), Indústria (17,1%) e Comércio (9,4%).

A Indústria foi a principal atividade econômica na 3ª, 4ª, 5ª, 9ª, 12ª, 13ª, 17ª, 18ª, 20ª, 23ª e 24ª Regiões; os Serviços Diversos, na 1ª, 2ª, 6ª, 8ª, 10ª, 11ª, 15ª, 19ª e 21ª Regiões.

A Administração Pública também teve destaque na 7ª, 14ª, 16ª e 22ª Regiões.

Figura 2.4.7.1. Casos Novos por Atividade Econômica. 2024.



Nota: "Serviços diversos" descreve empresas que oferecem uma ampla gama de serviços, em vez de se especializarem em apenas uma área. Isso significa que elas podem atuar em setores variados, como limpeza, manutenção, consultoria ou tecnologia.

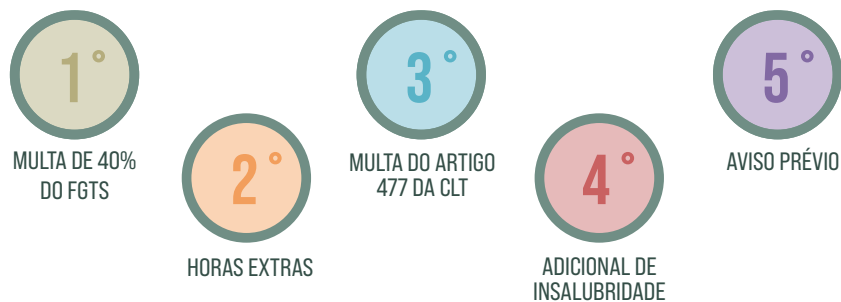
2.4.8. ASSUNTOS MAIS RECORRENTES

Tabela 2.4.8.1. Cinco assuntos mais recorrentes nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Assuntos mais recorrentes				
	1º Lugar	2º Lugar	3º Lugar	4º Lugar	5º Lugar
1ª - RJ	Verbas Rescisórias	Horas Extras	Aviso Prévio	Multa do Artigo 477 da CLT	Adicional de Horas Extras
2ª - SP	Aviso Prévio	Multa de 40% do FGTS	Multa do Artigo 477 da CLT	Multa do Artigo 467 da CLT	Adicional de Insalubridade
3ª - MG	Adicional de Insalubridade	Verbas Rescisórias	Indenização por Dano Moral	Horas Extras	Intervalo Intrajornada
4ª - RS	Horas Extras	Adicional de Insalubridade	Indenização por Dano Moral	Multa de 40% do FGTS	Honorários na Justiça do Trabalho
5ª - BA	Multa de 40% do FGTS	Multa do Artigo 477 da CLT	Horas Extras	Aviso Prévio	Multa do Artigo 467 da CLT
6ª - PE	Verbas Rescisórias	Horas Extras	Adicional de Horas Extras	Multa de 40% do FGTS	Multa do Artigo 477 da CLT
7ª - CE	Aviso Prévio	Multa de 40% do FGTS	Multa do Artigo 477 da CLT	Férias Proporcionais	Verbas Rescisórias
8ª - PA e AP	Adicional de Insalubridade	Verbas Rescisórias	Indenização por Dano Moral	FGTS	Multa de 40% do FGTS
9ª - PR	Assistência Judiciária Gratuita	Horas Extras	Indenização por Dano Moral	Honorários Advocatícios	Verbas Rescisórias
10ª - DF e TO	Aviso Prévio	Horas Extras	Multa do Artigo 477 da CLT	Multa de 40% do FGTS	Adicional de Horas Extras
11ª - AM e RR	Verbas Rescisórias	Indenização por Dano Moral	Rescisão Indireta	Multa do Artigo 477 da CLT	Multa de 40% do FGTS
12ª - SC	Adicional de Insalubridade	Multa do Artigo 477 da CLT	Horas Extras	Multa de 40% do FGTS	Aviso Prévio
13ª - PB	Reconhecimento de Relação de Emprego	Multa de 40% do FGTS	Honorários na Justiça do Trabalho	Adicional de Insalubridade	Multa do Artigo 477 da CLT
14ª - RO e AC	Honorários na Justiça do Trabalho	Multa de 40% do FGTS	Fracionamento	Individualização do Crédito	FGTS
15ª - Campinas/SP	Adicional de Insalubridade	Honorários na Justiça do Trabalho	Horas Extras	Intervalo Intrajornada	Multa de 40% do FGTS
16ª - MA	Verbas Rescisórias	FGTS	Adicional de Insalubridade	Aviso Prévio	Multa de 40% do FGTS
17ª - ES	Constituição de Capital	Adicional de Produtividade	Honorários Advocatícios	Assistência Judiciária Gratuita	Verbas Rescisórias
18ª - GO	Adicional de Horas Extras	Rescisão Indireta	Multa de 40% do FGTS	Adicional de Insalubridade	Aviso Prévio
19ª - AL	Verbas Rescisórias	Multa de 40% do FGTS	Indenização por Dano Moral	Multa do Artigo 477 da CLT	Rescisão Indireta
20ª - SE	Verbas Rescisórias	Adicional de Insalubridade	Multa de 40% do FGTS	Multa do Artigo 477 da CLT	Horas Extras
21ª - RN	Verbas Rescisórias	Adicional de Insalubridade	Multa de 40% do FGTS	Multa do Artigo 477 da CLT	Indenização por Dano Moral
22ª - PI	Verbas Rescisórias	FGTS	Adicional de Insalubridade	Rescisão Indireta	Multa de 40% do FGTS
23ª - MT	Adicional de Insalubridade	Honorários na Justiça do Trabalho	Multa de 40% do FGTS	Férias Proporcionais	Multa do Artigo 477 da CLT
24ª - MS	Honorários Advocatícios	Horas Extras	Adicional de Insalubridade	Assistência Judiciária Gratuita	Indenização por Dano Moral
País	Multa de 40% do FGTS	Horas Extras	Multa do Artigo 477 da CLT	Adicional de Insalubridade	Aviso Prévio

Na 2ª Instância, os assuntos mais recorrentes foram Multa de 40% do FGTS, Horas Extras, Multa do artigo 477 da CLT, Adicional de Insalubridade e Aviso Prévio. Chama a atenção o assunto Verbas Rescisórias, que ficou em 1º lugar na 1ª, 6ª, 11ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª Regiões.

Figura 2.4.8.1. Assuntos mais recorrentes nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024.



2.5. Prazo Médio

Tabela 2.5.1 Prazo médio em dias nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024

Região Judiciária	Da distribuição até o julgamento das ações originárias	Da distribuição até o julgamento dos recursos	Da distribuição até a baixa das ações originárias	Da distribuição dos recursos até a baixa pelo TST	Prazo médio da conclusão até a prolação da decisão da admissibilidade do Recurso de Revista para o TST	Prazo médio da chegada do processo no órgão competente até a prolação da decisão da admissibilidade do Recurso de Revista para o TST
1ª - RJ	167	168	285	306	86	104
2ª - SP	181	160	274	248	31	41
3ª - MG	95	56	241	177	38	92
4ª - RS	157	142	259	242	64	72
5ª - BA	166	153	246	346	26	39
6ª - PE	77	51	168	110	16	20
7ª - CE	122	156	197	220	3	5
8ª - PA e AP	76	49	122	111	13	15
9ª - PR	94	106	182	180	26	33
10ª - DF e TO	90	133	186	207	16	20
11ª - AM e RR	196	164	274	241	12	17
12ª - SC	101	102	591	208	5	11
13ª - PB	81	38	133	83	1	4
14ª - RO e AC	66	71	118	124	0	1
15ª - Campinas/SP	154	134	259	255	75	87
16ª - MA	263	227	457	370	13	33
17ª - ES	112	108	189	197	11	18
18ª - GO	103	82	172	165	49	57
19ª - AL	228	68	239	127	7	11
20ª - SE	168	193	260	264	0	18
21ª - RN	62	86	161	159	10	17
22ª - PI	106	62	205	170	40	53
23ª - MT	67	75	162	149	22	38
24ª - MS	66	104	135	162	8	16
País	141	127	240	230	40	55

O prazo médio entre a distribuição e o julgamento das ações originárias foi de 4 meses e 21 dias (2,1% inferior ao do ano anterior); para o julgamento dos recursos, foi de 4 meses e 7 dias (11,2% inferior a 2023).

O prazo médio entre a distribuição e a baixa das ações originárias foi de 8 meses (24,1% inferior ao do ano anterior); para a baixa dos recursos, foi de 7 meses e 20 dias (8,7% inferior a 2023).

O prazo médio da conclusão até a prolação da decisão da admissibilidade do RR para o TST foi de 1 mês e 10 dias.

Figura 2.5.1. Prazos médios a partir da distribuição da ação. 2024.



Figura 2.5.2. Admissibilidade do Recurso de Revista para o TST. 2024.



2.6. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO TST

2.6.1. RECURSO DE REVISTA

Tabela 2.6.1.1. Recursos de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Recursos de Revista									
	Recursos de Revista interpostos	Recursos de Revista admitidos	% admitidos	Recursos de Revista admitidos parcialmente	% parcialmente admitidos	Recursos de Revista não admitidos	% não admitidos	Recursos de Revista baixados - Acordo/Desistência/Fungibilidade	Recursos de Revista pendentes - exceto suspensos ou sobrestados	Recursos de Revista pendentes - suspensos ou sobrestados
1ª – RJ	55.727	1.276	2,5	4.013	8,0	44.956	89,5	2.083	19.343	122
2ª – SP	119.159	6.151	5,7	6.843	6,3	95.770	88,1	3.820	21.694	303
3ª – MG	56.283	2.901	4,9	6.797	11,5	49.291	83,6	2.807	11.584	51
4ª – RS	43.240	3.006	8,0	4.985	13,2	29.683	78,8	1.484	12.625	165
5ª – BA	26.746	1.463	4,6	2.837	9,0	27.180	86,3	1.395	2.520	202
6ª – PE	17.019	612	3,7	688	4,2	15.237	92,1	554	1.134	137
7ª – CE	11.904	63	0,6	89	0,8	11.227	98,7	211	491	1
8ª – PA e AP	10.874	295	2,9	412	4,0	9.533	93,1	214	654	14
9ª – PR	26.379	1.653	6,3	3.298	12,5	21.488	81,3	552	2.292	64
10ª – DF e TO	9.151	318	3,5	322	3,5	8.495	93,0	38	774	214
11ª – AM e RR	5.490	472	7,5	410	6,5	5.448	86,1	349	203	35
12ª – SC	14.883	1.669	11,4	2.216	15,1	10.799	73,5	118	962	10
13ª – PB	9.197	106	1,2	99	1,1	8.713	97,7	172	294	70
14ª – RO e AC	3.737	3	0,1	9	0,2	3.642	99,7	101	12	2
15ª – Campinas/SP	81.355	2.874	4,3	3.990	5,9	60.708	89,8	2.128	34.360	287
16ª – MA	4.563	196	3,6	146	2,7	5.096	93,7	95	190	11
17ª – ES	11.673	287	2,5	858	7,4	10.513	90,2	159	888	108
18ª – GO	13.042	902	7,1	607	4,8	11.138	88,1	334	2.265	13
19ª – AL	3.490	63	1,9	81	2,5	3.162	95,6	31	236	1
20ª – SE	4.177	155	3,8	88	2,2	3.844	94,1	79	114	6
21ª – RN	5.210	252	5,0	246	4,9	4.544	90,1	48	159	-
22ª – PI	3.791	135	3,7	139	3,8	3.380	92,5	147	419	20
23ª – MT	4.957	53	1,1	93	1,9	4.793	97,0	134	384	-
24ª – MS	4.626	96	2,2	157	3,6	4.106	94,2	257	320	20
País	546.673	25.001	4,8	39.423	7,6	452.746	87,5	17.310	113.917	1.856

Figura 2.6.1.1. Série histórica de Recursos de Revista interpostos. 2003/2024.



2.6.2. RECURSO ORDINÁRIO

Tabela 2.6.2.1. Recursos Ordinários para o Tribunal Superior do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Recursos Ordinários						Recursos Ordinários pendentes
	Recursos Ordinários interpostos	Recursos Ordinários recebidos	% recebidos	Recursos Ordinários não recebidos	% não recebidos	Recursos Ordinários baixados - Acordos/Desistência/Fungibilidade	
1ª - RJ	574	477	93,7	32	6,3	70	60
2ª - SP	810	675	92,6	54	7,4	130	58
3ª - MG	282	262	93,2	19	6,8	42	24
4ª - RS	451	374	95,7	17	4,3	97	27
5ª - BA	375	336	93,1	25	6,9	21	11
6ª - PE	254	227	91,2	22	8,8	17	373
7ª - CE	109	81	84,4	15	15,6	13	8
8ª - PA e AP	133	121	93,8	8	6,2	50	4
9ª - PR	166	47	0,0	3	0,0	150	12
10ª - DF e TO	126	107	93,9	7	6,1	18	5
11ª - AM e RR	54	41	97,6	1	2,4	12	1
12ª - SC	111	83	83,0	17	17,0	8	11
13ª - PB	171	149	96,8	5	3,2	13	6
14ª - RO e AC	38	30	85,7	5	14,3	5	-
15ª - Campinas/SP	691	582	95,3	29	4,7	103	53
16ª - MA	90	71	94,7	4	5,3	2	19
17ª - ES	165	133	87,5	19	12,5	14	7
18ª - GO	89	75	87,2	11	12,8	8	3
19ª - AL	93	71	84,5	13	15,5	2	6
20ª - SE	57	39	100,0	-	0,0	11	2
21ª - RN	59	43	89,6	5	10,4	11	1
22ª - PI	104	95	92,2	8	7,8	6	3
23ª - MT	33	24	77,4	7	22,6	9	1
24ª - MS	76	67	94,4	4	5,6	2	5
País	5.111	4.210	92,7	330	7,3	814	700

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.6.2.1. Série Histórica de Recursos Ordinários interpostos. 2003/2024.



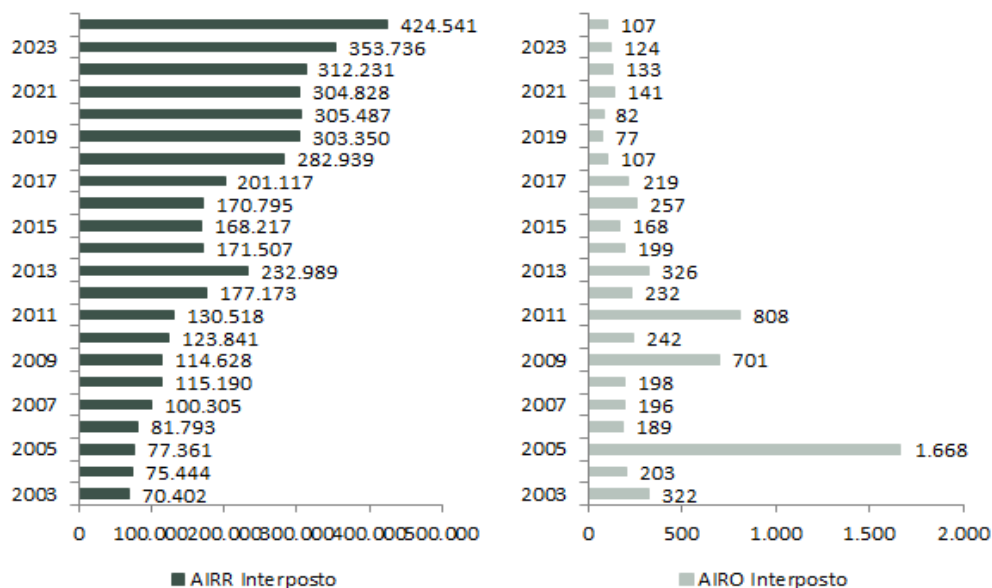
2.6.3. AGRAVO DE INSTRUMENTO

Tabela 2.6.3.1. Agravos de Instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Agravos de Instrumento					
	Agravos de Instrumento em Recurso de Revista interpostos	Agravos de Instrumento em Recurso de Revista remetidos ao TST	Agravos de Instrumento em Recurso de Revista pendentes de remessa	Agravos de Instrumento em Recursos Ordinários interpostos	Agravos de Instrumento em Recurso Ordinário remetidos ao TST	Agravos de Instrumento em Recurso Ordinário pendentes de remessa
1ª - RJ	40.319	42.757	5.881	16	13	5
2ª - SP	89.103	91.418	2.090	16	17	2
3ª - MG	49.511	53.116	1.191	6	5	1
4ª - RS	29.109	32.039	4.317	3	2	1
5ª - BA	26.758	29.597	1.414	4	5	-
6ª - PE	14.174	15.292	1.069	8	10	1
7ª - CE	9.984	9.932	801	8	8	-
8ª - PA e AP	8.654	9.177	134	-	-	3
9ª - PR	20.833	23.135	422	4	3	1
10ª - DF e TO	7.633	8.010	610	2	2	-
11ª - AM e RR	5.238	5.383	296	4	3	-
12ª - SC	11.099	11.880	549	3	2	1
13ª - PB	7.807	8.648	454	3	4	-
14ª - RO e AC	3.178	3.555	9	2	2	-
15ª - Campinas/SP	55.072	58.253	4.854	11	12	4
16ª - MA	4.738	5.198	47	-	2	-
17ª - ES	10.278	11.358	249	8	13	2
18ª - GO	9.676	10.384	216	1	1	-
19ª - AL	2.913	3.197	37	3	1	-
20ª - SE	3.585	4.075	88	1	1	-
21ª - RN	4.084	4.060	66	2	3	-
22ª - PI	2.888	3.181	70	-	1	-
23ª - MT	4.178	4.333	330	1	-	1
24ª - MS	3.729	4.088	148	1	1	-
País	424.541	452.066	25.342	107	111	22

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.6.3.1. Série histórica Agravos de Instrumento interpostos. 2003/2024.



2.7. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

Foram recebidas 21.858 Requisições de Pequeno Valor (17,7% a mais que em 2023). Foram quitadas 19.594, sendo 12.897 da Administração Direta (65,8%) e 6.697 (34,2%) da Administração Indireta.

Restaram pendentes de quitação 2.432 RPVs da Administração Direta (61,3% com prazo vencido) e 1.591 da Administração Indireta (54,6% com prazo vencido).

Figura 2.7.1. Requisições de pequeno valor. 2024.



Tabela 2.7.1. Requisições de pequeno valor. 2024.

Região Judiciária	Recebidas		Quitadas		Pendentes de Quitação - Administração Direta		Pendentes de Quitação - Administração Indireta	
	Adm Direta	Adm Indireta	Administração Direta	Administração Indireta	No prazo	Prazo Vencido	No prazo	Prazo Vencido
1ª - RJ	1.563	661	1.517	947	-	4	-	9
2ª - SP	784	1.920	576	1.049	40	162	116	522
3ª - MG	118	1.349	234	566	1	-	12	6
4ª - RS	2.614	189	2.668	292	122	-	-	-
5ª - BA	868	1.850	670	946	146	-	86	-
6ª - PE	446	67	562	186	78	63	11	20
7ª - CE	96	542	157	75	27	83	295	127
8ª - PA e AP	10	243	45	241	-	2	18	3
9ª - PR	711	202	655	854	113	177	13	13
10ª - DF e TO	2.256	111	2.494	101	160	-	23	-
11ª - AM e RR	340	22	338	22	8	1	2	-
12ª - SC	348	43	340	37	23	-	-	-
13ª - PB	519	99	403	128	4	839	5	125
14ª - RO e AC	271	250	138	425	-	2	-	9
15ª - Campinas/SP	792	99	574	84	187	1	13	-
16ª - MA	68	41	67	39	-	-	-	-
17ª - ES	12	201	16	196	-	-	20	-
18ª - GO	118	162	114	154	6	-	-	16
19ª - AL	31	104	11	25	1	145	-	5
20ª - SE	32	25	28	24	6	-	5	-
21ª - RN	921	220	931	108	2	6	103	3
22ª - PI	77	4	55	4	16	4	1	-
23ª - MT	19	177	72	163	-	3	-	10
24ª - MS	231	32	232	31	-	-	-	-
País	13.245	8.613	12.897	6.697	940	1.492	723	868

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2.8. PRECATÓRIOS

Foram recebidos 70.847 Precatórios (24,4% a mais que em 2023).

Foram quitados 34.043, sendo 15.112 (44,4%) pelo Regime Comum. Desses, 11.916 foram oriundos da Administração Direta (78,9%) e 3.196 (21,1%) da Administração Indireta. Foram quitados, ainda, 18.931 (55,6%) pelo Regime Especial (Administração Direta e Indireta).

Restaram pendentes de quitação 51.495 Precatórios no Regime Comum, dos quais 39.610 são da Administração Direta (17,5% com prazo vencido) e 11.885 são da Administração Indireta (8,9% com prazo vencido).

Figura 2.8.1. Precatórios. 2024.



Tabela 2.8.1. Precatórios. 2024.

Região Judiciária	Recebidos		Quitados			Pendentes de Quitação					Valor dos pendentes de quitação
	Adm Direta	Adm Indireta	Regime comum		Regime Especial	Regime comum				Regime Especial	
						Adm Direta		Adm Indireta			
			No prazo	Prazo Vencido		No prazo	Prazo Vencido				
1ª - RJ	3.515	854	225	257	1.163	628	510	316	338	13.319	R\$ 1.560.000.000,00
2ª - SP	4.549	5.051	254	293	2.285	1.333	20	1.496	15	25.469	R\$ 4.570.000.000,00
3ª - MG	1.517	181	178	50	337	754	288	258	21	4.423	R\$ 750.000.000,00
4ª - RS	4.041	898	431	234	786	1.273	11	944	146	12.743	R\$ 2.450.000.000,00
5ª - BA	9.160	2.208	1.249	554	2.309	3.866	60	1.204	-	18.921	R\$ 2.050.000.000,00
6ª - PE	549	98	409	153	94	493	142	314	9	148	R\$ 269.000.000,00
7ª - CE	2.961	1.008	765	25	436	3.800	3.241	879	45	5.855	R\$ 1.360.000.000,00
8ª - PA e AP	410	152	106	52	100	246	100	125	2	593	R\$ 192.000.000,00
9ª - PR	2.371	747	727	94	1.087	1.319	143	841	-	5.163	R\$ 1.120.000.000,00
10ª - DF e TO	90	517	183	106	225	107	7	314	-	1.965	R\$ 689.000.000,00
11ª - AM e RR	262	17	201	36	93	455	1	162	27	392	R\$ 165.000.000,00
12ª - SC	449	62	139	43	381	547	70	262	3	1.945	R\$ 250.000.000,00
13ª - PB	437	193	68	44	485	53	95	132	24	4.803	R\$ 630.000.000,00
14ª - RO e AC	1.401	220	237	222	635	675	470	413	342	3.415	R\$ 531.000.000,00
15ª - Campinas/SP	12.475	3.572	4.078	717	4.967	9.169	110	861	68	-	R\$ 980.000.000,00
16ª - MA	2.591	129	400	3	939	1.690	948	22	7	3.047	R\$ 860.000.000,00
17ª - ES	904	223	410	52	64	862	6	253	1	262	R\$ 97.643.396,00
18ª - GO	107	283	261	32	55	1.839	279	244	2	197	R\$ 169.000.000,00
19ª - AL	423	1.464	319	59	106	994	140	1.521	1	472	R\$ 421.000.000,00
20ª - SE	1.027	117	2	7	277	77	44	40	4	4.328	R\$ 449.000.000,00
21ª - RN	879	-	280	67	670	534	2	57	-	2.303	R\$ 251.000.000,00
22ª - PI	2.320	53	849	67	1.197	1.717	226	39	1	10.627	R\$ 805.000.000,00
23ª - MT	60	11	12	10	240	56	1	10	-	448	R\$ 50.500.967,00
24ª - MS	218	73	133	19	-	209	-	121	1	-	R\$ 40.546.147,00
País	52.716	18.131	11.916	3.196	18.931	32.696	6.914	10.828	1.057	120.838	R\$ 20.709.690.510,00

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2.9. SÉRIES HISTÓRICAS 2020-2024

2.9.1. CASOS NOVOS

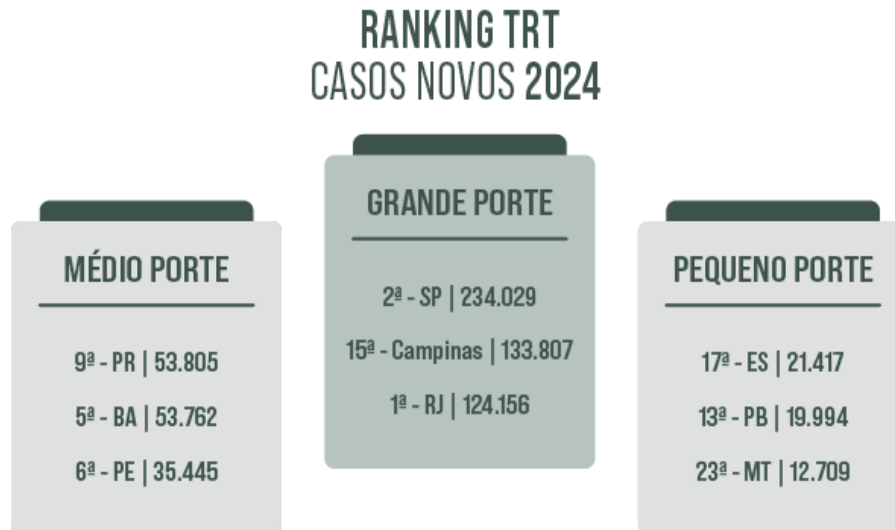


Tabela 2.9.1.1. Série histórica de Casos Novos. 2024.

Região Judiciária	Casos Novos					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	74.187	62.069	82.813	103.112	124.156	▲ 67,4
2ª - SP	133.591	134.416	175.929	207.830	234.029	▲ 75,2
3ª - MG	66.748	77.858	83.171	85.709	99.173	▲ 48,6
4ª - RS	65.516	52.152	67.042	77.781	81.649	▲ 24,6
5ª - BA	44.863	29.180	36.804	44.340	53.762	▲ 19,8
6ª - PE	24.373	22.473	26.784	30.308	35.445	▲ 45,4
7ª - CE	11.294	12.470	18.091	19.584	25.604	▲ 126,7
8ª - PA e AP	10.264	13.244	16.798	17.501	22.422	▲ 118,5
9ª - PR	62.687	43.281	48.302	49.945	53.805	▼ -14,2
10ª - DF e TO	14.251	13.353	16.860	17.847	21.462	▲ 50,6
11ª - AM e RR	6.294	6.816	10.504	10.426	12.186	▲ 93,6
12ª - SC	29.649	22.608	23.917	25.781	30.685	▲ 3,5
13ª - PB	7.902	9.984	13.404	15.825	19.994	▲ 153,0
14ª - RO e AC	9.059	9.053	7.818	9.290	9.418	▲ 4,0
15ª - Campinas/SP	101.983	96.174	120.666	124.388	133.807	▲ 31,2
16ª - MA	7.234	9.183	11.490	9.290	9.546	▲ 32,0
17ª - ES	13.147	12.595	15.924	19.751	21.417	▲ 62,9
18ª - GO	15.379	16.881	20.686	21.722	25.431	▲ 65,4
19ª - AL	5.045	5.735	6.058	6.280	7.512	▲ 48,9
20ª - SE	8.915	5.908	6.904	7.784	8.825	▼ -1,0
21ª - RN	5.692	6.437	7.753	8.354	9.592	▲ 68,5
22ª - PI	8.112	6.527	6.673	6.423	6.679	▼ -17,7
23ª - MT	8.079	8.186	10.931	9.604	12.709	▲ 57,3
24ª - MS	7.983	7.769	9.142	8.964	9.313	▲ 16,7
Pais	742.247	684.352	844.464	937.839	1.068.621	▲ 44,0

2.9.2. RECEBIDOS



Tabela 2.9.2.1. Série histórica de Recebidos. 2024.

Região Judiciária	Recebidos					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	97.418	85.048	105.129	131.993	160.864	▲ 65,1
2ª - SP	173.735	172.177	215.572	257.092	299.193	▲ 72,2
3ª - MG	90.132	103.829	109.654	114.855	129.401	▲ 43,6
4ª - RS	86.534	78.169	84.929	98.188	103.984	▲ 20,2
5ª - BA	61.106	50.928	55.588	62.622	76.511	▲ 25,2
6ª - PE	32.695	28.270	33.493	37.285	43.448	▲ 32,9
7ª - CE	14.505	15.467	21.959	24.362	31.988	▲ 120,5
8ª - PA e AP	13.729	16.678	21.703	22.080	27.748	▲ 102,1
9ª - PR	83.494	61.976	65.121	68.463	71.064	▼ -14,9
10ª - DF e TO	19.666	19.354	22.404	24.300	28.489	▲ 44,9
11ª - AM e RR	9.079	9.878	13.135	13.508	15.258	▲ 68,1
12ª - SC	36.865	28.715	30.203	32.832	37.750	▲ 2,4
13ª - PB	10.342	13.012	16.960	19.396	25.216	▲ 143,8
14ª - RO e AC	12.269	11.066	10.087	13.000	11.631	▼ -5,2
15ª - Campinas/SP	134.175	122.995	148.094	157.830	173.559	▲ 29,4
16ª - MA	9.115	11.076	13.394	11.547	12.647	▲ 38,7
17ª - ES	18.910	18.341	21.240	28.554	29.721	▲ 57,2
18ª - GO	20.605	19.841	24.294	26.213	31.046	▲ 50,7
19ª - AL	6.170	6.997	7.414	7.968	9.359	▲ 51,7
20ª - SE	13.622	9.188	9.791	10.547	12.041	▼ -11,6
21ª - RN	7.387	7.961	9.368	10.513	11.819	▲ 60,0
22ª - PI	9.987	8.490	8.273	8.071	8.521	▼ -14,7
23ª - MT	10.677	10.318	13.506	12.586	15.372	▲ 44,0
24ª - MS	11.072	10.463	11.705	12.078	12.108	▲ 9,4
País	983.289	915.237	1.073.016	1.205.883	1.378.738	▲ 40,2

2.9.3. JULGADOS

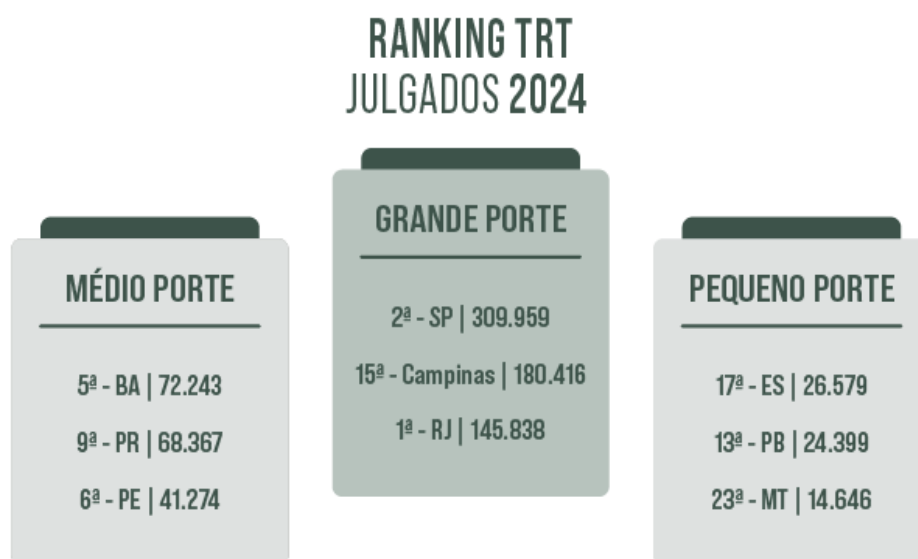


Tabela 2.9.3.1. Série histórica de Julgados. 2024.

Região Judiciária	Julgados					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	68.109	86.690	92.045	114.300	145.838	▲ 114,1
2ª - SP	171.393	164.357	188.828	229.287	309.959	▲ 80,8
3ª - MG	92.198	95.950	103.703	114.078	124.603	▲ 35,1
4ª - RS	87.716	79.982	78.333	94.485	99.766	▲ 13,7
5ª - BA	56.460	70.370	60.859	56.150	72.243	▲ 28,0
6ª - PE	33.780	27.381	32.447	35.743	41.274	▲ 22,2
7ª - CE	16.279	13.522	16.502	21.761	29.739	▲ 82,7
8ª - PA e AP	15.052	15.219	21.247	21.231	25.980	▲ 72,6
9ª - PR	85.734	67.107	61.620	66.210	68.367	▼ -20,3
10ª - DF e TO	19.111	20.861	20.301	23.253	25.367	▲ 32,7
11ª - AM e RR	11.596	11.358	10.570	14.241	13.930	▲ 20,1
12ª - SC	33.877	27.690	28.786	34.227	37.271	▲ 10,0
13ª - PB	9.902	12.936	15.920	18.828	24.399	▲ 146,4
14ª - RO e AC	10.877	10.206	9.849	13.598	11.366	▲ 4,5
15ª - Campinas/SP	141.252	125.861	133.539	159.275	180.416	▲ 27,7
16ª - MA	14.429	11.920	13.289	12.185	14.055	▼ -2,6
17ª - ES	19.695	18.195	18.794	28.781	26.579	▲ 35,0
18ª - GO	24.096	17.569	23.019	24.825	31.647	▲ 31,3
19ª - AL	5.847	5.844	7.428	8.145	8.752	▲ 49,7
20ª - SE	13.681	10.077	9.850	10.106	11.576	▼ -15,4
21ª - RN	7.591	7.658	9.111	11.071	11.404	▲ 50,2
22ª - PI	9.819	8.555	8.260	8.015	8.484	▼ -13,6
23ª - MT	10.991	9.663	13.006	13.092	14.646	▲ 33,3
24ª - MS	12.284	10.925	9.872	12.568	11.638	▼ -5,3
País	971.769	929.896	987.178	1.145.455	1.349.299	▲ 38,8

2.9.4. PENDENTES DE JULGAMENTO

RANKING TRT PENDENTES DE JULGAMENTO 2024

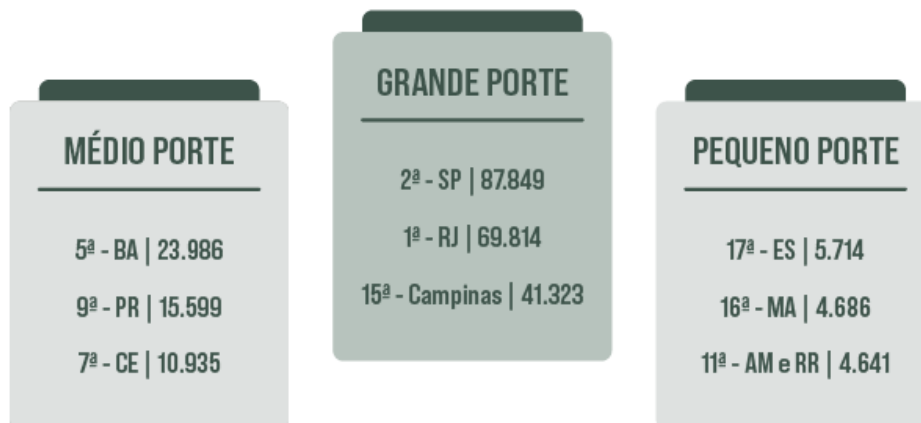


Tabela 2.9.4.1. Série histórica de Pendentes de Julgamento. 2024.

Região Judiciária	Pendentes de Julgamento					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	46.881	39.682	47.137	59.093	69.814	▲ 48,9
2ª - SP	74.995	70.586	89.869	109.722	87.849	▲ 17,1
3ª - MG	17.310	19.975	20.309	15.569	15.399	▼ -11,0
4ª - RS	36.375	24.857	27.602	28.336	29.567	▼ -18,7
5ª - BA	56.612	32.449	21.572	23.869	23.986	▼ -57,6
6ª - PE	3.526	3.873	4.157	5.124	6.712	▲ 90,4
7ª - CE	4.389	4.546	9.100	10.972	10.935	▲ 149,1
8ª - PA e AP	2.116	2.671	2.360	2.531	3.608	▲ 70,5
9ª - PR	25.299	15.962	16.597	15.715	15.599	▼ -38,3
10ª - DF e TO	9.222	6.468	7.553	7.516	9.521	▲ 3,2
11ª - AM e RR	4.961	2.764	4.931	3.750	4.641	▼ -6,5
12ª - SC	10.610	10.038	10.089	7.542	6.902	▼ -34,9
13ª - PB	1.669	1.390	1.853	1.905	1.971	▲ 18,1
14ª - RO e AC	1.961	2.481	2.365	1.361	1.263	▼ -35,6
15ª - Campinas/SP	63.098	51.831	61.847	55.276	41.323	▼ -34,5
16ª - MA	9.447	8.210	7.929	6.626	4.686	▼ -50,4
17ª - ES	6.731	5.891	7.772	6.487	5.714	▼ -15,1
18ª - GO	2.795	4.210	4.653	5.768	4.222	▲ 51,1
19ª - AL	1.035	1.712	1.628	1.284	1.712	▲ 65,4
20ª - SE	4.519	2.660	2.743	1.882	1.956	▼ -56,7
21ª - RN	2.117	2.107	2.145	1.365	1.616	▼ -23,7
22ª - PI	1.757	1.486	1.453	1.355	1.225	▼ -30,3
23ª - MT	2.608	2.856	3.025	2.165	2.616	▲ 0,3
24ª - MS	3.393	2.311	3.876	3.029	3.219	▼ -5,1
País	393.426	321.016	362.565	378.242	356.056	▼ -9,5

2.9.5. BAIXADOS

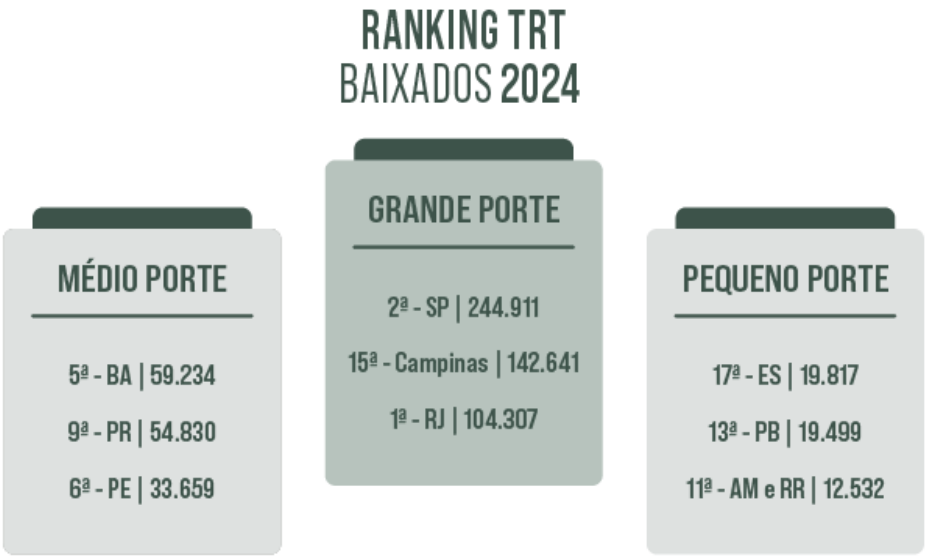


Tabela 2.9.5.1. Série histórica de Baixados. 2024.

Região Judiciária	Baixados					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	88.188	71.201	87.203	89.611	104.307	▲ 18,3
2ª - SP	139.795	140.296	152.496	174.839	244.911	▲ 75,2
3ª - MG	74.803	76.607	79.023	88.059	103.977	▲ 39,0
4ª - RS	84.941	76.798	69.432	71.643	77.694	▼ -8,5
5ª - BA	37.930	45.754	38.422	49.476	59.234	▲ 56,2
6ª - PE	26.420	23.424	27.015	29.188	33.659	▲ 27,4
7ª - CE	13.691	14.398	13.747	17.274	25.360	▲ 85,2
8ª - PA e AP	14.000	14.030	17.249	18.278	21.404	▲ 52,9
9ª - PR	57.447	57.786	56.020	54.692	54.830	▼ -4,6
10ª - DF e TO	15.270	16.134	15.479	17.242	18.927	▲ 23,9
11ª - AM e RR	9.817	8.975	8.476	10.463	12.532	▲ 27,7
12ª - SC	25.808	24.029	23.877	27.222	30.366	▲ 17,7
13ª - PB	8.201	10.428	13.061	15.213	19.499	▲ 137,8
14ª - RO e AC	7.320	9.568	7.801	9.889	10.266	▲ 40,2
15ª - Campinas/SP	148.557	116.507	117.002	120.077	142.641	▼ -4,0
16ª - MA	11.030	13.801	11.483	10.881	12.308	▲ 11,6
17ª - ES	15.953	15.628	13.279	20.518	19.817	▲ 24,2
18ª - GO	20.268	16.590	19.609	20.497	26.256	▲ 29,5
19ª - AL	5.240	4.772	6.734	7.443	7.144	▲ 36,3
20ª - SE	10.701	8.334	8.311	8.066	8.935	▼ -16,5
21ª - RN	6.297	6.379	7.123	10.128	9.294	▲ 47,6
22ª - PI	7.593	9.289	7.698	6.351	6.870	▼ -9,5
23ª - MT	9.692	8.240	9.652	11.025	11.883	▲ 22,6
24ª - MS	10.561	9.167	7.882	9.961	9.373	▼ -11,2
País	849.523	798.135	838.074	898.036	1.071.487	▲ 26,1

2.9.6. ARRECADAÇÃO TOTAL

RANKING TRT ARRECADAÇÃO TOTAL 2024



Tabela 2.9.6.1. Série histórica da Arrecadação Total. 2024.

Região Judiciária	Arrecadação total					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	255.232,80	443.121,90	140.407,50	386.859,90	223.642,10	▼ -12,4
2ª - SP	1.176,20	...	8.077,24	177,33	532.812,20	▲ 45.199,5
3ª - MG	18.950.161,00	22.042.101,00	17.226.606,00	17.363.377,00	27.201.765,00	▲ 43,5
4ª - RS	2.985.070,00	838,03	4.552.797,00	26.454.230,00	47.121.849,00	▲ 1.478,6
5ª - BA	165.555,70	110.027,40	170.840,20	207.078,70	5.197.208,00	▲ 3.039,3
6ª - PE	392.184,00	...	315.521,30	417.764,20	476.381,60	▲ 21,5
7ª - CE	4.470,68	8.114,52	7.711,40	4.057,27	32.739,47	▲ 632,3
8ª - PA e AP	158.422,60	20.988,51	158.882,50	65.863,92	50.050,78	▼ -68,4
9ª - PR	99.526,74	...	62.825,99	58.905,32	8.330.519,00	▲ 8.270,1
10ª - DF e TO	...	...	...	16.568,22	20.279,37	...
11ª - AM e RR	366.611,40	0,00	496.449,70	647.127,80	2.285.963,00	▲ 523,5
12ª - SC	57.450,78	10.761,55	136.289,90	63.289,60	464.302,50	▲ 708,2
13ª - PB	53.818,93	0,00	176.099,50	46.093,58	27.271,44	▼ -49,3
14ª - RO e AC	17.940,52	14.188,74	25.581,39	5.885,81	858.827,10	▲ 4.687,1
15ª - Campinas/SP	2.480.816,00	700,00	2.822.428,00	30.025.112,00	42.989.037,00	▲ 1.632,9
16ª - MA	2.000,00	...	...	...	...	...
17ª - ES	557.022,30	719.233,70	638.172,00	4.759.717,00	6.437.138,00	▲ 1.055,6
18ª - GO	3.625,72	...	...	...	1.084.029,00	▲ 29.798,3
19ª - AL	...	...	...	115.883,40	732.369,80	...
20ª - SE	36.858,27	3.421,98	3.830,10	1.154,54	1.621,40	▼ -95,6
21ª - RN	10.515,26	8.826,17	2.362,99	3.796,28	23.781,80	▲ 126,2
22ª - PI	4.560,00	...	9.276,30	...	2.316,74	▼ -49,2
23ª - MT	333.811,70	...	408.317,60	817.017,10	589.492,30	▲ 76,6
24ª - MS	556,00	5.392,56	175.334,00	633.782,80	678.999,10	▲ 122.022,1
País	26.937.387,00	23.387.716,00	27.537.811,00	82.093.742,00	145.362.396,00	▲ 439,6

Nota: (...)Dados indisponíveis

2.9.7. PRAZO MÉDIO DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ O JULGAMENTO



Tabela 2.9.7.1. Série histórica de prazo médio de distribuição até o julgamento. 2024.

Região Judiciária	Prazo médio da distribuição até o julgamento					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	156	191	164	169	168	▲ 7,6
2ª - SP	170	143	133	172	161	▼ -5,1
3ª - MG	88	69	96	88	56	▼ -36,4
4ª - RS	199	197	153	139	143	▼ -28,1
5ª - BA	281	358	301	192	153	▼ -45,4
6ª - PE	66	53	47	56	52	▼ -21,5
7ª - CE	159	106	131	152	156	▼ -2,0
8ª - PA e AP	93	67	67	51	50	▼ -46,4
9ª - PR	179	153	136	132	106	▼ -41,0
10ª - DF e TO	193	211	135	142	131	▼ -31,9
11ª - AM e RR	303	201	102	132	165	▼ -45,3
12ª - SC	89	95	106	176	102	▲ 15,0
13ª - PB	94	51	47	49	39	▼ -58,5
14ª - RO e AC	82	92	137	107	71	▼ -13,9
15ª - Campinas/SP	203	195	169	178	134	▼ -33,8
16ª - MA	327	311	259	252	229	▼ -30,1
17ª - ES	160	156	149	119	108	▼ -32,4
18ª - GO	112	62	90	82	83	▼ -26,4
19ª - AL	73	68	89	83	76	▲ 4,7
20ª - SE	154	132	100	57	192	▲ 25,2
21ª - RN	104	94	91	89	85	▼ -18,1
22ª - PI	77	80	72	67	64	▼ -16,4
23ª - MT	112	108	131	108	75	▼ -33,4
24ª - MS	164	126	120	118	102	▼ -37,8
País	166	160	140	143	128	▼ -23,0

2.9.8. PRAZO MÉDIO DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ A BAIXA



Tabela 2.9.8.1. Série histórica do prazo médio da distribuição até a baixa. 2024.

Região Judiciária	Prazo médio da distribuição até a baixa					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	423	394	399	343	306	▼ -27,8
2ª - SP	254	242	211	234	249	▼ -2,2
3ª - MG	181	179	181	215	178	▼ -1,9
4ª - RS	446	398	304	246	242	▼ -45,7
5ª - BA	480	527	700	473	342	▼ -28,8
6ª - PE	154	143	111	126	113	▼ -26,8
7ª - CE	279	240	207	221	220	▼ -21,3
8ª - PA e AP	271	233	173	139	111	▼ -58,8
9ª - PR	325	305	330	259	180	▼ -44,5
10ª - DF e TO	292	298	236	218	206	▼ -29,5
11ª - AM e RR	365	354	199	220	242	▼ -33,8
12ª - SC	187	204	187	255	209	▲ 12,1
13ª - PB	159	122	94	90	84	▼ -47,0
14ª - RO e AC	159	159	200	176	123	▼ -22,2
15ª - Campinas/SP	376	333	304	285	255	▼ -32,1
16ª - MA	474	546	395	408	375	▼ -20,9
17ª - ES	290	296	251	213	197	▼ -32,1
18ª - GO	201	164	154	164	166	▼ -17,7
19ª - AL	225	221	221	174	133	▼ -40,8
20ª - SE	304	269	220	131	263	▼ -13,3
21ª - RN	213	219	184	182	159	▼ -25,7
22ª - PI	303	269	180	171	172	▼ -43,3
23ª - MT	213	240	197	218	150	▼ -29,9
24ª - MS	271	211	220	203	161	▼ -40,7
País	319	299	285	254	230	▼ -27,8

2.9.9. PRECATÓRIOS RECEBIDOS

RANKING TRT PRECATÓRIOS RECEBIDOS 2024

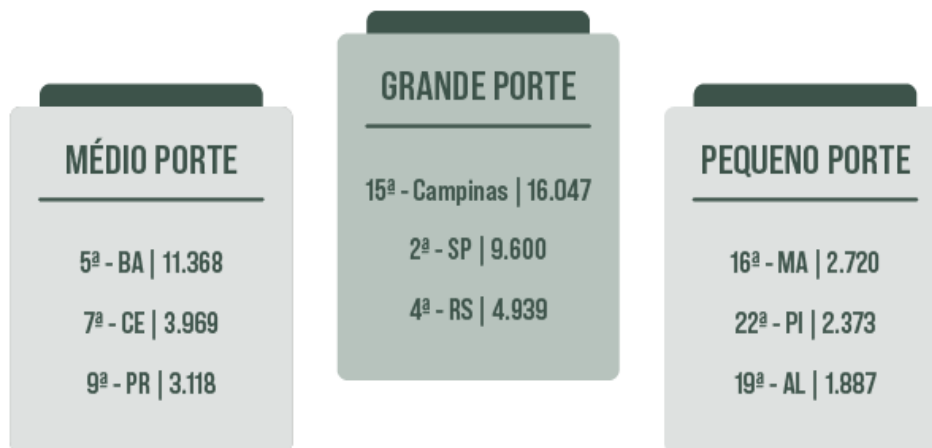


Tabela 2.9.9.1. Série histórica dos precatórios recebidos. 2024.

Região Judiciária	Precatórios Recebidos					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	1.972	-	-	1.328	4.369	▲ 121,6
2ª - SP	2.708	2.571	482	6.956	9.600	▲ 254,5
3ª - MG	1.458	5.952	2.067	2.199	1.698	▲ 16,5
4ª - RS	1.529	3.333	11.143	4.705	4.939	▲ 223,0
5ª - BA	6	-	2.742	7.553	11.368	▲ 189.366,7
6ª - PE	488	609	439	586	647	▲ 32,6
7ª - CE	2.172	3.171	6.578	4.701	3.969	▲ 82,7
8ª - PA e AP	365	524	390	221	562	▲ 54,0
9ª - PR	1.392	-	1.654	1.851	3.118	▲ 124,0
10ª - DF e TO	444	174	1.764	718	607	▲ 36,7
11ª - AM e RR	256	1.254	395	399	279	▲ 9,0
12ª - SC	175	438	1.096	823	511	▲ 192,0
13ª - PB	...	...	623	549	630	...
14ª - RO e AC	803	1.158	466	1.186	1.621	▲ 101,9
15ª - Campinas/SP	11.122	10.448	14.747	14.431	16.047	▲ 44,3
16ª - MA	715	888	1.136	964	2.720	▲ 280,4
17ª - ES	204	55	...	470	1.127	▲ 452,5
18ª - GO	85	757	863	1.776	390	▲ 358,8
19ª - AL	...	...	292	835	1.887	...
20ª - SE	638	975	747	873	1.144	▲ 79,3
21ª - RN	530	3.225	569	634	879	▲ 65,8
22ª - PI	231	310	2.482	2.787	2.373	▲ 927,3
23ª - MT	33	177	163	217	71	▲ 115,2
24ª - MS	43	69	120	188	291	▲ 576,7
País	27.369	36.088	50.958	56.950	70.847	▲ 158,9

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(...) Dado numérico indisponível, não informado no Sistema e-Gestão.

2.9.10. PRECATÓRIOS QUITADOS

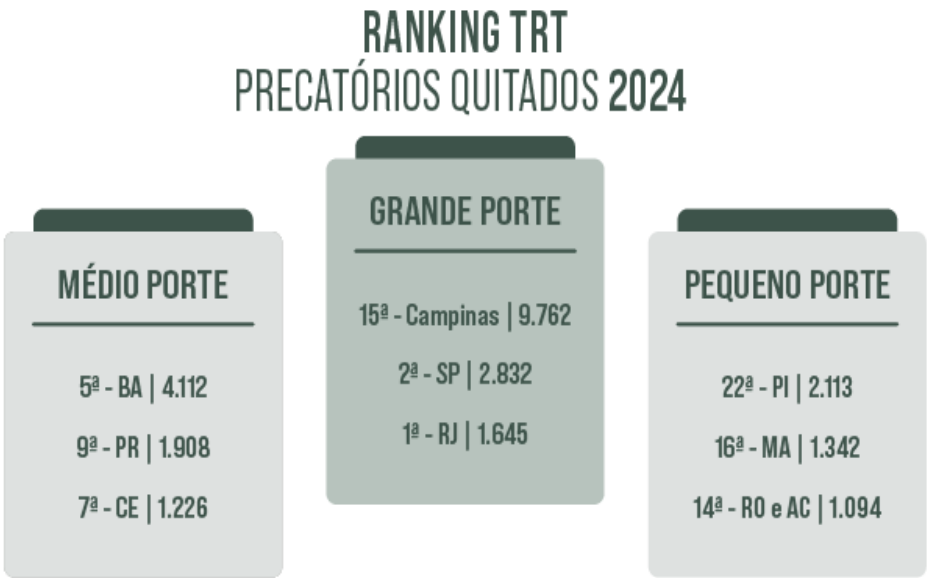


Tabela 2.9.10.1. Série histórica de precatórios quitados. 2024.

Região Judiciária	Precatórios Quitados					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	144	-	-	1.109	1.645	▲ 1.042,4
2ª - SP	676	432	-	3.133	2.832	▲ 318,9
3ª - MG	535	860	1.177	731	565	▲ 5,6
4ª - RS	821	-	467	1.629	1.451	▲ 76,7
5ª - BA	891	958	2.832	2.460	4.112	▲ 361,5
6ª - PE	143	130	219	332	656	▲ 358,7
7ª - CE	1.313	865	556	914	1.226	▼ -6,6
8ª - PA e AP	285	557	216	114	258	▼ -9,5
9ª - PR	1.389	1.266	1.435	1.563	1.908	▲ 37,4
10ª - DF e TO	218	402	139	169	514	▲ 135,8
11ª - AM e RR	203	241	353	309	330	▲ 62,6
12ª - SC	416	546	572	393	563	▲ 35,3
13ª - PB	426	912	924	249	597	▲ 40,1
14ª - RO e AC	204	124	157	374	1.094	▲ 436,3
15ª - Campinas/SP	4.099	5.700	10.719	9.613	9.762	▲ 138,2
16ª - MA	197	778	536	1.637	1.342	▲ 581,2
17ª - ES	568	381	30	779	526	▼ -7,4
18ª - GO	1.611	599	19	380	348	▼ -78,4
19ª - AL	643	475	1.185	696	484	▼ -24,7
20ª - SE	105	59	154	215	286	▲ 172,4
21ª - RN	453	488	530	857	1.017	▲ 124,5
22ª - PI	544	1.326	2.531	1.933	2.113	▲ 288,4
23ª - MT	69	5	104	205	262	▲ 279,7
24ª - MS	81	128	100	90	152	▲ 87,7
País	16.034	17.232	24.955	29.884	34.043	▲ 112,3

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2.9.11. PRECATÓRIOS PENDENTES DE QUITAÇÃO NO PRAZO



Tabela 2.9.11.1. Série histórica de Pendentes de precatórios quitados. 2024.

Região Judiciária	Precatórios Pendentes de Quitação no prazo					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	906	-	-	419	944	▲ 4,2
2ª - SP	5.865	-	-	1.611	2.829	▼ -51,8
3ª - MG	2.629	2.856	572	697	1.012	▼ -61,5
4ª - RS	3.712	3.134	4.677	5.196	2.217	▼ -40,3
5ª - BA	878	156	918	3.270	5.070	▲ 477,4
6ª - PE	263	717	667	683	807	▲ 206,8
7ª - CE	3.562	-	3.287	2.777	4.679	▲ 31,4
8ª - PA e AP	424	539	142	241	371	▼ -12,5
9ª - PR	2.422	683	978	1.439	2.160	▼ -10,8
10ª - DF e TO	443	159	413	540	421	▼ -5,0
11ª - AM e RR	708	492	597	671	617	▼ -12,9
12ª - SC	1.028	1.224	1.426	648	809	▼ -21,3
13ª - PB	1.621	842	1.149	218	185	▼ -88,6
14ª - RO e AC	1.640	2.161	1.110	1.759	1.088	▼ -33,7
15ª - Campinas/St	13.654	14.295	8.796	9.205	10.030	▼ -26,5
16ª - MA	1.044	848	1.041	1.309	1.712	▲ 64,0
17ª - ES	706	-	-	483	1.115	▲ 57,9
18ª - GO	176	615	981	2.419	2.083	▲ 1.083,5
19ª - AL	974	297	1.011	1.112	2.515	▲ 158,2
20ª - SE	1.056	1.799	55	50	117	▼ -88,9
21ª - RN	367	185	148	380	591	▲ 61,0
22ª - PI	1.189	6.613	1.404	1.658	1.756	▲ 47,7
23ª - MT	166	52	29	37	66	▼ -60,2
24ª - MS	78	67	55	137	330	▲ 323,1
País	45.511	37.734	29.456	36.959	43.524	▼ -4,4

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2.9.12. PRECATÓRIOS PENDENTES DE QUITAÇÃO COM O PRAZO VENCIDO



Tabela 2.9.12.1. Série histórica de precatórios pendentes de quitação com prazo vencido. 2024.

Região Judiciária	Precatórios Pendentes de Quitação prazo vencido					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	3.024	-	-	472	848	-72,0
2ª - SP	8.160	-	-	102	35	-99,6
3ª - MG	1.151	1.414	261	322	309	-73,2
4ª - RS	6.645	0	7.548	8.578	157	-97,6
5ª - BA	6.254	4.183	456	78	60	-99,0
6ª - PE	324	204	171	277	151	-53,4
7ª - CE	2.394	-	1.433	3.087	3.286	37,3
8ª - PA e AP	742	458	133	127	102	-86,3
9ª - PR	4.387	4.977	181	161	143	-96,7
10ª - DF e TO	694	855	10	31	7	-99,0
11ª - AM e RR	149	30	33	38	28	-81,2
12ª - SC	642	1.035	1.013	70	73	-88,6
13ª - PB	2.613	2.660	1.867	79	119	-95,4
14ª - RO e AC	1.371	1.764	1.109	2.735	812	-40,8
15ª - Campinas/SP	23.452	28.862	196	154	178	-99,2
16ª - MA	1.107	1.364	405	514	955	-13,7
17ª - ES	287	-	-	131	7	-97,6
18ª - GO	520	147	125	105	281	-46,0
19ª - AL	91	318	70	159	141	54,9
20ª - SE	684	864	24	40	48	-93,0
21ª - RN	1.129	20	16	8	2	-99,8
22ª - PI	4.114	6.106	302	310	227	-94,5
23ª - MT	339	22	12	8	1	-99,7
24ª - MS	64	16	1	1	1	-98,4
País	70.337	55.299	15.366	17.587	7.971	-88,7

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

2.9.13. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR RECEBIDAS

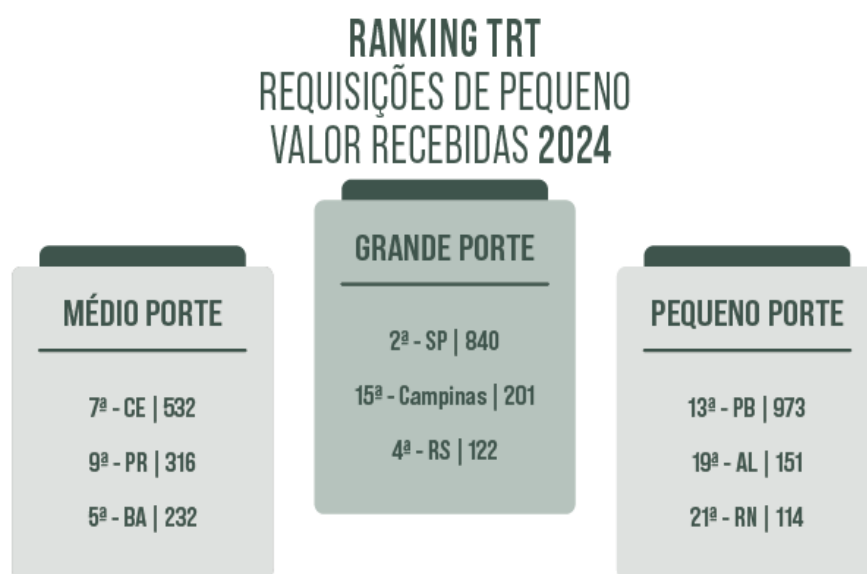


Tabela 2.9.13.1. Série histórica das requisições de pequeno valor recebidas. 2024.

Região Judiciária	RPVs recebidas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	2.233	...	...	1.256	2.224	▼ -0,4
2ª - SP	9	12	...	1.775	2.704	▲ 29.944,4
3ª - MG	504	1.015	1.519	1.578	1.467	▲ 191,1
4ª - RS	238	1.902	4.207	4.245	2.803	▲ 1.077,7
5ª - BA	2	...	804	1.505	2.718	▲ 135.800,0
6ª - PE	127	269	215	509	513	▲ 303,9
7ª - CE	104	145	143	328	638	▲ 513,5
8ª - PA e AP	149	113	116	125	253	▲ 69,8
9ª - PR	198	...	454	1.154	913	▲ 361,1
10ª - DF e TO	283	85	835	1.588	2.367	▲ 736,4
11ª - AM e RR	178	196	195	504	362	▲ 103,4
12ª - SC	65	122	951	172	391	▲ 501,5
13ª - PB	...	...	1.863	308	618	...
14ª - RO e AC	133	313	86	486	521	▲ 291,7
15ª - Campinas/SP	357	183	476	281	891	▲ 149,6
16ª - MA	62	39	24	1.591	109	▲ 75,8
17ª - ES	51	23	...	85	213	▲ 317,6
18ª - GO	51	343	1.681	222	280	▲ 449,0
19ª - AL	...	...	64	43	135	...
20ª - SE	38	82	49	49	57	▲ 50,0
21ª - RN	19	94	81	451	1.141	▲ 5.905,3
22ª - PI	43	56	...	...	81	▲ 88,4
23ª - MT	84	78	99	162	196	▲ 133,3
24ª - MS	110	259	111	160	263	▲ 139,1
País	5.038	5.329	13.973	18.577	21.858	▲ 333,9

Nota: (...)Dados indisponíveis

2.9.14. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR QUITADAS

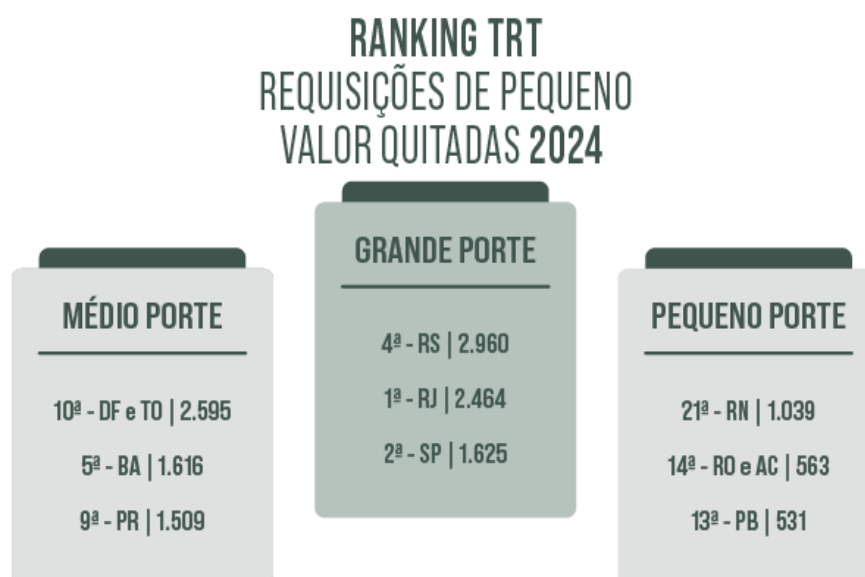


Tabela 2.9.14.1. Série histórica das requisições de pequeno valor quitadas. 2024.

Região Judiciária	RPVs quitadas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	1.599	...	...	886	2.464	▲ 54,1
2ª - SP	198	130	...	2.705	1.625	▲ 720,7
3ª - MG	460	253	947	1.227	800	▲ 73,9
4ª - RS	65	801	3.022	3.103	2.960	▲ 4.453,8
5ª - BA	77	16	608	1.578	1.616	▲ 1.998,7
6ª - PE	129	72	162	428	748	▲ 479,8
7ª - CE	73	76	31	143	232	▲ 217,8
8ª - PA e AP	175	134	115	78	286	▲ 63,4
9ª - PR	230	38	443	289	1.509	▲ 556,1
10ª - DF e TO	842	298	883	1.269	2.595	▲ 208,2
11ª - AM e RR	164	104	242	439	360	▲ 119,5
12ª - SC	86	82	224	193	377	▲ 338,4
13ª - PB	...	...	551	861	531	...
14ª - RO e AC	108	80	...	223	563	▲ 421,3
15ª - Campinas/SP	96	138	506	280	658	▲ 585,4
16ª - MA	9	64	44	1.692	106	▲ 1.077,8
17ª - ES	32	14	...	122	212	▲ 562,5
18ª - GO	162	175	1.594	290	268	▲ 65,4
19ª - AL	26	9	850	65	36	▲ 38,5
20ª - SE	37	42	48	52	52	▲ 40,5
21ª - RN	...	30	139	445	1.039	...
22ª - PI	58	41	...	...	59	1,7
23ª - MT	84	139	54	125	235	▲ 179,8
24ª - MS	116	212	120	145	263	▲ 126,7
País	4.826	2.948	10.583	16.638	19.594	▲ 306,0

Nota: (...)Dados indisponíveis

2.9.15. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PENDENTES

RANKING TRT REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR PENDENTES 2024

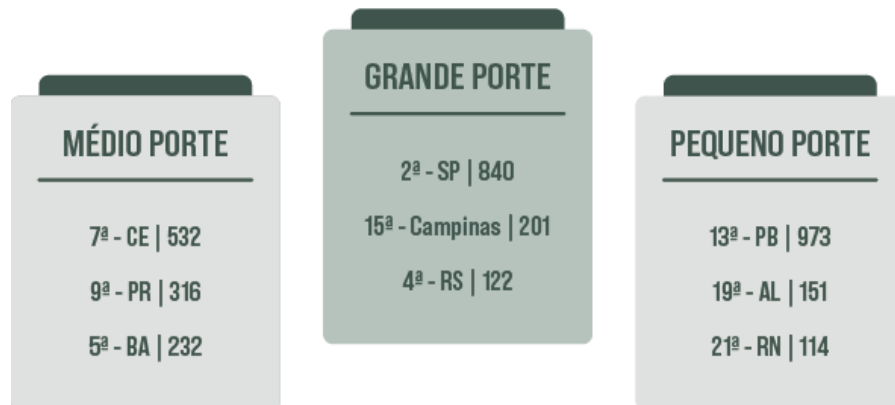


Tabela 2.9.15.1. Série histórica das requisições de pequeno valor pendentes. 2024.

Região Judiciária	RVPs pendentes					
	2020	2021	2022	2023	2024	2020/2024 (%)
1ª - RJ	13	-	-	13	13	▲ 0,0
2ª - SP	416	-	-	273	840	▲ 101,9
3ª - MG	13	185	1	1	19	▲ 46,2
4ª - RS	236	-	-	-	122	▼ -48,3
5ª - BA	144	116	-	86	232	▲ 61,1
6ª - PE	51	-	313	212	172	▲ 237,3
7ª - CE	105	-	-	-	532	▲ 406,7
8ª - PA e AP	51	34	-	31	23	▼ -54,9
9ª - PR	66	37	88	950	316	▲ 378,8
10ª - DF e TO	-	-	103	420	183	..
11ª - AM e RR	4	79	5	4	11	▲ 175,0
12ª - SC	10	19	17	14	23	▲ 130,0
13ª - PB	...	...	1.409	890	973	..
14ª - RO e AC	15	9	16	102	11	▼ -26,7
15ª - Campinas/SP	296	27	16	22	201	▼ -32,1
16ª - MA	27	2	108	4	-	..
17ª - ES	15	-	-	31	20	▲ 33,3
18ª - GO	16	114	657	28	22	▲ 37,5
19ª - AL	-	-	42	159	151	..
20ª - SE	-	-	2	6	11	..
21ª - RN	9	5	9	12	114	▲ 1.166,7
22ª - PI	2	-	2	1	21	▲ 950,0
23ª - MT	-	10	48	91	13	..
24ª - MS	-	22	-	-	-	..
País	1.489	659	2.836	3.350	4.023	▲ 170,2

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
(..) Não se aplica dado numérico.

2.10. INDICADORES ESTATÍSTICOS

2.10.1. INDICADORES ADMINISTRATIVOS

Tabela 2.10.1.1. Indicadores estatísticos administrativos. 2024.

Porte	Região Judiciária	Habitantes por TRT	Desembargadores a cada 100.000 habitantes	Servidores a cada 100.000 habitantes	Servidores na área judiciária por Desembargador	CJs e FCs por servidor em atividade
Grande Porte	1ª - RJ	17.219.679	0,3	9,9	13,0	...
	2ª - SP	23.207.085	0,4	9,4	12,4	0,8
	3ª - MG	21.322.691	0,2	6,6	13,3	0,9
	4ª - RS	11.229.915	0,4	11,4	13,0	0,7
	15ª - Campinas/SP	22.766.109	0,2	6,0	14,1	0,8
	Média	19.149.096	0,3	8,7	13,2	0,8
Médio Porte	5ª - BA	14.850.513	0,2	6,3	15,0	0,8
	6ª - PE	9.539.029	0,2	9,0	13,6	0,7
	7ª - CE	9.233.656	0,2	5,5	13,1	0,6
	8ª - PA e AP	9.467.143	0,2	5,2	6,7	0,7
	9ª - PR	11.824.665	0,3	8,8	17,3	0,8
	10ª - DF e TO	4.560.160	0,4	12,8	10,8	0,6
	12ª - SC	8.058.441	0,2	8,4	15,9	0,8
	18ª - GO	7.350.483	0,2	8,3	15,8	...
	Média	9.360.511	0,2	8,1	13,5	0,7
Pequeno Porte	11ª - AM e RR	4.998.002	0,3	9,6	10,6	0,7
	13ª - PB	4.145.040	0,2	11,8	14,3	0,7
	14ª - RO e AC	2.626.858	0,3	13,8	12,4	0,8
	16ª - MA	7.010.960	0,1	4,2	13,1	0,7
	17ª - ES	4.102.129	0,3	9,5	14,0	...
	19ª - AL	3.220.104	0,2	9,0	8,8	0,7
	20ª - SE	2.291.077	0,3	9,1	9,1	0,8
	21ª - RN	3.446.071	0,3	9,9	11,9	0,4
	22ª - PI	3.375.646	0,2	7,9	16,0	0,6
	23ª - MT	3.836.399	0,2	8,9	14,4	0,7
	24ª - MS	2.901.895	0,3	9,5	12,3	0,7
	Média	3.814.016	0,3	9,4	12,4	0,7
País		212.583.750	0,3	8,2	13,1	0,7

Nota: (...)Dados indisponíveis

Os indicadores estatísticos administrativos de 2023 foram:

- Desembargadores a cada 100.000 habitantes no País: 0,3. Regiões abaixo da média por porte: grande – 3ª e 15ª; médio – nenhuma; pequeno – 13ª, 16ª, 19ª, 22ª e 23ª.
- Servidores a cada 100.000 habitantes no País: 8,2. Regiões abaixo da média por porte: grande – 3ª e 15ª; médio – 5ª, 7ª e 8ª; pequeno – 16ª, 19ª, 20ª, 22ª e 23ª.
- Servidores na Área Judiciária por Desembargador no País: 13,1. Regiões abaixo da média por porte: grande – 2ª e 4ª; médio – 7ª, 8ª e 10ª; pequeno – 11ª, 19ª, 20ª, 21ª e 24ª.
- CJs e FCs por servidor em atividade no País: 0,7. Regiões abaixo da média por porte: pequeno – 21ª e 22ª.



Figura 2.10.1.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos administrativos. 2024.

INDICADORES ADMINISTRATIVOS



2.10.2. INDICADORES JURÍDICOS

Tabela 2.10.2.1. Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024 .

Porte	Região Judiciária	Casos Novos por 100.000 habitantes	Julgados em relação aos recebidos	Julgados em relação ao total a julgar	Taxa de Reforma da Decisão RR	Taxa de Reforma da Decisão RO	Recorribilidade interna	Recorribilidade externa
Grande Porte	1ª - RJ	721,0	90,7%	66,3%	54,1%	39,0%	44,7%	68,5%
	2ª - SP	1008,4	103,6%	75,8%	65,5%	35,9%	32,5%	60,0%
	3ª - MG	465,1	96,3%	86,0%	70,5%	34,1%	30,7%	57,9%
	4ª - RS	727,1	95,9%	75,4%	67,3%	34,8%	28,2%	55,6%
	15ª - Campinas/SP	587,7	104,0%	78,8%	69,0%	32,8%	27,1%	55,8%
	Média	701,9	98,1%	76,5%	65,3%	35,3%	32,7%	59,6%
Médio Porte	5ª - BA	362,0	94,4%	72,0%	71,5%	30,7%	43,2%	51,9%
	6ª - PE	371,6	95,0%	85,0%	65,6%	33,7%	23,7%	51,3%
	7ª - CE	277,3	93,0%	69,2%	77,7%	36,4%	28,4%	53,5%
	8ª - PA e AP	236,8	93,6%	85,8%	66,6%	35,7%	26,8%	56,0%
	9ª - PR	455,0	96,2%	78,8%	68,1%	25,6%	32,6%	51,0%
	10ª - DF e TO	470,6	89,0%	70,5%	67,0%	24,3%	38,6%	50,9%
	12ª - SC	380,8	98,7%	82,3%	68,5%	45,9%	23,7%	51,1%
	18ª - GO	346,0	101,9%	86,0%	61,1%	33,7%	32,5%	76,4%
	Média	362,5	95,2%	78,7%	68,2%	33,2%	31,2%	55,3%
Pequeno Porte	11ª - AM e RR	243,8	91,3%	73,3%	68,4%	32,6%	41,8%	75,4%
	13ª - PB	482,4	96,8%	90,0%	64,9%	38,2%	28,0%	50,2%
	14ª - RO e AC	358,5	97,7%	87,5%	89,7%	24,1%	26,7%	45,4%
	16ª - MA	136,2	111,1%	72,9%	66,0%	35,8%	27,1%	55,8%
	17ª - ES	522,1	89,4%	73,4%	67,3%	38,6%	42,0%	60,5%
	19ª - AL	233,3	93,5%	82,2%	65,1%	40,0%	26,0%	51,6%
	20ª - SE	385,2	96,1%	83,1%	59,0%	40,7%	36,2%	47,6%
	21ª - RN	278,3	96,5%	86,5%	63,9%	30,9%	24,6%	58,5%
	22ª - PI	197,9	99,6%	85,9%	65,0%	52,2%	30,9%	65,9%
	23ª - MT	331,3	95,3%	83,5%	72,7%	22,7%	23,1%	43,4%
	24ª - MS	320,9	96,1%	76,9%	79,8%	45,8%	31,8%	53,5%
	Média	317,3	96,7%	81,4%	69,3%	36,5%	31,1%	55,2%
	País	502,7	97,9%	76,8%	66,7%	34,8%	32,0%	57,1%

Os indicadores estatísticos de litigiosidade de 2024 foram:

- Casos Novos por 100.000 habitantes no País: 502,7. Regiões abaixo da média por porte: grande – 3ª e 15ª; médio – 5ª, 7ª, 8ª e 18ª; pequeno – 11ª, 16ª, 19ª, 21ª e 22ª.
- Julgados em relação aos recebidos no País: 97,9%. Regiões abaixo da média por porte: grande – 1ª, 3ª e 4ª; médio – 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 10ª; pequeno – 11ª, 17ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª.
- Julgados em relação ao total a julgar no País: 76,8%. Regiões abaixo da média por porte: grande – 1ª, 2ª e 4ª; médio – 5ª, 7ª e 10ª; pequeno – 11ª, 16ª, 17ª e 24ª.
- Taxa de Reforma da Decisão RR no País: 66,7%. Regiões abaixo da média por porte: grande – 1ª; médio – 6ª, 8ª, 9ª, 10ª e 18ª; pequeno – 11ª, 13ª, 16ª, 17ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª.
- Taxa de Reforma da Decisão RO no País: 34,8%. Regiões abaixo da média por porte: grande – 3ª, 4ª e 15ª; médio – 5ª, 9ª e 10ª; pequeno – 11ª, 14ª, 16ª, 21ª e 23ª.
- Recorribilidade interna no País: 32,0%. Regiões abaixo da média por porte: grande – 2ª, 3ª, 4ª e 15ª; médio – 6ª, 7ª, 8ª e 12ª; pequeno – 13ª, 14ª, 16ª, 19ª, 21ª, 22ª e 23ª.
- Recorribilidade externa no País: 57,1%. Regiões abaixo da média por porte: grande – 3ª, 4ª e 15ª; médio – 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª e 12ª; pequeno – 13ª, 14ª, 19ª, 20ª, 23ª e 24ª.



Figura 2.10.2.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024.

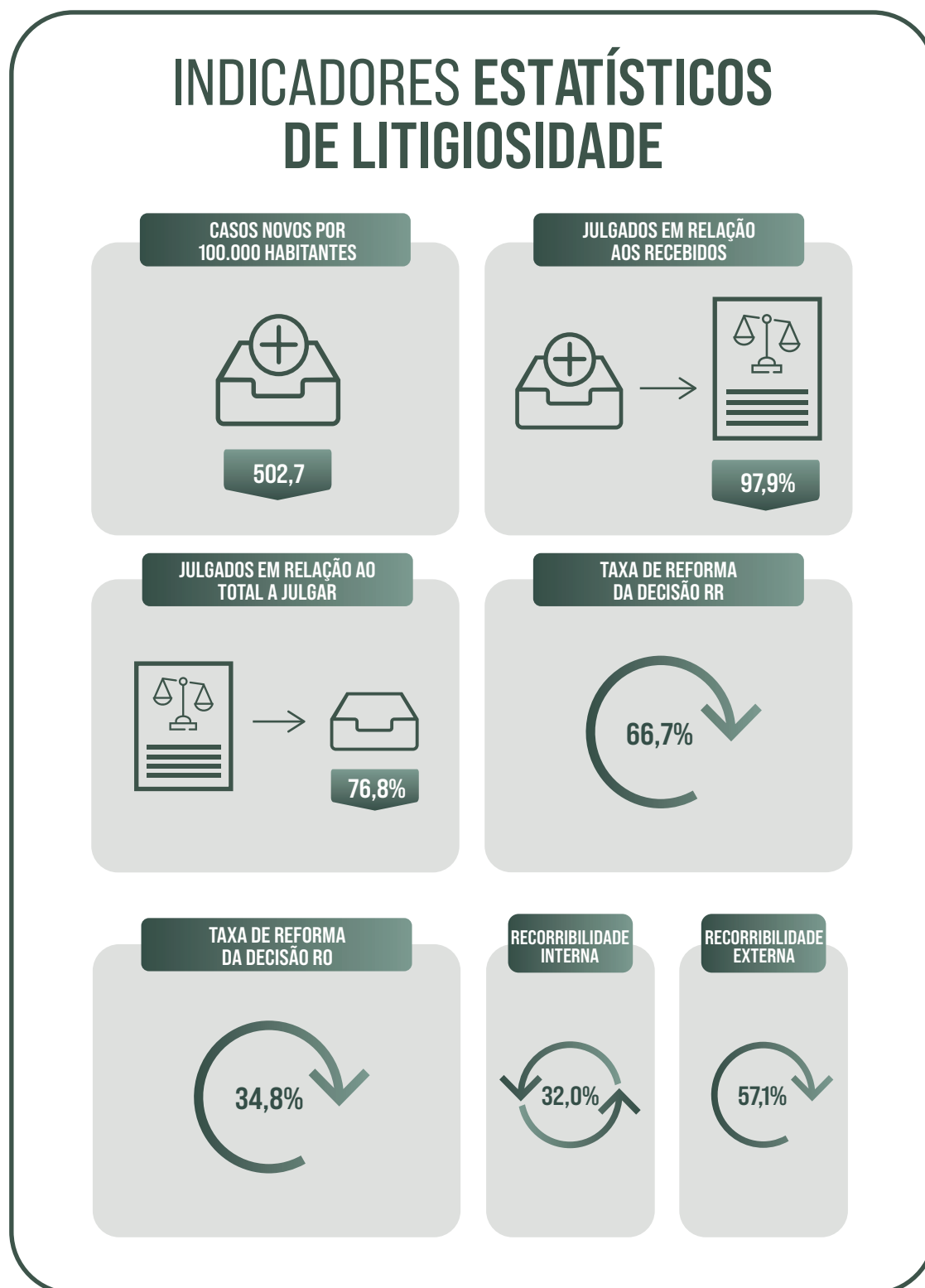


Tabela 2.10.2.2. Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024.

Porte	Região Judiciária	Casos Novos por Desembargador	Total a julgar por Desembargador	Pendentes de Julgamento por Desembargador
Grande Porte	1ª - RJ	2.299,2	4.399,1	1.396,3
	2ª - SP	2.489,7	4.543,5	976,1
	3ª - MG	2.023,9	3.221,6	342,2
	4ª - RS	1.701,0	3.007,3	672,0
	15ª - Campinas/SP	2.432,9	4.487,0	810,3
	Média	2.189,3	3.931,7	839,4
Médio Porte	5ª - BA	1.853,9	4.015,2	959,4
	6ª - PE	1.865,5	3.035,8	419,5
	7ª - CE	1.828,9	3.580,0	911,3
	8ª - PA e AP	974,9	1.514,0	180,4
	9ª - PR	1.735,6	3.099,3	557,1
	10ª - DF e TO	1.262,5	2.400,3	634,7
	12ª - SC	1.704,7	3.019,5	460,1
	18ª - GO	1.816,5	3.067,8	351,8
	Média	1.630,3	2.966,5	559,3
Pequeno Porte	11ª - AM e RR	870,4	1.584,0	386,8
	13ª - PB	1.999,4	3.390,1	246,4
	14ª - RO e AC	1.177,3	2.165,3	210,5
	16ª - MA	1.193,3	3.212,2	781,0
	17ª - ES	1.784,8	3.620,8	571,4
	19ª - AL	939,0	1.773,8	285,3
	20ª - SE	1.103,1	2.320,5	326,0
	21ª - RN	959,2	1.648,0	202,0
	22ª - PI	834,9	1.646,0	204,2
	23ª - MT	1.588,6	2.922,8	436,0
	24ª - MS	1.164,1	2.522,8	536,5
	Média	1.237,6	2.436,9	380,5
País		1.884,7	3.493,0	707,9

Os indicadores estatísticos de litigiosidade por magistrado em 2024 foram:

- Casos Novos por Desembargador no País: 1.884,7. Regiões acima da média por porte: grande – 1ª, 2ª e 15ª; médio – 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 12ª e 18ª; pequeno – 13ª, 17ª e 23ª.
- Total a julgar por Desembargador no País: 3.493,0. Regiões acima da média por porte: grande – 1ª, 2ª e 15ª; médio – 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 12ª e 18ª; pequeno – 13ª, 16ª, 17ª, 23ª e 24ª.
- Resíduo por Desembargador no País: 707,9. Regiões acima da média por porte: grande – 1ª e 2ª; médio – 5ª, 7ª e 10ª; pequeno – 11ª, 16ª, 17ª, 23ª e 24ª.



Figura 2.10.2.2. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024.

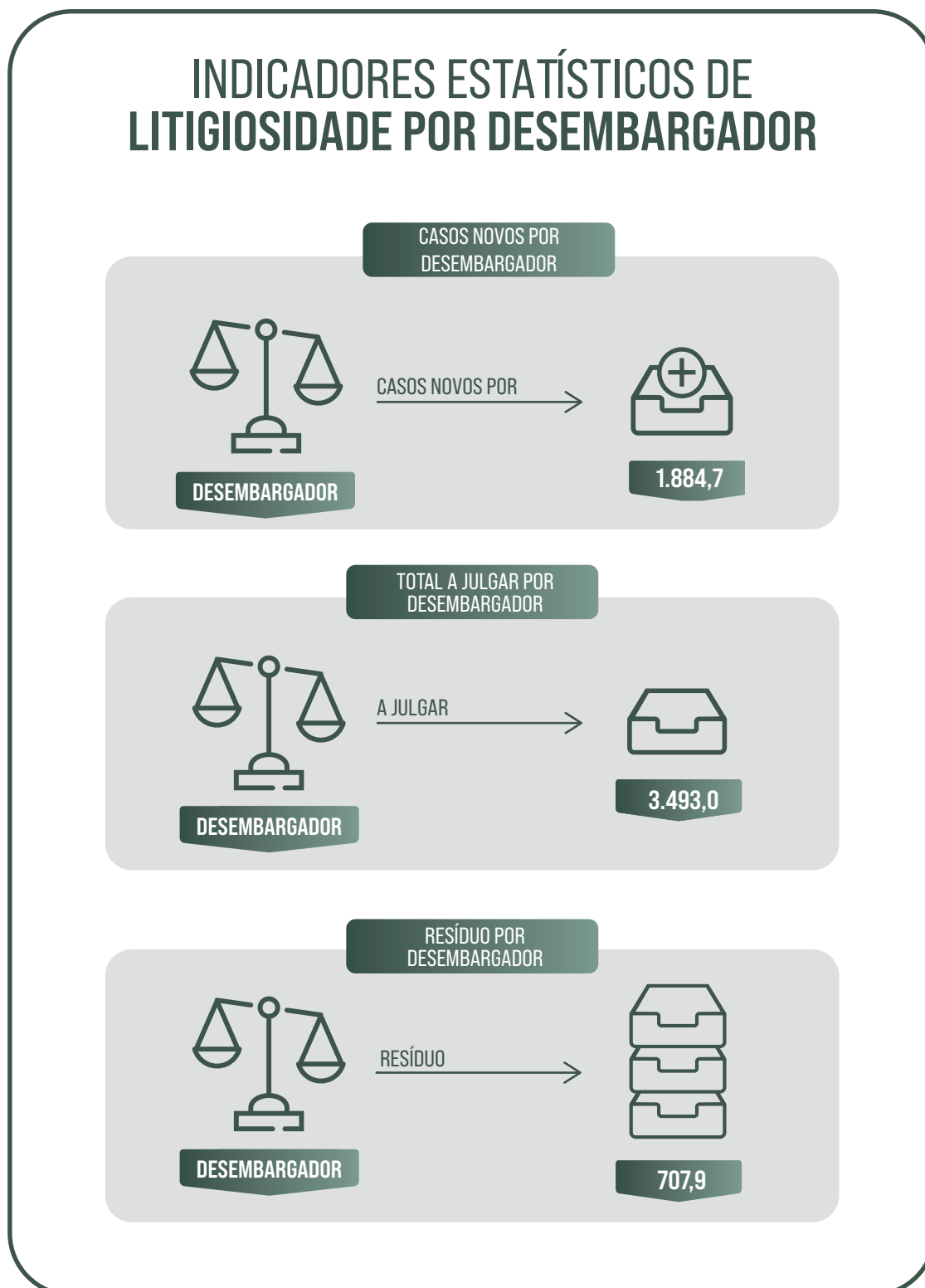


Tabela 2.10.2.3. Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024.

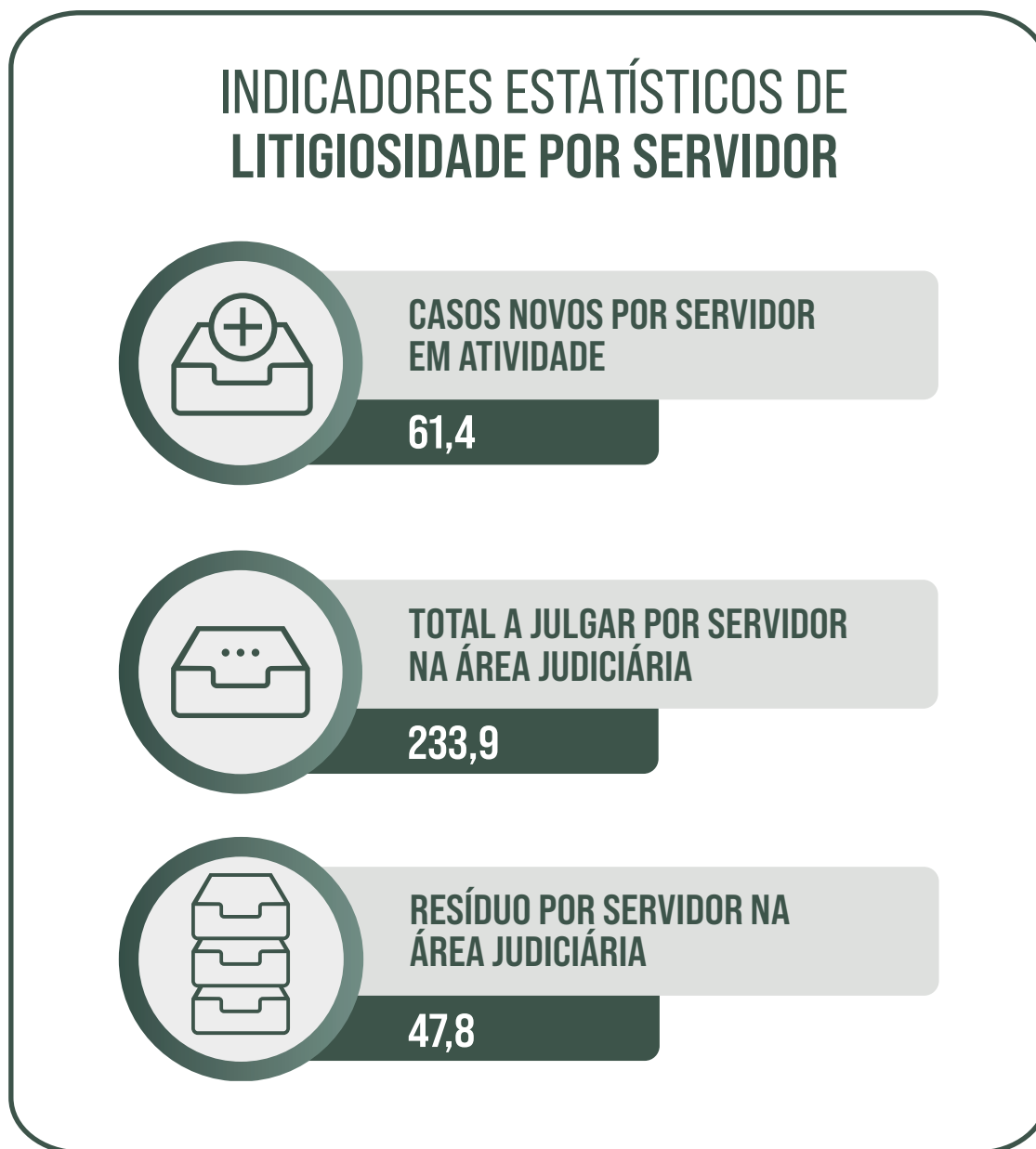
Porte	Região Judiciária	Casos Novos por servidor	Total a julgar por servidor da área judiciária	Pendente de Julgamento por servidor na área judiciária
Grande Porte	1ª - RJ	72,6	296,3	84,2
	2ª - SP	107,8	332,8	93,9
	3ª - MG	70,7	230,3	24,0
	4ª - RS	63,7	210,2	45,3
	15ª - Campinas/SP	97,5	304,5	71,5
	Média	82,5	274,8	63,8
Médio Porte	5ª - BA	57,1	226,0	55,0
	6ª - PE	41,1	183,8	19,8
	7ª - CE	50,0	224,5	60,0
	8ª - PA e AP	45,3	195,5	16,4
	9ª - PR	51,5	163,2	29,3
	10ª - DF e TO	36,9	197,0	41,1
	12ª - SC	45,1	166,7	26,3
	18ª - GO	41,7	161,5	26,1
	Média	46,1	189,8	34,2
Pequeno Porte	11ª - AM e RR	25,3	136,4	25,3
	13ª - PB	40,9	189,3	13,3
	14ª - RO e AC	26,0	141,4	13,7
	16ª - MA	32,6	196,0	63,1
	17ª - ES	54,9	223,2	38,6
	19ª - AL	25,8	157,0	18,3
	20ª - SE	42,4	202,5	25,8
	21ª - RN	28,0	117,3	11,5
	22ª - PI	25,1	77,9	10,6
	23ª - MT	37,4	160,0	18,8
	24ª - MS	33,7	163,1	30,9
	Média	33,8	160,4	24,5
País		61,4	233,9	50,8

Os indicadores estatísticos de litigiosidade por servidor em 2024 foram:

- Casos Novos por servidor no País: 61,4. Regiões acima da média por porte: grande – 2ª e 15ª; médio – 5ª, 7ª e 9ª; pequeno – 13ª, 17ª, 20ª e 23ª.
- Total a julgar por servidor da Área Judiciária no País: 233,9. Regiões acima da média por porte: grande – 1ª, 2ª e 15ª; médio – 5ª, 7ª, 8ª e 10ª; pequeno – 13ª, 16ª, 17ª, 20ª e 24ª.
- Resíduo por servidor no País: 50,8. Regiões acima da média por porte: grande – 1ª, 2ª e 15ª; médio – 5ª, 7ª e 10ª; pequeno – 11ª, 16ª, 17ª, 20ª e 24ª.



Figura 2.10.2.3. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024.



Tribunais Regionais do Trabalho

RELATÓRIO
GERAL
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
2024

3 TRIBUNAL
SUPERIOR
DO TRABALHO

3 | TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

3.1. ESTRUTURA

Figura 3.1.1. Estrutura do Tribunal Superior do Trabalho. 2024



3.2. FORÇA DE TRABALHO

3.2.1 MINISTRO

Atualmente há 27 cargos de Ministro no Tribunal Superior do Trabalho, nenhum vago em dezembro de 2024, sendo 7 por Ministras e 20 por Ministros.

Figura 3.2.1.1. Provimento dos cargos de Ministro. 2024.



Figura 3.2.1.2. Proporção de Ministras e Ministros.



3.2.2. SERVIDORES

O Quadro Permanente de cargos existentes no Tribunal Superior do Trabalho totaliza 2.347 cargos, sendo 1.028 (43,8%) de Analista Judiciário e 1.319 (56,2%) de Técnico Judiciário.

Figura 3.2.2.1. Quadro Permanente – Cargos Existentes e Providos. 2024.



Tabela 3.2.2.1. Servidores em atividade. 2024.

Servidores em Atividade		Área Judiciária		Área Administrativa		Total	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Quadro Permanente		1.338	85,9	704	88,8	2.042	86,9
Requisitados	De Órgãos da JT	38	2,4	5	0,6	43	1,8
	De órgãos afora a JT	69	4,4	53	6,7	122	5,2
Removidos		76	4,9	21	2,6	97	4,1
Ocupantes Exclusivamente de Cargos em Comissão		36	2,3	10	1,3	46	2
Total		1.557	100	793	100	2.350	100

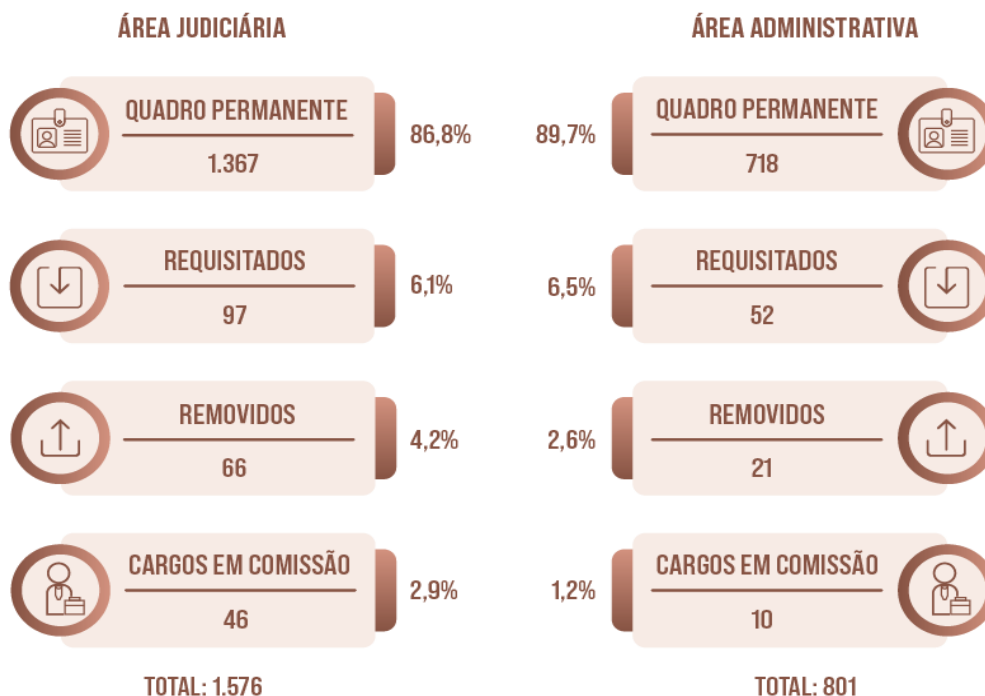
Nota: Servidores em atividade são os ocupantes de cargo de provimento efetivo ou removidos para o Tribunal, excluídos os servidores que saíram por cessão, requisição ou remoção.

Estão em atividade no TST 2.377 servidores, sendo 2.085 (87,7%) do Quadro Permanente, 149 (6,3%) requisitados, 87 (3,6%) removidos e 56 (2,4%) ocupantes exclusivamente de Cargos em Comissão.

Encontram-se na Área Judiciária 1.576 (66,3%) servidores: 1.367 do Quadro Permanente, 97 requisitados, 66 removidos e 46 ocupantes exclusivamente de Cargos em Comissão.

Na Área Administrativa, há 801 (33,7%) servidores: 718 do Quadro Permanente, 52 requisitados, 21 removidos e 10 ocupantes exclusivamente de Cargos em Comissão.

Figura 3.2.2.2. Servidores em atividade. 2024.



3.3. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Tabela 3.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes. 2024.

Cargos em Comissão	
CJ-4	4
CJ-3	306
CJ-2	43
CJ-1	96
Total	449
Funções Comissionadas	
FC-6	194
FC-5	496
FC-4	519
FC-3	395
FC-2	175
FC-1	-
Total	1.779

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.3.1. Proporção de CJs e FCs nas Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.

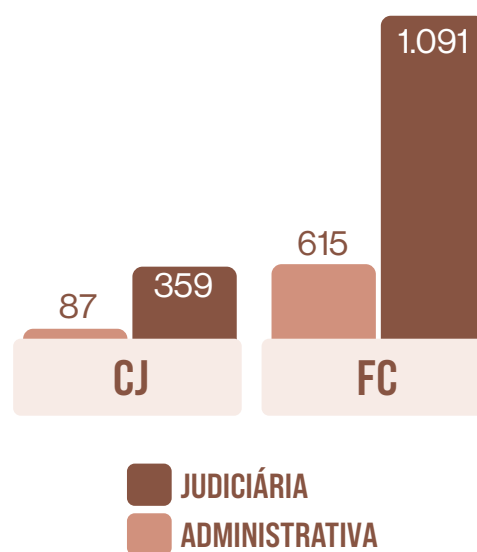
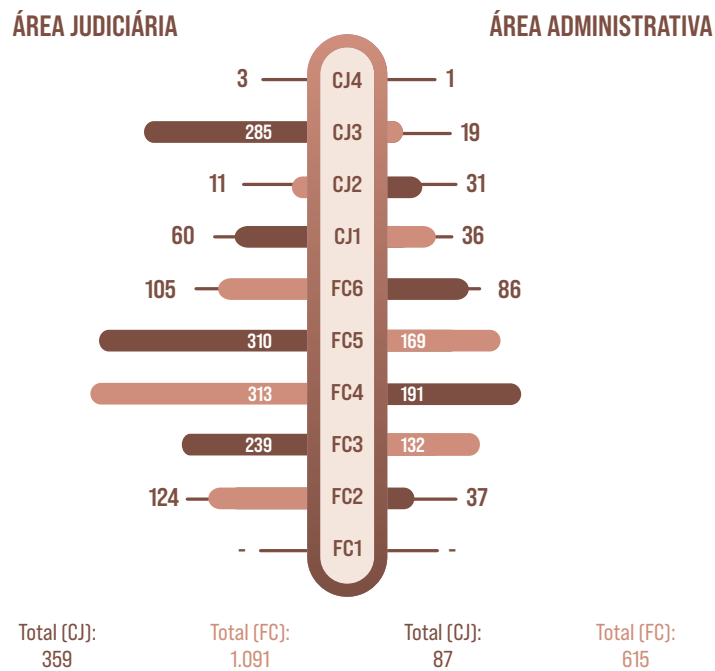


Figura 3.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotados no TST. Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.



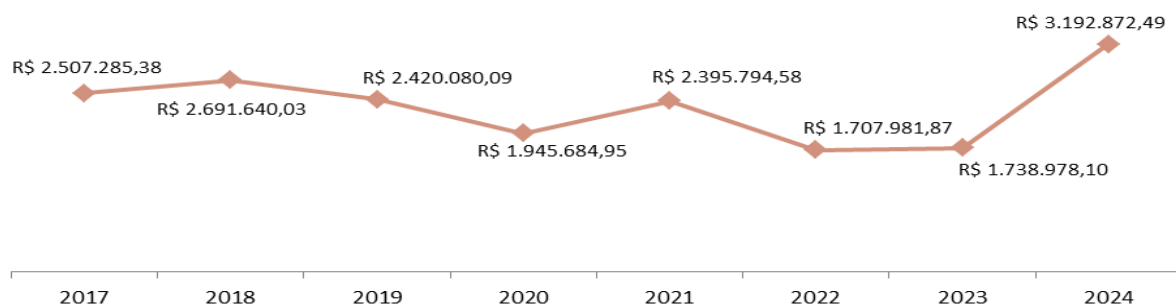
Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

3.4. ARRECADAÇÃO

Figura 3.4.1. Arrecadação no Tribunal Superior do Trabalho. 2024.



Figura 3.4.2. Série histórica da arrecadação. 2017/2024



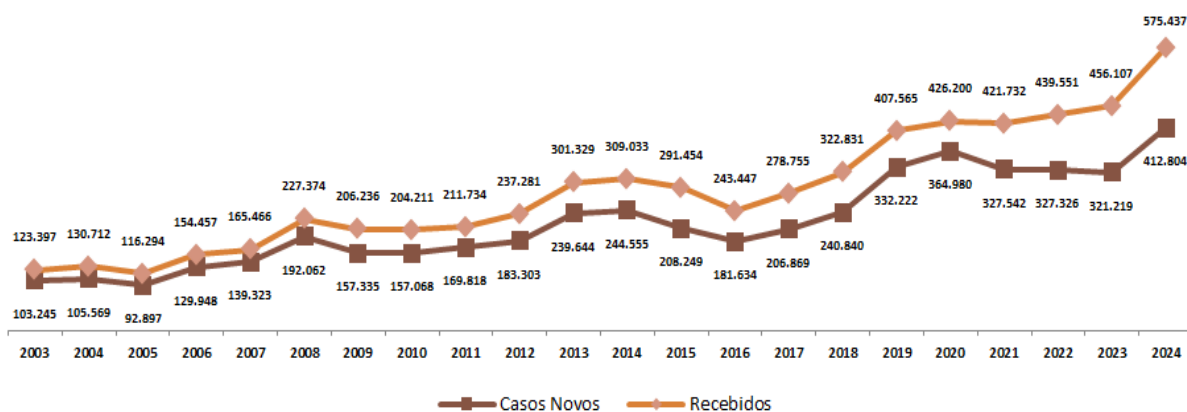
3.5. LITIGIOSIDADE

3.5.1. PROCESSOS RECEBIDOS

Figura 3.5.1.1 Processos Recebidos e Casos Novos. 2024.

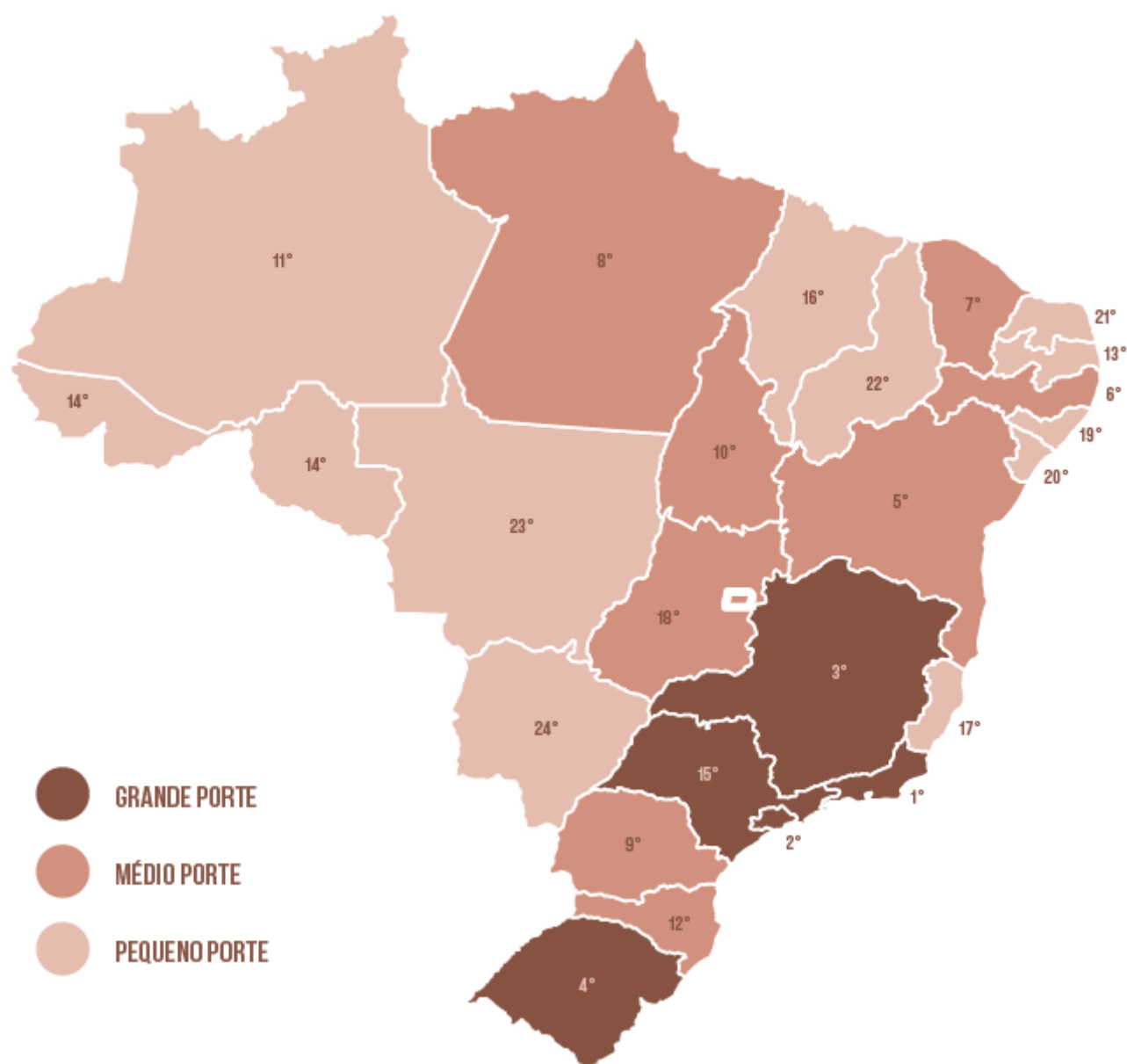


Figura 3.5.1.2. Série histórica de Recebidos e de Casos Novos. 2003/2024.



CASOS NOVOS NO TST POR TRIBUNAL DE ORIGEM

Figura 3.5.1.3. TRTs por porte e por casos novos por Tribunal de origem.



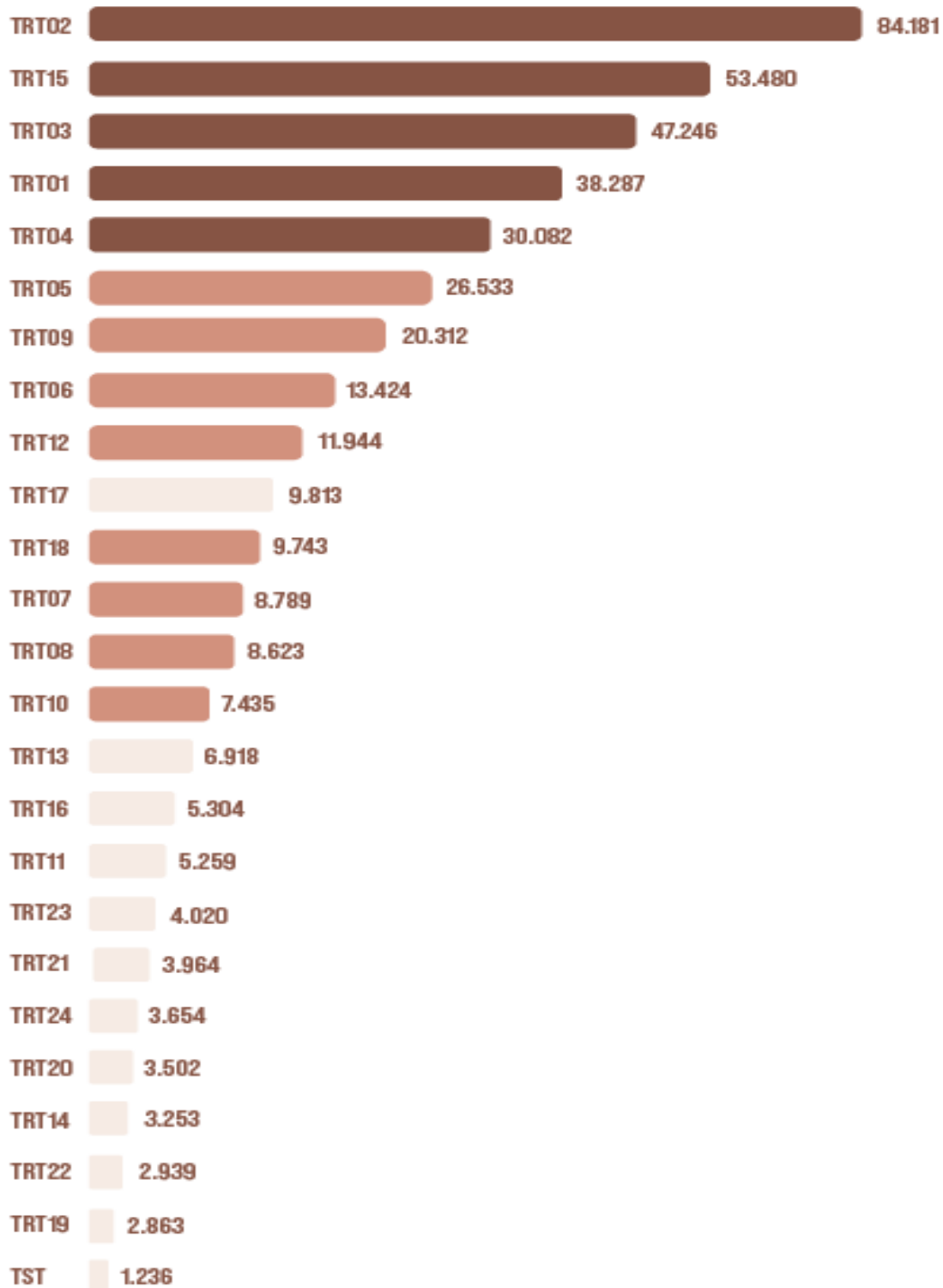
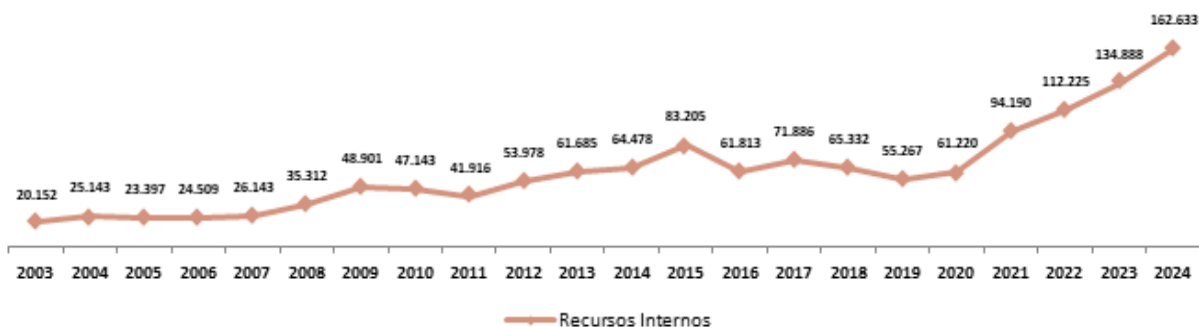


Tabela 3.5.1.1. Processos Recebidos por Classe. 2024.

Classe	Recebidos	
	2023	2024
Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais	-	-
Ação Rescisória	135	147
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	1	-
Agravo	104.513	128.705
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	248.642	341.159
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	101	125
Carta de Ordem	-	-
Conflito de Competência Cível	31	35
Consulta Administrativa	-	2
Contraprotesto Judicial	-	-
Correição Ordinária	-	-
Correição Parcial ou Reclamação Correicional	232	210
Dissídio Coletivo	5	5
Dissídio Coletivo de Greve	-	4
Efeito Suspensivo	17	77
Embargo	5.942	11.483
Embargo de Declaração	24.433	27.234
Habeas Corpus Cível	9	41
Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível	-	-
Incidente de RR e Embargos Repetitivos	-	3
Mandado de Segurança Cível	202	44
Pedido de Providências	1	4
Petição Cível	29	38
Processo Administrativo	1	2
Protesto	20	15
Reclamação	79	81
Reclamação Pré-processual	13	26
Recurso Administrativo	-	11
Recurso de Revista	32.780	24.347
Recurso de Revista com Agravo	36.309	40.537
Recurso Ordinário - Rito Sumaríssimo	-	-
Recurso Ordinário Trabalhista	4.014	4.435
Remessa Necessária Trabalhista	10	3
Restauração de Autos	-	1
Suspensão de Liminar e de Sentença	7	13
Suspensão de Segurança Cível	-	2
Tutela Cautelar Antecedente	265	192
Outros	28	42
Total	456.107	575.437

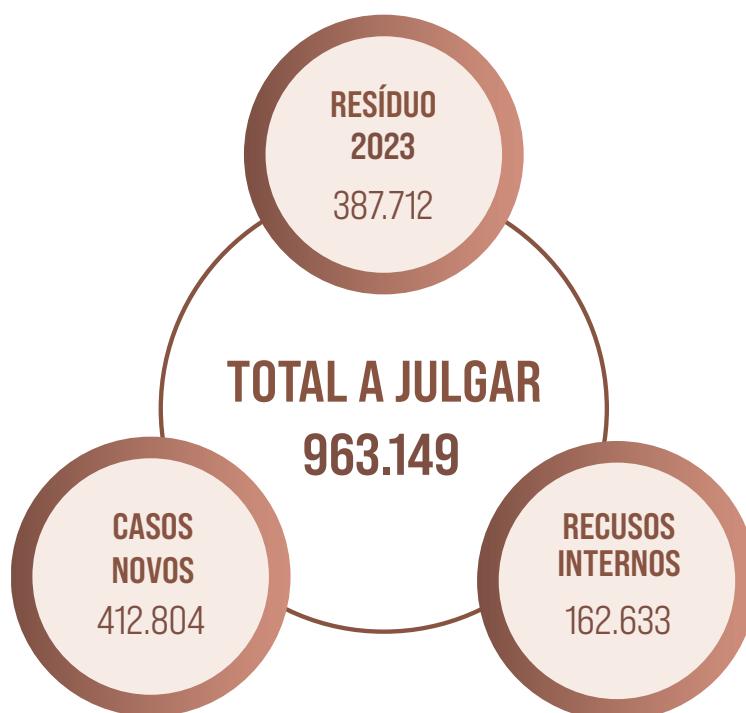
Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.5.1.4. Série histórica de Recursos Internos. 2003/2024.



3.5.2. TOTAL A JULGAR E PROCESSOS JULGADOS

Figura 3.5.2.1. Total a Julgar 2024



Nota: Total a julgar corresponde ao saldo de processos pendentes de julgamento em dez/2023 acrescido do total de processos recebidos em 2024.

Figura 3.5.2.2. Processos julgados. 2024.

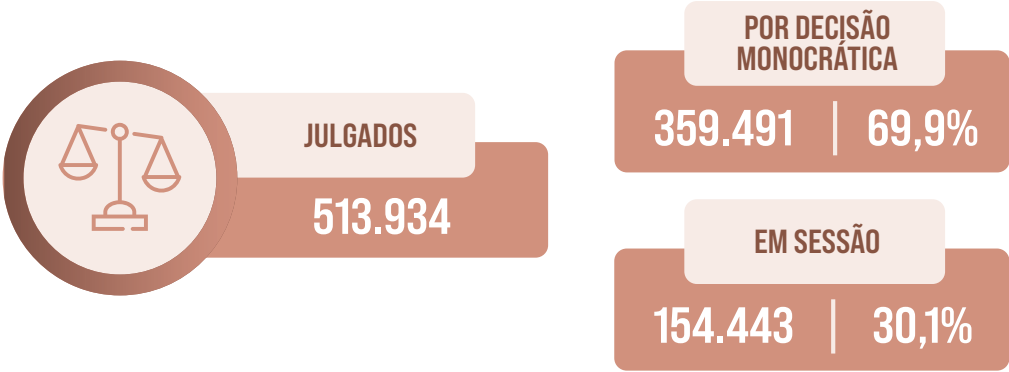


Figura 3.5.2.3. Série histórica de Julgados. 2003/2024.

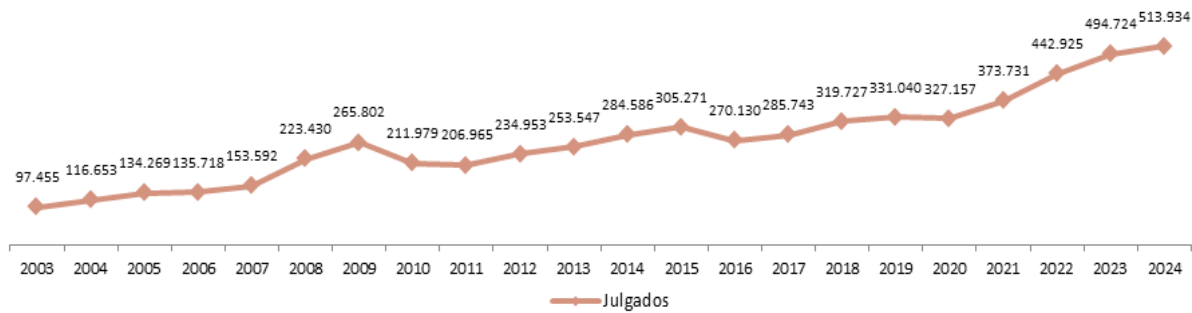


Tabela 3.5.2.1. Processos julgados classe e decisões. 2024.

Classe	Provido	Provido em parte	Não Conhecido	Não Provido	Acordo	Outras	Total
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	16.037	3.456	126.972	164.175	3.515	105	314.260
Recurso de Revista	27.713	2.911	9.877	1.059	616	82	42.258
Recurso de Revista com Agravo	18.048	7.154	8.237	5.181	2.561	35	41.216
Recurso Ordinário Trabalhista	1.241	219	717	1.800	54	91	4.122
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	16	1	16	86	3	2	124
Agravo	9.391	429	12.615	62.245	3.554	181	88.415
Embargos	355	1	237	44	121	22	780
Embargos de Declaração Cível	4.226	451	503	15.911	648	33	21.772
Outros	421	6	329	104	51	76	987
Total	77.448	14.628	159.503	250.605	11.123	627	513.934

Tabela 3.5.2.2. Processos julgados por classe. 2024.

Classe	Julgados	
	2023	2024
Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais	-	-
Ação Rescisória	197	193
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	-	-
Agravo	79.907	88.415
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	305.061	314.260
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	120	124
Carta de Ordem	-	-
Conflito de Competência Cível	20	23
Consulta Administrativa	-	-
Contraprotesto Judicial	-	-
Correição Ordinária	-	-
Correição Parcial ou Reclamação Correicional	58	114
Dissídio Coletivo	4	2
Dissídio Coletivo de Greve	9	-
Efeito Suspensivo	13	12
Embargo	1.017	780
Embargo de Declaração	20.697	21.772
Habeas Corpus Cível	11	26
Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível	-	-
Incidente de RR e Embargos Repetitivos	-	-
Mandado de Segurança Cível	161	379
Pedido de Providências	7	-
Petição Cível	82	53
Processo Administrativo	-	-
Protesto	18	11
Reclamação	86	63
Reclamação Pré-processual	4	5
Recurso Administrativo	-	4
Recurso de Revista	44.013	42.258
Recurso de Revista com Agravo	38.296	41.216
Recurso Ordinário - Rito Sumaríssimo	-	-
Recurso Ordinário Trabalhista	4.798	4.122
Remessa Necessária Trabalhista	3	1
Restauração de Autos	-	-
Suspensão de Liminar e de Sentença	8	3
Suspensão de Segurança Cível	-	1
Tutela Cautelar Antecedente	131	87
Outros	3	10
Total	494.724	513.934

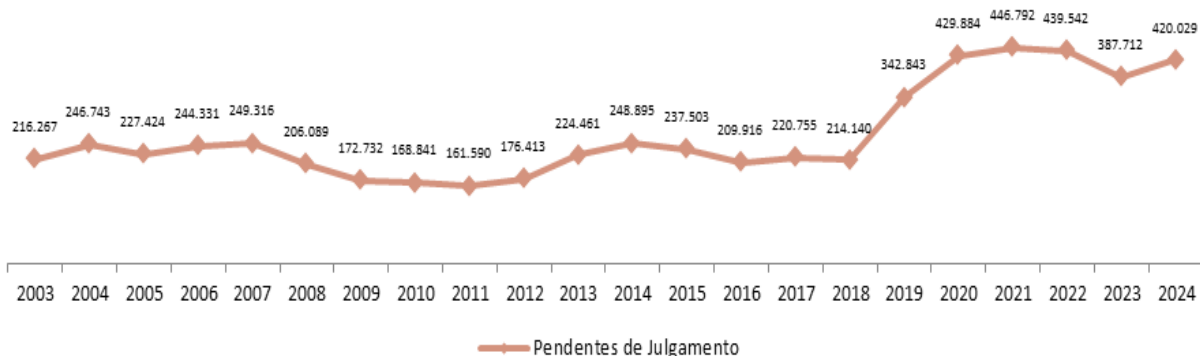
Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

3.5.3. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO

Figura 3.5.3.1. Processos pendentes de julgamento. 2024.



Figura 3.5.3.2. Série histórica de pendentes de julgamento. 2003/2024.



Ao final de 2024, ficaram pendentes de julgamento 420.029 processos, dentre os quais 310.121 estavam com o relator (89.835 processos, 23,3%, até 2020) e 109.908 estavam nas Secretarias e na PGT. Houve um aumento de 8,3% em relação a 2023.

Tabela 3.5.3.1. Processos pendentes de julgamento por classe. 2024.

Classe	Pendentes de Julgamento	
	2023	2024
Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais	-	-
Ação Rescisória	583	529
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	-	-
Agravo	106.360	99.263
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	133.156	163.471
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	112	104
Carta de Ordem	-	-
Conflito de Competência Cível	32	38
Consulta Administrativa	5	1
Contraprotesto Judicial	1	1
Correição Ordinária	-	-
Correição Parcial ou Reclamação Correicional	86	33
Dissídio Coletivo	17	21
Dissídio Coletivo de Greve	4	5
Efeito Suspensivo	40	38
Embargo	6.655	9.052
Embargo de Declaração	12.531	12.012
Habeas Corpus Cível	15	29
Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível	3	4
Incidente de RR e Embargos Repetitivos	8	12
Mandado de Segurança Cível	532	105
Pedido de Providências	22	17
Petição Cível	71	109
Processo Administrativo	37	42
Protesto	182	183
Reclamação	135	131
Reclamação Pré-processual	54	4
Recurso Administrativo	15	17
Recurso de Revista	30.632	29.512
Recurso de Revista com Agravo	90.026	98.997
Recurso Ordinário - Rito Sumaríssimo	-	-
Recurso Ordinário Trabalhista	5.944	5.918
Remessa Necessária Trabalhista	-	7
Restauração de Autos	75	74
Suspensão de Liminar e de Sentença	22	8
Suspensão de Segurança Cível	7	7
Tutela Cautelar Antecedente	335	213
Outros	15	72
Total	387.712	420.029

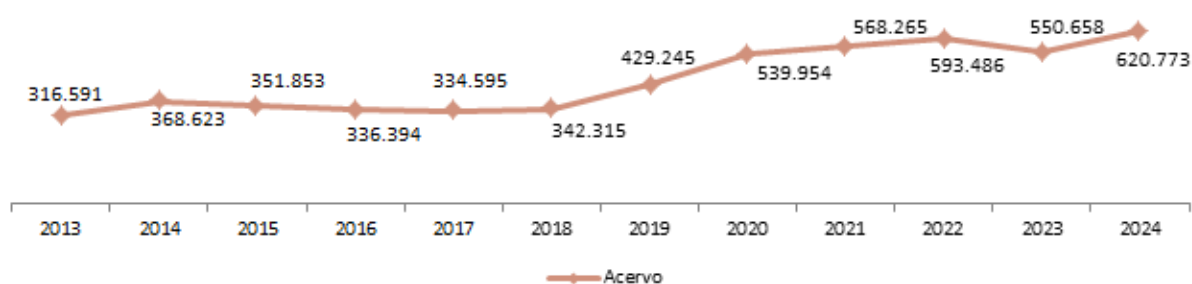
Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.5.3.3. Pendentes de Julgamento. 2024.



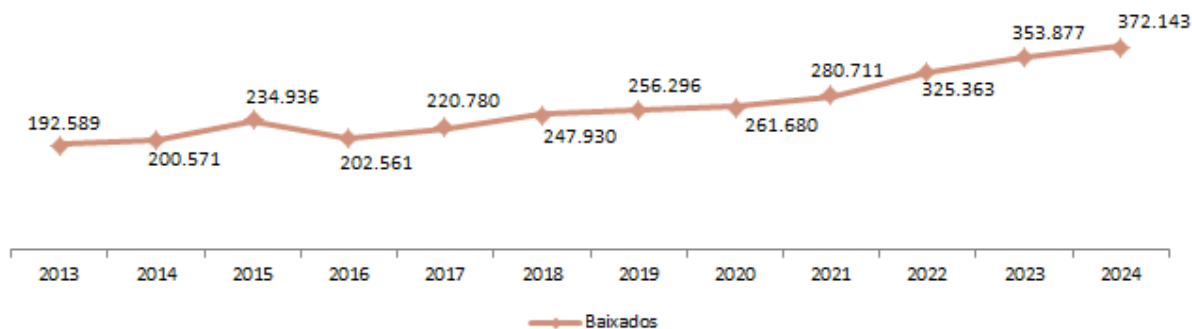
O acervo refere-se a todos os processos no Tribunal Superior do Trabalho que não estão baixados ou arquivados definitivamente; dentre esses processos, 106.762, 17,2% estavam suspensos ou sobrestados.

Figura 3.5.3.4. Série histórica do Acervo. 2013/2024.



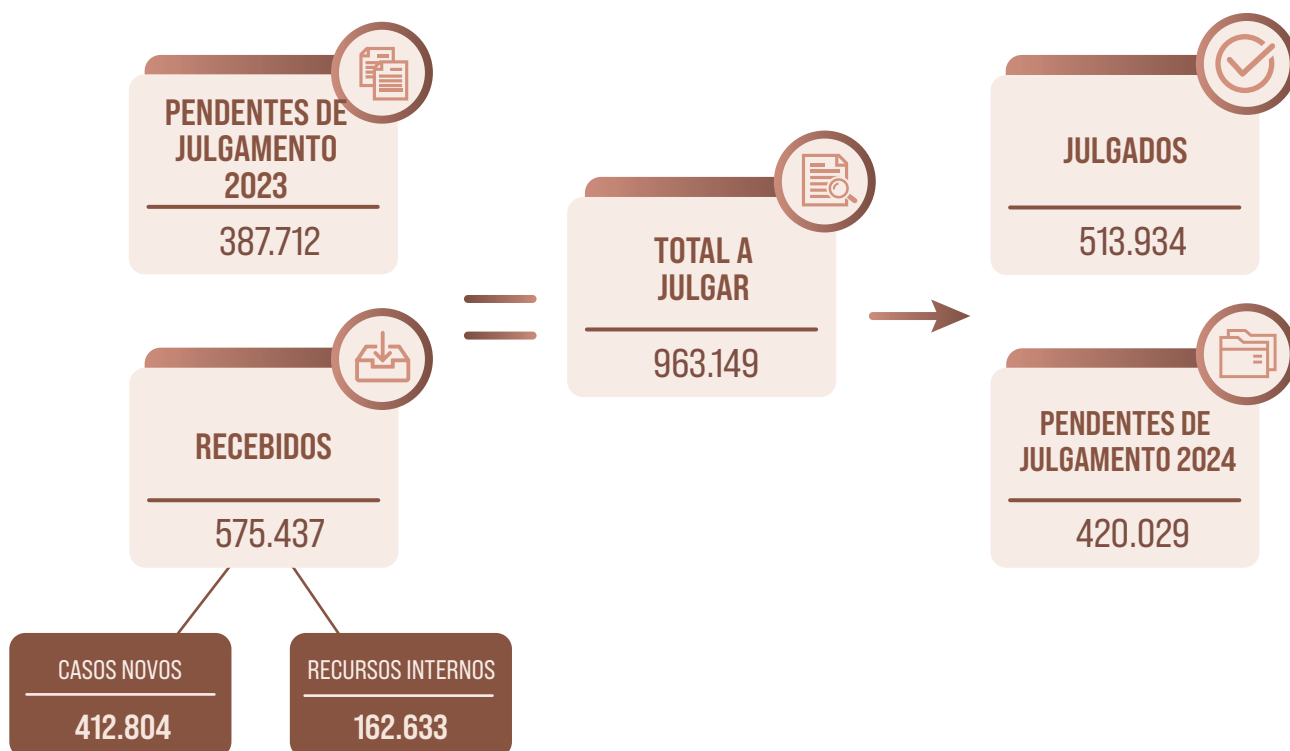
3.5.4. PROCESSOS BAIXADOS

Figura 3.5.4.1. Série histórica de Processos Baixados. 2013/2024.



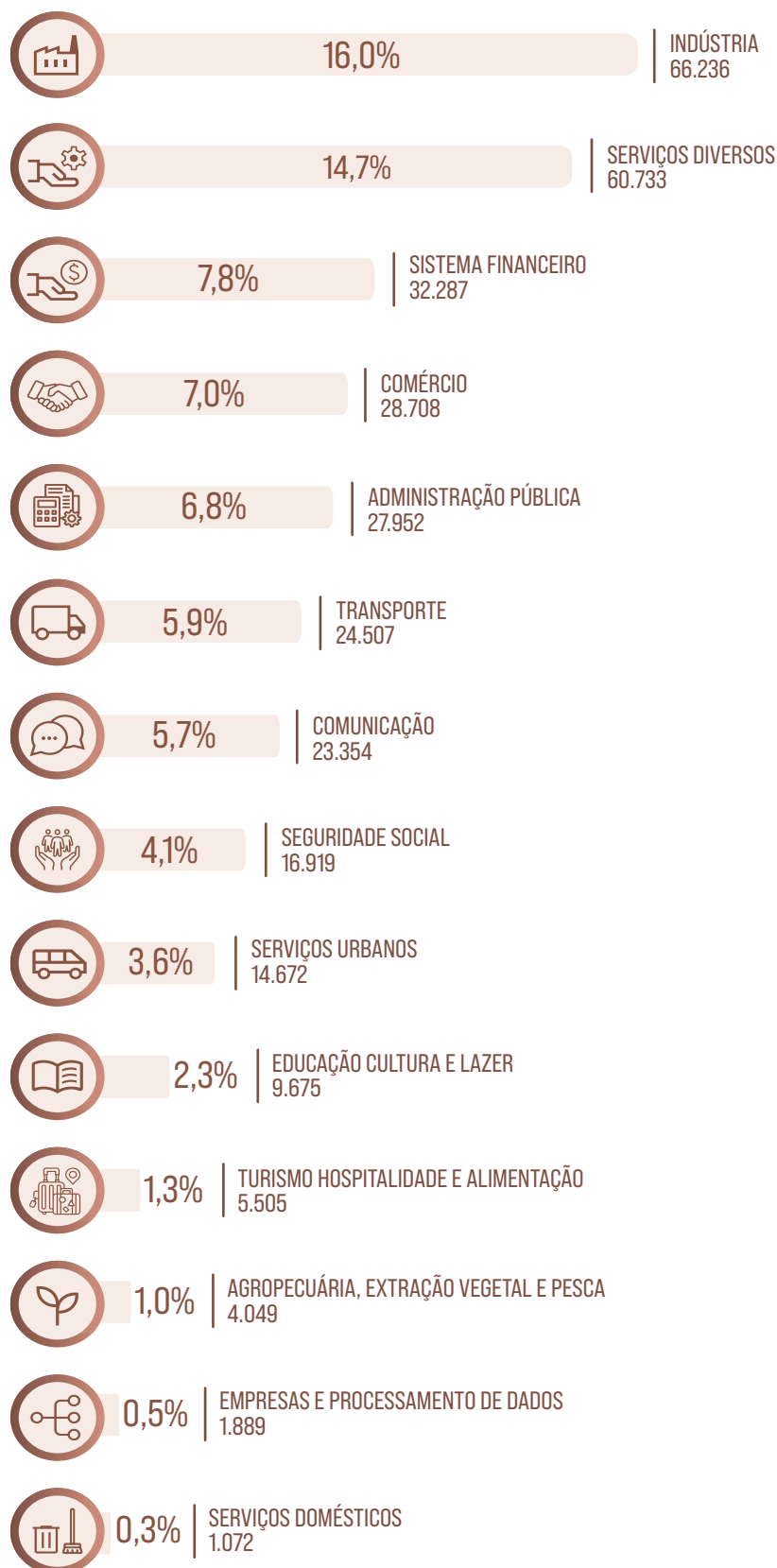
3.5.5. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Figura 3.5.5.1. Resumo da Movimentação Processual. 2024.



3.5.6. CASOS NOVOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Figura 3.5.6.1. Casos novos por atividade econômica. 2024.



As atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos foram a **Indústria** com 16%, os **Serviços Diversos** com 14,7%, o **Sistema Financeiro** com 7,8%, e o **Comércio** com 7%.

Nota: "Serviços diversos" descreve empresas que oferecem uma ampla gama de serviços, em vez de se especializarem em apenas uma área. Isso significa que elas podem atuar em setores variados, como limpeza, manutenção, consultoria ou tecnologia.

3.5.7. ASSUNTOS MAIS RECORRENTES

Figura 3.5.7.1. Assuntos mais recorrentes no Tribunal Superior do Trabalho. 2024.



3.5.8. PRAZO MÉDIO

Figura 3.5.8.1. Prazos médios a partir da conclusão do processo. 2024.



O prazo médio da entre a conclusão do processo e o seu julgamento é de 1 ano, 6 meses e 6 dias. Para o julgamento do AIRR, é de 11 meses e 13 dias e para o do RR, de 2 anos, 1 mês e 17 dias.

3.5.9. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tabela 3.5.9.1. Recursos Extraordinários recebidos e despachados. 2023/2024.

Recursos Extraordinários		2023		2024		Variação Percentual (%)
		Qtd.	%	Qtd.	%	
Recebidos		42.560	..	38.653	..	-9,2
Despachados	Admitidos	15	0,05	39	0,1	160,0
	Denegados	18.309	62,8	24.826	72,1	35,6
	Sobrestados	10.827	37,1	9.583	27,8	-11,5
	Total	29.153	100,0	34.450	100,0	18,2
Encaminhados ao STF		1.485		1.610		8,4

Nota: .. Não se aplica dado numérico

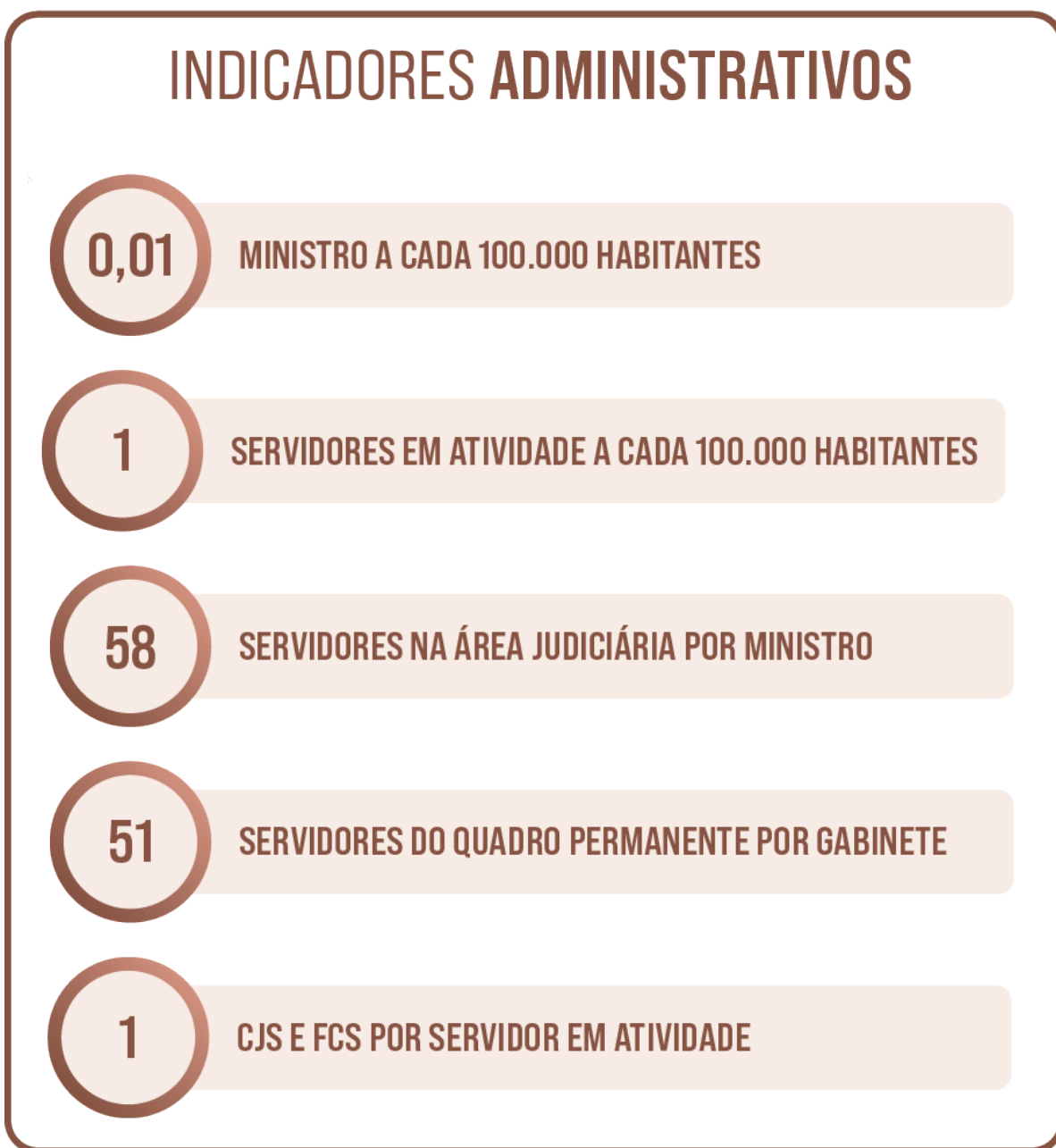
Figura 3.5.9.1. Série histórica de Recursos Extraordinários encaminhados ao STF. 2013/2024.



3.6. INDICADORES ESTATÍSTICOS

3.6.1. INDICADORES ADMINISTRATIVOS

Figura 3.6.1.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos administrativos. 2024.



3.6.2. INDICADORES DE LITIGIOSIDADE

Figura 3.6.2.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024.

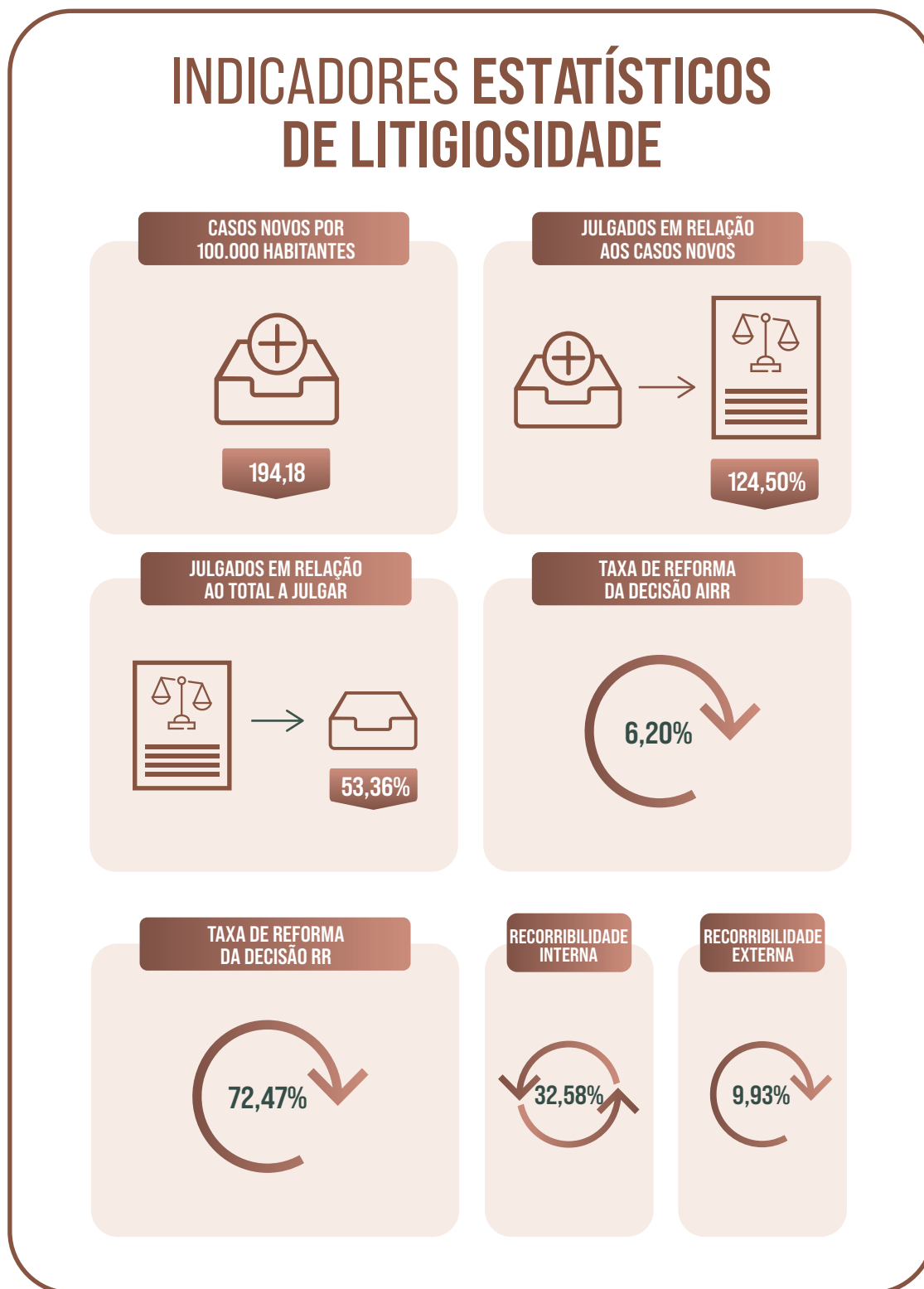
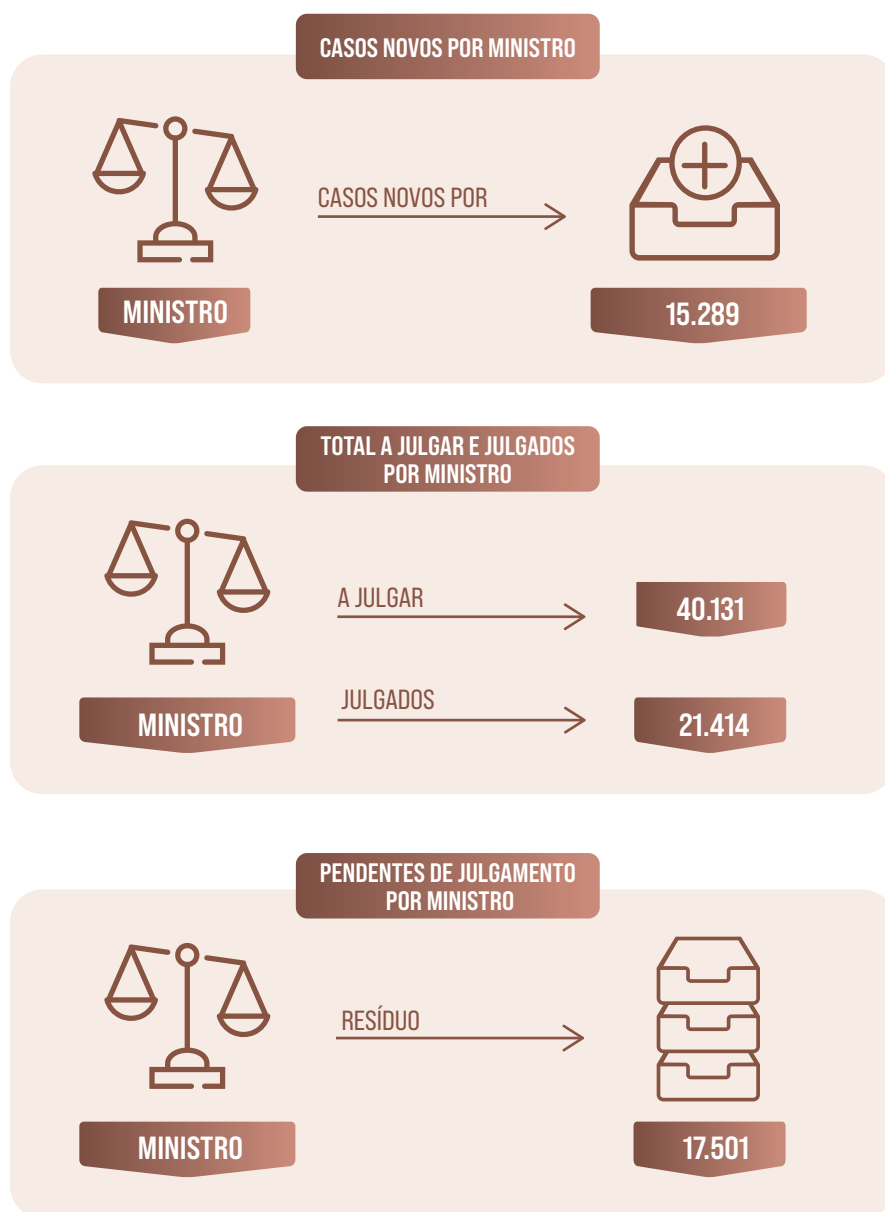


Figura 3.6.2.2. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Ministros. 2024.

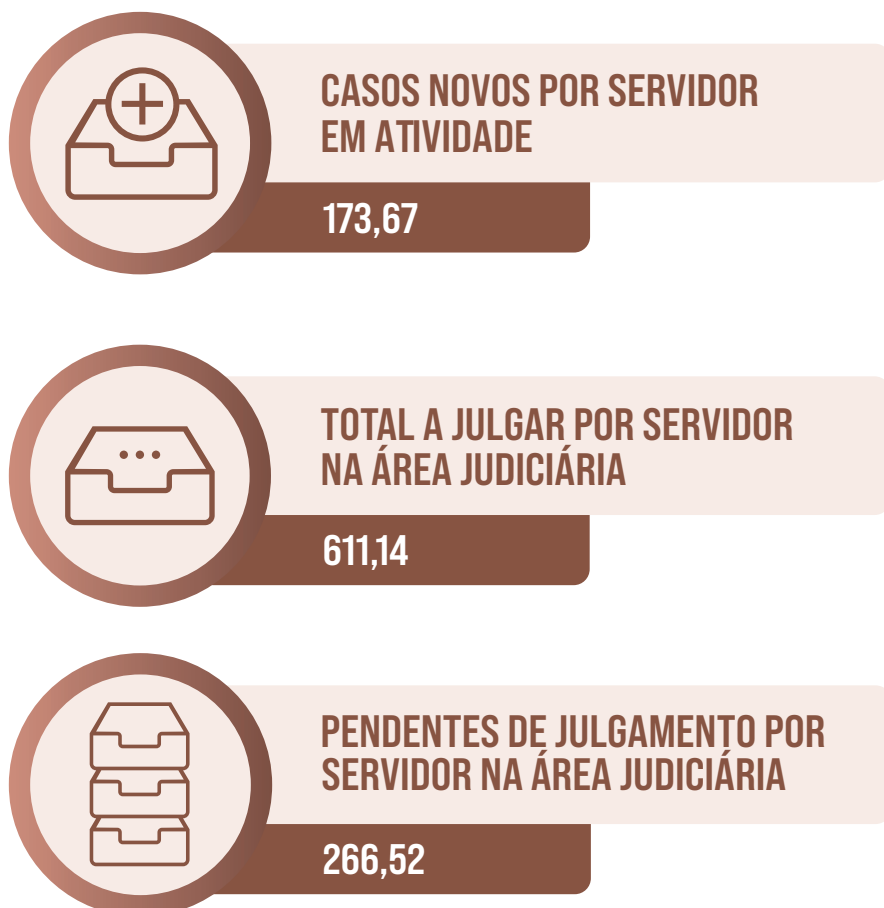
INDICADORES ESTATÍSTICOS DE LITIGIOSIDADE POR MINISTRO 2024



Nota: Total a Julgar corresponde aos processos pendentes de julgamento em 2023 e os processos recebidos em 2024.

Figura 3.6.2.3. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024.

INDICADORES ESTATÍSTICOS DE LITIGIOSIDADE POR SERVIDOR



Tribunal Superior do Trabalho

RELATÓRIO
GERAL
DA JUSTIÇA DO TRABALHO
2024

4 JUSTIÇA DO
TRABALHO

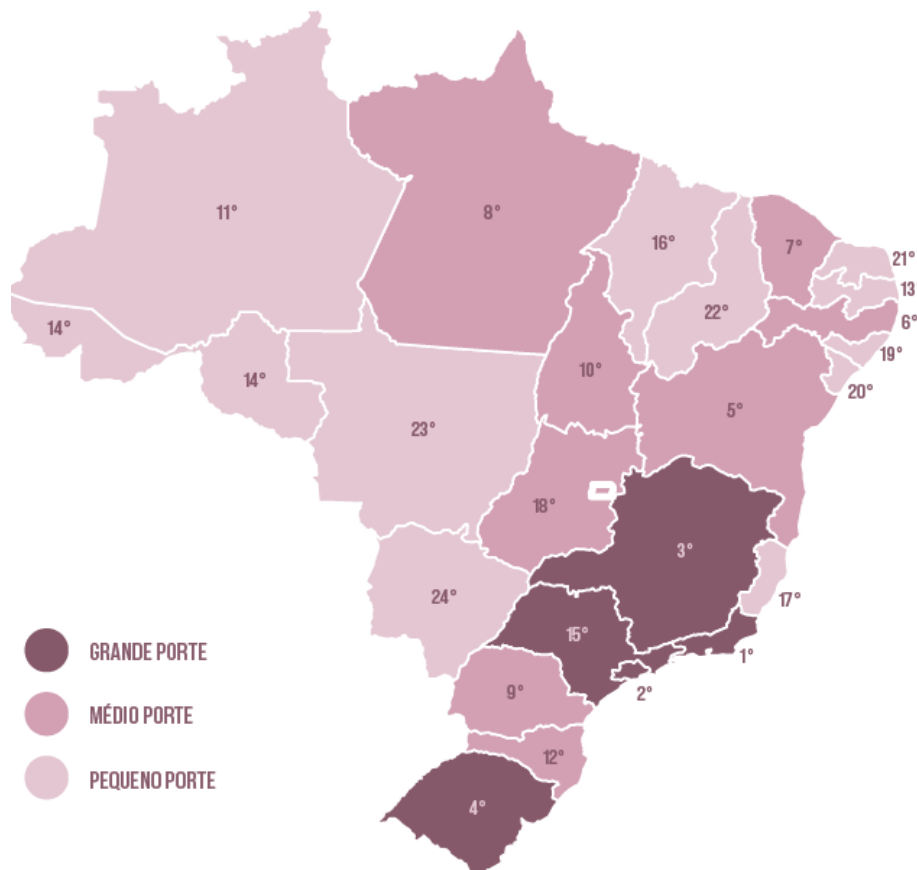
4 | JUSTIÇA DO TRABALHO

4.1. ESTRUTURA

Figura 4.1.1. Estrutura da Justiça do Trabalho. 2024.



Figura 4.1.2. Regiões Judiciárias por porte. 2024.



A Justiça do Trabalho é constituída pelo Tribunal Superior do Trabalho, por 24 Tribunais Regionais do Trabalho e por 1.587 Varas do Trabalho. São 3.955 cargos de magistrado e 43.239 de servidor. No TST estão em atividade 27 Ministros e 2.350 servidores.

Na 2ª Instância há um Tribunal em cada estado, à exceção dos estados do Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, que são jurisdicionados pelos Tribunais com sede em Rondônia, Amazonas, Pará e Distrito Federal, respectivamente. No estado de São Paulo existem dois Tribunais: um com sede na cidade de São Paulo e outro em Campinas. Estão em atividade, na 2ª Instância, 555 Desembargadores e 17.401 servidores.

Na 1ª Instância estão instaladas 1.573 Varas do Trabalho, com jurisdição em todos os 5.570 municípios do País. Estão em atividade, na 1ª Instância, 2.958 juízes e 22.080 servidores.

4.2. FORÇA DE TRABALHO

4.2.1. MAGISTRADOS

Tabela 4.2.1.1. Magistrados. 2024.

TST / Região Judiciária	Ministros		Desembargadores		Juízes do Trabalho				Total de Magistrados	
	Total	Providos	Total	Providos	Titulares		Substitutos		Total	Providos
TST	27	27							27	27
1ª - RJ			54	54	146	142	146	115	346	311
2ª - SP			94	93	231	207	372	292	697	592
3ª - MG			49	49	158	157	137	78	344	284
4ª - RS			48	48	132	132	115	102	295	282
5ª - BA			29	26	88	88	97	79	214	193
6ª - PE			19	13	70	70	70	56	159	139
7ª - CE			14	14	37	37	32	29	83	80
8ª - PA e AP			23	22	56	56	45	34	124	112
9ª - PR			31	31	97	97	86	68	214	196
10ª - DF e TO			17	17	35	35	53	50	105	102
11ª - AM e RR			14	14	32	29	32	26	78	69
12ª - SC			18	18	60	60	56	52	134	130
13ª - PB			10	9	27	27	33	30	70	66
14ª - RO e AC			8	8	32	30	31	23	71	61
15ª - Campinas/SP			55	55	153	148	218	173	426	376
16ª - MA			8	8	23	22	27	25	58	55
17ª - ES			12	12	24	24	32	24	68	60
18ª - GO			14	14	48	47	48	39	110	100
19ª - AL			8	8	22	22	22	22	52	52
20ª - SE			8	8	15	15	14	10	37	33
21ª - RN			10	10	23	23	23	20	56	53
22ª - PI			8	8	14	14	15	12	37	34
23ª - MT			8	8	38	38	40	27	86	73
24ª - MS			8	8	26	26	30	26	64	60
País	27	27	567	555	1.587	1.546	1.774	1.412	3.955	3.540

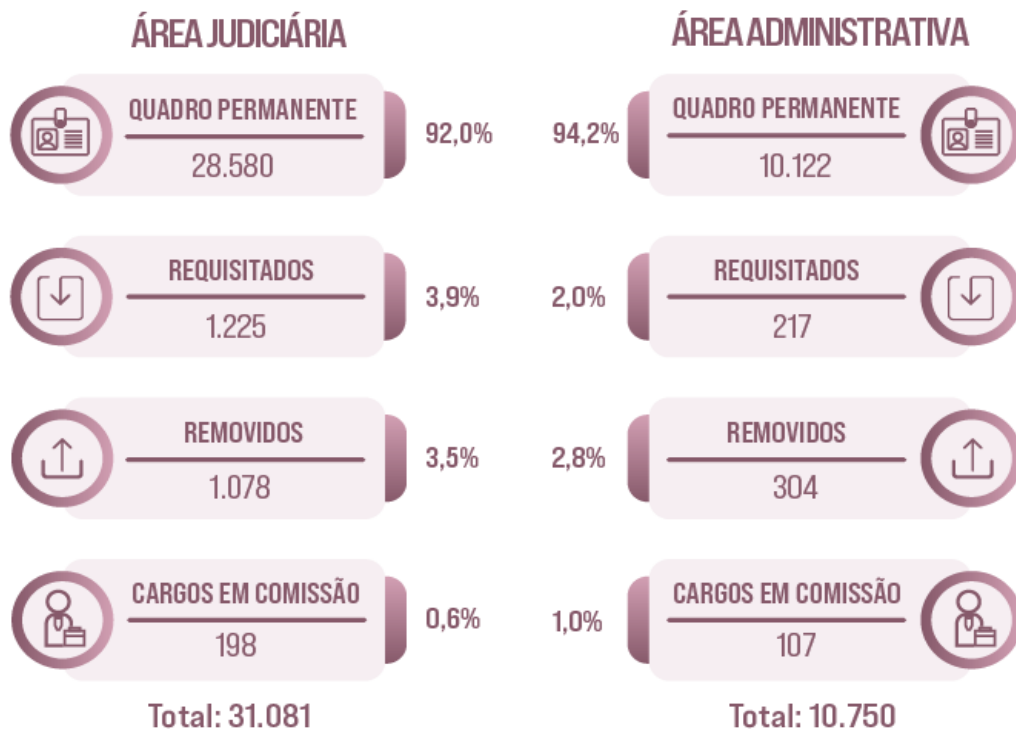
Figura 4.2.1.1. Magistrados da Justiça do Trabalho. 2024.



Há atualmente, na Justiça do Trabalho, 3.955 cargos de magistrados (3.540, 89,5%, providos), sendo 27 de Ministros do TST (27, todos providos), 567 de Desembargadores do Trabalho (555, 97,9%, providos), e 3.361 de Juizes do Trabalho (2.958, 88,0%, providos).

4.2.2. SERVIDORES

Figura 4.2.2.1. Servidores em atividade na Justiça do Trabalho. Áreas Judiciária e Administrativa 2024.



Estão em atividade na Área Administrativa da Justiça do Trabalho, 10.750 servidores, sendo 10.122 (94,2%) do Quadro Permanente, 217 (2,0%) requisitados, 304 (2,8%) removidos e 107 (1,0%) ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

Em média, a cada 10 servidores lotados na Justiça do Trabalho, 3 encontram-se na Área Administrativa.

Tabela 4.2.2.1. Quadro Permanente. Cargos Existentes. 2024.

TST / Região Judiciária	Analista Judiciário		Técnico Judiciário		Auxiliar Judiciário		Total		% em relação ao total
	Total	Providos	Total	Providos	Total	Providos	Total	Providos	
TST	1.028	995	1.319	1.292	-	-	2.347	2.287	97,4
1ª - RJ	1.436	1.409	2.659	2.338	-	-	4.095	3.747	91,5
2ª - SP	2.697	2.576	3.169	2.916	40	-	5.906	5.492	93,0
3ª - MG	1.609	1.537	2.130	1.814	-	-	3.739	3.351	89,6
4ª - RS	1.382	1.308	2.115	1.888	41	15	3.538	3.211	90,8
5ª - BA	930	900	1.381	1.223	9	9	2.320	2.132	91,9
6ª - PE	578	563	1.169	1.118	5	5	1.752	1.686	96,2
7ª - CE	354	350	561	550	2	2	917	902	98,4
8ª - PA e AP	500	490	844	777	10	1	1.354	1.268	93,6
9ª - PR	980	949	1.472	1.340	26	9	2.478	2.298	92,7
10ª - DF e TO	471	447	630	601	5	2	1.106	1.050	94,9
11ª - AM e RR	327	315	708	573	10	6	1.045	894	85,6
12ª - SC	608	583	1.014	920	6	4	1.628	1.507	92,6
13ª - PB	271	258	799	663	35	2	1.105	923	83,5
14ª - RO e AC	219	208	538	509	2	2	759	719	94,7
15ª - Campinas/SP	1.212	1.186	2.136	1.955	6	2	3.354	3.143	93,7
16ª - MA	226	220	329	322	-	-	555	542	97,7
17ª - ES	314	304	400	379	4	-	718	683	95,1
18ª - GO	712	701	625	616	5	3	1.342	1.320	98,4
19ª - AL	207	205	331	324	3	1	541	530	98,0
20ª - SE	142	128	274	244	-	-	416	372	89,4
21ª - RN	282	274	386	370	1	-	669	644	96,3
22ª - PI	143	140	250	243	1	1	394	384	97,5
23ª - MT	380	369	445	432	10	6	835	807	96,6
24ª - MS	203	193	353	347	2	2	558	542	97,1
País	17.211	16.608	26.037	23.754	223	72	43.471	40.434	93,0

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

O Quadro Permanente de cargos existentes, na Justiça do Trabalho, totaliza 43.471 cargos, sendo 17.211 (39,6%) de Analista Judiciário, 26.037 (59,9%) de Técnico Judiciário e 223 (0,5%) de Auxiliar Judiciário.

Tabela 4.2.2.2. Servidores em atividade na Área Judiciária. 2024.

TST / Região Judiciária	Quadro Permanente	Requisitados	Removidos	Cargos em Comissão	Total	% em relação ao Tribunal
TST	1.338	107	76	36	1.557	66,3
1ª - RJ	2.623	4	90	23	2.740	73,1
2ª - SP	4.287	1	92	6	4.386	81,4
3ª - MG	2.564	86	93	34	2.777	78,7
4ª - RS	2.499	1	50	9	2.559	79,6
5ª - BA	1.570	117	78	4	1.769	77,7
6ª - PE	1.054	102	57	1	1.214	66,8
7ª - CE	579	14	47	5	645	66,2
8ª - PA e AP	922	3	5	20	950	73,6
9ª - PR	1.735	-	62	6	1.803	78,1
10ª - DF e TO	593	84	21	6	704	63,8
11ª - AM e RR	548	31	5	6	590	63,9
12ª - SC	1.090	-	31	-	1.121	74,0
13ª - PB	575	13	19	4	611	63,8
14ª - RO e AC	450	16	6	3	475	64,4
15ª - Campinas/SP	2.445	283	113	7	2.848	82,6
16ª - MA	339	25	14	8	386	67,2
17ª - ES	455	35	34	1	525	70,3
18ª - GO	816	95	23	-	934	70,6
19ª - AL	307	44	55	2	408	64,9
20ª - SE	215	5	42	1	263	66,1
21ª - RN	416	29	26	11	482	68,4
22ª - PI	237	51	20	2	310	69,2
23ª - MT	570	31	7	-	608	73,0
24ª - MS	353	48	12	3	416	70,0
País	28.580	1.225	1.078	198	31.081	74,3

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Estão em atividade na Área Judiciária da Justiça do Trabalho, 31.081 servidores, sendo 28.580 (92,0%) do Quadro Permanente, 1.225 (3,9%) requisitados, 1.078 (3,5%) removidos e 198 (0,6%) ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

Em média, a cada 10 servidores lotados na Justiça do Trabalho, 7 encontram-se na Área Judiciária.

Tabela 4.2.2.3. Servidores em atividade na Área Administrativa. 2024.

TST / Região Judiciária	Quadro Permanente	Requisitados	Removidos	Cargos em Comissão	Total	% em relação ao Tribunal
TST	704	58	21	10	793	33,7
1ª - RJ	973	-	20	15	1.008	26,9
2ª - SP	979	-	21	1	1.001	18,6
3ª - MG	716	7	18	12	753	21,3
4ª - RS	641	1	11	2	655	20,4
5ª - BA	477	11	19	-	507	22,3
6ª - PE	540	35	25	3	603	33,2
7ª - CE	295	10	16	8	329	33,8
8ª - PA e AP	326	2	4	9	341	26,4
9ª - PR	477	-	20	10	507	21,9
10ª - DF e TO	378	15	5	1	399	36,2
11ª - AM e RR	319	10	2	3	334	36,1
12ª - SC	381	-	11	1	393	26,0
13ª - PB	316	14	10	6	346	36,2
14ª - RO e AC	254	3	1	5	263	35,6
15ª - Campinas/SP	578	3	16	2	599	17,4
16ª - MA	176	3	3	6	188	32,8
17ª - ES	204	5	12	1	222	29,7
18ª - GO	367	-	20	2	389	29,4
19ª - AL	190	13	16	2	221	35,1
20ª - SE	125	1	9	-	135	33,9
21ª - RN	194	9	13	7	223	31,6
22ª - PI	129	2	6	1	138	30,8
23ª - MT	215	7	3	-	225	27,0
24ª - MS	168	8	2	-	178	30,0
País	10.122	217	304	107	10.750	25,7

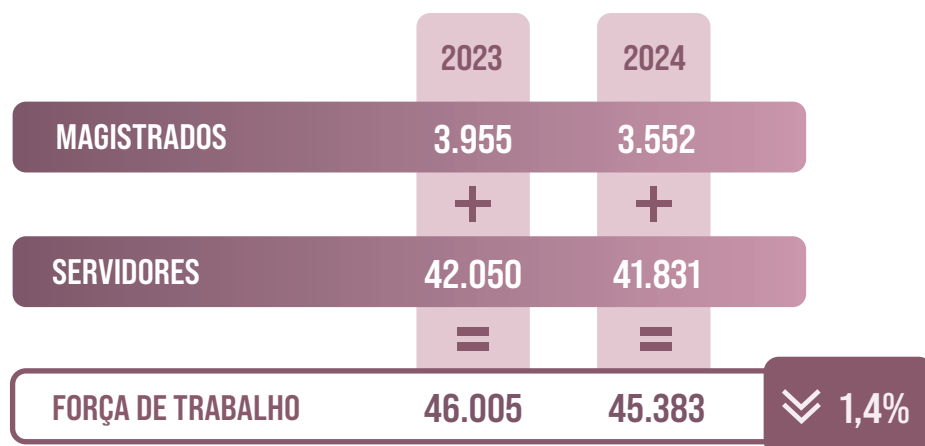
Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela 4.2.2.4. Força de Trabalho na Justiça do Trabalho. 2023/2024.

TST / Região Judiciária	Magistrados			Servidores			Total		
	2023	2024	%	2023	2024	%	2023	2024	%
TST	27	27	0,0%	2.350	2.350	-	2.377	2.377	-
1ª – RJ	346	311	-10,1%	3.745	3.748	0,1%	4.091	4.059	-0,8%
2ª – SP	697	593	-14,9%	5.306	5.387	1,5%	6.003	5.980	-0,4%
3ª – MG	344	284	-17,4%	3.547	3.530	-0,5%	3.891	3.814	-2,0%
4ª – RS	295	282	-4,4%	3.186	3.214	0,9%	3.481	3.496	0,4%
5ª – BA	214	196	-8,4%	2.234	2.276	1,9%	2.448	2.472	1,0%
6ª – PE	159	145	-8,8%	1.858	1.817	-2,2%	2.017	1.962	-2,7%
7ª – CE	83	80	-3,6%	1.016	974	-4,1%	1.099	1.054	-4,1%
8ª – PA e AP	124	113	-8,9%	1.267	1.291	1,9%	1.391	1.404	0,9%
9ª – PR	214	196	-8,4%	2.295	2.310	0,7%	2.509	2.506	-0,1%
10ª – DF e TO	105	102	-2,9%	1.130	1.103	-2,4%	1.235	1.205	-2,4%
11ª – AM e RR	78	69	-11,5%	954	924	-3,1%	1.032	993	-3,8%
12ª – SC	134	130	-3,0%	1.534	1.514	-1,3%	1.668	1.644	-1,4%
13ª – PB	70	67	-4,3%	954	957	0,3%	1.024	1.024	0,0%
14ª – RO e AC	71	61	-14,1%	764	738	-3,4%	835	799	-4,3%
15ª – Campinas/SP	426	376	-11,7%	3.451	3.447	-0,1%	3.877	3.823	-1,4%
16ª – MA	58	55	-5,2%	586	574	-2,0%	644	629	-2,3%
17ª – ES	68	60	-11,8%	771	747	-3,1%	839	807	-3,8%
18ª – GO	110	100	-9,1%	1.429	1.323	-7,4%	1.539	1.423	-7,5%
19ª – AL	52	52	0,0%	619	629	1,6%	671	681	1,5%
20ª – SE	37	33	-10,8%	445	398	-10,6%	482	431	-10,6%
21ª – RN	56	53	-5,4%	715	705	-1,4%	771	758	-1,7%
22ª – PI	37	34	-8,1%	448	448	0,0%	485	482	-0,6%
23ª – MT	86	73	-15,1%	848	833	-1,8%	934	906	-3,0%
24ª – MS	64	60	-6,3%	598	594	-0,7%	662	654	-1,2%
País	3.955	3.552	-10,2%	42.050	41.831	-0,5%	46.005	45.383	-1,4%

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 4.2.2.2 Força de Trabalho na Justiça do Trabalho. 2024.



4.2.3. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Tabela 4.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho. 2024.

Região Judiciária	Quadro Existente											
	Cargos em Comissão					Funções Comissionadas						
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	Total	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6	Total
TST	96	43	306	4	449	-	175	395	519	496	194	1779
1ª – RJ	403	52	290	3	748	-	-	252	580	1.415	5	2.252
2ª – SP	454	140	557	3	1.154	399	274	230	744	853	8	2.508
3ª – MG	166	5	320	3	494	135	-	503	122	1.298	430	2.488
4ª – RS	185	41	278	3	507	32	112	9	566	799	-	1.518
5ª – BA	59	56	142	4	261	-	280	175	532	541	-	1.528
6ª – PE	76	79	108	4	267	2	64	96	325	440	84	1.011
7ª – CE	13	33	70	1	119	12	50	67	226	167	2	524
8ª – PA e AP	67	29	90	3	189	1	15	42	305	276	26	665
9ª – PR	228	82	191	5	506	12	153	110	409	289	322	1.295
10ª – DF e TO	52	29	64	3	148	-	32	78	112	256	36	524
11ª – AM e RR	33	22	57	3	115	-	66	95	203	247	19	630
12ª – SC	201	80	98	3	382	9	114	66	294	337	10	830
13ª – PB	17	16	74	3	110	5	13	120	178	137	155	608
14ª – RO e AC	33	17	55	3	108	-	18	10	161	299	12	500
15ª – Campinas/SP	202	43	293	3	541	142	545	55	547	998	-	2.287
16ª – MA	22	12	39	2	75	39	39	61	190	-	-	329
17ª – ES	12	29	49	3	93	-	12	39	172	234	3	460
18ª – GO	61	18	98	4	181	-	119	74	235	217	52	697
19ª – AL	19	18	50	2	89	-	101	55	108	110	-	374
20ª – SE	17	15	33	3	68	10	35	61	52	94	-	252
21ª – RN	15	24	40	2	81	-	27	8	109	138	18	300
22ª – PI	22	8	28	2	60	68	13	-	155	-	-	236
23ª – MT	56	22	59	3	140	21	5	74	128	162	21	411
24ª – MS	12	14	46	3	75	1	10	48	132	138	11	340
País	2.521	927	3.435	75	6.960	888	2.272	2.723	7.104	9.941	1.408	24.346

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 4.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho. 2024.

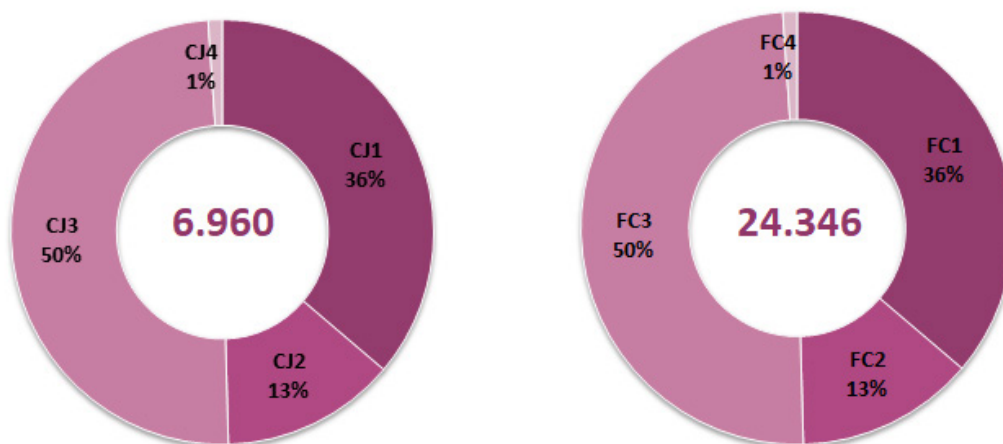


Tabela 4.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na Área Judiciária. 2024.

Região Judiciária	Lotação na Área Judiciária											
	Cargos em Comissão					Funções Comissionadas						
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	Total	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6	Total
TST	58	11	222	2	293	-	117	239	289	293	103	1.041
1ª – RJ	105	9	271	1	523	...	...	...	...	...	...	...
2ª – SP	416	102	530	1	1.049	149	143	147	724	675	1	1.839
3ª – MG	117	5	270	-	392	74	-	258	117	1.073	374	1.896
4ª – RS	100	11	256	1	368	9	31	3	527	736	-	1.306
5ª – BA	34	34	130	1	199	-	227	75	437	482	-	1.221
6ª – PE	39	60	91	3	193	2	46	8	287	298	68	709
7ª – CE	7	16	56	1	80	5	47	51	169	152	-	424
8ª – PA e AP	29	8	77	1	115	-	11	10	267	210	11	509
9ª – PR	211	45	170	2	428	1	148	31	392	182	306	1.060
10ª – DF e TO	35	18	59	-	112	-	5	72	73	294	36	480
11ª – AM e RR	11	8	49	1	69	-	53	35	162	178	3	431
12ª – SC	171	50	84	1	306	1	104	21	224	270	1	621
13ª – PB	3	3	59	1	66	-	3	83	131	83	135	435
14ª – RO e AC	16	10	44	1	71	-	15	3	105	203	3	329
15ª – Campinas/SP	171	6	277	1	455	106	429	18	428	874	-	1.855
16ª – MA	9	9	32	-	50	19	29	22	163	-	-	233
17ª – ES	...	...	...	...	...	-	-	8	162	182	-	362
18ª – GO	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
19ª – AL	-	12	38	-	50	-	67	41	67	105	-	280
20ª – SE	3	9	27	-	39	6	32	23	47	78	-	186
21ª – RN	6	13	35	-	54	-	24	5	77	128	18	252
22ª – PI	10	2	24	-	36	61	8	-	121	-	-	190
23ª – MT	37	11	48	1	97	5	-	61	106	123	21	316
24ª – MS	4	10	36	1	51	1	5	20	122	112	2	262
País	1.592	462	2.885	20	5.096	439	1.544	1.234	5.197	6.731	1.082	16.237

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
(...) Dado numérico indisponível, não informado no Sistema e-Gestão.

Estão lotados na Área Judiciária, 5.096 Cargos em Comissão: 1.592 (31,2%) CJ-1, 462 (9,1%) CJ-2, 2.885 (56,6%) CJ-3 e 20 (0,4%) CJ-4, e 16.237 Funções Comissionadas: 439 (2,7%) FC-1, 1.544 (9,5%) FC-2, 1.234 (7,6%) FC-3, 5.197 (32,0%) FC-4, 6.731 (41,5%) FC-5 e 1.082 (6,7%) FC-6.

Com essa lotação de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, verifica-se que a cada 10 servidores da Área Judiciária, 8 possuem algum CJ ou FC.

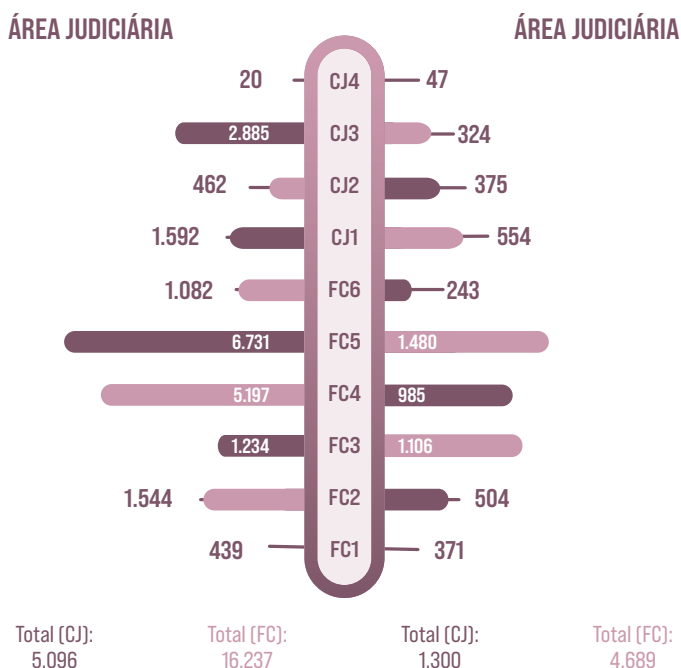
Tabela 4.2.3.3. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na Área Administrativa. 2024.

Região Judiciária	Lotação na Área Administrativa											
	Cargos em Comissão					Funções Comissionadas						
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	Total	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6	Total
TST	38	29	21	2	90	2	61	143	179	160	75	620
1ª – RJ	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
2ª – SP	38	38	27	2	105	238	121	70	15	159	7	610
3ª – MG	49	-	50	3	102	33	-	220	-	204	49	506
4ª – RS	85	30	21	2	138	22	77	6	30	42	-	177
5ª – BA	25	22	12	3	62	-	38	99	97	60	-	294
6ª – PE	36	19	16	1	72	-	12	83	26	121	14	256
7ª – CE	6	17	14	2	39	7	2	16	58	13	2	98
8ª – PA e AP	36	21	13	2	72	1	4	31	34	63	16	149
9ª – PR	15	37	21	3	76	11	3	78	17	107	14	230
10ª – DF e TO	23	16	11	4	54	-	39	29	62	41	2	173
11ª – AM e RR	21	13	8	2	44	-	5	54	31	63	15	168
12ª – SC	30	30	14	2	76	8	10	45	71	68	9	211
13ª – PB	14	13	15	2	44	5	9	32	46	54	19	165
14ª – RO e AC	17	7	11	2	37	-	2	5	45	86	9	147
15ª – Campinas/SP	29	37	16	2	84	-	62	34	111	102	-	309
16ª – MA	13	3	7	2	25	18	8	38	21	-	-	85
17ª – ES	...	...	...	...	...	-	2	31	10	49	3	95
18ª – GO	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
19ª – AL	19	6	12	2	39	-	29	14	41	4	-	88
20ª – SE	12	5	7	2	26	4	3	36	1	11	-	55
21ª – RN	9	11	5	2	27	-	3	3	32	9	-	47
22ª – PI	12	6	4	2	24	6	5	-	33	-	-	44
23ª – MT	19	11	11	2	43	16	5	12	20	37	-	90
24ª – MS	8	4	8	1	21	-	4	27	5	27	9	72
País	554	375	324	47	1.300	371	504	1.106	985	1.480	243	4.689

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(...) Dado numérico indisponível, não informado no Sistema e-Gestão.

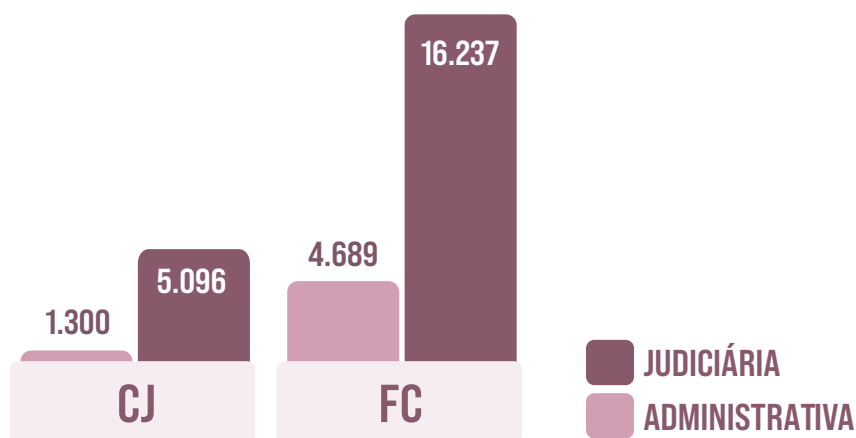
Figura 4.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotados na Justiça do Trabalho. Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.



Estão lotados na Área Administrativa, 1.300 Cargos em Comissão: 554 (42,6%) CJ-1, 375 (28,8%) CJ-2, 324 (24,9%) CJ-3 e 47 (3,6%) CJ-4, e 4.689 Funções Comissionadas: 371 (7,9%) FC-1, 504 (10,7%) FC-2, 1.106 (23,6%) FC-3, 985 (21,0%) FC-4, 1.480 (31,6%) FC-5 e 243 (5,2%) FC-6.

Com essa lotação de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, verifica-se que a cada 10 servidores da Área Administrativa, 5 possuem algum CJ ou FC.

Figura 4.2.3.3. Proporção de CJs e FCs nas Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.



4.3. ORÇAMENTO E DESPESAS

Tabela 4.3.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho (em Reais). 2024.

Região Judiciária	Orçamento	Saldo Final	Valores Contingenciados	Despesas
TST	1.575.803.437,00	35.872.436,95		1.539.931.000,05
1ª - RJ	2.610.925.161,00	2.173.289,83	-	2.608.751.871,17
2ª - SP	3.737.219.530,00	29.595.145,63	-	3.707.624.384,37
3ª - MG	2.529.165.988,00	1.757.040,18	-	2.527.408.947,82
4ª - RS	2.215.695.478,00	6.471.135,62	-	2.209.224.342,38
5ª - BA	1.530.942.595,00	7.396.369,30	-	1.523.546.225,70
6ª - PE	1.128.566.220,00	11.170.045,57	-	1.117.396.174,43
7ª - CE	600.697.198,00	9.291.792,72	-	591.405.405,28
8ª - PA e AP	833.461.506,00	5.599.412,28	-	827.862.093,72
9ª - PR	1.429.510.896,00	139.049,98	-	1.429.371.846,02
10ª - DF e TO	835.254.270,00	99.852,20	-	835.154.417,80
11ª - AM e RR	649.946.271,00	20.683.207,49	-	629.263.063,51
12ª - SC	1.055.728.076,00	12.695.127,32	-	1.043.032.948,68
13ª - PB	597.532.688,00	3.620.505,35	-	593.912.182,65
14ª - RO e AC	477.210.471,00	1.940.747,42	-	475.269.722,78
15ª - Campinas/SP	2.297.500.668,00	3.707.259,53	-	2.293.793.408,47
16ª - MA	326.212.643,00	5.352.850,48	-	320.859.792,52
17ª - ES	433.250.549,00	1.037.856,74	-	432.212.692,26
18ª - GO	752.606.537,00	311.250,35	-	752.295.286,65
19ª - AL	323.121.987,00	1.713.737,25	-	321.408.249,75
20ª - SE	253.788.268,00	928.967,02	-	252.859.300,98
21ª - RN	404.565.202,00	106.912,63	-	404.458.289,37
22ª - PI	222.975.989,00	650.207,13	-	222.325.781,87
23ª - MT	451.194.411,00	1.511.587,11	-	449.682.823,89
24ª - MS	346.234.225,00	587.537,88	-	345.646.687,12
Total	27.619.110.264,00	164.413.323,96	-	27.454.696.939,24

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

NOTAS:

1. Para efeitos dos dados coletados no SIAFI, entenda-se Orçamento como Dotação Atualizada, Saldo Final como Crédito Disponível e Despesa como Despesas Empenhadas.
2. Foram desconsideradas dos valores acima as ações relativas a precatórios e requisições de Pequeno valor.
3. Sinal convencional utilizado: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 4.3.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho. 2024 .



4.4. ARRECADAÇÃO

Tabela 4.4.1. Arrecadação na Justiça do Trabalho. 2024.

TST/Região Judiciária	Arrecadação				Total
	Custas/Emolumentos	Previdência	Imposto de Renda	Multas	
TST	R\$ 3.192.872,49				R\$ 3.192.872,49
1ª – RJ	R\$ 40.084.368,64	505.066.983,14	162.164.846,88	3.718.254,87	R\$ 711.034.453,53
2ª – SP	R\$ 45.511.593,75	394.721.916,91	91.099.638,69	957.721,55	R\$ 532.290.870,90
3ª – MG	R\$ 51.578.590,88	735.429.814,36	156.786.581,13	1.702.719,72	R\$ 945.497.706,09
4ª – RS	R\$ 80.367.975,96	588.122.757,76	155.425.889,52	48.662,64	R\$ 823.965.285,88
5ª – BA	R\$ 59.665.250,22	354.089.406,13	85.934.439,97	236.766,07	R\$ 499.925.862,39
6ª – PE	R\$ 32.849.371,44	173.840.261,37	18.086.558,54	100.733,84	R\$ 224.876.925,19
7ª – CE	R\$ 20.093.093,94	86.074.977,49	13.432.561,52	147.237,03	R\$ 119.747.869,98
8ª – PA e AP	R\$ 11.770.735,89	84.189.412,81	14.764.582,49	272.827,74	R\$ 110.997.558,93
9ª – PR	R\$ 56.767.084,33	509.591.617,96	95.983.045,69	704.879,78	R\$ 663.046.627,76
10ª – DF e TO	R\$ 20.788.760,34	162.757.825,35	56.316.363,30	1.163.425,51	R\$ 241.026.374,50
11ª – AM e RR	R\$ 4.248.940,34	35.101.054,26	7.044.368,88	57.504,92	R\$ 46.451.868,40
12ª – SC	R\$ 23.448.238,01	134.028.750,53	20.529.395,10	628.360,54	R\$ 178.634.744,18
13ª – PB	R\$ 9.557.686,52	64.160.227,47	7.715.647,62	232.042,05	R\$ 81.665.603,66
14ª – RO e AC	R\$ 5.428.279,93	41.557.530,31	5.574.160,81	127.739,88	R\$ 52.687.710,93
15ª – Campinas/SP	R\$ 55.571.230,43	663.820.996,20	86.468.105,49	627.564,87	R\$ 806.487.896,99
16ª – MA	R\$ 3.521.777,05	25.611.221,71	2.715.024,60	116.512,15	R\$ 31.964.535,51
17ª – ES	R\$ 14.186.459,03	121.094.349,84	23.191.774,03	64.511,38	R\$ 158.537.094,28
18ª – GO	R\$ 19.904.343,01	81.957.705,30	13.115.944,71	320.077,50	R\$ 115.298.070,52
19ª – AL	R\$ 3.090.911,93	21.300.771,32	2.127.846,96	414.100,78	R\$ 26.933.630,99
20ª – SE	R\$ 3.019.574,70	33.431.405,87	6.830.527,52	289,60	R\$ 43.281.797,69
21ª – RN	R\$ 5.884.720,21	35.696.345,51	4.202.655,01	1.107.245,15	R\$ 46.890.965,88
22ª – PI	R\$ 2.231.021,41	22.956.643,05	4.081.481,72	2.136.576,89	R\$ 31.405.723,07
23ª – MT	R\$ 9.734.739,86	68.510.901,26	6.338.071,68	89.500,89	R\$ 84.673.213,69
24ª – MS	R\$ 8.583.336,36	60.119.028,49	10.005.623,88	66.149,27	R\$ 78.774.138,00
Pais	591.080.956,67	5.003.231.904,40	1.049.935.135,74	15.041.404,62	6.659.289.401,43

Figura 4.4.1. Arrecadação na Justiça do Trabalho. 2024.



A arrecadação na Justiça do Trabalho totalizou R\$ 6.659.289.401,43 em 2024, um aumento de 7,6% em relação ao ano anterior.

A arrecadação de custas e emolumentos aumentou 6,8%; a da Previdência, 9,1%, a de Imposto de Renda reduziu 0,2%.

4.5. LITIGIOSIDADE

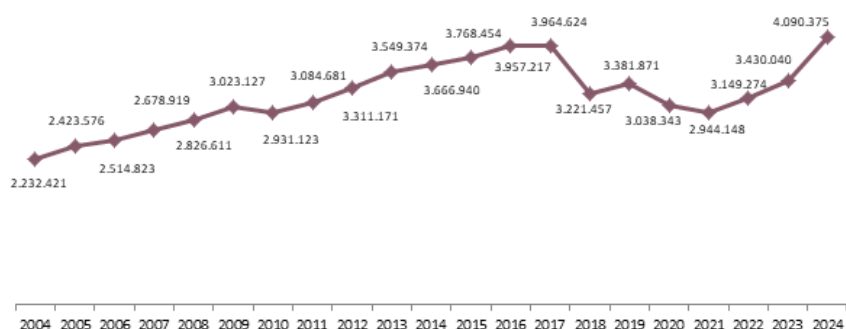
4.5.1. PROCESSOS RECEBIDOS

Tabela 4.5.1.1. Processos recebidos na Justiça do Trabalho. 2024.

TST/Região Judiciária	Recebidos		
	TST/TRT	VT	Total
TST	575.437		575.437
1ª – RJ	160.864	192.806	353.670
2ª – SP	299.193	412.898	712.091
3ª – MG	129.401	204.224	333.625
4ª – RS	103.984	134.693	238.677
5ª – BA	76.511	86.963	163.474
6ª – PE	43.448	79.644	123.092
7ª – CE	31.988	51.485	83.473
8ª – PA e AP	27.748	61.874	89.622
9ª – PR	71.064	119.454	190.518
10ª – DF e TO	28.489	46.101	74.590
11ª – AM e RR	15.258	38.548	53.806
12ª – SC	37.750	86.420	124.170
13ª – PB	25.216	31.954	57.170
14ª – RO e AC	11.631	19.249	30.880
15ª – Campinas/SP	173.559	293.531	467.090
16ª – MA	12.647	28.603	41.250
17ª – ES	29.721	30.931	60.652
18ª – GO	31.046	78.795	109.841
19ª – AL	9.359	18.422	27.781
20ª – SE	12.041	16.645	28.686
21ª – RN	11.819	22.063	33.882
22ª – PI	8.521	16.368	24.889
23ª – MT	15.372	36.356	51.728
24ª – MS	12.108	28.173	40.281
Total	1.954.175	2.136.200	4.090.375

Os processos recebidos pela Justiça do Trabalho totalizaram 4.090.375, um aumento de 19,3% em relação ao ano anterior. Nos últimos 20 anos, exceto no período de 2018 a 2021, foram verificados aumentos consecutivos nessa variável.

Figura 4.5.1.1. Processos recebidos na Justiça do Trabalho. 2004/2024.



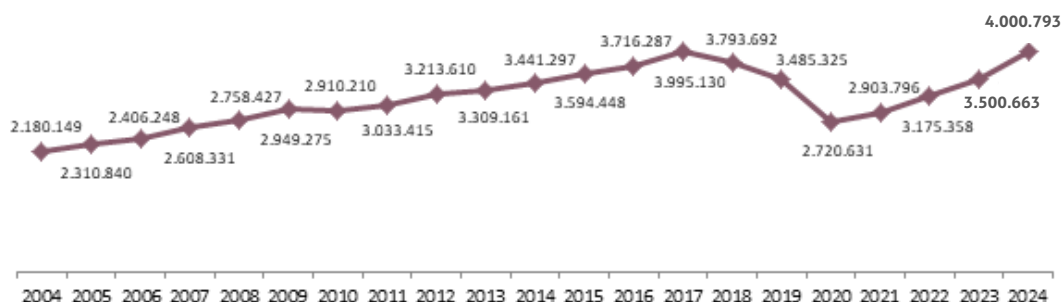
4.5.2. PROCESSOS JULGADOS

Tabela 4.5.2.1. Processos Julgados. 2024.

TST/Região Judiciária	Julgados		
	TST/TRT	VT	TST/TRT
TST	513.934		513.934
1ª - RJ	145.838	213.054	358.892
2ª - SP	309.959	429.837	739.796
3ª - MG	124.603	199.828	324.431
4ª - RS	99.766	130.949	230.715
5ª - BA	72.243	90.294	162.537
6ª - PE	41.274	82.979	124.253
7ª - CE	29.739	51.180	80.919
8ª - PA e AP	25.980	58.793	84.773
9ª - PR	68.367	117.397	185.764
10ª - DF e TO	25.367	45.862	71.229
11ª - AM e RR	13.930	37.273	51.203
12ª - SC	37.271	80.283	117.554
13ª - PB	24.399	31.973	56.372
14ª - RO e AC	11.366	19.410	30.776
15ª - Campinas/SP	180.416	281.022	461.438
16ª - MA	14.055	27.353	41.408
17ª - ES	26.579	30.286	56.865
18ª - GO	31.647	76.272	107.919
19ª - AL	8.752	19.302	28.054
20ª - SE	11.576	16.469	28.045
21ª - RN	11.404	21.273	32.677
22ª - PI	8.484	15.566	24.050
23ª - MT	14.646	35.609	50.255
24ª - MS	11.638	25.296	36.934
Total	1.863.233	2.137.560	4.000.793

Os processos julgados pela Justiça do Trabalho totalizaram 4.000.793, um aumento de 14,3% em relação ao ano anterior. Nos últimos 20 anos, exceto nos anos de 2018 a 2020, foram verificados aumentos consecutivos nessa variável; a partir de 2023, esse quantitativo voltou a crescer.

Figura 4.5.2.1.Série histórica de Julgados. 2004/2024.

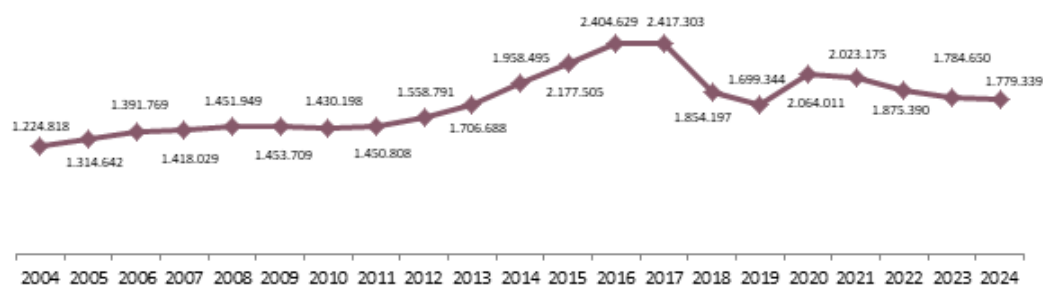


4.5.3. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO

Tabela 4.5.3.1. Pendentes de Julgamento. 2024.

TST/Região Judiciária	Pendientes de Julgamento		
	TST/TRT	VT	Total
TST	420.029		420.029
1ª - RJ	69.814	134.796	204.610
2ª - SP	87.849	143.848	231.697
3ª - MG	15.399	71.481	86.880
4ª - RS	29.567	111.674	141.241
5ª - BA	23.986	46.242	70.228
6ª - PE	6.712	29.071	35.783
7ª - CE	10.935	15.941	26.876
8ª - PA e AP	3.608	16.145	19.753
9ª - PR	15.599	51.201	66.800
10ª - DF e TO	9.521	19.962	29.483
11ª - AM e RR	4.641	10.689	15.330
12ª - SC	6.902	43.468	50.370
13ª - PB	1.971	5.925	7.896
14ª - RO e AC	1.263	2.788	4.051
15ª - Campinas/SP	41.323	206.340	247.663
16ª - MA	4.686	10.360	15.046
17ª - ES	5.714	13.896	19.610
18ª - GO	4.222	23.531	27.753
19ª - AL	1.712	5.687	7.399
20ª - SE	1.956	6.307	8.263
21ª - RN	1.616	5.400	7.016
22ª - PI	1.225	5.933	7.158
23ª - MT	2.616	11.140	13.756
24ª - MS	3.219	11.429	14.648
Total	776.085	1.003.254	1.779.339

Figura 4.5.3.1. Série histórica de pendentes de julgamento. 2004/2024.



4.5.4. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Tabela 4.5.4.1. Quadro resumo da Movimentação Processual. 2024.

Movimentação processual - conhecimento	Movimentação processual - conhecimento		
	Recebidos	Julgados	Pendentes de Julgamento
TST	575.437	513.934	420.029
1ª - RJ	353.670	358.892	204.610
2ª - SP	712.091	739.796	231.697
3ª - MG	333.625	324.431	86.880
4ª - RS	238.677	230.715	141.241
5ª - BA	163.474	162.537	70.228
6ª - PE	123.092	124.253	35.783
7ª - CE	83.473	80.919	26.876
8ª - PA e AP	89.622	84.773	19.753
9ª - PR	190.518	185.764	66.800
10ª - DF e TO	74.590	71.229	29.483
11ª - AM e RR	53.806	51.203	15.330
12ª - SC	124.170	117.554	50.370
13ª - PB	57.170	56.372	7.896
14ª - RO e AC	30.880	30.776	4.051
15ª - Campinas/SP	467.090	461.438	247.663
16ª - MA	41.250	41.408	15.046
17ª - ES	60.652	56.865	19.610
18ª - GO	109.841	107.919	27.753
19ª - AL	27.781	28.054	7.399
20ª - SE	28.686	28.045	8.263
21ª - RN	33.882	32.677	7.016
22ª - PI	24.889	24.050	7.158
23ª - MT	51.728	50.255	13.756
24ª - MS	40.281	36.934	14.648
Total	4.090.375	4.000.793	1.779.339

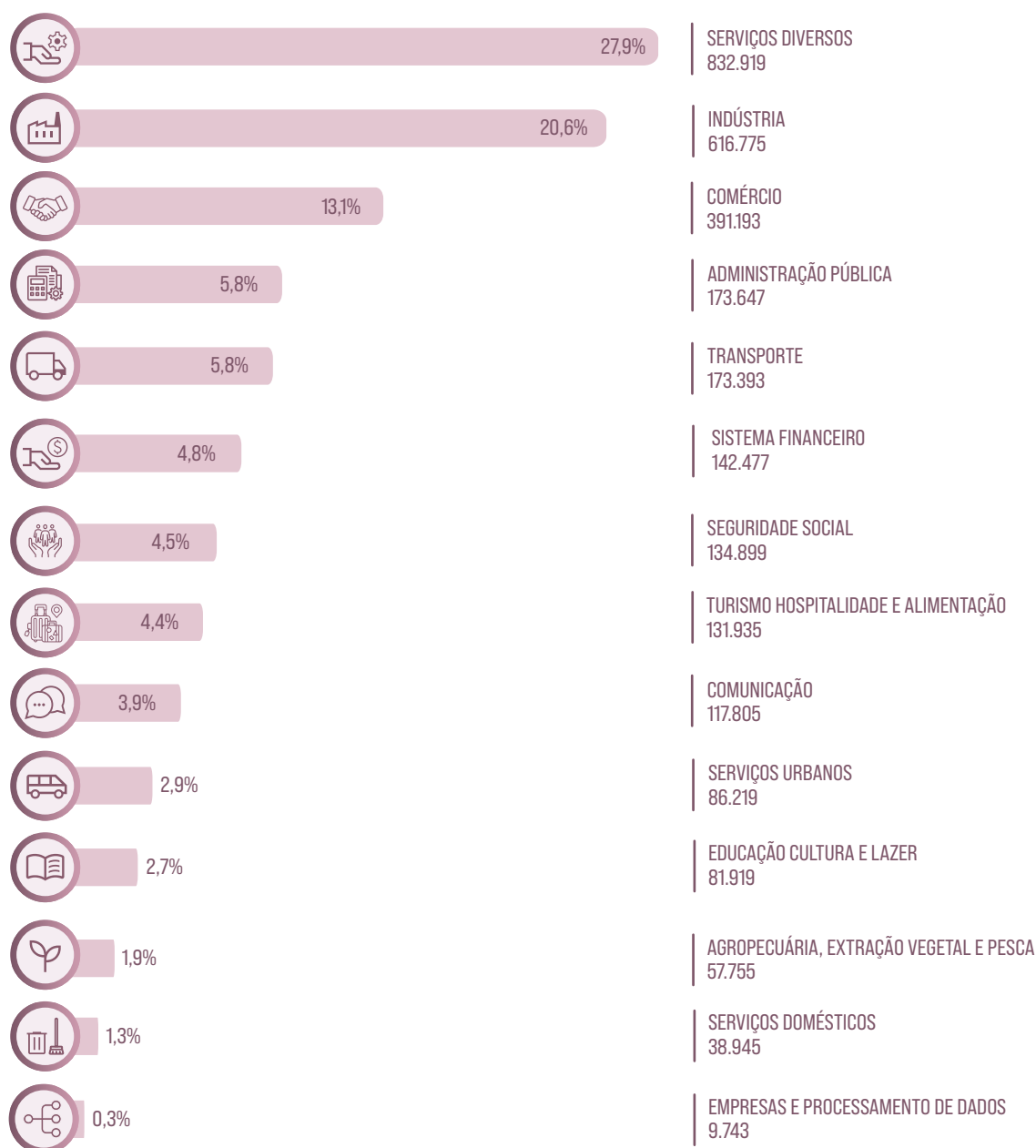
Figura 4.5.4.1. Movimentação processual. 2024.



4.5.5. CASOS NOVOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

As atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos foram Serviços Diversos (27,9%), Indústria (20,6%) e Comércio (13,1%).

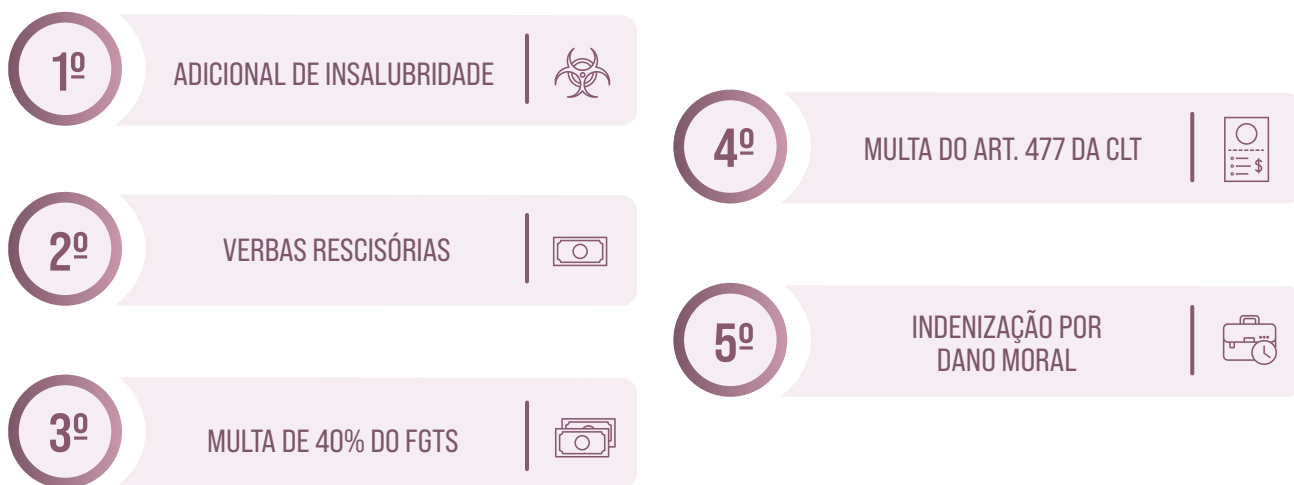
Figura 4.5.5.1. Casos Novos por Atividade Econômica. 2024.



Nota: "Serviços diversos" descreve empresas que oferecem uma ampla gama de serviços, em vez de se especializarem em apenas uma área. Isso significa que elas podem atuar em setores variados, como limpeza, manutenção, consultoria ou tecnologia.

4.5.6. ASSUNTOS MAIS RECORRENTES

Figura 4.5.6.1. Assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho. 2024.

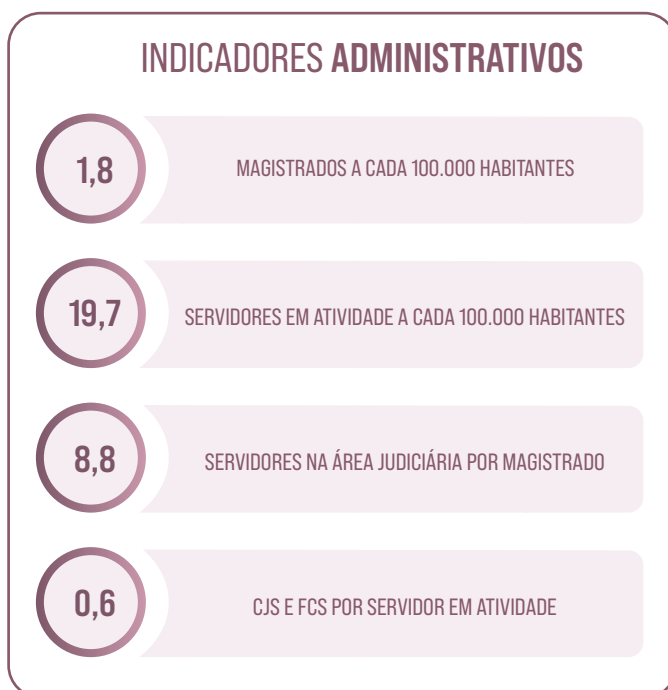


Na Justiça do Trabalho, os assuntos mais recorrentes foram Adicional de Insalubridade, Verbas Rescisórias, Multa de 40% do FGTS, Multa do Art. 477 da CLT e Indenização por dano moral.

4.6. INDICADORES ESTATÍSTICOS

4.6.1. INDICADORES ADMINISTRATIVOS

Figura 4.6.1.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos administrativos. 2024.



4.6.2. INDICADORES DE LITIGIOSIDADE

Figura 4.6.2.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024.

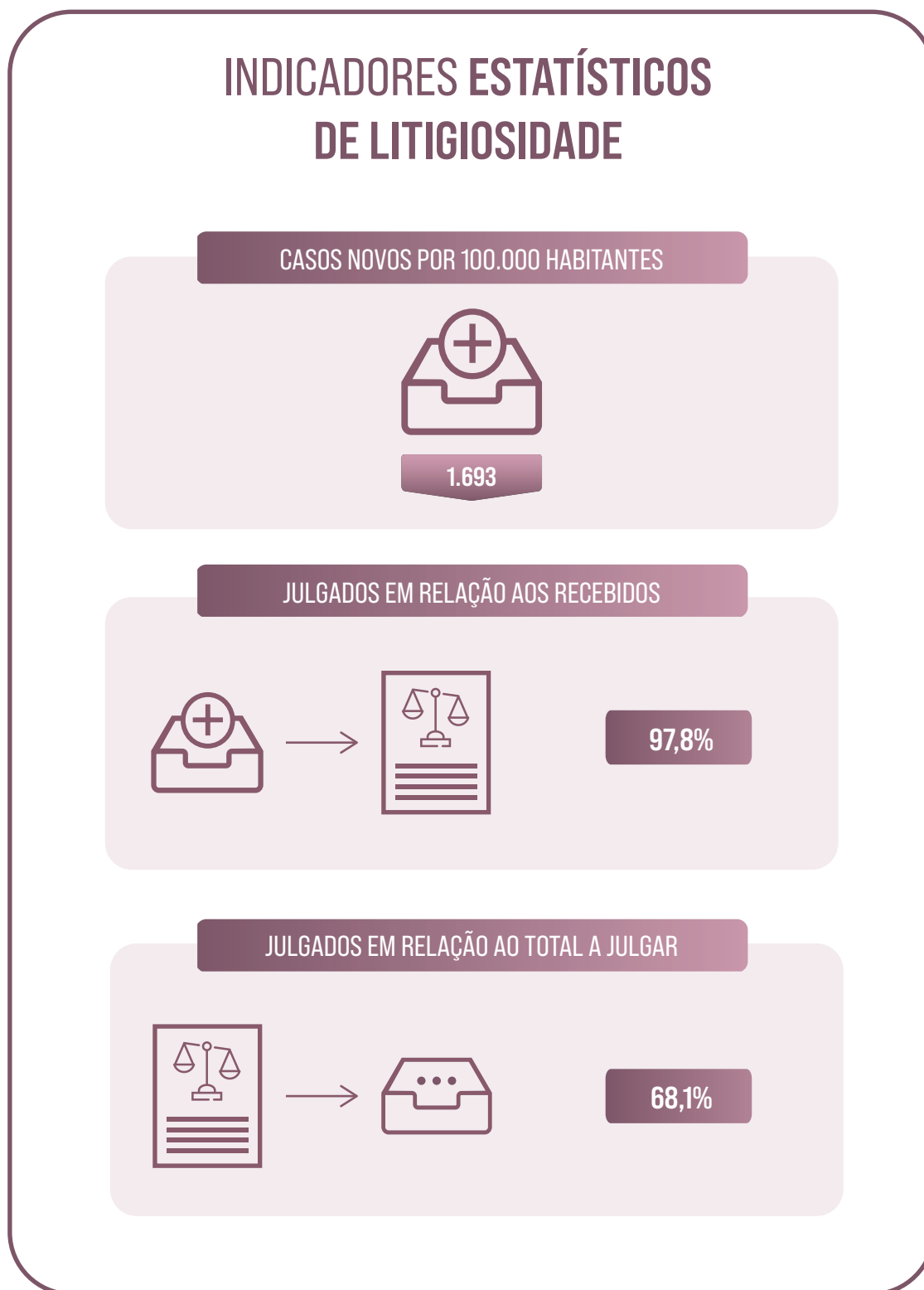


Figura 4.6.2.2. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024.

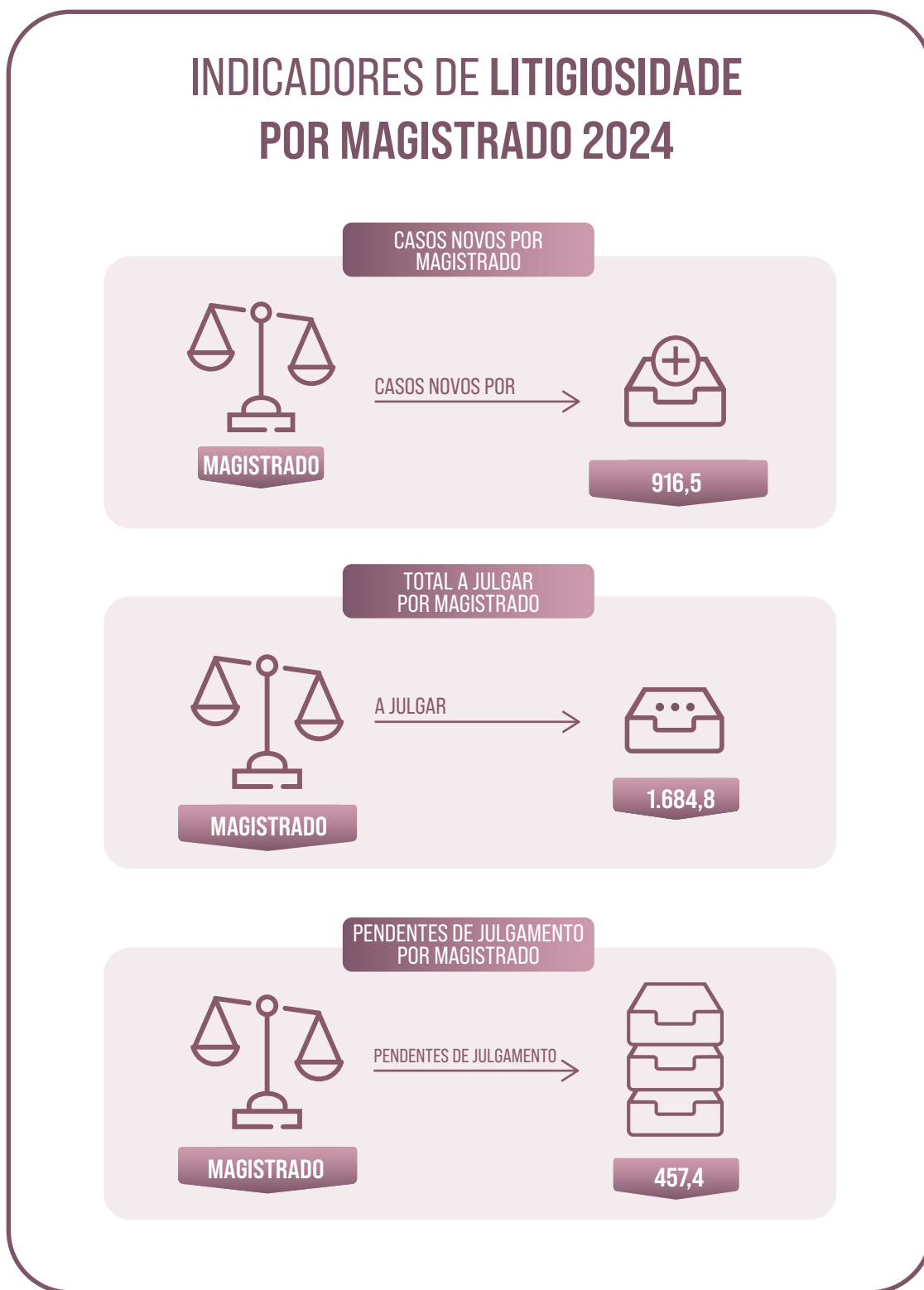
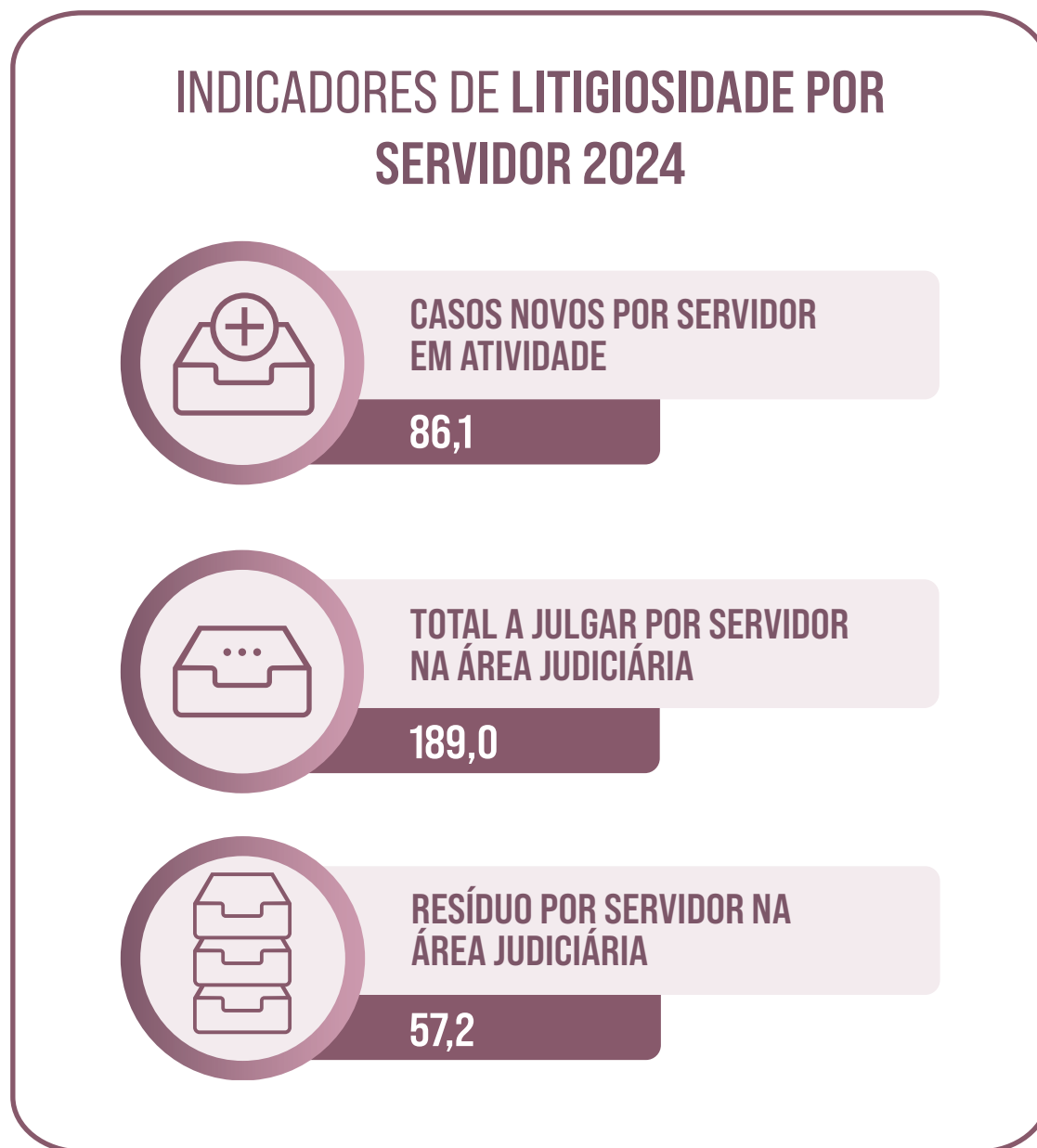


Figura 4.6.2.3. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024.



Justiça do Trabalho



METODOLOGIA DO CÁLCULO DOS INDICADORES ESTATÍSTICOS

1. Habitantes por Órgão Julgador da Justiça do Trabalho

1.1. Nos TRTs: Habitantes por TRT (HabTRT)

Fórmula: $\text{HabTRT} = \text{Habitantes}$

Variável: Habitantes: População do País em cada Região Judiciária Trabalhista obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

1.2. Nas VTs: Habitantes por VT (HabVT)

Fórmula: $\text{HabVT} = (\text{Habitantes} / \text{Varas do Trabalho existentes})$

Variáveis: Habitantes: População do País em cada Região Judiciária Trabalhista obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

Varas do Trabalho: Número de Varas do Trabalho existentes em 31/12/2024.

2. Magistrados por 100.000 Habitantes (MagHab)

Fórmula: $\text{MagHab} = (\text{Magistrados} / \text{Habitantes}) \times 100.000$

Variáveis: Magistrados: Cargos de magistrado nas 3 instâncias em 31/12/2024.

Habitantes: População do País obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

2.1. No TST: Ministros por 100.000 Habitantes (MinHab)

Fórmula: $\text{MinHab} = (\text{Ministros} / \text{Habitantes}) \times 100.000$

Variáveis: Ministros: Cargos existentes de Ministro do TST em 31/12/2024.

Habitantes: População do País obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

2.2. Nos TRTs: Desembargadores a cada 100.000 Habitantes (DmbHab)

Fórmula: $\text{DmbHab} = (\text{Desembargadores} / \text{Habitantes}) \times 100.000$

Variáveis: Desembargadores: Cargos existentes de Desembargador nos Tribunais Regionais do Trabalho em 31/12/2024.

Habitantes: População do País em cada Região Judiciária Trabalhista obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

2.3. Nas VTs: Magistrados a cada 100.000 Habitantes (JzHab)

Fórmula: $\text{JzHab} = (\text{Magistrados} / \text{Habitantes}) \times 100.000$

Variáveis: Magistrados: Cargos providos de Juizes Titulares e Substitutos nas Varas do Trabalho em 31/12/2024.

Habitantes: População do País em cada Região Judiciária Trabalhista obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

3. Servidores em Atividade a cada 100.000 Habitantes (SrvHab)

Fórmula: $\text{SrvHab} = (\text{Servidores em Atividade} / \text{Habitantes}) \times 100.000$

Variáveis: Servidores em Atividade: Servidores em atividade nas 3 instâncias da JT em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão. Incluem aqueles que atuam nas áreas judiciária e administrativa

Habitantes: População do País obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

3.1. No TST: Servidores em Atividade a cada 100.000 Habitantes (SrvHabTST)

Fórmula: $SrvHabTST = (Servidores \text{ em Atividade no TST} / Habitantes) \times 100.000$

Variáveis: Servidores em Atividade no TST: Servidores no TST em 31/12/2024, ocupantes de cargos de provimento efetivo ou removidos para o Tribunal, excluídos os servidores que saíram por cessão, requisição ou remoção. Incluem aqueles que atuam nas áreas judiciária e administrativa

Habitantes: População do País obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

3.2. Nos TRTs: Servidores a cada 100.000 Habitantes (SrvHabTRT)

Fórmula: $SrvHabTRT = (Servidores \text{ nos TRTs} / Habitantes) \times 100.000$

Variáveis: Servidores nos TRTs: Servidores lotados nos TRTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão. Incluem aqueles que atuam nas áreas judiciária e administrativa.

Habitantes: População do País em cada Região Judiciária Trabalhista obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

3.3. Nas VTs: Servidores a cada 100.000 Habitantes (SrvHabVT)

Fórmula: $SrvHabVT = (Servidores \text{ nas VTs} / Habitantes) \times 100.000$

Variáveis: Servidores nas VTs: Servidores em atividade na área judiciária nas VTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

Habitantes: População do País em cada Região Judiciária Trabalhista obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

4. Servidores na Área Judiciária por Magistrado (SrvAjMag)

Fórmula: $SrvAjMag = Servidores \text{ na Área Judiciária} / Magistrados$

Variáveis: Servidores na Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária das 3 instâncias em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

Magistrados: No TST e nos TRTs, cargos existentes; nas VTs, cargos providos em 31/12/2024.

4.1. No TST: Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado (SrvAjMagTST)

Fórmula: $SrvAjMagTST = \text{Servidores na Área Judiciária do TST} / \text{Magistrados}$

Variáveis: Servidores Área Judiciária do TST: Servidores em atividade na Área Judiciária do TST em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

Magistrados: Cargos existentes de Ministro do TST.

4.2. Nos TRTs: Servidores na Área Judiciária por Magistrado (SrvAjMagTRT)

Fórmula: $SrvAjMagTRT = \text{Servidores na Área Judiciária do TRT} / \text{Magistrados}$

Variáveis: Servidores Área Judiciária do TRT: Servidores em atividade na Área Judiciária dos TRTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

Magistrados: Cargos existentes de Desembargador dos TRTs.

5. Cargos de Juiz Substituto por Vara (JSExistVT)

Fórmula: $JSExistVT = (\text{Juizes Substitutos Existentes} / \text{Varas do Trabalho})$

Variáveis: Juizes Substitutos Existentes: Cargos de juiz substituto existentes no 1º Grau em 31/12/2024.

Varas do Trabalho: VTs existentes em 31/12/2024.

6. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas por Servidor em Atividade (CJFCSrv)

Fórmula: $CJFCSrv = (\text{CJs e FCs} / \text{Servidores em Atividade})$

Variáveis: CJs e FCs: Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas em 31/12/2024.

Servidores em atividade: Servidores em atividade em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

6.1. No TST: Cargos em Comissão e Funções Comissionadas por Servidor em Atividade (CJFCSrvTST)

Fórmula: $CJFCSrvTST = (CJs \text{ e } FCs \text{ no TST} / \text{Servidores em Atividade no TST})$

Variáveis: CJs e FCs no TST: Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas no TST em 31/12/2024.

Servidores em Atividade no TST: Servidores no TST em 31/12/2024, ocupantes de cargos de provimento efetivo ou removidos para o Tribunal, excluídos os servidores que saíram por cessão, requisição ou remoção. Incluem aqueles que atuam nas áreas judiciária e administrativa.

6.2. Nos TRTs: Cargos em Comissão e Funções Comissionadas por Servidor em Atividade (CJFCSrvTRT)

Fórmula: $CJFCSrvTRT = (CJs \text{ e } FCs \text{ nos TRTs} / \text{Servidores em Atividade nos TRTs})$

Variáveis: CJs e FCs nos TRTs: Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas nos TRTs em 31/12/2024.

Servidores nos TRTs: Servidores lotados nos TRTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão. Incluem aqueles que atuam nas áreas judiciária e administrativa.

6.3. Nas VTs: Cargos em Comissão e Funções Comissionadas por Servidor em Atividade (CJFCSrvVT)

Fórmula: $CJFCSrvVT = (CJs \text{ e } FCs \text{ nas VTs} / \text{Servidores em Atividade nas VTs})$

Variáveis: CJs e FCs nas VTs: Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas nas VTs em 31/12/2024.

Servidores em Atividade nas VTs: Servidores em atividade na área judiciária nas VTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

7. Casos Novos por 100.000 Habitantes (CNHab)

Fórmula: $CNHab = (\text{Casos Novos} / \text{Habitantes}) \times 100.000$

Variáveis: Casos Novos: São as ações recebidas por distribuição nas 3 instâncias. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Habitantes: População do País obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

7.1. No TST: Casos Novos por 100.000 habitantes no TST (CNHabtST)

Fórmula: $CNHabtST = (\text{Casos Novos no TST} / \text{População do País}) \times 100.000$

Variáveis: Casos Novos no TST: Ações Originárias e Recursos vindos dos TRTs recebidos por distribuição no TST. Não incluem recursos internos.

População do País: Estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

7.2. Nos TRTs: Casos Novos por 100.000 habitantes nos TRTs (CNHabtRT)

Fórmula: $CNHabtRT = (\text{Casos Novos nos TRTs} / \text{Habitantes}) \times 100.000$

Variáveis: Casos Novos nos TRTs: Ações Originárias e Recursos vindos das VTs recebidos por distribuição no TST. Não incluem recursos internos.

Habitantes: População do País em cada Região Judiciária Trabalhista obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

7.3. Nas VTs: Casos Novos por 100.000 habitantes nas VTs (CNHabtVT)

Fórmula: $CNHabtVT = (\text{Casos Novos nas VTs} / \text{Habitantes}) \times 100.000$

Variáveis: Casos Novos nas VTs: Processos distribuídos na Fase de Conhecimento para as Varas do Trabalho. Não incluem recursos internos nem processos recebidos por redistribuição.

Habitantes: População do País em cada Região Judiciária Trabalhista obtida a partir da estimativa da População Residente nos Municípios Brasileiros para 01/07/2024 (Fonte: IBGE).

8. Casos Novos por Magistrado (CNMag)

Fórmula: $CNMag = (\text{Casos Novos} / \text{Magistrado})$

Variáveis: Casos Novos: São as ações recebidas por distribuição nas 3 instâncias. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Magistrado: Cargos existentes de magistrado nas 3 instâncias em 31/12/2024.

8.1. No TST: Casos Novos por Magistrado no TST (CNMagTST)

Fórmula: $CNMagTST = (\text{Casos Novos no TST} / \text{Magistrados})$

Variáveis: Casos Novos no TST: Ações Originárias e Recursos vindos dos TRTs recebidos por distribuição no TST. Não incluem recursos internos.

Magistrados: Cargos existentes de Ministro em 31/12/2024.

8.2. Nos TRTs: Casos Novos por Magistrado nos TRTs (CNMagTRT)

Fórmula: $CNMagTRT = (\text{Casos Novos nos TRTs} / \text{Magistrados})$

Variáveis: Casos Novos nos TRTs: Ações Originárias e Recursos vindos das VTs recebidos por distribuição no TST. Não incluem recursos internos.

Magistrados: Cargos existentes de Desembargador em 31/12/2024.

8.3. Nas VTs: Casos Novos por Magistrado nas VTs (CNMagVT)

Fórmula: $CNMagVT = (\text{Casos Novos nas VTs} / \text{Magistrados})$

Variáveis: Casos Novos nas VTs: Processos distribuídos na Fase de Conhecimento para as Varas do Trabalho. Não incluem recursos internos nem processos recebidos por redistribuição.

Magistrados: Cargos existentes de Juiz de 1ª Grau em 31/12/2024.

9. Casos Novos por Servidor (CNSrv)

Fórmula: $CNSrv = (\text{Casos Novos} / \text{Servidor})$

Variáveis: Casos Novos: São as ações recebidas por distribuição nas 3 instâncias. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Servidor: Servidores em atividade nas 3 instâncias em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

9.1. No TST: Casos Novos por Servidor no TST (CNSrvTST)

Fórmula: $CNSrvTST = (\text{Casos Novos no TST} / \text{Servidores na área judiciária no TST})$

Variáveis: Casos Novos no TST: Ações Originárias e Recursos vindos dos TRTs recebidos por distribuição no TST. Não incluem recursos internos.

Servidores na área judiciária do TST: Servidores em atividade na Área Judiciária do TST em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

9.2. Nos TRTs: Casos Novos por Servidor nos TRTs (CNSrvTRT)

Fórmula: $CNSrvTRT = (\text{Casos Novos nos TRTs} / \text{Servidores na área judiciária nos TRTs})$

Variáveis: Casos Novos nos TRTs: Ações Originárias e Recursos vindos das VTs recebidos por distribuição no TST. Não incluem recursos internos.

Servidores Área Judiciária do TRT: Servidores em atividade na Área Judiciária dos TRTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

9.3. Nas VTs: Casos Novos por Servidor nas VTs (CNSrvVT)

Fórmula: $CNSrvVT = (\text{Casos Novos nas VTs} / \text{Servidores na área judiciária na 1ª instância})$

Variáveis: Casos Novos nas VTs: Processos distribuídos na Fase de Conhecimento para as Varas do Trabalho. Não incluem recursos internos nem processos recebidos por redistribuição.

Servidores na área judiciária na 1ª instância: Servidores em atividade na área judiciária nas VTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

10. Julgados em relação aos recebidos (JulgRec)

Fórmula: $JulgRec = (\text{Julgados} / \text{Recebidos}) \times 100$

Variáveis: Julgados: Processos julgados nas 3 instâncias por decisão colegiada ou monocrática. Na primeira instância, não estão incluídas as declarações de incompetência nem os acolhimentos de exceções de incompetência, tampouco os julgamentos de recursos internos.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento nas 3 instâncias e recursos internos recebidos no TST e nos TRTs. Não estão incluídos os Recursos Internos recebidos na primeira instância. Inclui as Reclamações pré-processuais convertidas em Homologação de Transação Extrajudicial.

10.1. No TST: Julgados em relação aos recebidos no TST (JulgRecTST)

Fórmula: $\text{JulgRecTST} = (\text{Julgados} / \text{Recebidos}) \times 100$

Variáveis: Julgados: Processos julgados no TST por decisão colegiada ou monocrática. Inclui o julgamento de recursos internos e de processos recebidos para novo julgamento.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

10.2. Nos TRTs: Julgados em relação aos recebidos nos TRTs (JulgRecTRT)

Fórmula: $\text{JulgRecTRT} = (\text{Julgados} / \text{Recebidos}) \times 100$

Variáveis: Julgados: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática. Inclui o julgamento de recursos internos e de processos recebidos para novo julgamento.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

10.3. Nas VTs: Julgados em relação aos recebidos nas VTs (JulgRecVT)

Fórmula: $\text{JulgRecVT} = (\text{Julgados} / \text{Recebidos}) \times 100$

Variáveis: Julgados: Inclui acordos homologados, julgados procedente, procedente em parte ou improcedentes, processos extintos com ou sem o exame do mérito, arquivamentos e desistências. Não inclui o julgamento de recursos internos.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos com sentença anulada, reformada ou revogada e reclamações pré-processuais convertidas em Homologação de Transação Extrajudicial.

11. Julgados em relação ao Total a Julgar (JulgTotJ)

Fórmula: $\text{JulgTotJ} = (\text{Julgados} / (\text{Pendente de Julgamento} + \text{Recebidos})) \times 100$

Variáveis: Julgados: Processos julgados nas 3 instâncias por decisão colegiada ou monocrática. Na primeira instância, não estão incluídas as declarações de incompetência nem os acolhimentos de exceções de incompetência, tampouco os julgamentos de recursos internos.

Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas 3 instâncias em 31/12/2023. Inclui recursos internos pendentes no TST e nos TRTs.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento nas 3 instâncias e recursos internos recebidos no TST e nos TRTs. Não estão incluídos os Recursos Internos recebidos na primeira instância. Inclui as Reclamações pré-processuais convertidas em Homologação de Transação Extrajudicial.

11.1. No TST: Julgados em relação ao Total a Julgar no TST (JulgTotJTST)

Fórmula: $\text{JulgTotJTST} = (\text{Julgados} / (\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos})) \times 100$

Variáveis: Julgados: Processos julgados no TST por decisão colegiada ou monocrática. Inclui o julgamento de recursos internos e de processos recebidos para novo julgamento.

Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento no TST em 31/12/2023. Inclui recursos internos pendentes.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

11.2. Nos TRTs: Julgados em relação ao Total a Julgar nos TRTs (JulgRecTRT)

Fórmula: $\text{JulgTotUTRT} = (\text{Julgados} / (\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos})) \times 100$

Variáveis: Julgados: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática. Inclui o julgamento de recursos internos e de processos recebidos para novo julgamento.

Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nos TRTs em 31/12/2023. Inclui os recursos internos.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

11.3. Nas VTs: Julgados em relação ao Total a Julgar nas VTs (JulgTotIVT)

Fórmula: $\text{JulgTotIVT} = (\text{Julgados} / (\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos})) \times 100$

Variáveis: Julgados: Inclui acordos homologados, julgados procedente, procedente em parte ou improcedentes, processos extintos com ou sem o exame do mérito, arquivamentos e desistências. Não inclui o julgamento de recursos internos.

Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas Varas do Trabalho em 31/12/2023. Incluem os processos na Fase de Conhecimento que aguardam a primeira sessão de audiência ou procedimento diverso, os que já tiveram a primeira audiência realizada e aguardam o encerramento da instrução e os que estão conclusos aguardando a prolação da sentença.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos com sentença anulada, reformada ou revogada e reclamações pré-processuais convertidas em Homologação de Transação Extrajudicial.

12. Total a Julgar por Magistrado (TotJMag)

Fórmula: $\text{TotJMag} = ((\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos}) / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas 3 instâncias em 31/12/2023. Inclui recursos internos pendentes no TST e nos TRTs.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento nas 3 instâncias e recursos internos recebidos no TST e nos TRTs. Não estão incluídos os Recursos Internos recebidos na primeira instância. Inclui as Reclamações pré-processuais convertidas em Homologação de Transação Extrajudicial.

Magistrados: Cargos providos de Magistrado nas 3 instâncias em 31/12/2024.

12.1. No TST: Total a Julgar por Magistrado no TST (TotJMagTST)

Fórmula: $\text{TotJMagTST} = ((\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos}) / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento no TST em 31/12/2023. Inclui recursos internos pendentes.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

Magistrados: Cargos providos de Ministro em 31/12/2024.

12.2. Nos TRTs: Total a Julgar por Magistrado nos TRTs (TotJMagTRT)

Fórmula: $\text{TotJMagTRT} = ((\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos}) / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nos TRTs em 31/12/2023. Inclui os recursos internos.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

Magistrados: Cargos providos de Desembargador em 31/12/2024.

12.3. Nas VTs: Total a Julgar por Magistrado nas VTs (TotiMagVT)

Fórmula: $\text{TotiMagVT} = ((\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos}) / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas Varas do Trabalho em 31/12/2023. Incluem os processos na Fase de Conhecimento que aguardam a primeira sessão de audiência ou procedimento diverso, os que já tiveram a primeira audiência realizada e aguardam o encerramento da instrução e os que estão conclusos aguardando a prolação da sentença.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos com sentença anulada, reformada ou revogada e reclamações pré-processuais convertidas em Homologação de Transação Extrajudicial.

Magistrados: Cargos providos de Juiz de 1ª instância em 31/12/2024.

13. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária (TotiSrvA)

Fórmula: $\text{TotiSrvA} = ((\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos}) / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas 3 instâncias em 31/12/2023. Inclui recursos internos pendentes no TST e nos TRTs.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento nas 3 instâncias e recursos internos recebidos no TST e nos TRTs. Não estão incluídos os Recursos Internos recebidos na primeira instância. Inclui as Reclamações pré-processuais convertidas em Homologação de Transação Extrajudicial.

Servidores na Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária das 3 instâncias em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

13.1. No TST: Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária no TST (TotiSrvA|TST)

Fórmula: $\text{TotiSrvA|TST} = ((\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos}) / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento no TST em 31/12/2023. Inclui recursos internos pendentes.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

Servidor: Servidores em atividade na Área Judiciária do TST em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

13.2. Nos TRTs: Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária nos TRTs (TotiSrvA|TRT)

Fórmula: $\text{TotiSrvA|TRT} = ((\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos}) / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nos TRTs em 31/12/2023. Inclui os recursos internos.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

Servidor: Servidores em atividade na Área Judiciária dos TRTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

13.3. Nas VTs: Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária nas VTs (TotiSrvA|VT)

Fórmula: $\text{TotiSrvA|VT} = ((\text{Pendentes de Julgamento} + \text{Recebidos}) / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas Varas do Trabalho em 31/12/2023. Incluem os processos na Fase de Conhecimento que aguardam a primeira sessão de audiência ou procedimento diverso, os que já tiveram a primeira audiência realizada e aguardam o encerramento da instrução e os que estão conclusos aguardando a prolação da sentença.

Recebidos: Casos novos, processos recebidos com sentença anulada, reformada ou revogada e reclamações pré-processuais convertidas em Homologação de Transação Extrajudicial.

Servidores em Atividade nas VTs: Servidores em atividade na área judiciária nas VTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

14. Resíduo por Magistrado (ResMag)

Fórmula: $\text{ResMag} = (\text{Pendentes de Julgamento} / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas 3 instâncias em 31/12/2024. Inclui recursos internos pendentes no TST e nos TRTs.

Magistrados: Cargos providos de Magistrado nas 3 instâncias em 31/12/2024.

14.1. No TST: Resíduo por Magistrado no TST (ResMagTST)

Fórmula: $\text{ResMagTST} = (\text{Pendentes de Julgamento} / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento no TST em 31/12/2024. Inclui recursos internos pendentes.

Magistrados: Cargos providos de Ministro em 31/12/2024.

14.2. Nos TRTs: Resíduo por Magistrado nos TRTs (ResMagTRT)

Fórmula: $\text{ResMagTRT} = (\text{Pendentes de Julgamento} / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nos TRTs em 31/12/2024. Inclui os recursos internos.

Magistrados: Cargos providos de Desembargador em 31/12/2024.

14.3. Nas VTs: Resíduo por Magistrado nas VTs (ResMagVT)

Fórmula: $\text{ResMagVT} = (\text{Pendentes de Julgamento} / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas Varas do Trabalho em 31/12/2024. Incluem os processos na Fase de Conhecimento que aguardam a primeira sessão de audiência ou procedimento diverso, os que já tiveram a primeira audiência realizada e aguardam o encerramento da instrução e os que estão conclusos aguardando a prolação da sentença.

Magistrados: Cargos providos de Juiz de 1ª instância em 31/12/2024.

15. Resíduo por Servidor (ResSrv)

Fórmula: $\text{ResSrv} = (\text{Pendentes de Julgamento} / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas 3 instâncias em 31/12/2024. Inclui recursos internos pendentes no TST e nos TRTs.

Servidores na Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária das 3 instâncias em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

15.1. No TST: Resíduo por Servidor no TST (ResSrvTST)

Fórmula: $\text{ResSrvTST} = (\text{Pendentes de Julgamento} / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento no TST em 31/12/2024. Inclui recursos internos pendentes.

Servidor: Servidores em atividade na Área Judiciária do TST em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

15.2. Nos TRTs: Resíduo por Servidor nos TRTs (ResSrvTRT)

Fórmula: $\text{ResSrvTRT} = (\text{Pendentes de Julgamento} / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nos TRTs em 31/12/2024. Inclui os recursos internos.

Servidor: Servidores em atividade na Área Judiciária dos TRTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

15.3. Nas VTs: Resíduo por Servidor nas VTs (ResSrvVT)

Fórmula: $\text{ResSrvVT} = (\text{Pendentes de Julgamento} / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento nas Varas do Trabalho em 31/12/2024. Incluem os processos na Fase de Conhecimento que aguardam a primeira sessão de audiência ou procedimento diverso, os que já tiveram a primeira audiência realizada e aguardam o encerramento da instrução e os que estão conclusos aguardando a prolação da sentença.

Servidores em Atividade nas VTs: Servidores em atividade na área judiciária nas VTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

16. Percentual de Conciliações no Rito Sumaríssimo (ConcRS)

Fórmula: $\text{ConcRS} = (\text{Conciliações em RS} / \text{Julgados em RS}) \times 100$

Variáveis: Conciliações em RS: Processos da classe “Ação Trabalhista – Rito Sumaríssimo” em que o resultado do julgamento no momento da sentença na Fase de Conhecimento foi o acordo total entre as partes na primeira instância.

Julgados em RS: Total de processos da classe “Ação Trabalhista – Rito Sumaríssimo” julgados na Fase de Conhecimento na primeira instância. Não estão incluídos os julgamentos por declaração de incompetência ou acolhimento da exceção de incompetência.

17. Percentual de Conciliações - exceto no Rito Sumaríssimo (ConcExtRS)

Fórmula: $\text{ConcExtRS} = (\text{Conciliações exceto em RS} / \text{Julgados exceto em RS}) \times 100$

Variáveis: Conciliações – exceto em RS: Total de Processos em que o resultado do julgamento no momento da sentença foi o acordo total entre as partes na primeira instância, excluídos os da classe “Ação Trabalhista – Rito Sumaríssimo”.

Julgados em RS: Total de processos julgados na primeira instância, excluídos os da classe “Ação Trabalhista – Rito Sumaríssimo”. Não estão incluídos os julgamentos por declaração de incompetência ou acolhimento da exceção de incompetência.

18. Total a Extinguir na Fase de Cumprimento de Sentença por Magistrado (TotExtCSMag)

Fórmula: $\text{TotExtCSMag} = ((\text{Pendentes de Extinção} + \text{iniciados em CS}) / \text{Magistrado})$

Variáveis: Pendentes de Extinção: Processos pendentes de extinção na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho em 31/12/2023.

Iniciados em CS: Processos que iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho. O início da fase pode ocorrer quando o processo ingressa na etapa de liquidação ou na de execução forçada.

Magistrados: Cargos de Juiz de 1º Grau providos em 31/12/2024.

19. Total a Extinguir na Fase de Cumprimento de Sentença por Servidor (TotExtCSSrv)

Fórmula: $\text{TotExtCSMag} = ((\text{Pendentes de Extinção} + \text{iniciados em CS}) / \text{Servidor})$

Variáveis: Pendentes de Extinção: Processos pendentes de extinção na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho em 31/12/2023.

Iniciados em CS: Processos que iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho. O início da fase pode ocorrer quando o processo ingressa na etapa de liquidação ou na de execução forçada.

Servidores em Atividade nas VTs: Servidores em atividade na área judiciária nas VTs em 31/12/2024, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

20. Extintos em relação ao Total a Extinguir na Fase de Cumprimento de Sentença (ExtTotEtCS)

Fórmula: $\text{ExtTotEtCS} = ((\text{Extintos em CS}) / (\text{Pendentes de Extinção} + \text{Iniciados em CS})) \times 100$

Variáveis: Extintos: Processos extintos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho.

Pendentes de Extinção: Processos pendentes de extinção na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho em 31/12/2023.

Iniciados em CS: Processos que iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho. O início da fase pode ocorrer quando o processo ingressa na etapa de liquidação ou na de execução forçada.

21. Extintos em relação aos Iniciados na Fase de Cumprimento de Sentença (ExtIniCS)

Fórmula: $\text{ExtIniCS} = (\text{Extintos em CS} / \text{Iniciados em CS}) \times 100$

Variáveis: Extintos: Processos extintos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho.

Iniciados em CS: Processos que iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial nas Varas do Trabalho. O início da fase pode ocorrer quando o processo ingressa na etapa de liquidação ou na de execução forçada.

22. Taxa de Reforma da Decisão RR (RefDecRR)

22.1. No TST: Taxa de Reforma da Decisão RR no TST (RefDecTST)

Fórmula: $\text{RefDecRTST} = (\text{RRs Providos} / \text{RRs Julgados}) \times 100$

Variáveis: RRs Providos: Total de RRs Providos no TST.

RRs Julgados: Total de RRs julgados no TST por decisão colegiada ou monocrática.

22.2. Nos TRTs: Taxa de Reforma da Decisão RR nos TRTs (RefDecTRT)

Fórmula: $\text{RefDecRRTRT} = (\text{RRs Providos} / \text{RRs Julgados}) \times 100$

Variáveis: RRs Providos: Total de RRs Providos nos TRTs.

RRs Julgados: Total de RRs julgados nos TRTs por decisão colegiada ou monocrática.

23. Taxa de Reforma da Decisão RO (RefDecRO)

Fórmula: $\text{RefDecRO} = (\text{ROs Providos} / \text{ROs Julgados}) \times 100$

Variáveis: ROs Providos: Total de ROs Providos pelo TRT.

ROs Julgados: Total de ROs julgados no TRT por decisão colegiada ou monocrática.

24. Taxa de Reforma da Decisão AIRR (RefDecAIRR)

Fórmula: $\text{RefDecAIRR} = (\text{AIRRs Providos} / \text{AIRRs Julgados}) \times 100$

Variáveis: AIRRs Providos: Total de AIRRs Providos no TST.

AIRRs Julgados: Total de AIRRs julgados no TST por decisão colegiada ou monocrática.

25. Taxa de Recorribilidade Interna (RInt)

No TST: Taxa de Recorribilidade Interna no TST (RIntTST)

Fórmula: $\text{RIntTST} = (\text{Recursos Internos Recebidos} / \text{Julgados}^*) \times 100$

Variáveis: Recursos Internos Recebidos: Agravos, Agravos Regimentais, Embargos de Declaração e Embargos Interpostos.

Julgados*: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática.

25.1. Nos TRTs: Taxa de Recorribilidade Interna nos TRTs (RIntTRT)

Fórmula: $\text{RIntTRT} = (\text{Recursos Internos Interpostos} / (\text{Acórdãos} + \text{Decisões Monocráticas})) \times 100$

Variáveis: Recursos Internos Interpostos: Agravos do art. 557 do CPC, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração interpostos.

Acórdãos: Acórdãos publicados, exceto recursos internos.

Decisões Monocráticas: Decisões Monocráticas publicadas, exceto recursos internos.

25.2. Nas VTs: Taxa de Recorribilidade Interna nas VTs (RIntVT)

Fórmula: $RIntVT = (\text{Recursos Internos Interpostos} / \text{Julgados}^*) \times 100$

Variáveis: Recursos Internos Interpostos: Embargos de Declaração Opostos nas Varas do Trabalho.

Julgados*: Inclui processos nas Varas do Trabalho que foram julgados procedente, procedente em parte ou improcedentes, processos extintos com ou sem o exame do mérito. Não inclui o julgamento de recursos internos e nem de processos em que a solução do feito decorreu de acordo, arquivamento ou desistência.

26. Taxa de Recorribilidade Externa (RExt)

26.1. Nas VTs: Taxa de Recorribilidade Externa no TST (RExtTST)

Fórmula: $RExtTST = (\text{Recursos Extraordinários Recebidos} / \text{Julgados}^*) \times 100$

Variáveis: Recursos Extraordinários Recebidos: Total de petições de Recursos Extraordinários recebidos no TST.

Julgados*: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática sem Recurso Interno e sem Agravo de Instrumento Provido.

26.2. Nos TRTs: Taxa de Recorribilidade Externa nos TRTs (RExtTRT)

Fórmula: $RExtTRT = (\text{Recursos de Revista Interpostos} / \text{Acórdãos} + \text{Decisões Monocráticas}) \times 100$

Variáveis: Recursos Internos Interpostos: Agravos do art. 557 do CPC, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração interpostos.

Acórdãos: Acórdãos publicados, exceto Embargos de Declaração.

Decisões Monocráticas: Decisões Monocráticas publicadas, exceto Embargos de Declaração.

26.3. Nas VTs: Taxa de Recorribilidade Externa nas VTs (RExtVT)

Fórmula: $RExtVT = (\text{Recursos Ordinários Interpostos} / \text{Julgados}^*) \times 100$

Variáveis: Recursos Ordinários Interpostos: Recursos Ordinários Interpostos nas Varas do Trabalho.

Julgados*: Inclui processos nas Varas do Trabalho que foram julgados procedente, procedente em parte ou improcedentes, processos extintos com ou sem o exame do mérito. Não inclui o julgamento de recursos internos e nem de processos em que a solução do feito decorreu de acordo, arquivamento ou desistência.

ÍNDICE REMISSIVO

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1.1. Estrutura da 1ª Instância da Justiça do Trabalho. 2024.	18
Figura 1.1.2. Regiões Judiciárias por porte, varas do trabalho e municípios jurisdicionados. 2024.	18
Figura 1.2.1.1. Proporção de juízas e juizes. 2024.	19
Figura 1.2.1.2. Proporção de juizes titulares e substitutos. 2024.	20
Figura 1.2.2.1 Servidores em atividade na 1ª Instância. Varas do trabalho e demais unidades (exceto varas do trabalho). 2024.	20
Figura 1.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotados na 1ª Instância. Varas do trabalho e demais unidades (exceto varas do trabalho). 2024.	24
Figura 1.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na 1ª instância, segundo a Região Judiciária. 2024.	24
Figura 1.2.3.3. Proporção de CJs e FCs nas Varas do Trabalho e demais unidades. 2024.	25
Figura 1.3.1 Arrecadação nas Varas do Trabalho. 2024.	26
Figura 1.4.1 Valores pagos aos reclamantes. 2024.	26
Figura 1.5.1.1.1. Série histórica de Recebidos e de Casos Novos. 2003/2024.	28
Figura 1.5.1.1.2. Casos Novos por Rito. 2024.	29
Figura 1.5.1.2.1. Processos Solucionados por tipo de decisão. 2024.	30
Figura 1.5.1.2.2. Série histórica de Solucionados. 2003/2024.	31
Figura 1.5.1.3.1. Série histórica de Conciliações. 2014/2024.	32
Figura 1.5.1.3.2. Percentuais de Conciliação nas Regiões Judiciárias. 2024.	32
Figura 1.5.1.4.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024.	33
Figura 1.5.1.5.1. Série histórica de pendentes de solução. 2003/2024.	34
Figura 1.5.1.5.2. Percentual de processos aguardando a prolação da sentença com o prazo vencido. 2024.	35
Figura 1.5.1.6.1. Série Histórica de Processos Baixados e Pendentes de Baixa. 2014/2024.	36
Figura 1.5.1.7.1. Movimentação processual na Fase de Conhecimento. 2024.	37
Figura 1.5.2.2.1. Processos Extintos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.	40
Figura 1.5.2.4.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024.	41
Figura 1.5.2.5.1. Série histórica de pendentes de extinção. 2004/2024.	43
Figura 1.5.2.5.2. Saldo de processos pendentes de extinção. 2024.	43
Figura 1.5.2.6.1. Série histórica de baixados e pendentes de baixa. 2014/2024.	44
Figura 1.5.2.7.1. Série histórica de processos iniciados e extintos na Fase de Cumprimento de Sentença. 2003/2024.	45
Figura 1.5.2.7.2. Movimentação processual na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.	46
Figura 1.5.3.1. Processos finalizados da 1ª Instância por Fase. 2024.	47
Figura 1.6. Casos Novos por Atividade Econômica. 2024.	49
Figura 1.7.1. Assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho. 2024.	51
Figura 1.8.1. Prazos médios a partir do ajuizamento da ação. 2024.	53
Figura 1.8.2. Prazos médios nas Fases de Liquidação e Execução. 2024.	53
Figura 1.9.1. Audiências designadas e realizadas por tipo. 2024.	54
Figura 1.10.1. Série histórica de recursos de competência dos TRTs. 2003/2024.	55

Figura 1.11.1. Requisições de pequeno valor processadas no 1º Grau. 2024.....	56
Figura 1.13.1.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos administrativos. 2024.....	78
Figura 1.13.2.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024.....	80
Figura 1.13.2.2. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024.....	82
Figura 1.13.2.3. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024.....	84
Figura 2.1.1. Estrutura dos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024.....	87
Figura 2.1.2. Tribunais Regionais do Trabalho por porte. 2024.....	87
Figura 2.2.1.1. Total de cargos e proporção entre Desembargadoras e Desembargadores. 2024.....	89
Figura 2.2.1.2. Proporção de Desembargadoras e Desembargadores. 2024.....	89
Figura 2.2.2.1. Servidores em atividade na 2ª Instância. Áreas Judiciária e Administrativa.....	91
Figura 2.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotados na 2ª Instância. Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.....	94
Figura 2.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas existentes. 2024.....	95
Figura 2.2.3.3. Proporção de CJs e FCs nas Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.....	95
Figura 2.3.1. Arrecadação nos TRTs. 2024.....	96
Figura 2.4.1.1. Série histórica de Recebidos e de Casos Novos. 2003/2024.....	97
Figura 2.4.2.1. Série histórica de Julgados. 2003/2024.....	98
Figura 2.4.3.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024.....	99
Figura 2.4.4.1. Série histórica de pendentes de julgamento. 2003/2024.....	100
Figura 2.4.4.2. Percentual de processos pendentes com o relator com o prazo vencido. 2024.....	101
Figura 2.4.5.1. Série histórica de baixados e de pendentes de baixa. 2013/2024.....	102
Figura 2.4.6. Resumo da movimentação processual. 2024.....	103
Figura 2.4.7.1. Casos Novos por Atividade Econômica. 2024.....	105
Figura 2.4.8.1. Assuntos mais recorrentes nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024.....	107
Figura 2.5.1. Prazos médios a partir da distribuição da ação. 2024.....	108
Figura 2.5.2. Admissibilidade do Recurso de Revista para o TST. 2024.....	108
Figura 2.6.1.1. Série histórica de Recursos de Revista interpostos. 2003/2024.....	109
Figura 2.6.2.1. Série Histórica de Recursos Ordinários interpostos. 2003/2024.....	110
Figura 2.6.3.1. Série histórica Agravos de Instrumento interpostos. 2003/2024.....	111
Figura 2.7.1. Requisições de pequeno valor. 2024.....	111
Figura 2.8.1. Precatórios. 2024.....	113
Figura 2.10.1.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos administrativos. 2024.....	130
Figura 2.10.2.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024.....	132
Figura 2.10.2.2. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024.....	134
Figura 2.10.2.3. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024.....	136
Figura 3.1.1. Estrutura do Tribunal Superior do Trabalho. 2024.....	139
Figura 3.2.1.1. Provimento dos cargos de Ministro. 2024.....	139
Figura 3.2.1.2. Proporção de Ministras e Ministros.....	139
Figura 3.2.2.1. Quadro Permanente – Cargos Existentes e Providos. 2024.....	140
Figura 3.2.2.2. Servidores em atividade. 2024.....	141
Figura 3.3.1. Proporção de CJs e FCs nas Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.....	141
Figura 3.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotados no TST. Áreas Judiciária e Administrativa. 2024.....	142

Figura 3.4.1. Arrecadação no Tribunal Superior do Trabalho. 2024	142
Figura 3.4.2. Série histórica da arrecadação. 2017/2024	143
Figura 3.5.1.1 Processos Recebidos e Casos Novos. 2024	143
Figura 3.5.1.2. Série histórica de Recebidos e de Casos Novos. 2003/2024	143
Figura 3.5.1.3. TRTs por porte e por casos novos por Tribunal de origem	144
Figura 3.5.1.4. Série histórica de Recursos Internos. 2003/2024	147
Figura 3.5.2.1. Total a Julgar 2024	147
Figura 3.5.2.2. Processos julgados. 2024	148
Figura 3.5.2.3. Série histórica de Julgados. 2003/2024	148
Figura 3.5.3.1. Processos pendentes de julgamento. 2024	150
Figura 3.5.3.2. Série histórica de pendentes de julgamento. 2003/2024	150
Figura 3.5.3.3. Pendentes de Julgamento. 2024	152
Figura 3.5.3.4. Série histórica do Acervo. 2013/2024	152
Figura 3.5.4.1. Série histórica de Processos Baixados. 2013/2024	152
Figura 3.5.5.1. Resumo da Movimentação Processual. 2024	153
Figura 3.5.6.1. Casos novos por atividade econômica. 2024	154
Figura 3.5.7.1. Assuntos mais recorrentes no Tribunal Superior do Trabalho. 2024	155
Figura 3.5.8.1. Prazos médios a partir da conclusão do processo. 2024	155
Figura 3.5.9.1. Série histórica de Recursos Extraordinários encaminhados ao STF. 2013/2024	156
Figura 3.6.1.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos administrativos. 2024	157
Figura 3.6.2.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024	158
Figura 3.6.2.2. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Ministros. 2024	159
Figura 3.6.2.3. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024	160
Figura 4.1.1. Estrutura da Justiça do Trabalho. 2024	163
Figura 4.1.2. Regiões Judiciárias por porte. 2024	163
Figura 4.2.1.1. Magistrados da Justiça do Trabalho. 2024	165
Figura 4.2.2.1. Servidores em atividade na Justiça do Trabalho. Áreas Judiciária e Administrativa 2024	165
Figura 4.2.2.2. Força de Trabalho na Justiça do Trabalho. 2024	169
Figura 4.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho. 2024	170
Figura 4.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotados na Justiça do Trabalho. Áreas Judiciária e Administrativa. 2024	173
Figura 4.2.3.3. Proporção de CJs e FCs nas Áreas Judiciária e Administrativa. 2024	173
Figura 4.3.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho. 2024	174
Figura 4.4.1. Arrecadação na Justiça do Trabalho. 2024	175
Figura 4.5.1.1. Processos recebidos na Justiça do Trabalho. 2004/2024	176
Figura 4.5.2.1. Série histórica de Julgados. 2004/2024	177
Figura 4.5.3.1. Série histórica de pendentes de julgamento. 2004/2024	178
Figura 4.5.4.1. Movimentação processual. 2024	179
Figura 4.5.5.1. Casos Novos por Atividade Econômica. 2024	180
Figura 4.5.6.1. Assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho. 2024	181
Figura 4.6.1.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos administrativos. 2024	181
Figura 4.6.2.1. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024	182
Figura 4.6.2.2. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024	183
Figura 4.6.2.3. Infográfico dos Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.11 População, municípios jurisdicionados e varas do trabalho. 2024.	17
Tabela 1.2.11 Juizes Titulares e Substitutos. 2024.	19
Tabela 1.2.2.1. Servidores em atividade nas varas do trabalho. 2024	21
Tabela 1.2.2.2. Servidores em atividade nas demais unidades da 1ª Instância (exceto varas do trabalho). 2024	22
Tabela 1.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas nas varas do trabalho. 2024	23
Tabela 1.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas nas demais unidades (exceto varas do trabalho). 2024.	23
Tabela 1.3.1 Arrecadação nas Varas do Trabalho. 2024.	25
Tabela 1.4.1 Valores pagos aos reclamantes. 2024	27
Tabela 1.5.1.1.1. Processos recebidos e Embargos de Declaração interpostos. 2024.	28
Tabela 1.5.1.1.2. Casos Novos por Rito. 2024	29
Tabela 1.5.1.2.1. Processos solucionados. 2024	30
Tabela 1.5.1.3.1. Conciliações. 2024	31
Tabela 1.5.1.4.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024	33
Tabela 1.5.1.5.1. Processos pendentes de solução. 2024	34
Tabela 1.5.1.6.1. Processos baixados e pendentes de baixa. 2024.	36
Tabela 1.5.1.7.1. Quadro resumo da Fase de Conhecimento. 2024.	37
Tabela 1.5.2.1.1. Processos que iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.	38
Tabela 1.5.2.2.1. Processos extintos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.	39
Tabela 1.5.2.3.1. Processos com Acordos Homologados na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.	40
Tabela 1.5.2.4.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024	41
Tabela 1.5.2.5.1. Processos pendentes de extinção. 2024	42
Tabela 1.5.2.6.1. Processos baixados e pendentes de baixa. 2024.	44
Tabela 1.5.2.7.1. Quadro resumo da Fase de Cumprimento de Sentença. 2024.	45
Tabela 1.5.3.1. Processos finalizados na 1ª Instância por Fase. 2024	46
Tabela 1.6.1. Percentual de Casos Novos por atividade econômica. 2024	48
Tabela 1.7.1. Cinco assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho. 2024	50
Tabela 1.8.1. Prazo médio em dias nas Fases de Conhecimento e de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2024.	52
Tabela 1.9.1. Audiências designadas e realizadas. 2024.	54
Tabela 1.10.1. Recursos de competência dos TRTs. 2024	55
Tabela 1.11.1. Requisições de pequeno valor. 2024.	57
Tabela 1.12.1.1. Série histórica de Casos Novos. 2020-2024	58
Tabela 1.12.2.1. Série histórica de Recebidos. 2020-2024.	59
Tabela 1.12.3.1. Série histórica de Solucionados. 2020-2024	60
Tabela 1.12.4.1. Série histórica de Conciliados. 2020-2024.	61
Tabela 1.12.5.1. Série histórica de pendentes de julgamento. 2020-2024.	62
Tabela 1.12.6.1. Série histórica de Baixados na Fase de Conhecimento. 2020-2024	63
Tabela 1.12.7.1. Série histórica de processos que Iniciaram na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2020-2024	64
Tabela 1.12.8.1. Série histórica de Processos Extintos na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2020-2024	65
Tabela 1.12.9.1. Série histórica de pendentes de extinção. 2020-2024	66

Tabela 1.12.10.1. Série histórica da arrecadação total. 2020-2024	67
Tabela 1.12.11.1. Série histórica de valores pagos aos reclamantes. 2020-2024	68
Tabela 1.12.12.1. Série histórica do prazo médio (em dias) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Fase de Conhecimento. 2020-2024	69
Tabela 1.12.13.1. Série histórica do prazo médio entre o início e a extinção do processo na Fase de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial. 2020-2024	70
Tabela 1.12.14.1. Série histórica do prazo médio (em dias) do ajuizamento até o arquivamento. 2020-2024	71
Tabela 1.12.15.1. Série histórica das sessões de audiências designadas. 2020-2024	72
Tabela 1.12.16.1. Série histórica das sessões de audiências realizadas. 2020-2024	73
Tabela 1.12.17.1. Série histórica das Requisições de Pequeno Valor processadas no 1º Grau expedidas. 2020-2024	74
Tabela 1.12.18.1. Série histórica das Requisições de Pequeno Valor processadas no 1º Grau quitadas. 2020-2024	75
Tabela 1.12.19.1. Série histórica das Requisições de Pequeno Valor pendentes. 2020-2024	76
Tabela 1.13.1.1 Indicadores estatísticos administrativos. 2024	77
Tabela 1.13.2.1. Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024	79
Tabela 1.13.2.2. Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024	81
Tabela 1.13.2.3. Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024	83
Tabela 2.2.1.1. Desembargadores do Trabalho. 2024	88
Tabela 2.2.2.1. Quadro Permanente. Cargos Existentes. 2024	89
Tabela 2.2.2.2. Servidores em atividade na Área Judiciária. 2024	90
Tabela 2.2.2.3. Servidores em atividade na Área Administrativa. 2024	91
Tabela 2.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes. 2024	92
Tabela 2.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na Área Judiciária. 2024	93
Tabela 2.2.3.3. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na Área Administrativa. 2024	94
Tabela 2.3.1. Arrecadação nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024	96
Tabela 2.4.1.1. Processos recebidos e recursos internos interpostos. 2024	97
Tabela 2.4.2.1. Processos julgados. 2024	98
Tabela 2.4.3.1. Movimentação processual nos CEJUSCs. 2024	99
Tabela 2.4.4.1. Processos pendentes de julgamento. 2024	100
Tabela 2.4.5.1. Processos baixados. 2024	102
Tabela 2.4.6.1. Quadro resumo da Movimentação Processual. 2024	103
Tabela 2.4.7.1. Percentual de Casos Novos (Distribuídos) por atividade econômica. 2024	104
Tabela 2.4.8.1. Cinco assuntos mais recorrentes nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024	106
Tabela 2.5.1 Prazo médio em dias nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2024	107
Tabela 2.6.1.1. Recursos de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho. 2024	108
Tabela 2.6.2.1. Recursos Ordinários para o Tribunal Superior do Trabalho. 2024	109
Tabela 2.6.3.1. Agravos de Instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho. 2024	110
Tabela 2.7.1. Requisições de pequeno valor. 2024	112
Tabela 2.8.1. Precatórios. 2024	113
Tabela 2.9.1.1. Série histórica de Casos Novos. 2024	114
Tabela 2.9.2.1. Série histórica de Recebidos. 2024	115
Tabela 2.9.3.1. Série histórica de Julgados. 2024	116
Tabela 2.9.4.1. Série histórica de Pendentes de Julgamento. 2024	117
Tabela 2.9.5.1. Série histórica de Baixados. 2024	118

Tabela 2.9.6.1. Série histórica da Arrecadação Total. 2024	119
Tabela 2.9.7.1. Série histórica de prazo médio de distribuição até o julgamento. 2024	120
Tabela 2.9.8.1. Série histórica do prazo médio da distribuição até a baixa. 2024	121
Tabela 2.9.9.1. Série histórica dos precatórios recebidos. 2024	122
Tabela 2.9.10.1. Série histórica de precatórios quitados. 2024	123
Tabela 2.9.11.1. Série histórica de Pendentes de precatórios quitados. 2024	124
Tabela 2.9.12.1. Série histórica de precatórios pendentes de quitação com prazo vencido. 2024	125
Tabela 2.9.13.1. Série histórica das requisições de pequeno valor recebidas. 2024	126
Tabela 2.9.14.1. Série histórica das requisições de pequeno valor quitadas. 2024	127
Tabela 2.9.15.1. Série histórica das requisições de pequeno valor pendentes. 2024	128
Tabela 2.10.1.1. Indicadores estatísticos administrativos. 2024	129
Tabela 2.10.2.1. Indicadores estatísticos de litigiosidade. 2024	131
Tabela 2.10.2.2. Indicadores estatísticos de litigiosidade. Magistrados. 2024	133
Tabela 2.10.2.3. Indicadores estatísticos de litigiosidade. Servidores. 2024	135
Tabela 3.2.2.1. Servidores em atividade. 2024	140
Tabela 3.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes. 2024	141
Tabela 3.5.1.1. Processos Recebido por Classe. 2024	146
Tabela 3.5.2.1. Processos julgados classe e decisões. 2024	148
Tabela 3.5.2.2. Processos julgados por classe. 2024	149
Tabela 3.5.3.1. Processos pendentes de julgamento por classe. 2024	151
Tabela 3.5.9.1. Recursos Extraordinários recebidos e despachados. 2024	156
Tabela 4.2.1.1. Magistrados. 2024	164
Tabela 4.2.2.1. Quadro Permanente. Cargos Existentes. 2024	166
Tabela 4.2.2.2. Servidores em atividade na Área Judiciária. 2024	167
Tabela 4.2.2.3. Servidores em atividade na Área Administrativa. 2024	168
Tabela 4.2.2.4. Força de Trabalho na Justiça do Trabalho. 2023/2024	169
Tabela 4.2.3.1. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho. 2024	170
Tabela 4.2.3.2. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na Área Judiciária. 2024	171
Tabela 4.2.3.3. Cargos em Comissão e Funções Comissionadas lotadas na Área Administrativa. 2024	172
Tabela 4.3.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho (em Reais). 2024	174
Tabela 4.4.1. Arrecadação na Justiça do Trabalho. 2024	175
Tabela 4.5.1.1. Processos recebidos na Justiça do Trabalho. 2024	176
Tabela 4.5.2.1. Processos Julgados. 2024	177
Tabela 4.5.3.1. Pendentes de Julgamento. 2024	178
Tabela 4.5.4.1. Quadro resumo da Movimentação Processual. 2024	179

